Contributo para a avaliação da qualidade da paisagem urbana

Alexandra Maria Forte de Campos

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Urbanismo e Ordenamento do Território

Mestrado em Urbanismo e Ordenamento do Território

Orientadora Professora Ana Isabel Loupa Ramos

Júri

Presidente: Professora Doutora Maria Beatriz Marques Condessa

Orientadora: Professora Doutora Ana Isabel Loupa Ramos

Vogal: Professor Doutor António Júlio Marques Baptista Coelho

Abril 2015

AGRADECIMENTOS

A missão que abracei ao desenvolver este trabalho tem a ver sobretudo com a minha paixão por tudo o que se relaciona com a “construção” do território e o bem-estar dos seus “residentes”, pelo que desejo agradecer a todos, presentes e ausentes, que contribuíram, de forma direta ou por inspiração, para a sua concretização.

Dirijo o meu primeiro agradecimento à Professora Ana Isabel Loupa Ramos, minha orientadora, que desde o início me apoiou na escolha do tema que há muito pretendia estudar do ponto de vista científico. A sua ajuda foi fundamental no desenvolvimento e aprofundamento da temática, na procura dos instrumentos necessários para alcançar os objetivos propostos, na sua estruturação, na separação do essencial e do supérfluo, e na sustentação académica.

Em segundo lugar, um grande agradecimento ao “meu” painel de peritos, que contribuiu decisivamente, com a sua sabedoria e experiência, para a essência deste trabalho. Agradeço, muito reconhecidamente, a todos os 22 peritos - Álvaro Cidrais, Ana Bordalo, Anselmo Vaz, António Baptista Coelho, Antunes Ferreira, Beatriz Condessa, Diogo Mateus, Duarte d´Araújo Mata, Graça Saraiva, João Belo Rodeia, João Castro, João Ferrão, João Teixeira, Jorge Batista Silva, José Aguiar, Leonel Fadigas, Maria Teresa Craveiro, Marluci Menezes, Nunes da Silva, Paulo Prazeres Pais, Pedro Brandão, Vitor Reis -, a disponibilidade (do saber e das horas dispensadas para as entrevistas), a simpatia e a confiança que em mim depositaram.

Um agradecimento especial ao Instituto Municipal da Paisagem Urbana de São Luís do Maranhão (IMPUR), na pessoa da Dra. Bruna Feitosa Serra de Araújo, Chefe da Assessoria Jurídica do Instituto, pela colaboração e prestação de fotografias e documentos relativos à atuação do IMPUR.

Agradeço também ao Professor Sidónio Pardal, ao Engenheiro Carlos Fernandes (Câmara Municipal de Sintra) e ao Arquiteto João Castro (Câmara Municipal de Lisboa) pelas conversas introdutórias que tiveram comigo, separadamente, e que muito contribuíram para a consolidação da ideia temática.

Ao Professor Jorge Gonçalves (IST) pela ajuda ao dar-me a conhecer alguns exemplos de boas práticas, nomeadamente da Câmara Municipal da Amadora, e à Dra Telma Correia (Diretora de Departamento dessa Autarquia) pela sua amabilidade na apresentação da obra realizada no âmbito de trabalhos de requalificação do espaço público e do edificado.

À minha prima, Dora Lampreia (Arquiteta, Câmara Municipal de Lisboa), à minha amiga Luísa Reimão Pinto (Arquiteta) e ao meu amigo José Mata Justo (Professor na Universidade Lusíada) pela ajuda em me facultarem os contactos de alguns dos peritos.

Ao Professor Francisco Nunes Correia pela simpatia e ajuda na obtenção de alguns elementos de consulta e contactos de peritos.
Agradeço também ao Professor Amílcar Arantes (IST) pela obtenção de alguns elementos de consulta e apoio na análise do processo de inquérito à população.

Um agradecimento a todos os meus amigos, familiares, colegas e conhecidos que acederam, gentilmente, em responder ao questionário “on line” que lhes enviei.

À Câmara Municipal de Sintra, na figura dos seus dirigentes, pela autorização de gozo de horário de trabalho reduzido, para a realização desta dissertação.

Agradeço também, reconhecidamente, ao Mark Crathorne, pela sua ajuda na revisão em língua inglesa.

E agradeço ao meu pai pela sua ajuda na tradução do catalão para português, e na pesquisa a obras de autores clássicos.

Gostaria ainda deixar uma palavra de agradecimento, em memória do Arquiteto Rui Mendes Paula, amigo da minha família, que me transmitiu alguma da sua paixão pelas cidades e pelo legado humano que elas desempenham, e que me possibilitou a colaboração no seu livro “Faro, evolução urbana e património”, através do levantamento de pormenores nos recantos das ruas da cidade histórica.

Agradeço aos meus filhos Adriana, Miguel e Alexandra, e ao meu marido, Manuel, o apoio e entusiasmo que partilharam comigo na execução deste trabalho; e aos meus pais, o amor e a educação que me proporcionaram, abrindo-me os olhos desde sempre para a beleza do conhecimento e da cultura, do mundo das artes (da pintura, da música, do cinema) e das viagens.

À memória dos meus Avós,
Bárbara, Helena, António e José.

RESUMO

Numa época em que nos dececionamos com políticas já testadas, confrontados com um frenesim de dívida pública e de crescimento económico global que nos transcende, num mundo que parece mover-se mais depressa que o pensamento, nem sempre no bom sentido, afigura-se-nos importante parar um pouco, refletir e olhar em redor, por forma a podermos atender, com calma e com tempo, aos detalhes do que nos rodeia.

Não vale a pena olhar para a cidade e criar grandes obras de regeneração e requalificação urbana, se não conseguirmos, no espaço público construído e nas fachadas edificadas, identificar o pormenor, e através dele, fazer a diferença.

Nesta perspetiva, este trabalho pretende alertar para o problema da existência de elementos que desvalorizam a paisagem urbana, e através de uma análise focada, ajudar a procurar uma solução para os identificar, eliminar e evitar.

Na sequência de entrevistas a um painel de peritos composto por especialistas, académicos e decisores, em matérias de urbanismo, e de um inquérito “on line” a uma amostra da população portuguesa, é apresentado um conjunto de critérios para avaliação da qualidade da paisagem urbana.

A partir destes, e tendo em conta o caso de Lisboa, é proposto um conjunto de indicadores e índices para o estabelecimento de um “raking” de paisagens urbanas de acordo com a sua qualidade, chamando a atenção para a necessidade de introdução de políticas urbanas de gestão da paisagem urbana, tendo por base a análise de dois casos de referência: Barcelona e S. Luís do Maranhão.

Palavras-chave: *paisagem urbana; qualidade; elementos de desvalorização; indicador; gestão.*

ABSTRACT

At a time when there is disappointment with time-tested policies, as we are faced with a high levels of public debt and global economic growth still escapes us, in a world that seems to move faster than we think in a negative way, it is important to stop for a moment to reflect and look around, in order to calmly assimilate the facts that surround us in a timely manner.

It’s not worth looking at the city without observing the great works of regeneration and urban redevelopment, and we should identify the detail that make the difference in public spaces and urban façades.

In this context, this study aims to draw attention to the problem of the existence of factors which devalue the urban landscape, and through a focused analysis, and it intends to contribute to finding a solution to identify, eliminate and prevent such negative factors.

Following interviews with a panel of experts composed of academics and decision-makers in the field of urban design, and after an on line survey of a sample of the Portuguese population, a set of criteria was developed for assessing the quality of urban landscapes.

Based on the case of Lisbon, these criteria were used to propose a set of indicators and indexes for establishing of a ranking of urban landscapes according to their quality, bringing attention to the need of introduce policies for urban landscape management, based on the analysis of two cities of reference: Barcelona in Spain and São Luís do Maranhão in Brazil.

Keywords: *urban landscape; quality; devaluation factor; management, indicators.*

“ (o Homem)….

Em vez de ficar passivo diante de um mundo que não o satisfaz, ele vai criar outro, onde poderá ser livre. Para poder criar a sua vida, precisa criar esse mundo” (Constant, 1997, citado por Jacques, 2013, p.12)

ÍNDICE GERAL

CAPÍTULO 1. Introdução 1

1.1.Enquadramento temático 1

1.2. Modelos de ocupação urbana 2

1.3.Paisagem urbana – conceito 7

1.4. Efeitos psicológicos do espaço urbano sobre o indivíduo 11

1.5. Casos de referência 13

1.5.1. Barcelona 13

1.5.2. São Luís do Maranhão 17

1.6. A paisagem urbana na legislação europeia e sua implicação na legislação portuguesa 20

1.7.Estrutura da dissertação 24

CAPÍTULO 2. Identificação dos aspetos-chave da qualidade da paisagem urbana 25

2.1. Metodologia geral 25

2.1.1. Questionário “on line” 26

2.1.2. Entrevistas ao painel dos peritos 27

2.2. Resultados 28

2.3. Discussão dos resultados e análise comparativa entre o método do questionário ‘on line’ e o método das entrevistas ao painel de peritos 42

2.4. Indicadores 44

2.4.1. Qualidade 47

2.4.2. Elementos de Desvalorização 57

2.4.3. Validação do quadro dos indicadores 62

CAPÍTULO 3. Aplicação do quadro de indicadores à cidade de Lisboa 63

3.1.Caso de estudo – Lisboa 63

3.2. Zonas geográficas de Lisboa de maior qualidade paisagística 65

3.3. Zonas geográficas de Lisboa de menor qualidade paisagística 71

3.4. Aplicação em bairros selecionados 74

3.4.1. Parque das Nações 75

3.4.2. Campo de Ourique 76

3.4.3. Xabregas 76

3.4.4. Bairro da Liberdade 77

3.5. Comparação dos indicadores das zonas estudadas 78

CAPÍTULO 4. Abordagem aos Instrumentos de gestão da paisagem urbana 83

4.1. Instrumentos financeiros e de gestão territorial, programas e modelos de organização administrativa para a gestão da paisagem urbana 83

4.1.1. Regulamentos Municipais 84

4.1.2. Programas de Incentivos 85

4.1.3. Orçamentos participativos 86

4.1.4. Exemplos de boas práticas de gestão da paisagem urbana 87

4.1.5. Concursos, galardões e consciencialização 89

4.1.6. Planos de pormenor 92

4.1.7. Unidade orgânica na estrutura municipal 93

4.1.8. Empresa municipal 94

4.1.9. Direção geral para a paisagem 94

4.2. Modelo de gestão – Proposta 96

CAPÍTULO 5. Conclusão 101

5.1. Alcance dos objetivos propostos e perspetivas sobre desenvolvimentos de futuras investigações 101

5.2. Da necessidade de Regulação 103

ANEXO 1 - Registo fotográfico de empenas com arranjo pictórico e revestimento vegetal 110

ANEXO 2 - Casos de referência – Barcelona 111

ANEXO 3 - Casos de referência – São Luís do Maranhão 113

ANEXO 4 - Estatutos do Instituto Municipal Paisagem Urbana e Qualidade de Vida, (IMPUQV), Barcelona 114

ANEXO 5 - Criação do Instituto Municipal da Paisagem Urbana (IMPUR), São Luís do Maranhão 118

ANEXO 6 - Processo de inquirição 127

ANEXO 7 - Quadro da composição do Painel de Peritos 133

ANEXO 8 - Zonas geográficas de Lisboa mais e menos qualificadas – Pontos fortes e pontos fracos 134

ANEXO 9 - “Checklist” de apoio a trabalho de campo 142

ANEXO 10 - Ficha para dados para cálculo dos indicadores 145

ANEXO 11 - Trabalho de campo Parque das Nações 147

ANEXO 12 - Trabalho de campo- Campo de Ourique 156

ANEXO 13 - Trabalho de campo- Zona Ribeirinha Oriental (Xabregas) 172

ANEXO 14 - Trabalho de campo – Bairro da Liberdade 186

ANEXO 15 - Resultados dos cálculos dos indicadores e índices de qualidade e dos elementos de desvalorização 198

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Painel publicitário na fachada do edifício 1
Figura 2 - Paisagem urbana – Dificuldade de definição 7
Figura 3 – Perspetiva pictórica da paisagem urbana 9
Figura 4 – Perspetiva funcional da paisagem urbana 10
Figura 5 – Pilares da paisagem urbana 10
Figura 6 – Um dos primeiros cartazes publicitários à campanha "Barcelona posat'guapa" (fonte: IMPUQV) 13
Figura 7 - Recuperação da fachada (Antes e Depois) 15
Figura 8 - Recuperação do tardoz, com alteração de marquises (antes e depois) 16
Figura 9 – Reabilitação do edifício "Casa da Marina", Antes (1991) e Depois (1993) (Fonte: IMPUQV) 16
Figura 10 - Reordenação dos rótulos comerciais em edifícios 16
Figura 11 – Plano da paisagem urbana do Município de São Luís do Maranhão (Cortesia do IMPUR) 18
Figura 12 - Praça Benedito Leite – Antes da intervenção (Fotografias - cortesia do IMPUR) 19
Figura 13 - Praça Benedito Leite – Depois da intervenção (Fotografias - cortesia do IMPUR) 19
Figura 14 - Avenida e Praça Dom Pedro II – Centro – Antes e Depois (Fotografias - cortesia do IMPUR) 20
Figura 15 - Metodologia 26
Figura 16 - Terreiro do Paço - Estudo de cor (Aguiar et al., 2010) – (Cortesia Professor José Aguiar) 31
Figura 17 – Componentes da qualidade da paisagem urbana 35
Figura 18 – Características da paisagem urbana com qualidade 42
Figura 19 - Requalificação urbana na rua Anxeriz, Ames, Espanha – "Antes e depois" ("1ª xornada reaviva o teu barrio", 2007-2010) (Cortesia do Professor José Aguiar) 43
Figura 20 – Pirâmide de informação e pirâmide de informação associada ao tipo de utilizador (DGA, 2000) 45
Figura 21 – Quadro resumo dos indicadores e índices de Qualidade 48
Figura 22 – Exemplos de edifícios inseridos morfologicamente de forma correta e incorreta (Prinz, 1984) 50
Figura 23 – Exemplos de edifícios inseridos morfologicamente de forma correta 51
Figura 24 – Quadro resumo dos indicadores e índices de Elementos de Desvalorização 58
Figura 25 – Áreas geográficas de Lisboa com paisagens mais qualificadas e menos qualificadas. 64
Figura 26 - Avenida Santos Mattos na Amadora 88
Figura 27 – Exemplo de rótulo comercial embutido na fachada do edifício, em Lisboa, e esplanada "premium" na Amadora (fotografia do website da CMA). 88
Figura 28 – Proposta de modelo de gestão da paisagem urbana 99
Figura 29 – Gestão integrada (instrumentos de gestão, estruturas orgânicas e participação pública) 100

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Respostas ao questionário no que diz respeito ao edificado 29
Quadro 2 – Respostas dos inquiridos ao questionário no que respeita ao espaço público 30
Quadro 3 – Resposta dos peritos no que respeita à regulação 34
Quadro 4 - Resultados das entrevistas aos peritos - Número de respostas de peritos no que se refere aos critérios de qualidade 36
Quadro 5 - Número de respostas dos peritos no que se refere aos critérios de "Elementos de Desvalorização" 40
Quadro 6 - Zonas geográficas de Lisboa mais qualificadas/número de ocorrências em 22 respostas dos peritos 63
Quadro 7- Zonas geográficas de Lisboa menos qualificadas/número de ocorrências em 22 respostas dos peritos 64
Quadro 8 - Quadro de Indicadores e índices de Qualidade das zonas geográficas com paisagem urbana de maior e de menor qualidade 79
Quadro 9 – Total dos Índices/Indicadores dos critérios de Qualidade da paisagem urbana 80
Quadro 10 – Total dos Índices/Indicadores dos critérios de Qualidade da paisagem urbana 80
Quadro 11 - Quadro de Indicadores e índices de "Elemento de Desvalorização" das zonas geográficas com paisagem urbana de maior e de menor qualidade 81
Quadro 12 - Total dos Índices/Indicadores dos critérios de "Elementos de Desvalorização" da paisagem urbana 81

ACRÓNIMOS

APA | Agência Portuguesa do Ambiente

CEP | Convenção Europeia da Paisagem

DGA | Direção Geral do Ambiente

DGT | Direção Geral do Território

EEA | European Environment Agency

ICNF | Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IGT | Instrumento de Gestão Territorial

IMPUQV | Institut Municipal del Paisatge Urbà i la Qualitat de Vida (Barcelona, Espanha)

IMPUR | Instituto da Paisagem Urbana (São Luís do Maranhão, Brasil)

INE | Instituto Nacional de Estatística

OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PDM | Plano Diretor Municipal

PNAP | Política Nacional da Arquitetura e da Paisagem

PNPOT | Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PP | Plano de Pormenor

PPS | Project for Public Spaces

QREN | Quadro de Referência e Estratégia Nacional

UNESCO | United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

ZTI | Zona Turística de Interesse (ZTI)

CAPÍTULO 1. Introdução

1.1.Enquadramento temático

"A beleza ínfima dos vários objetos dá origem a ordens de pequena escala que espelham a beleza grandiosa do todo" (Townsend, 1997, p. 21).

O interesse pelo tema da paisagem urbana, e pela realização do presente trabalho, embora muito antigo, surgiu com maior premência na sequência de uma visita a Barcelona, e após a observação de um painel publicitário que ocupava toda a fachada do edifício e que tinha a seguinte inscrição: "Barcelona posat´guapa, - Ajuntament de Barcelona"[1] (Figura 1).

Figura 1 - Painel publicitário na fachada do edifício[2]

Uma nova visita a Barcelona, anos depois, mostrou uma cidade a ser recuperada e embelezada, dando a perceber e assimilar os efeitos do cartaz anteriormente observado. A pesquisa subsequente ao Instituto da Paisagem Urbana de Barcelona, às suas atribuições e ações, conduziu à procura mais aprofundada da temática, e à constatação de que a dinâmica de análise e requalificação da paisagem urbana em Portugal não seguia o mesmo caminho. A leitura de autores como Gordon Cullen e Kevin Lynch, e a necessidade de entender o conceito de paisagem urbana, o que a qualifica e que mecanismos existem para a sua gestão por parte das entidades públicas, consolidou o desejo de realizar um estudo sobre a matéria.

Neste sentido, a presente dissertação tem como objetivo primordial contribuir para a construção do bem-estar dos cidadãos através da identificação, e se possível eliminação, dos elementos que desvalorizam a paisagem urbana e causam, consciente ou inconscientemente, perturbação sobre o indivíduo.

"*Apesar da familiaridade e virtual omnipresença das modernas paisagens urbanas, elas são vistas, em geral, como vulgares e desagradáveis, porque ninguém lhes dá particular atenção. É quase como se tivessem sido criadas para não ser notadas*" (Relph, 1987, p.11).

É este o ponto de partida para o presente trabalho: "dar" atenção à paisagem urbana, "notá-la", analisar o pormenor, e perceber onde se encontram os elementos (presentes, ausentes, visíveis ou invisíveis) que fazem com que não olhemos para ela com entusiasmo, fugindo, sem retirar partido daquilo que poderia ser contemplado.

---

[1] Tradução (do autor) "Barcelona, põe-te bonita!"

[2] Fotografia retirada do web site: http://www.ara.cat/societat/barcelona-rehabilitacio-Hereu_0_385761828.html, acedido em novembro de 2014.

A paisagem urbana deve ser apreciada, lembrada e contemplada (Lynch, 2011). Este tema tem vindo a ser abordado ao longo das últimas décadas por vários autores (Relph *et al.,* 1987). A este fenómeno não será por ventura alheio o facto de sabermos que já hoje temos metade da população mundial a viver em áreas urbanas, e as estimativas apontam para que até o ano de 2050 mais de 70% da população mundial estará a viver em cidades (OCDE, 2006), e já em 2020 cerca de 80% da população europeia viverá em áreas urbanas (EEA, 2006). Isto explica que o "habitat" humano é e será, sobretudo, a cidade, sendo a sua população cada vez mais exigente na qualidade do ambiente urbano e de melhores condições de vida (Fadigas, 2010).

Uma vez que a cidade não proporciona todo o bem-estar de que precisamos, a tendência de, vivendo na cidade, fugir para o campo, praia ou montanha, tem aumentado ao longo dos anos, à procura do belo, tranquilo, harmonioso, que proporcione prazer e bem-estar. A fuga às ruas congestionadas, aos automóveis, aos passeios estreitos, ao barulho, ao cinzento dos prédios, à falta de espaços verdes, faz com que nos afastemos da cidade como um todo, e a encaremos como um "mal necessário", algo que, pela atividade profissional, é preciso "suportar" cinco ou seis dias por semana. Assim, identificar necessidades, assinalar os "pontos negros" do meio ambiente em que vivemos, por forma a minimizar o mal-estar, torna-se urgente, trazendo o "belo" para a cidade, à semelhança do que fizeram no século XIX os paisagistas quando introduziram na cidade, através dos parques, a paisagem natural, (por exemplo o Central Park em Nova Iorque, ou o Regent Park em Londres), integrando a natureza no espaço arquitetónico (Jellicoe & Jellicoe,1989). No século XX no contexto urbano, surgem algumas intervenções, onde se vai mais longe, com a evocação da natureza na paisagem urbana, no edificado, através da pintura de empenas com árvores, nuvens e outros elementos naturais, ou por revestimento vegetal das empenas, numa tentativa de "naturalizar" as ruas (ANEXO 1).

Este trabalho pretende incidir sobre os elementos que desvalorizam a paisagem urbana, sobre o pormenor, como ponto de partida para uma abordagem à perceção do observador, chamando a atenção para determinados componentes relacionados com a possibilidade de usufruto do local.

A cidade é ***"antes o produto de muitos construtores que constantemente modificam a estrutura por razões particulares. Se, por um lado, podem manter-se as linhas gerais exteriores, por outro, há uma constante mudança no pormenor"*** (Lynch, 2011, p. 10).

1.2. Modelos de ocupação urbana

"A morfologia urbana estudará essencialmente os aspetos exteriores do meio urbano e as suas relações recíprocas, definindo e explicando a paisagem urbana e a sua estrutura" (Lamas, 1993, p.37).

A paisagem urbana reflete, na sua vertente visual, a imagem da cidade construída e da sua forma. Assim, as alterações da morfologia urbana provocam inevitavelmente alterações na paisagem. Com efeito, ao longo dos tempos, o Homem tem experimentado, e adotado diversas formas urbanas: a da cidade medieval, a renascentista, a barroca, "compactas", com os quarteirões bem definidos e estruturas quadriculares ou radio-concêntricas; as "abertas", seguindo as orientações da Carta de

Atenas, de zonamento do trabalho, lazer, habitação, com edifícios isolados envolvidos e atravessados por espaços verdes.

Imaginou ainda a cidade utópica (1960) - Nova Babilónia - impossível de ser planeada ou construída, a "cidade-projeto" idealizada por Constant Nieuwenhuis (1929-2005), inspirada no povo cigano. Uma cidade móvel para uma população nómada, à escala global, sem fronteiras, que o autor considera que vem substituir o ambiente pouco satisfatório da vida atual. Constant Nieuwenhuis numa crítica à cidade moderna afirma: ***" A cidade moderna está morta, vítima da utilidade. Nova Babilónia é um projeto de cidade onde se pode viver"*** (Jaques, 2013, p.11). Segundo Jaques (2013, p.13) a cidade utópica, resiste ainda nos "desvios" das cidades contemporâneas, na cidade nómada dentro da cidade sedentária, que se pode encontrar nos "não lugares" ou vazios urbanos, zonas intersticiais ou nos terrenos baldios da cidade.

Em meados do século XX, a facilidade nas deslocações proporcionada pela massificação de utilização do automóvel, e a procura de uma habitação unifamiliar de dimensões adequadas à dimensão do agregado familiar, numa envolvente ambiental agradável com possibilidade de usufruir dos benefícios da proximidade às cidades, proporcionou às famílias a aquisição de habitação na periferia das cidades. Este fenómeno de "alastramento" (em inglês "sprawl"), numa lógica de forte dependência do automóvel, veio introduzir uma nova forma de urbanização: as periurbanizações ou urbanizações periféricas, e/ou as conurbanizações ou urbanizações contínuas. (Portas, 2003). ***"A cidade alastra à medida que as deslocações se tornam mais fáceis"*** (Innerarity, 2010, p.127). Encontramos hoje na Europa países como Portugal, Irlanda, Grécia ou Suécia, onde se encontram as maiores dispersões urbanas (Silva *et al.,* 2012), num processo de suburbanização, pela procura de mais espaço habitacional e de maior privacidade. Em 1966, em Bremen, num congresso dedicado ao "desaparecimento" das cidades (não o desaparecimento físico), alertava-se então para que o processo de crescimento das cidades, conducentes à urbanização periférica, difusa e descentralizada, em grande escala, provocaria uma mudança espacial (social, e funcional) das cidades, de tal forma que o conceito europeu de cidade compacta não se adequaria a tais transformações da morfologia urbana (Innerarity, 2010, p.123).

Pelo meio foram-se adotando situações de "meio-termo" entre a cidade "tradicional" e a "cidade moderna", seguindo por um lado a forma convencional do quarteirão com construção periférica e, por outro, dando uma atenção especial à orientação e exposição solar das habitações, numa tentativa de conjugação do "bom" de ambas as morfologias.

Atravessou-se nos finais do século XX e princípios do século XXI, o "urbanismo liberal", centrado sobre o projeto, o urbanismo das grandes obras de arquitetos de renome e dos grandes projetos emblemáticos (Dubai, a torre mais alta), dos grandes eventos, e as grandes operações de revitalização urbana (Bourdain, 2011), das "obras emblemáticas e marcos atrativos das cidades (exemplo em Bilbao, Museu Guggenheim), de um urbanismo focado nos espaços centrais das cidades históricas, nas áreas centrais de negócio, ou as que foram abandonadas pelas indústrias e pelas atividades portuárias tradicionais. Bourdain (2011, p.18, p.83) considera que este tipo de urbanismo (liberal) representa um fim de ciclo, e chama a atenção para a necessidade de recentrar o papel do urbanismo e do urbanista, no esboço de um "caderno de encargos" para um urbanismo

depois da crise, numa tentativa de promoção e programação de um urbanismo de coesão social e de inventar, a partir do conhecimento e analise, uma nova maneira de fazer cidade, que faça a "sociedade".

Innerarity (2010, p.141) defende que face ao "novo" urbanismo, a coesão social já não pode ser deixada apenas nas mãos dos urbanistas. A cidade já não desempenha o papel integrador que lhe esteve historicamente atribuído, pelo que a missão de assegurar a coesão social deverá ser agora, em parte, entregue também às instituições educativas. Defende que os valores de urbanidade e a velha representação da cidade europeia são conceitos distintos e que não se deve confundi-los. A urbanidade como sinónimo de cidadania, civilização, não se limita à forma urbana, ou à forma da cidade europeia. Innerarity (2014, p.137-139) alega mesmo que há uma excessiva valorização da forma material da cidade, e que a forma tradicional da cidade europeia é hoje simplesmente uma metáfora, (a cidade do passado, do século XIX, devia a sua "compacidade" à pobreza e aos transportes deficientes), cujo conteúdo se manifesta nas democracias vivas, nos espaços globais humanizados e cosmopolitas. A urbanidade, ou "nova urbanidade" é um modo de vida, uma atitude, uma cultura cívica, que pode ser realizada em qualquer sítio. O exercício dos valores deixa assim de ser exclusivo da cidade. A concretização da urbanidade deverá ser feita fora da contraposição habitual campo/cidade, que cada vez faz menos sentido. A crítica à cidade faz-se hoje pela privatização do espaço público e pelo desaparecimento do espirito de cidadania. Vivemos num mundo de transformações no tipo de ocupação territorial, de eliminação das fronteiras urbano/rural, numa época em que do "campo" não resta mais do que uma realidade "perfurada" ou "carcomida" – Tibergien (2013, p.19), recorre à imagem da pele de leopardo, ***"com manchas vazias construídas na cidade vazia e manchas cheias bem no meio do campo"*** no conjunto dos territórios pertencentes aos subúrbios (literalmente "cidades de baixo").

Ascher (2012, p.107) alega que a defesa da cidade compacta centra-se na nostalgia pelo passado e pelo ideal da cidade europeia, nas empresas de transportes que não conseguem chegar a todo o lado urbanizado, nos ecologistas que se preocupam com o consumo energético excessivo, nas Autarquias que contrariadas, financiam equipamentos utilizados pelas populações vizinhas (Ascher, 2003, Brandão, 2011), e que é preciso acabar com uma representação nostálgica da cidade europeia que considera que todo o urbano deve ser denso e contínuo. A cidade compacta já não é vista universalmente como o modelo da cidade ideal. Fatores como o congestionamento e concentração dos níveis de poluentes, os impactos negativos no desenvolvimento das comunidades rurais, a incompatibilidade entre o aumento de densidade e o aumento de áreas verdes, o aumento da segregação social devido aos altos custos da habitação da cidade (Madureira, 2005), impõe a necessidade de se encontrarem novos modelos de ocupação das cidades, dos aglomerados urbanos. Segundo Ascher (2012, p.147-154) a densificação poderá ser ecologicamente legítima, ao ser um meio de reduzir as mobilidades em geral e de favorecer os transportes coletivos, mas não vai de encontro com a necessidade da procura de casas individuais e de espaço. Defende o autor que todos os estudos sociológicos e de mercado, põem em evidência que grande parte da população deseja habitar numa "verdadeira" casa individual, com jardim e desejavelmente num contexto que evoque o menos possível a cidade. E diz ainda que um bom número destas famílias (bem informadas) não

gosta da cidade e não tem com ela senão uma relação utilitária e obrigatória, a cem léguas dos valores que lhe atribuem os urbanistas. "***Mas é também com estas aspirações, estas representações e esta procura que é preciso fazer cidade!"*** (Ascher, 2012, p.154 -155).

Segundo uma sondagem realizada em França, em janeiro de 2007, 56% dos inquiridos sonham com uma moradia unifamiliar isolada, com um jardim à volta; 20% com uma moradia unifamiliar num conjunto de moradias, 11% com um pequeno apartamento individual na cidade, 5% com um apartamento de estilo "haussmaniano", 3% com um pequeno ou médio apartamento coletivo na cidade, 1% com grandes edifícios, e 1% com grandes conjuntos de habitação coletiva. Ou seja, com base neste estudo realizado em França, pode afirmar-se que a "casa/moradia individual" constituiu um universo de 76% das aspirações dos cidadãos inquiridos (seja isolada ou inserida num conjunto de moradias, ou inseridas na cidade). Não será desejável continuar a construir sem se atender às aspirações das cidadãos, ao desenvolvimento e novos meios de mobilidade, aos "habitats" que partilham connosco o planeta, e à sustentabilidade dos recursos, nem será possível destruir tudo o que já foi construído para voltar a construir de forma "compacta". É necessário sim, tornar as cidades mais duráveis tal como se encontram agora, ou seja, dispersas.

Segundo Ascher (2012, p.152) ordenar a cidade dispersa constitui assim um dos grandes desafios do urbanismo. Do ponto de vista do desenho, é possível coser o tecido urbano, colmatar os "vazios" urbanos, continuar a construir cidade. Porém falta ainda "***superar a dicotomia rural/urbano e incorporar, projetualmente, os territórios não construídos como elementos ativos (e não como "vazios", "reservas", etc) e possuidores de qualidades específicas (biofísicas, culturais, estéticas, produtivas, etc), caracterizadoras das novas paisagens urbanas"*** (Portas, 2003, p.76).

Os ecosserviços, ou serviços ecológicos, surgem assim como uma oportunidade de dar razão à existência dos "vazios" urbanos ou rurais, permitindo a sua inclusão e serventia em processos de proteção e gestão ambiental. O processo de maior integração dos espaços "verdes" nos "vazios" da cidade, com inclusão dos corredores verdes, de parques contínuos, ou a tentativa de trazer o campo, a produção agrícola na cidade, através das hortas urbanas, dos parques agrícolas, introduzindo os conceitos "campo urbano" e "cidade rural", pode criar estruturas urbanas produtivas e de suporte de ocorrência de transações ecológicas (Matos, 2010).

A situação de compromisso situa-se agora no modelo policêntrico em rede, uma situação intermédia entre a cidade compacta e a cidade dispersa. Uma cidade-região, composta por múltiplos centros, de menores dimensões, uma concentração "descentralizada", com menores deslocações casa-trabalho, menor congestionamento, menos gastos energéticos, menos poluição, em que se salvaguardam os solos agrícolas entre os núcleos urbanos, em que se introduzem mais zonas verdes multifuncionais nos espaços urbanos. Ascher (2012, p.153 -154) realça as vantagens de um modelo intermédio, - "a aldeia na cidade" e alega que, para muitos urbanistas, esta fórmula urbana poderia ser vigorosamente promovida como instrumento de luta contra a dispersão urbana.

Estudos recentes sobre modelos de ocupação e respetivos custos e benefícios (Carvalho, 2013) apontam para que a ocupação concentrada é preferível à ocupação dispersa; a procura por edifícios unifamiliares em ocupação concentrada justifica os custos acrescidos a esta tipologia habitacional, indicando como uma boa opção a ocupação concentrada, de edifícios unifamiliares, em lotes de

frente reduzida, e com oferta de serviços de proximidade. Os mesmos estudos indicam que a ocupação dispersa ocupa cinco vezes mais solo, que as infraestruturas custam três vezes mais do que na ocupação concentrada, e que os cidadãos demonstram uma preferência muito nítida pela habitação individualizada.

Montgomery (2013, p.275-276) revela o exemplo do estudo "sprawl repair" feito em torno do "shopping" "Villa Italia" e respetivo parque de estacionamento, em Lakewood, Denver, Estados Unidos da América, e à (re)densificação, ou preenchimento de vazios urbanos, por redimensionamento de avenidas feitas à medida da grande expansão automóvel prevista e não concretizada, por redução de velocidades, por ocupação de novas ruas mais estreitas com edifícios de habitação, comércio, escritórios, espaço público, responde ao desejo da população em ter a sua "downtown", um ponto de encontro, um marco na cidade, onde fosse possível andar a pé e ter referências. O movimento cívico, "City Repair", a que se refere o autor, demonstra que a Baixa (Downtown), o Ágora, a Praça, não é apenas um elemento decorativo ou de recreio, mas pelo contrário é essencial para a vida em comunidade, como ponto de encontro e de convívio.

Segundo Innerarity (2006, p.126-127) ***"os espaços periurbanos já não são propriamente espaços periféricos, antes dissolveram a centralidade tradicional da cidade na medida em que, por sua vez, construíram centralidades alternativas".*** Hoje encontramo-nos em permanente dinâmica entre a forma urbana, a sustentabilidade e por conseguinte a felicidade, pelo que é fundamental abandonar a ideia da existência de um modelo único e universal suscetível de ser implementado em qualquer cidade, devendo esta eleger e adotar uma estratégia que melhor se adapte ao contexto geográfico, temporal e local (Madureira, 2005).

Não é possível esquecer que atualmente já há no mundo vinte "mega cidades" com mais de dez milhões de habitantes cada, e estima-se que metade do crescimento de habitantes no globo previsto para o período 2012-2025, se verifique em grandes metrópoles, aumentando o número de "mega cidades" para mais de 420, segundo um estudo do MacKinsey Institute (Ferguson, 2014). Do processo de urbanização segundo o físico Geoffrey West, a que Niall Ferguson (2014, p.159) se refere, resultam tanto economias de escala (em infraestruturas) como em benefícios de escala (em criatividade humana). Se a dimensão de uma cidade duplicar, obter-se-á um aumento aproximado de 15% em produtividade, salários, investigação, oferta de postos de trabalho, e uma diminuição (poupança) de 15% em infraestruturas (estradas, condutas de gás de eletricidade). A grande cidade funciona como um íman gigante com um enorme poder de atração. São fontes geradoras de riqueza, criatividade, inovação e invenção. Porém, para tudo funcionar bem e tirar partido das "mega cidades", é preciso que as instituições funcionem (governação representativa, economia de mercado dinâmica, respeito pelo primado da lei, sociedade civil independente do Estado). Em megacidades frágeis em que as instituições não funcionem, tudo pode colapsar muito rapidamente (por exemplo, a rede elétrica quando falha atinge milhões de habitantes).

"A mudança dos paradigmas sociais e funcionais das sociedades contemporâneas tem impactes nas morfologias urbanas e no modo de apropriação do espaço" (Fadigas, 2010, p.11).

Assim, e sendo o processo de urbanização aparentemente irreversível em grande escala, um passo essencial a dar será o de deixar de considerar o espaço aberto unicamente como o negativo da

urbanização, mas vê-lo sobretudo como um espaço que tem uma identidade e um valor intrínsecos (Madureira, 2005), capazes de gerar uma nova morfologia e uma nova paisagem urbana.

1.3.Paisagem urbana – conceito

"A paisagem constitui uma dimensão fundamental caracterizadora do território e do seu ordenamento. Ela é apreendida pelo individuo como uma síntese multidimensional do território que se constrói através do contacto cognitivo e sensorial: o que se vê, mas também o que se ouve, o que se cheira, o que se sente. A paisagem tem um valor de identidade e, por isso, é fundamental para a sustentabilidade do povoamento" (PNPOT, 2007).

Paisagem urbana é uma noção que resulta da conjugação dos conceitos de "paisagem" – ***"parte do território, tal como é apreendida pelas populações"*** (Convenção Europeia da Paisagem) -, e de "urbana", que diz respeito à cidade. Existem outros conceitos com o mesmo elemento chave, de interpretação mais ou menos evidente, tal como "paisagem literária", que se refere à representação da paisagem através dos livros; "paisagem cultural" como o resultado da cultura das comunidades humanas que moldaram a paisagem em ação conjugada com a natureza (Fadigas, 2012), "paisagem industrial", como as áreas geográficas ocupadas pela indústria; "paisagem rural", relativa à atividade agropecuária, "paisagem social", no sentido dos diferentes estratos sociais dos residentes ou "paisagem digital", como o meio virtual no qual existem personagens também virtuais (videojogos); ou ainda, no sentido de "panorâmica", de visão geral sobre um determinado tema, e sobre os atores ou elementos que a compõem, tal como "paisagem fiscal", "paisagem política", "paisagem musical", entre outros.

Para muitos, "paisagem urbana" é um conceito difícil de definir e sintetizar (Figura 2). Contudo, é reconhecido como a representação, tal como apreendida pela população, do conjunto de elementos que compõem o "habitat" humano e que formam um aglomerado urbano, uma povoação. Resulta fortemente da ação do Homem, que ao intervir no ciclo natural, interrompendo-o, a torna artificial, não como antítese da paisagem natural (também ela muitas vezes fruto da ação do homem), mas como resultado de uma ação arquitetural profundamente humanizada (Lamas, 1993).

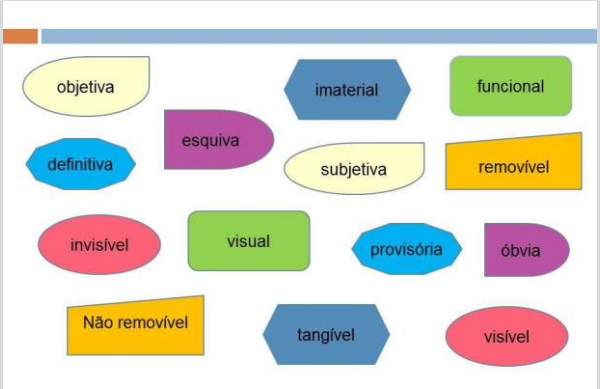


Figura 2 - Paisagem urbana – Dificuldade de definição

A paisagem urbana é tudo o que compõe o espaço urbano, que lhe confere identidade e carater. Reflete a nossa história, a nossa memória enquanto povo, e o modo como ela por nós é gerida e acarinhada. Remete-nos para sentimentos, emoções e afetividade: "que linda paisagem!". Relph (1987, p.13) refere que as paisagens urbanas são muito óbvias, porque conseguimos absorvê-las com facilidade e com nitidez; mas rapidamente se tornam esquivas, pouco nítidas quando tentamos analisá-las e escrever sobre elas. A Convenção Europeia da Paisagem (2005), define paisagem como ***"parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos"*** e que **"deve ser protegida através de *ações de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e ou da intervenção humana"***, aplicando-se ao conceito geral do termo, e, igualmente, em sentido mais restrito, à paisagem urbana.

Em qualquer uma das formas de abordagem, há sempre três escalas para análise da paisagem urbana - a da rua, composta pelos edifícios; a do bairro, compostos pelos quarteirões, ruas, praças, pátios, jardins, e a escala da cidade, que resulta do conjunto de bairros, vias, nós viários (Lamas, 1993) - e dois posicionamentos – dentro (corresponde à cidade vista de dentro), ou fora da cidade (a cidade vista ao longe, o "skyline", ou silhueta).

Pode ser analisada segundo a perspetiva visual, pictórica, da imagem (Figura 3), onde se incluem os habitantes, o edificado, as vias de comunicação, as praças, os meios de transporte, o mobiliário urbano, os suportes publicitários, a vegetação, os planos de água, a orografia, a profundidade das vistas, o céu, as nuvens, o sol, a luz, a adaptabilidade ao relevo, e que lhe conferem identidade, diversidade, complexidade e legibilidade. Esta abordagem é puramente física, material, ligada ao tangível, seguindo o modo como os elementos, artificiais ou naturais, verticais ou horizontais, reversíveis ou irreversíveis, provisórios ou definitivos, se conjugam entre si, numa tentativa de serem coerentes e organizados visualmente (Cullen, 2010), e que lhe conferem a sua dimensão estética, de beleza, enquanto valor capaz de proporcionar emoção, prazer. Cada um de nós tem, assim, a sua própria maneira de olhar a paisagem urbana e de se identificar com ela. Kevin Lynch (2011, p.14) alerta para esse facto quando refere que as imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral entre o observador e o meio ambiente, e que a imagem de uma determinada realidade pode variar significativamente entre observadores diferentes.

Por essa razão, o autor admite que a sua análise se limita aos aspetos físicos percetíveis da paisagem urbana, mas chama a atenção sobre as outras influências atuantes sobre a imaginabilidade: o significado social de uma área, sua função, sua história, ou mesmo o seu nome.

Se é certo que a paisagem urbana não se resume aos aspetos físicos e à sua forma, alterada ou inalterada, consoante removemos ou acrescentamos elementos construtivos (inertes ou naturais, provisórios ou definitivos, removíveis ou não removíveis, transitórios ou perenes), também é verdade que é tão importante o aspeto físico da paisagem como o processo de apropriação da mesma por quem dela disfruta, resultante da sua perceção e da sua interpretação da imagem do meio que o rodeia. A imaginabilidade assenta na dimensão abstrata, na imagem "imaterial" construída através da perceção, formação, informação e vivência do espaço, da história do local e das relações sociais, e

da leitura dos elementos presentes mas não “visíveis”, como a dinâmica e coesão social, a qualidade de vida, o dinamismo, o ruído ou até o cheiro.

“Tal como as roupas que vestimos, as paisagens não só escondem, como também revelam o que encerram” (Relph, 1987, p.9).

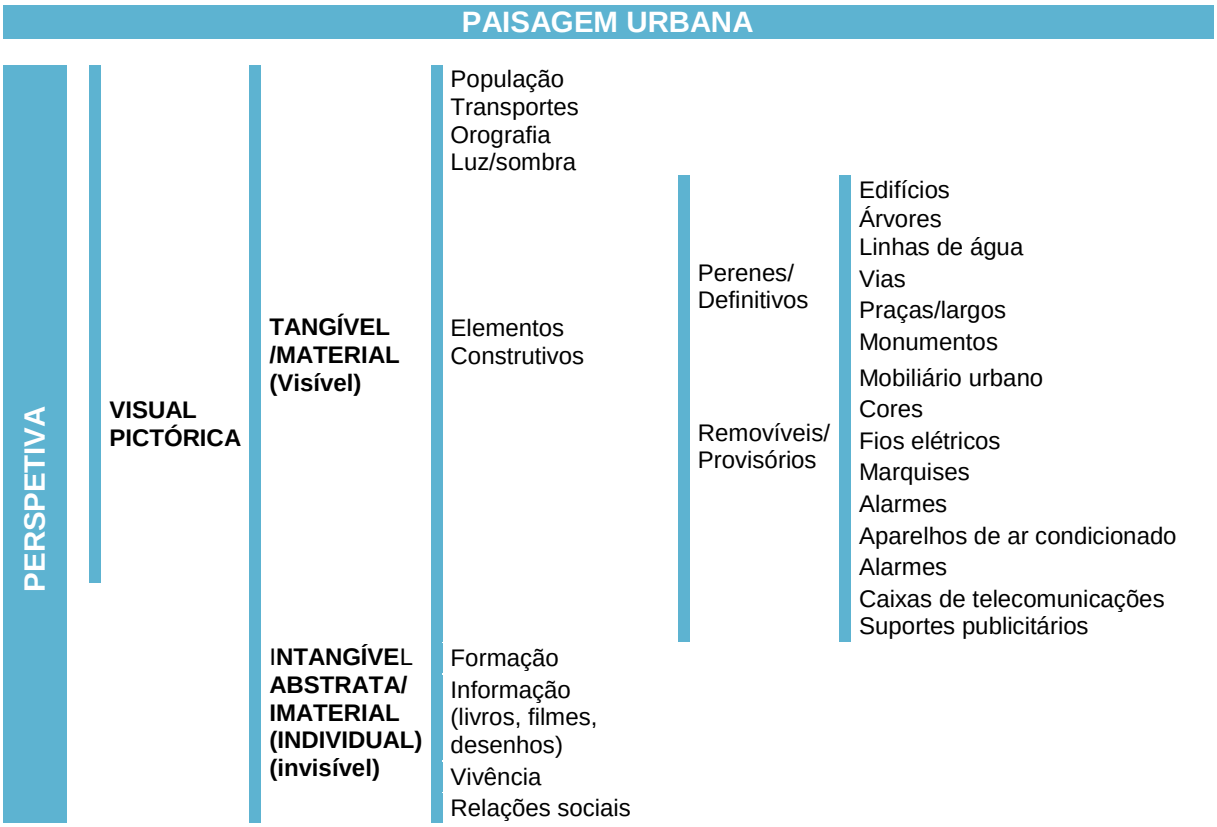


Figura 3 – Perspetiva pictórica da paisagem urbana

Outra perspetiva está ligada à possibilidade de usufruto, à vivência do espaço, ao processo de apropriação da paisagem urbana por quem dela disfruta, que a coloca como parte de um organismo onde também há funções e processos sistémicos (Figura 4), como parte de um ecossistema, onde todos os elementos se relacionam entre si. Esta perspetiva traduz aspetos visíveis de funcionalidade relacionados com a possibilidade ou restrição de usos, seja de acessibilidade, no sentido de mobilidade, ou de restrição da mesma pela privatização do espaço, de poluição ambiental e visual, de conforto (proteção do calor, da chuva, utilização de materiais de pavimentação e de mobiliário urbana confortáveis), de escala humana (no edificado), de possibilidade de contemplação das fachadas ou de vistas (direito de usufruto estético), tudo o que pode tornar a paisagem urbana atrativa para quem vive e/ou passa.

A parte invisível da paisagem urbana, na vertente funcional, reflete-se nos aspetos presentes mas não visíveis, que evidenciam a capacidade de gestão da paisagem urbana (limpeza, sustentabilidade dos elementos naturais), de planeamento e ordenamento do território, das políticas de gestão e da influência do poder político, do carinho com que a paisagem urbana é tratada. Por esta razão a paisagem urbana deve ser analisada no seu todo, tendo em conta os vários aspetos em jogo, uns relativamente aos outros, como um conjunto de valores ordenados numa visão (Cauquelin, 2014).

Figura 4 – Perspetiva funcional da paisagem urbana

Independentemente da perspetiva com que seja analisada, e de acordo com as várias interpretações, a paisagem urbana assenta na conjugação de quatro pilares (Figura 5) que se relacionam com: (i) a sua identidade, individualidade, o seu carater, a sua história, a sua temporalidade, a sua memória individual e coletiva, os seus elementos diferenciadores (Lynch, 2011, Brandão, 2011, Lema, 1997); (ii) a sua imagem física dada pelos elementos construtivos, inertes e naturais (Cullen, 2010); (iii) a sua imagem "imaterial", resultante de uma ideia, construída individualmente e transmitida pelos livros ou pelos filmes, em que é criada uma imagem mental do lugar, uma ilusão de conhecimento do território (Menezes, nd, Queiroz, nd, Name, nd), e (iv) a sua funcionalidade, das trocas sociais que nela ocorrem, os serviços que proporciona, as interações quotidianas, as relações de vizinhança, de proximidade entre grupos sociais (Lema, 1997).

Figura 5 – Pilares da paisagem urbana

1.4. Efeitos psicológicos do espaço urbano sobre o indivíduo

" A vida na moderna cidade tornou-se um símbolo do facto de que o homem se pode adaptar a céus sem estrelas, a avenidas sem árvores, a edifícios disformes, a pão sem sabor, a festas sem alegria, a prazeres sem espírito – a uma vida sem referência ao passado, amor pelo presente e esperança no futuro". (Dubos,1968, citado por Sockza,1988, p.309).

Uma das preocupações subjacentes à procura de respostas sobre a qualidade da paisagem urbana, é a pesquisa do conjunto de elementos que a desvalorizam e a descaracterizam, numa ótica de busca do bem-estar humano, enquanto habitante da cidade. Neste sentido, interessa entender quais os elementos do ambiente urbano envolvente, segundo os estudos de psicologia ambiental, que contribuem para o seu equilíbrio e conforto.

Quando decidiu tornar os habitantes da cidade mais felizes, Peñalosa, (Presidente da Câmara de Bogotá, Colômbia, entre 1998 e 2001), perguntou: ***"quais são as nossas necessidades para a felicidade?"*** Ao que terá respondido: ***"precisamos de andar tal como os pássaros precisam de voar, precisamos de estar ao pé dos outros seres humanos, precisamos de beleza, precisamos de contacto com a natureza, e que sobretudo precisamos de não nos sentirmos excluídos, precisamos de sentir alguma igualdade"*** (Montgomery, 2013, p.6).

Apesar da imensa adaptabilidade dos seres humanos a condições pouco favoráveis, ***"milhões e milhões de seres humanos estão tão bem ajustados ao meio urbano e industrial que já não se importam com os cheiros dos gases dos escapes dos automóveis, ou com a fealdade gerada pelas irregularidades das formas urbanas"*** (Dubos, 1968, citado por Sockza, 1988, p. 309) -, a psicologia ambiental procura as influências diretas dos fatores ambientais sobre o comportamento dos indivíduos.

As condições de maior "stress" no que toca ao meio urbano, são aquelas associadas ao trânsito e à insegurança, que obrigam o indivíduo a uma atenção constante (Gessler, 2014). Assim, um dos conceitos que interessa realçar é o que diz respeito a "ambientes restauradores", que se baseia no conjunto de fatores ambientais capazes de restaurar as capacidades cognitivas e recuperar da fadiga mental, perdida ou diminuída, por efeito de esforço contínuo e da exposição prolongada ao stress, potenciado conjuntamente por fatores urbanos, tal como o ruído, o congestionamento de peões e de trânsito, ou por sentimentos de insegurança, que ameaçam o seu bem-estar.

Na pesquisa dos "ambientes restauradores", há duas teorias complementares que contribuíram para a elaboração do conceito: uma, de Ulrich que está ligada à redução do "stress" (Ulrich, 1991), outra, de Kaplan e Kaplan (Ribeiro, 2008), relacionada com a recuperação da capacidade de atenção. A teoria de Ulrich "Recuperação psicofisiológica ao stress", assenta no pressuposto de que experiências de ambientes físicos agradáveis, provocam emoções positivas, mantêm o estado de atenção não vigilante, diminuem os pensamentos negativos e recolocam para estados moderados os níveis de excitação fisiológica. Os estudos de Ulrich (1991) apontam para que elementos naturais como a água e a vegetação (florestas, parques ou ruas arborizadas), promovem a recuperação psicofisiológica ao stress, enquanto o ruído, a poluição do ar e a concentração populacional, constituem elementos provocadores de stress. A natureza restauradora representada pelos

elementos naturais como relvados, árvores e água (Gressler, 2014), é explicada pelos primórdios da evolução humana nas savanas africanas, quando o espaço era aberto e permitia a vigilância contra ameaças a longas distâncias, pelas árvores que representavam refúgio e proteção, e pela água como elemento vital para a sobrevivência. A teoria da restauração da atenção do casal Kaplan, ART (Attention Restoration Theory), (Kaplan & Kaplan, 1995), assenta no pressuposto de que o ser humano, na procura de satisfação de todas as suas atividades diárias, e após muitas horas de atenção e concentração, ou de exposição ao "stress" da vida quotidiana, experimenta um processo de fadiga cerebral (isto é, uma sobrecarga de informações para o cérebro), e consequente quebra de atenção. A restauração da atenção pode ser recuperada através de quatro processos: a fascinação, o afastamento, a extensão e a compatibilidade. O processo da fascinação ("soft"), ou atenção involuntária, não exige esforço, e permite recuperar a atenção através de estímulos esteticamente agradáveis que possibilitam a reflexão (a observação de um por de sol, do movimento das folhagens das árvores com o vento, de um plano de água). Em conjunto com o outro fator "afastamento", geográfico ou psicológico, das atividades diárias e da necessidade de atenção focalizada, conduzem a um estado de relaxamento, que contribuirá para a recuperação da atenção. O fator "extensão" significa a localização numa envolvente coerente, que permite a identidade, o sentido de pertença. A envolvente deverá ser "um ambiente suficientemente planeado para possibilitar exploração e interpretação, ou seja, um ambiente que possua alcance suficiente para manter a interação sem provocar tédio". Para um ambiente ser "envolvente", deve conter diversidade ou complexidade (Kaplan & Kaplan, 1982). Estas características podem provir de elementos de diferentes épocas e estilos arquitetónicos, diversos efeitos cénicos da paisagem urbana, diversos usos, vários estabelecimentos comerciais, de elementos sugeridos mas não presentes, que provoquem a sensação de mistério, a possibilidade de descobrir, a surpresa (ruas sinuosas, a aparição de um edifício fascinante ao virar de uma esquina, ou chegar a uma colina e ter uma vista deslumbrante). A "compatibilidade" refere-se às preferências pessoais relativamente a determinados ambientes. Para um ambiente "fazer sentido" é necessário ser coerente. As partes devem estar bem conjugadas, "pertencer ao local", e possibilitar a legibilidade do espaço, fazendo com que o todo seja contínuo e compreensível (Lynch, 2011). A procura de um ambiente urbano que satisfaça o ser humano leva-nos a pensar quais as preferências, no sentido de necessidades, básicas e estéticas, e que propriedades são determinantes para o bem-estar. Refere-se à correspondência entre as inclinações e propósitos pessoais, e o suporte do ambiente para determinadas atividades. Um dos elementos consensuais é o "verde". Os espaços verdes, elementos naturais, na cidade, revelam-se como prioritários em zonas residenciais e espaços de lazer. Alguns estudos (Williams, 2003) referem que as árvores de médio porte são preferidas às de pequeno ou de grande porte, que as árvores de forma esférica ou oval são preferidas às de copa dispersa ou cónica, e que a folhagem regular é preferível à folhagem irregular; e outros (Milligan & Bingley, 2007), que referem que áreas naturais escuras com grandes densidades de árvores são assustadoras e intimidam os frequentadores, e que áreas mais pequenas, com árvores mais afastadas podem trazer melhor efeito terapêutico. Kaplan e Kaplan (1982, p.148) identificam como preferidos os ambientes que permitam os fatores "envolvimento" e "fazer sentido",

sendo que ambos são complementares, devendo estar presentes simultaneamente num ambiente desejável.

1.5. Casos de referência

"Uma paisagem degradada, desordenada, fragmentada, revela uma cidade doente, que não soube gerir o seu passado recente, e por isso, se confrontará no futuro com dificuldades acrescidas" (Ferrão, 2003, p. 223).

Dois exemplos de boas práticas analisadas, um localizado na Europa, e outro fora dela, dizem respeito ao Instituto da Paisagem Urbana e Qualidade de Vida, de Barcelona, IMPUQV, (Espanha), e ao Instituto da Paisagem Urbana de São Luís do Maranhão, IMPUR, (Brasil).

O IMPUQV E O IMPUR são ambos organismos dotados de autonomia financeira que se dedicam à gestão e preservação da paisagem urbana. Da análise efetuada e das intervenções de cada Instituto, constata-se que em Barcelona as intervenções centram-se com maior acuidade sobre o edificado, enquanto em São Luís se orientam sobretudo para o espaço público, praças e jardins.

1.5.1. Barcelona

O "Institut Municipal del Paisatge Urbà i la Qualitat de Vida" (IMPUQV) de Barcelona, Espanha, é um organismo autónomo local constituído pela Câmara Municipal de Barcelona em 27 de junho de 1997. A sua origem remonta a 1986, ano em que a Câmara Municipal lançou uma campanha com o lema "Barcelona Post'guapa", e em que convidava os habitantes de Barcelona a reabilitar os seus edifícios. Com os anos, aquela iniciativa converteu-se se num amplo projeto de transformação e melhoria da cidade, e gerou um setor de atividade municipal associado a novos conceitos de "paisagem urbana" e de "qualidade de vida".

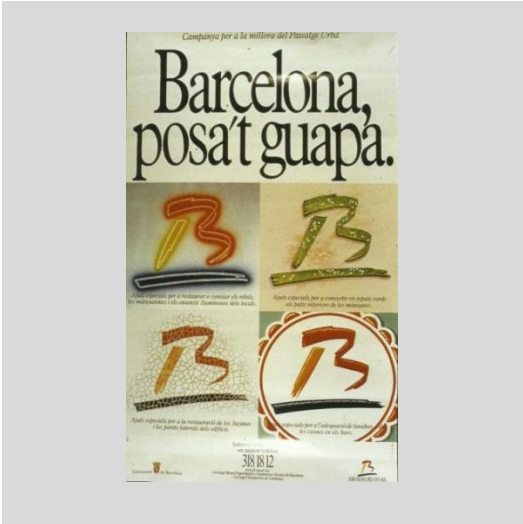


Figura 6 – Um dos primeiros cartazes publicitários à campanha "Barcelona posat'guapa" (fonte: IMPUQV)[3]

[3] "El paisatge urbá, un punt de trobada", Model Barcelona, Quaderns de gestió, Ferran Ferrer Viana

Com a criação do Instituto, e respetivo Regulamento[4], a Câmara Municipal de Barcelona culminava o processo de estruturação do novo setor de atividade, optando por um modelo organizativo mais ajustado à gestão da paisagem urbana e às necessidades dos cidadãos, das entidades e do setor privado. Através do Regulamento, enquadra a paisagem urbana como um valor ambiental, juridicamente protegido, constituída por um conjunto de elementos naturais ou culturais, públicos ou privados, temporários ou permanentes, de carater sensorial, que configuram uma determinada imagem de cidade, e responde à consciência cultural, estética e de segurança dos habitantes da cidade em cada momento histórico. Assim, a paisagem urbana é tida como um dos elementos do meio ambiente urbano necessitado de proteção, atribuída ao município pelo ordenamento jurídico por forma a garantir a todos os habitantes da cidade uma adequada qualidade de vida, constituindo um interesse coletivo. O Regulamento considera elementos da paisagem urbana os espaços públicos, as construções (sobretudo as que integram, o património cultural), os espaços livres de edificação – edificável ou não – e o espaço aéreo.

O facto do uso da paisagem urbana ser regulamentada, reside no conceito atribuído, no regime jurídico, como um elemento constituinte do meio ambiente. Assim, em termos urbanísticos, a paisagem urbana é regulamentada por normas urbanísticas, impostas através dos planos, e que respondem a uma determinada visão sobre a cidade. No que se refere ao meio ambiente e espaço público, as normas impostas pelo regulamento, aplicam-se à realidade física da cidade, como um resultado da sua história, sem contudo com isso pretender provocar uma paragem da evolução da cidade.

O conceito de paisagem urbana aplica-se, segundo o Regulamento, na perspetiva de direito dos cidadãos, a dois níveis: o direito individual de desfrute e de intervenção na paisagem urbana, e o direito coletivo dos cidadãos à paisagem urbana herdada das gerações precedentes, sobrepondo-se o direito coletivo sobre o direito individual. O Regulamento estabelece assim as normas reguladoras para proteção e fomento da paisagem urbana, e o regime de usos dos seus elementos, por forma a manter a harmonia e a não desfigurar as perspetivas dos conjuntos urbanos que integram a cidade, sobretudo nos aspetos histórico-artísticos, típicos e tradicionais.

Todos, e em especial, os reguladores dos potenciais “agentes contaminantes” (aqui definidos como elementos que afetam sobretudo, a perceção visual, estética e de segurança tais como a publicidade, toldos, aparelhos de ar condicionado, painéis solares, alarmes, antenas, e qualquer outra instalação acessória ás construções, nomeadamente aquelas que resultem da evolução socioeconómica ou tecnológica), administração municipal e as outras administrações públicas, têm o dever de cumprir as normas contidas no Regulamento.

O Regulamento tem assim como objetivos específicos:

1. A proteção, manutenção, e melhoria dos valores fundamentais da paisagem urbana, e da imagem da cidade de Barcelona;

[4] Web site http://w110.bcn.cat/PaisatgeUrba/Continguts/Presentacions/Documents/OUPU%20Cast.pdf, acedido em fevereiro de 2014

2. A proteção, conservação, valorização, restauração, crescimento, difusão, e o fomento e defesa dos valores artísticos, históricos, arqueológicos, típicos ou tradicionais do património arquitetónico da cidade, dos seus elementos naturais e urbanos, de interesse;
3. O apoio e impulso do uso ordenado e racional da paisagem urbana, como instrumento decisivo para a conservação da envolvente;
4. O desenvolvimento da participação da sociedade civil e do setor privado, tanto em termos de responsabilidade na manutenção, como na direta recuperação da paisagem;
5. A coordenação de todas as partes que intervêm no modelo da paisagem urbana.

O Regulamento estrutura-se em quatro títulos (disposições gerais, usos públicos, usos privados da paisagem urbana e infrações/sanções), nas disposições adicionais e atualizadas dos regulamentos anteriores (agora resumidos e aglutinados), de publicidade e instalações publicitárias, de instalação de antenas, e de conservação dos paramentos exteriores dos edifícios.

A título de exemplo, e no que se refere a apoios para reabilitação de edifícios, em 2015 a Câmara Municipal de Barcelona coloca disponível para ajudas aos proprietários de edifícios, a verba de 11,3 milhões de euros, sendo que a cada um atribuirá, o apoio de 50%, no máximo, até 60 000 euros. Os requisitos para a atribuição das ajudas é de que o edifício seja anterior a 1981, e que haja um acordo do condomínio. Atribui-se prioridade a obras de reabilitação energética, fachadas, coberturas, empenas, terraços verdes, instalação de águas quentes a energia solar, substituição de painéis solares obsoletos, melhoria de acessibilidades ou de reparações de patologias estruturais dos edifícios. Até ao fim de 2014 houve 227 pedidos de financiamento em obras de reabilitação, o que representou um acréscimo de 157% em relação ao ano anterior.

Figura 7 - Recuperação da fachada (Antes e Depois)[5]

[5] [5,] Fotografias retiradas do web site da Generalitat da Catalunya, www.gencat.cat/, acedido em dezembro de 2014

Figura 8 - Recuperação do tardoz, com alteração de marquises (antes e depois)[6]

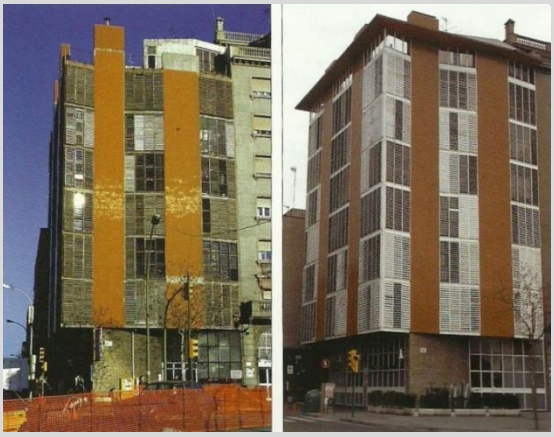


Figura 9 – Reabilitação do edifício “Casa da Marina”, Antes (1991) e Depois (1993) (Fonte: IMPUQV)[7]

Figura 10 - Reordenação dos rótulos comerciais em edifícios[8]

[6] Fotografias retiradas do web site da Generalitat da Catalunya, www.gencat.cat/, acedido em dezembro de 2014
[7] “El paisatge urbá, un punt de trobada”, Model Barcelona, Quaderns de gestió, Ferran Ferrer Viana
[8] Fotografias retiradas do web site da Generalitat da Catalunya, www.gencat.cat/, acedido em dezembro de 2014

1.5.2. São Luís do Maranhão

Por decreto municipal de São Luís, capital do Estado do Maranhão, Brasil, foi criado o Instituto Municipal de Paisagem Urbana, IMPUR, organizado sob a forma de Autarquia[9], com personalidade jurídica de direito público, dispondo de autonomia administrativa-financeira e dotação no orçamento do Município.

Tal como os documentos relativos à sua origem o indicam (ANEXO 5), a criação do IMPUR permitiu a descentralização administrativa, agindo, não por delegação, mas por direito próprio e com autoridade pública. Segundo a "Visão de Futuro" estabelecido pelo organismo (em 2002), o IMPUR pretendia ser referência nacional na área da paisagem urbana até 2008, transformando São Luís numa "cidade mais bela e feliz". A ação do IMPUR tem como objetivo reduzir o impacto do desenvolvimento sobre o meio ambiente, e dar qualidade de vida à população, criando conforto ambiental, e atendendo às necessidades da cidade em termos de áreas para lazer e recreio. O IMPUR foi criado com a missão de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos através de ações que venham minimizar os impactos ambientais e maximizar o potencial paisagístico, valorizar as terras urbanas e gerar suporte para o desenvolvimento sustentável. E tem como uma das suas funções, planear, executar, operar, conservar e manter a paisagem urbana, incluindo aqui as praças e parques urbanos. Os projetos elaborados pelo IMPUR resultam de solicitações da comunidade, associações, vereadores, entre outros, ou fruto de planeamento. Antes do início dos estudos, realizam-se vistorias ao local, onde se verifica quem são os utilizadores do espaço, quais os usos, e como ele é utilizado. Após o que são feitas reuniões com a comunidade, e só depois, são executados os estudos preliminares, que também são levados à comunidade para conhecimento e aprovação. As realizações do Instituto são planeadas e executadas por uma equipa multidisciplinar constituída por um gestor, por um advogado, por uma assistente social, um arquiteto, engenheiros agrónomo e civil, um biólogo, entre outros especialistas.

O IMPUR concebeu a realização do Plano da Paisagem Urbana do Município de São Luís, *"um levantamento inédito e pioneiro no Brasil, que detalha a ocupação urbana na capital, e sugere soluções para a melhoria dos espaços públicos"*. O Plano (Figura 11) identificou a ocupação urbana e as caraterísticas naturais e arquitetónicas da cidade de São Luís, e determinou o potencial paisagístico, apresentando um quadro geral da *"situação urbanística onde foram analisados aspetos fisiográficos, ocupação, património paisagístico e legislação, um diagnóstico de conflitos e problemas, potencial, zonamento paisagístico e tendências de expansão, e, por fim, propostas de estratégias de ocupação, preservação, e valorização da cidade"*.

---

[9] No sentido em que possui a capacidade de se autoadministrar no que toca às atividades específicas que lhe foram conferidas pela pessoa pública que a criou, o Município Regimento interno do Instituto Municipal da Paisagem Urbana (IMPUR), (Anexo 5).

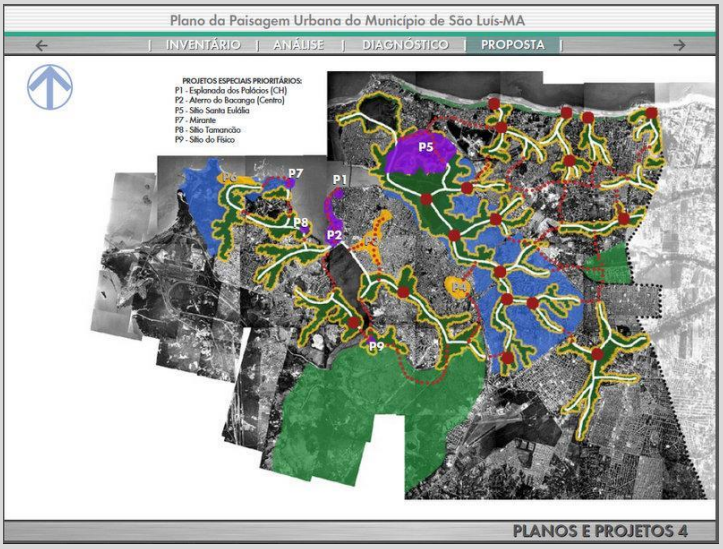


Figura 11 – Plano da paisagem urbana do Município de São Luís do Maranhão[10] (Cortesia do IMPUR)

As áreas sobre a qual recaem a responsabilidade do IMPUR incluem “as ruas, avenidas, praças, parques, espaços abertos ao redor de instituições públicas e privadas e áreas livres de lotes”, e sobre o “património paisagístico e ambiental” (Regulamento Interno do Instituto Municipal da Paisagem Urbana - Artigo 3º). De entre os projetos desenvolvidos pelo IMPUR destacam-se o ajardinamento de rotundas e canteiros em avenidas, a arborização da cidade, projetos de praças em bairros, no centro histórico e em parques urbanos. O desafio do IMPUR é a recuperação e preservação do conjunto arquitetónico de São Luís, património da humanidade, prevendo em virtude da escassez de meios, parcerias para captação de investimentos externos. Nesta linha, o Prefeito de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, instituiu o Programa "Cuidando da Cidade", que tem como finalidade as atividades de construção, conservação, manutenção, paisagismo, a restauração e/ou remodelação de mobiliários urbanos nos logradouros públicos do Município. As verbas necessárias à realização destas intervenções são da responsabilidade das entidades privadas que concorrem ao Programa, às quais é permitida a veiculação de publicidade, respeitando as normas técnicas estabelecidas pelo órgão municipal competente. Podem participar quaisquer entidades da sociedade civil, associações de moradores, pessoas físicas e pessoas jurídicas legalmente constituídas. O Município de São Luís, no âmbito de sua competência, e, dentro dos limites legais atribuídos, poderá adotar medidas de isenção fiscal aos associados ao Programa "Cuidando da Cidade". O IMPUR tem um orçamento de R$ 2 271 000 (cerca de 700 000 euros) sendo o orçamento da Câmara Municipal de São Luís de R$ 2,7 mil milhões de reais, isto é, cerca de 824 milhões de euros. O orçamento do IMPUR corresponde assim a cerca de 0,08% do orçamento municipal. A título de exemplo, o orçamento para 2015 de Sintra, é de 150 milhões de euros, tendo o Executivo decidido atribuir (em 2015) 26 milhões de euros

[10] Plano da Paisagem de São Luís do Maranhão (2003)

à intervenção no espaço público e saneamento[11], o que corresponde a cerca de 17% do orçamento municipal. Em Lisboa[12], em 2015, e para 738 milhões de euros de orçamento, à requalificação do espaço público e à reabilitação do edificado corresponderá 60 e 32 milhões de euros, respetivamente, equivalendo a um total de 92 milhões de euros, o que corresponde a 12,5% do orçamento municipal.

Nas Figuras 12,13 e 14, e no ANEXO 3, apresentam-se algumas fotografias do "antes e do depois" de intervenções do Instituto Municipal da Paisagem Urbana em praças e avenidas, de São Luís do Maranhão.

Figura 12 - Praça Benedito Leite – Antes da intervenção (Fotografias - cortesia do IMPUR)

Figura 13 - Praça Benedito Leite – Depois da intervenção (Fotografias - cortesia do IMPUR)

[11] Web site http://www.cm-sintra.pt/sintra-investe-26-milhoes-no-espaco-publico-e-saneamento, acedido em abril de 2014

[12] Web site http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/orcamento-2015-mantem-baixa-carga-fiscal, e http://www.cm-lisboa.pt/municipio/camara-municipal/financas/instrumentos-provisionais acedidos em fevereiro de 2015.

Figura 14 - Avenida e Praça Dom Pedro II – Centro – Antes e Depois (Fotografias - cortesia do IMPUR)

1.6. A paisagem urbana na legislação europeia e sua implicação na legislação portuguesa

A necessidade de preservação da paisagem urbana, embora poucas vezes atendida, é unanimemente aceite, e diversos instrumentos legais já a preveem no seu articulado. Tratando-se de uma abordagem exploratória, e sem pretensões de estabelecer uma análise exaustiva sobre os instrumentos legais, julga-se porém necessário referir alguns dos principais marcos legislativos de introdução da necessidade de preservação da paisagem.

Com efeito, uma das primeiras referências à necessidade de proteção da paisagem foi apontada na Carta de Paris[13] realizada entre os dias 9 de novembro e 12 de dezembro de 1962. A Carta, ou a " Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carater das paisagens e dos sítios", espelhava a preocupação e apelava à proteção da paisagem natural e urbana, ameaçadas pelo incremento da atividade humana. O documento propunha que os Estados-Membro adotassem, na legislação nacional, a aplicação de medidas de proteção nos respetivos territórios, com base nos princípios delineados na Recomendação, e criassem órgãos especializados, de carater executivo e consultivo. Assim, a aplicação de medidas de proteção, com a força de lei, implicaria, em caso da sua violação, o pagamento de danos ou, se possível, a reposição das condições iniciais. Os órgãos de carater executivo deveriam ser serviços especializados, centrais e regionais, encarregados de aplicar as medidas de salvaguarda, e os órgãos de carater consultivo deveriam ser comissões de carater

[13] Web site http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001145/114582f.pdf#page=145, acedido em abril de 2014

nacional, regional e local, encarregadas de estudar as questões relativas à salvaguarda e de emitir o seu parecer sobre essas questões às autoridades centrais ou regionais, ou às coletividades locais interessadas.

Anos mais tarde, foi criada a Carta Urbana Europeia (1992)[14], sobre o trabalho do Conselho da Europa em matéria de políticas urbanas, e inspirada na Campanha Europeia para o renascimento da Cidade, organizada pelo Conselho da Europa entre 1980 e 1982. Esta campanha de sensibilização, atraiu a atenção sobre as abordagens suscetíveis de melhorar a vida nas cidades, e colocou o acento sobre quatro grandes temas: melhoramento do meio ambiente, reabilitação dos alojamentos existentes, criação de iniciativas sociais e culturais na cidade e participação pública.

Tratou-se de uma declaração europeia sobre o direito à Cidade, que considerava que os cidadãos das cidades europeias tinham direito nomeadamente a uma arquitetura e um meio ambiente de qualidade, agradável e estimulante, suscitado por uma arquitetura contemporânea de grande qualidade, assim como pela conservação e reabilitação minuciosa do património edificado. Recomendava que a cidade futura soubesse equilibrar as novas tendências e o reconhecimento do património, e integrasse o novo sem destruir o antigo - ***" uma cidade sem passado é como um homem sem memória"***. Questionava a ocupação da cidade pelo automóvel - o automóvel ou a Cidade? - Considerava que o automóvel matava lentamente a Cidade, e que no horizonte do ano 2000, seria preciso escolher ***"ou um, ou outro, não poderemos manter os dois".*** Admitia ser fundamental a criação de zonas de conservação da natureza, e que a vegetação devia ter um lugar muito importante no ordenamento dos espaços públicos e dos bairros, pelo impacto decisivo sobre a paisagem urbana, sem o qual a cidade perde uma parte da sua personalidade.

Definia a paisagem urbana a etapa final de um processo de urbanização, ou seja, a criação de edifícios e de espaços públicos, inscritos no tempo, e que a respetiva conservação e desenvolvimento, relacionada com o problema de segurança, de conforto, de comodidade e de estética, desempenhava um papel importante na procura de um meio ambiente urbano de qualidade. Referia ainda que tanto pelos seus lazeres culturais, como pelo seu bem-estar, os cidadãos têm necessidade de lugares onde se possam reter, relaxar, passear, jogar e se encontrar, e que importava plantar árvores e vegetação, introduzir cores, luz e sombras, sem negligenciar os materiais. Recomendava ainda, que a criação e a gestão dos espaços públicos deveriam ser feitas ao nível do bairro, através de uma parceria entre a administração local, a população e as associações. Identificava a criação arquitetural como determinante para a qualidade da paisagem urbana, e que o poder de atração de uma cidade podia ser conseguido não só pela reabilitação do tecido construído, mas também pela qualidade dos novos edifícios, e ao modo como eles se harmonizam com o meio envolvente.

Recomendava a necessidade de um quadro jurídico de maneira a garantir a proteção efetiva do património e impedir a desfiguração, degradação, e demolição dos edifícios ou conjuntos protegidos. Avisava que é preciso assegurar que a cidade não se transforme num museu ao ar livre, devendo a reabilitação permitir aos edifícios preencher as funções contemporâneas, e recomendava ainda que

[14] Charte urbaine européenne, Web site https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=887375&Site=COE, acedido em abril de 2014

os alojamentos deveriam ser envolvidos, tanto quanto possível, de jardins, e munidos de espaços verdes.

Por iniciativa do Conselho da Europa, foi assinada, em Florença, em Outubro de 2000, a Convenção Europeia da Paisagem, que teve por objetivos promover a proteção, gestão e ordenamento das paisagens europeias e organizar a cooperação europeia sobre os temas da paisagem. Foi o primeiro tratado internacional dedicado exclusivamente a todas as dimensões da paisagem europeia.

Na legislação portuguesa a proteção da paisagem verificou-se com a transposição da Convenção Europeia da Paisagem para o direito português através do Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro. A Convenção considera que a paisagem desempenha importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social, de identidade das populações, e que constitui um recurso favorável à atividade económica, cuja proteção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego.

A Constituição da República[15] prevê que todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, e que para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos, a) ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento socioeconómico e a valorização da paisagem, b) criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico, c) promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da proteção das zonas históricas.

A qualidade da paisagem urbana também está refletida nas preocupações do Plano Estratégico Nacional do Turismo[16] ao referir que *"a qualidade urbana, ambiental e paisagística deverá tornar-se numa componente fundamental do produto turístico para qualificar e valorizar o destino"* (Portugal). Esta intervenção requer a constituição de Zonas Turísticas de Interesse (ZTIs), como por exemplo, núcleos históricos e fronteiriços e polos de desenvolvimento turístico". A atuação nas Zonas Turísticas de Interesse, tem como objetivos a) reduzir a intervenção com impacto na paisagem natural ou urbana, b) promover a arborização dos espaços, c) assegurar autenticidade arquitetónica nos centros históricos, d) aumentar as zonas pedonais, em particular nos centros históricos e regular as condições de estacionamento, e) fomentar a criação de ciclovias, f) aumentar as zonas verdes, (nomeadamente através da arborização), g) promover a conservação dos monumentos e edifícios, h) assegurar boas condições de iluminação dos principais edifícios e das principais vias de circulação, i) fomentar a criação de esplanadas e de qualidade do mobiliário urbano, j) assegurar a limpeza e despoluição ao nível do solo, subsolo, água e k) a redução dos níveis de barulho, em particular junto a empreendimentos hoteleiros ou de lazer (por exemplo obras, fábricas, aviões), assegurar boas

[15] Lei Constitucional nº 1/2005 de 12 de Agosto (Sétima revisão constitucional),web site www.instituto-camoes.pt/...geral/.../lei-constitucional, acedido em abril de 2014

[16] Plano Estratégico Nacional do Turismo (2007), Web site acedido em abril 2014, http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202007.pdf

condições de saneamento (por exemplo eliminação de saídas de esgotos), l) controlar os níveis de poluição e m) evitar maus cheiros, eliminar depósitos de entulho nas margens dos rios em áreas turísticas.

A nova Lei de Bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo[17], refere que todos têm o dever de respeitar o ambiente, o património cultural e a paisagem.

O Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de Maio[18] (retificado pela Declaração de Retificação n.º 53/2009, de 28 de Julho), ao definir o conceito de "altitude máxima de edificação" (Ficha n.º 4) como *"a altitude máxima de edificação e a cota altimétrica máxima que pode ser atingida por qualquer elemento construído, existente ou previsto, independentemente da sua natureza ou função"*, contempla em "Notas complementares" a noção de proteção da paisagem urbana: *"(…) a altitude máxima de edificação e um parâmetro de edificabilidade muito específico, que é utilizado quando há necessidade de controlo do espaço aéreo e, em alguns casos, para controlo de vistas ou da paisagem urbana".*

No que se refere à reabilitação urbana (e com repercussão na paisagem urbana), são delimitadas territorialmente áreas em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas e dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços verdes, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade. E ainda sempre que se justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana. Nesta matéria foram introduzidas alterações no quadro legal[19], no sentido de agilizar e dinamizar a reabilitação urbana, nomeadamente, flexibilizando e simplificando os procedimentos de criação de áreas de reabilitação urbana (ARU's), e de controlo prévio de operações urbanísticas.

A mais recente legislação[20], que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, refere que no exercício do seu poder regulamentar próprio, os municípios aprovam regulamentos municipais de urbanização e ou de edificação, (Artigo 3º, nº1) e que devem ter como objetivo a concretização e execução do diploma, designadamente disciplinar os aspetos relativos à segurança, funcionalidade, economia, harmonia e equilíbrio socio ambiental, estética, qualidade, conservação e utilização dos edifícios, e suas frações e demais construções e instalações (Artigo 3º, nº2).

No quadro legal português, e até ao momento, não há nenhum instrumento legislativo exclusivamente dedicado à paisagem urbana. Contudo, com a constituição da Comissão Redatora para a Política Nacional da Arquitetura e da Paisagem (PNAP), através do Despacho n.º 9010/2013, de 10 de julho, que contempla, na sua linha de ação, a preparação de medidas legislativas e regulamentares, delineia-se a perspetiva de aparecimento de novos instrumentos legais para a preservação e gestão da paisagem urbana.

---

[17] Lei nº 31/2014 de 30 de maio, web site http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf, acedido em abril de 2014

[18] Web site http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/Dec_Regulamentar_9_2009.pdf, acedido em abril de 2014

[19] Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, com a sua nova redação Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto

[20] Nomeadamente a nova redação do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, Decreto-Lei nº136/2014, de 9 de setembro

1.7.Estrutura da dissertação

As preocupações fundamentais subjacentes à presente dissertação prendem-se com a qualidade da paisagem urbana, e com o tipo de modelo, e instrumentos, válidos para a sua gestão e preservação.
Deste modo, os objetivos deste trabalho são, por um lado, a determinação dos critérios de qualidade da paisagem urbana e dos elementos que a desvalorizam, e por outro, o estudo de opções para a sua gestão e apresentação de uma proposta de modelo.
Neste sentido, a estrutura da dissertação, dividida em 5 capítulos, tentou corresponder a estas preocupações e objetivos, e agrupar as ideias segundo as várias abordagens.
Neste Capítulo 1, a par do enquadramento temático, aborda-se os modelos de ocupação, as alterações da morfologia urbana, as tendências do desenho urbano e do urbanismo, como fatores dominantes da paisagem urbana. Procura-se encontrar conceitos teóricos definidores da paisagem urbana, como base de partida para a definição do modelo metodológico a seguir na procura dos critérios de qualidade (entrevistas). Tenta-se entender de que modo é que o ambiente urbano contribui para o bem-estar do cidadão (psicologia ambiental), e de que forma é que a paisagem urbana pode contribuir para alcançar o patamar desejável. Apresentam-se dois casos de referência: um em Barcelona, Espanha, e outro no Brasil, em São Luís do Maranhão, e aborda-se a introdução e desenvolvimento legislativo de medidas de proteção da paisagem urbana em Portugal.
No Capítulo 2, e por forma a ajudar na procura de soluções e instrumentos de gestão da paisagem urbana, introduz-se a metodologia de trabalho realizado, com um inquérito “on line”, para aferição da sensibilidade dos inquiridos ao tema, e da necessidade de regulação em normativas, nacionais ou municipais. Apresenta-se o resultado das entrevistas ao painel de peritos - identificação dos critérios de Qualidade e de Elementos de Desvalorização da paisagem urbana - , constroem-se Indicadores e Índices para a medição dos critérios encontrados (e uma “Checklist”, de apoio ao trabalho de campo), e estabelece-se uma comparação entre ambos os processos de recolha de informação, “Inquérito” e “Entrevistas”.
Testa-se posteriormente a aplicabilidade dos Indicadores e Índices ao caso específico de Lisboa, e analisa-se os resultados obtidos (Capítulo 3).
No Capítulo 4 apresenta-se, no panorama organizacional nacional, os possíveis instrumentos para gestão da paisagem urbana, e propõe-se um modelo com base nos contributos do painel de peritos e nos casos de referência apresentados.
Conclui-se a dissertação com a análise crítica do trabalho realizado, e com a perspetiva de prossecução de futuros estudos a realizar sobre a temática da paisagem urbana (Capítulo 5).

CAPÍTULO 2. Identificação dos aspetos-chave da qualidade da paisagem urbana

2.1. Metodologia geral

Os passos seguidos para a concretização dos objetivos definidos anteriormente, foram os seguintes (Figura 15): (A) pesquisa bibliográfica no sentido da recolha de informação geral sobre o tema; essa procura conduziu a informações gerais relacionadas com a paisagem, urbanismo, estética, psicologia ambiental, legislação, e regulamentos municipais (Barcelona e São Luís do Maranhão) relacionados com o edificado e o espaço público; (B) questionário "on line" com perguntas fechadas, que permitisse a um público mais alargado e sem formação específica na temática em estudo, a perceção de aspetos concretos da paisagem urbana e a avaliação da necessidade de regulação, como instrumento do modelo de gestão, de algumas matérias relacionadas com o edificado e espaço público; (C) realização de entrevistas a um painel de peritos para a definição dos critérios base de definição de Qualidade e dos Elementos de Desvalorização da paisagem urbana. Com base num questionário composto por cinco questões abertas realizadas a um painel de peritos, (académicos e decisores reconhecidos na área em estudo), foi abordada a definição de qualidade e de elementos de desvalorização da paisagem urbana, a identificação e a respetiva qualificação das áreas geográficas de Lisboa com paisagens urbanas mais e menos qualificadas. O painel foi ainda questionado sobre propostas de regulamentação da paisagem urbana e respetivos mecanismos de gestão. Após a conclusão dos dois métodos (B,C) e da conjugação de todos os contributos recebidos, foram estabelecidos dois processos. Um deles conduziu à determinação dos critérios de Qualidade e de Elementos de Desvalorização (D), e à elaboração de duas ferramentas para avaliação e gestão da paisagem urbana: a "Checklist" (E) elaborada para avaliação sumária dos aspetos de qualidade que permita aos técnicos no terreno terem um processo rápido de avaliação da qualidade da paisagem urbana, e os Indicadores e Índices (F), para medição dos critérios de Qualidade e dos Elementos de Desvalorização da paisagem urbana (Capítulo 2), e respetiva aplicação ao caso concreto da cidade de Lisboa (Capítulo 3). O outro processo (Capítulo 4) conduziu à abordagem de alguns modelos possíveis de gestão da paisagem urbana (G), e à elaboração de uma proposta de modelo de Gestão (H), por forma a possibilitar aos decisores, técnicos e políticos, a decisão de intervir na melhoria da paisagem urbana e da qualidade de vida, e na escolha do mecanismo que melhor se adapta à sua situação.

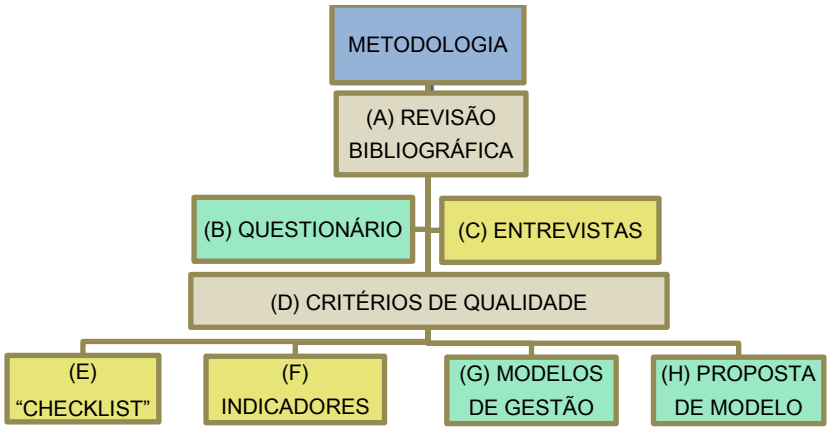


Figura 15 - Metodologia

2.1.1. Questionário "on line"

"Quando Jan Gehl visitou a exposição que esteve disponível em Copenhaga terá dito que nenhuma criança pede no Natal algo que desconhece, logo as pessoas não vão pedir para a cidade algo que não está no seu repertório. Assim devemos pedir primeiro às pessoas que se informem sobre que necessidades as suas cidades não estão a cumprir por forma a satisfazê-las e depois então poderemos ter um mosaico de ideias que poderíamos implementar no espaço público em lugares já existentes mas com algumas deficiências" (Gaete, 2013).

Foi considerado relevante realizar para este trabalho, uma auscultação à opinião da população sobre a paisagem urbana, por forma a obter alguns elementos que possibilitassem uma análise preliminar do tema, e ao mesmo tempo dar a conhecer e sensibilizar os inquiridos para as matérias em causa. Seguindo um processo exploratório de inquirição "on line", foi realizado um inquérito, composto por perguntas fechadas que, através da ferramenta "Google drive", permitiu preencher o questionário previamente enviado por "email", e obter uma análise estatística célere das respostas recebidas. Uma vez tratar-se de um tema global, embora com proposta de aplicação ao território nacional, admitiu-se não ser necessário isolar os inquiridos segundo sexo, idade, residência, ou atividade profissional, uma vez que o direito de usufruto da paisagem urbana estende-se a todo e qualquer cidadão, sem distinção. A não diferenciação segundo o sexo foi propositadamente determinada, por forma a não causar estigmas na escolha de determinados fatores que poderiam ser considerados como tradicionalmente os mais preferidos de determinado grupo. No entanto os inquiridos dizem pertencer a um universo de maiores de 18 anos, com formação superior e licenciatura em diversas áreas de estudo. Para a população da Grande Lisboa de cerca de 2 000 000 de pessoas, e para maiores de 18 anos, ou seja 1 690 000 habitantes (INE) com um intervalo de confiança de 95%, e uma margem de erro de 5%, foi considerada uma amostra de pelo menos 384 indivíduos[21]. Foi escolhida uma amostragem "por conveniência", não probabilística, útil em análises exploratórias (Forza, 2002). Nesta situação, em que não foi necessário aferir com rigor sobre as probabilidades de inclusão dos

[21] Tamanho da amostra: web site https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size/, acedido em abril de 2014

diferentes elementos da população (Guimarães e Cabral, 2007), a pesquisa recaiu sobre os membros da população mais acessíveis (amigos, colegas, conhecidos, amigos de amigos).

O objetivo primordial do inquérito "on line", foi, depois de apresentar os inquiridos ao tema do questionário através de duas perguntas introdutórias, obter respostas sobre o edificado e espaço público, para que os inquiridos pudessem compreender melhor alguns aspetos da paisagem urbana, refletir sobre eles, e por fim responder sobre a necessidade de se regular tais matérias. Depois de enviado o questionário foram obtidas 463 respostas ao inquérito "on line", entre 13 de maio e 21 de outubro de 2014. As perguntas foram suportadas por conceitos fundamentados na bibliografia consultada para este trabalho, em particular a Carta Urbana Europeia (1992), o Regulamento do Instituto da Paisagem Urbana de Barcelona, e os doze princípios de qualidade da "Cidade ao nível do olhar" identificados por Gehl (2010, p. 238).

2.1.2. Entrevistas ao painel dos peritos

Para este estudo, e, sendo a avaliação da qualidade da paisagem urbana uma temática complexa, para a qual não existem outros instrumentos capazes de apresentar respostas unívocas e credíveis, foi considerado relevante fazer-se uma auscultação a especialistas em Urbanismo sobre o tema da paisagem urbana.

Foi assim conduzido um processo de entrevistas a um painel de peritos, composto por 22 académicos e decisores, reconhecidos na área de estudo, capazes de sintetizar a informação proveniente de uma série de fontes diversas, e de apresentarem um conjunto de pontos de vista no sentido de chegar a conclusões generalizadas (QREN, 2013). Os peritos, individualidades ligadas às Academias, às entidades públicas e a laboratórios de investigação, com a sua experiência e conhecimentos, foram determinantes para a obtenção de um juízo de valor sobre o tema proposto. A entrevista, com a duração de cerca de uma hora e meia, versou o tema da paisagem urbana incidindo sobre quatro perguntas específicas: **(1) O que define a qualidade da paisagem urbana? (2) O que a desvaloriza? (3) Quais as paisagens urbanas de Lisboa com mais e menos qualidade, e porquê? e como as posicionaria numa escala de 0 a 10 (sendo 10 o valor com maior qualidade)? (4) Como vê a possibilidade de regular os aspetos da paisagem urbana, e que instrumentos poderiam ser usados para a sua gestão?**

A partir das respostas do painel de peritos, foi elaborada uma análise do conteúdo das entrevistas através do número de ocorrências, extraindo os aspetos mais importantes (Bardin, 2014), que permitiram estabelecer denominadores comuns para os vetores da "Qualidade", "Elementos de Desvalorização da paisagem urbana", "*Ranking* das paisagens de Lisboa de maior e menor qualidade", e "Regulamentação e Gestão da Paisagem urbana". O painel de peritos foi decisivo para a consolidação de uma proposta de avaliação consistente e crítica sobre as várias realidades inquiridas.

2.2. Resultados

2.2.1. Resultados dos Inquéritos “on line”

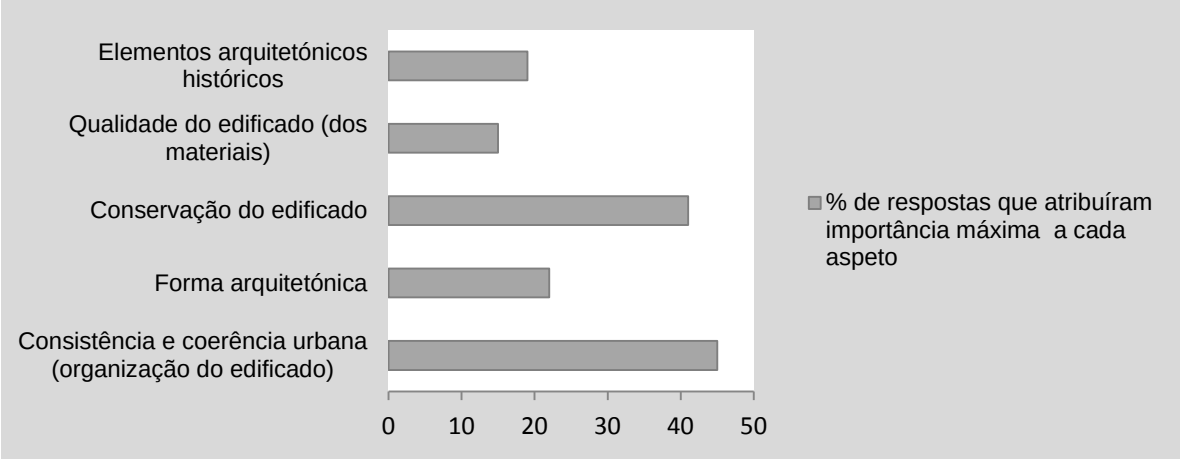
Considerando a definição de paisagem urbana da Carta Urbana Europeia como a etapa final do processo de urbanização, e sendo a paisagem urbana intensamente humanizada, foram formuladas as duas questões iniciais:

1)“O que é para si a Paisagem Urbana? Incide sobre o edificado, incide sobre o espaço público ou sobre os dois? 2) A paisagem urbana interfere com a sua disposição? Acarreta-lhe emoções? Provoca alguma emoção? Porque apela aos sentidos, à participação, é humanizada?”

À primeira questão, 93% dos inquiridos considerou que a paisagem urbana incide sobre ambos (Figura 1 do Anexo 6) e, à segunda questão 86% dos inquiridos respondeu afirmativamente (Figura 2 do Anexo 6). As perguntas que se seguiram relacionaram-se com o edificado, e pretenderam evidenciar os aspetos que, de acordo com os inquiridos, foram considerados como os mais relevantes e aos quais atribuíam maior importância.

As opções apresentadas tiveram por base conceitos relacionados com a coerência urbana, a arquitetura, a conservação e manutenção do edificado e do património, apresentados por alguns autores. Para Cullen (2010), a paisagem urbana é um conceito que tem a ver com a organização de edifícios, ruas e praças, exprimindo a arte de tornar o ambiente urbano coerente visualmente, e para Kaplan e Kaplan (1982, p.148) ***“para um ambiente fazer sentido é necessário ser coerente”***. A Carta Urbana Europeia apela à atratividade da cidade através da reabilitação do tecido edificado, da construção de novos edifícios, e do modo de como se harmonizam com a envolvente, ao direito à qualidade da arquitetura dos edifícios, novos ou reabilitados, e do meio ambiente envolvente. Refere ainda a necessidade de preservar os elementos arquitetónicos históricos não destruindo a memória coletiva, reconhecendo a importância do património, e a melhor integração do antigo com o contemporâneo. À pergunta **“No edificado: o que é para si fundamental na paisagem urbana?”**45% dos inquiridos consideraram o aspeto “consistência e coerência urbana (organização do edificado) como um dos aspetos mais importantes, tendo-lhes atribuído a máxima importância; 41% dos inquiridos considerou a conservação do edificado mais importante, 22% a forma arquitetónica, 19% “possuir” elementos arquitetónicos históricos e 15% a qualidade do edificado (dos materiais). Na Quadro 1, apresentam-se os resultados relativos ao edificado e à distribuição de como os inquiridos atribuem importância máxima a cada um dos cinco aspetos.

“No edificado: o que é para si fundamental na paisagem urbana?”



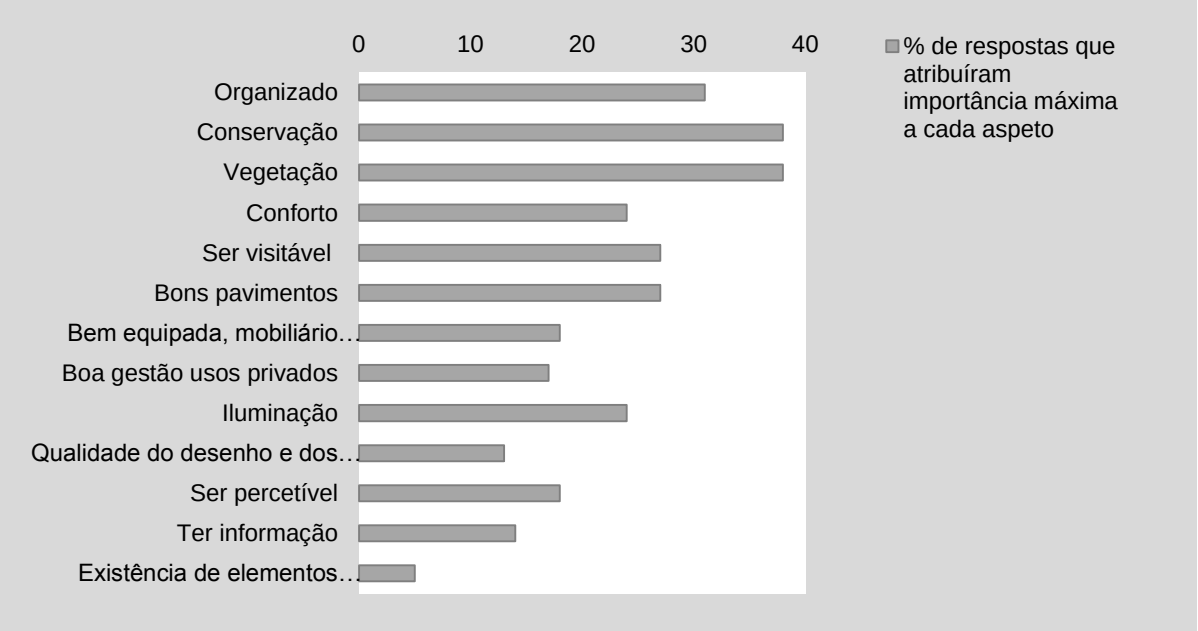
Quadro 1 - Respostas ao questionário no que diz respeito ao edificado

O conjunto de perguntas que se seguiu, sobre o espaço público, pretendeu, entre as opções apresentadas, realçar os aspetos que os inquiridos consideraram como os mais relevantes e aos quais atribuíam maior importância. Segundo a visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as cidades do século XXI, o desenho urbano e composição urbana são essenciais para o renascimento das cidades, para a reabilitação das formas urbanas não humanizadas e degradadas, para a excelência estética e a proteção dos elementos do património natural e cultural. Para Gehl (2010, p. 238), segundo o critério **“Oportunidades para caminhar”** a manutenção do espaço público e a necessidade deste ser um lugar atraente para passear, implica garantir certos requisitos em toda a sua extensão, tais como um espaço sem obstáculos, boas superfícies, pavimentos suaves, bem programados, bem projetados, bem construídos, fachadas interessantes. Segundo o critério **“Boa experiência sensorial”**, é fundamental um bom desenho, detalhes, bons materiais, vistas agradáveis, e a existência de parques com elementos naturais (árvores, plantas, água), pontos de encontro com a natureza, que tendam a estabelecer uma comunicação sensorial que habitualmente não é conseguida na utilização de outros espaços públicos. No critério **“Proteção contra o crime e a violência”** a garantia da segurança no espaço público, é possível através do acumular de várias funções de dia e de noite, e de muito boa iluminação no caso de atividades noturnas. No critério “**Proteção contra experiências sensoriais desagradáveis”** o espaço público deve incluir áreas adequadas para que os cidadãos se possam proteger do vento, do calor, frio, chuva, neve, poluição, ruído, e evitar assim uma experiência sensorial incómoda. A Carta Urbana Europeia refere-se à mobilidade como um fator fundamental para o funcionamento da cidade, elemento chave para a qualidade da vida urbana; refere que os espaços públicos devem ser protegidos e revalorizados por reordenamentos duráveis e de grande qualidade; e que uma igual atenção deve ser dada ao mobiliário urbano, à sinalização pública, à regulação para as fachadas, ao recurso à vegetação, aos espaços verdes, aos planos de água, fontes, estátuas e outras obras de arte. Na sequência das opções apresentadas sobre o espaço público, e à pergunta **“No espaço público: o que é para si fundamental na paisagem urbana?”** (Quadro 2) 38% dos inquiridos atribuíam importância máxima “conservação/manutenção” e à necessidade de “ter vegetação”, 31% dos inquiridos a “ser

organizado", 27% a "ser visitável" (sem obstáculos, facilita a visita e usufruto, boa sinalética), e "ter bons pavimentos" - os lisboetas consideram os pavimentos das ruas de pouca ou nenhuma qualidade (Gonçalves, 2006). Nos restantes aspetos, menos "votados", 24% dos inquiridos deram importância máxima ao conforto do espaço público, a ter refúgios (sombras, abrigos para chuva e/ou vento) - os lisboetas atribuem aos espaços públicos pouca ou muito pouca comodidade, (Gonçalves, 2006) -, 23% a "ser bem iluminado"- os lisboetas consideram as ruas com iluminação suficiente, embora pouca nos parques verdes urbanos (Gonçalves, 2006) -, 18% ao aspeto "ser bem equipada" (mobiliário urbano, necessário, suficiente para usufruto da paisagem e descanso - bancos, pilaretes, candeeiros), e "ser percetível", e 17%, à "boa gestão dos usos privados: rótulos, toldos de lojas, aparelhos de ar condicionado, mesas cadeiras, antenas".

Quanto aos restantes aspetos, apenas 14% dos inquiridos deram importância máxima a "ter informação", 13% à "qualidade do desenho e dos materiais", e 5% a "ter elementos decorativos".

"No espaço público: o que é para si fundamental na paisagem urbana?"



Quadro 2 – Respostas dos inquiridos ao questionário no que respeita ao espaço público

No que se refere às preferências, apresentaram-se primeiramente questões que se relacionam com o edificado. Tendo em conta que o contacto visual entre o nível da rua e o edifício, entre o peão e o habitante, se faz nos cinco primeiros pisos, a partir do qual o contacto com a cidade se dissipa, passando a fazer-se para outro nível, das vistas panorâmicas, das nuvens ou dos aviões (Gehl, 2010), e que no que respeita à altura dos edifícios, na questão **"Prefere prédios"** (Figura 3, Anexo 6) a opção "Prefere prédios muito altos (com mais de cinco pisos, porque privilegia o espaço público se este for bem organizado, pelas vistas, e o espaço público for bem organizado e estruturado) recebeu a preferência de apenas 5% dos inquiridos, enquanto 51% dos inquiridos preferiu "prédios mais baixos, com menos de cinco pisos ("porque privilegia as relações interpessoais espírito de bairro,

porque é mais seguro”), e 40% considerou ser indiferente optar por prédios mais altos ou mais baixos, por ambos possuírem prós e contras.

A cor permite dar legibilidade às formas e aos percursos. É um fator facilitador na orientação, de perceção e estruturação do mesmo espaço, conferindo-lhe identidade, ritmo, e significado, mas é também um elemento de complexidade na perceção do espaço (Lynch, 2011). Pode servir de “camuflagem” com a sua envolvente, conferir destaques do edificado, ou, no sentido inverso, introduzir distúrbio, tanto na perceção do construído, contribuindo para uma leitura caótica e sem hierarquia do edificado, provocando desarmonia, ou mesmo destruindo a imagem e a memória de um local (Aguiar *et al.*, 2010) (Figura 16).

Figura 16 - Terreiro do Paço - Estudo de cor (Aguiar *et al.*, 2010) – (Cortesia Professor José Aguiar)

Às perguntas: **“A cor dos edifícios é importante para si? Pensa que um edifício com uma cor desenquadrada prejudica o conjunto do edificado?”** 86% e 85% responderam afirmativamente a ambas as perguntas (Figura 5 e 6, Anexo 6). No que toca à questão sobre os fios elétricos/telefones/televisão pendurados nas fachadas dos edifícios ou a atravessar as vias **“Os fios elétricos/telefones/televisão pendurados nas fachadas dos edifícios ou a atravessar as vias rodoviárias, incomodam-no, (negativamente)?”**, 69% dos inquiridos responderam que os incomodava muito (Figura 4, Anexo 6); quanto à construção de marquises **“Acha viável a construção de marquises?”** 54% dos inquiridos considera viável desde que estas sejam homogéneas, idênticas, por edifício, sem caixilharia (Figura 7, Anexo 6); “**Quanto às antenas de televisão (normais ou parabólicas) e aos aparelhos de ar condicionado onde devem estar colocados/posicionados?”** 94% dos inquiridos considera que as antenas de televisão (“normais” ou parabólicas) devem estar colocadas de forma a ficarem todas concentradas no telhado/terraço do

edifício, de preferência sem se ver da rua (Figura 8, Anexo 6), e 90% dos inquiridos considera que os aparelhos de ar condicionado devem estar todos concentrados no telhado/terraço do edifício, sem se ver da rua, ou numa estrutura, escondidos, enquadrados nos vazios arquitetónicos (Figura 9, em Anexo 6).

Sobre as preferências dos inquiridos no espaço público, foram considerados aspetos que têm a ver com a coerência do mobiliário urbano, com os materiais, e com a publicidade, por um lado, e de acordo com os aspetos contemplados no Regulamento Urbano do Instituto da Paisagem Urbana de Barcelona, e com a diversidade e a complexidade baseada na necessidade apresentada por Kaplan e Kaplan (1982, p.148) "***para um ambiente ser "envolvente", deve conter diversidade ou complexidade".*** Assim, à pergunta **"Pensa que no espaço público, os equipamentos e materiais deveriam ser todos iguais/uniformes (por exemplo: deveriam ter todas a mesma cor e tipo de equipamento, como mesas, cadeiras, chapéus de sol)?com os mesmos elementos modulares, e com as mesmas unidades espaciais?"** 43% dos inquiridos respondeu de que deveriam ser iguais dentro de cada bairro/zona, e 41% que deveriam ser diferentes seja qual for o local, enquanto apenas 2% considerou que deveriam ser iguais em toda a cidade (Figura 10, Anexo 6), apontando claramente para uma preferência pela diversidade. **"As esplanadas (mesas e cadeiras) deveriam ser"** todas em plástico, com cores garridas, e com publicidade, recolheram 2% das preferências, enquanto 49% e 19% dos inquiridos preferiram em "plástico e/ou materiais mais nobres, de cores suaves, sem publicidade", ou em "metal, sem publicidade", respetivamente (Figura 11, Anexo 6). **"Nas esplanadas os chapéus de sol e/ou coberturas deveriam ser"** com publicidade para 3% dos inquiridos, sem publicidade para 30%, e apenas com a identificação do estabelecimento comercial para 32% (Figura 12, Anexo 6). **"Na mesma rua, acha os letreiros/rótulos comerciais das lojas, em relação às montras, devem ter"** balanço, e sobressair relativamente ao alinhamento da fachada para 14% dos inquiridos, e devem estar embutidos nos vazios arquitetónicos da fachada, no alinhamento da fachada, para 52% dos inquiridos (Figura 13, Anexo 6).

"Na mesma rua as placas informativas de atividade profissional (Médicos, Advogados, mais comuns) devem estar" embutidos na fachada do prédio e deveriam ser novos/atuais, todos do mesmo tipo, sem grandes diferenças de cor, grafismo, ou tamanho, para 54% dos inquiridos (Figura 14, Anexo 6).

"O mobiliário urbano de série (candeeiros, semáforos, pilaretes, papeleiras, abrigos de paragem de transporte público, floreiras) devem ser" uniformes para toda a cidade para 20% dos inquiridos, e para 76% devem ser diferentes consoante a zona seja moderna ou histórica, e idênticas consoante o bairro, ou seja, uniforme para cada bairro mas diversa entre bairros/zonas. (Figura 15, Anexo 6).

O mobiliário urbano comercial/privado, (bancos, mesas, esplanadas) devem ser" uniformes para toda a cidade, para 6% dos inquiridos, e para 80%, devem ser diferentes, consoante a zona seja moderna ou histórica, mas idênticas consoante o bairro (uniforme para cada bairro mas diversa entre bairros/zonas) (Figura 16, Anexo 6).**"Quanto aos toldos das lojas, na mesma rua, devem ter"** formas e materiais diversos, com ou sem publicidade, para 18% dos inquiridos, da mesma forma e material, sem publicidade, apenas com a identificação do estabelecimento comercial, para 35%, e

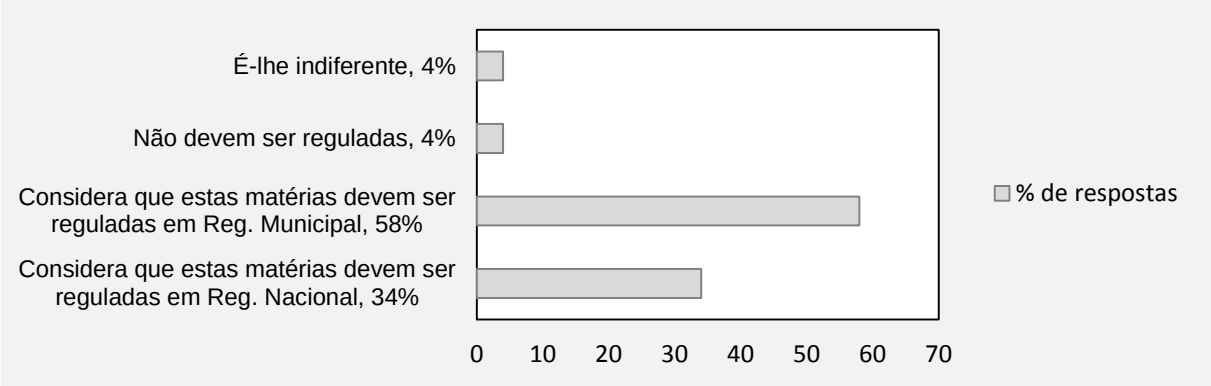
sem publicidade, apenas com a identificação do estabelecimento comercial, para 26% (Figura 17, Anexo 6). "**Os rótulos de bandeira (60x60 ou 70x70cm), perpendiculares à fachada, devem ser",** para 47% dos inquiridos, apenas para identificar hotéis, parque estacionamento, multibancos e farmácias, enquanto para 22%, podem ser para qualquer tipo de estabelecimento comercial (Figura 18, Anexo 6). "**Os abrigos laminares, em vidro transparente com estrutura metálica ligeira colocados nas fachadas dos edifícios devem ser"** apenas para atividades de hotel, cinema e teatro, para 33% dos inquiridos, enquanto 36% consideram que pode ser para qualquer atividade (Figura 19, Anexo 6)**. "Nas vias municipais"**, 12% prefere pavimentos rodoviários em betão betuminoso, 4% prefere calçadas grossas de granito (preto), e 77% considera que devem ser escolhidos consoante se tratar de uma zona moderna ou antiga (Figura 20, Anexo 6). "**Nas vias municipais",** 29% dos inquiridos prefere passeios em calçada à portuguesa (de vidraço, branca, de granito, preta, 5cmx5cm), "tradicional", 8% prefere calçada "moderna", em lajetas de betão, betão betuminoso, lajetas de granito, ou outras, e 58% considera que deve ser um tipo ou outro consoante seja um bairro "antigo", ou "moderno" (Figura 21, Anexo 6). Ainda relativamente ao espaço público "**Considera importante os espaços públicos terem abrigos suficientes para o calor, chuva, vento?"** 86% dos inquiridos considera importante a existência de abrigos para o calor, chuva, vento, em número suficiente (Figura 28, Anexo 6). À questão que tem por base um dos princípios de Gehl (2010) para a função descansar: **"Pensa que as esplanadas (mesas e cadeiras), ou seja, espaços de descanso, de um modo geral, (em Lisboa, e nas restantes cidades portuguesas) são em número suficiente?",** 44% dos inquiridos respondeu negativamente e apenas 35% considera suficiente os número de esplanadas existentes (Figura 31, Anexo 6). **"Considera importante a arborização das ruas?"** 96% considera muito importante, pelo conforto, sombra, humidade, temperatura, decoração, como elemento natural, (Figura 22, Anexo 6), e 79% considera relevante a existência de canteiros com flores (Figura 23, Anexo 6). **"Concorda com instalações publicitárias que produzem deslumbramento, grandes écrans digitais com animação, em zonas perto da circulação automóvel?"** 67% dos inquiridos não são favoráveis (Figura 29, Anexo 6).

"As empenas consolidadas devem ser tratadas com arranjo pictórico, arquitetónico ou vegetal" com a finalidade de harmonizá-la com paisagem de acordo com 74% dos inquiridos (Figura 24, Anexo 6), 60% "**considera que as montras, alpendres ou qualquer outro elemento fechado que invada o espaço público"** devem ser proibidos (Figura 25, Anexo 6), 93% que "**os terrenos que não tenham sido afetos ao uso público ou coletivo"** o proprietário deve mantê-los limpos e devidamente fechados (Figura 26, Anexo 6).

No que respeita aos letreiros/rótulos nas lojas de rua, de um modo geral, agradam a 28% dos inquiridos, de um modo geral, mas desagradam a 38%, sendo indiferente aos restantes (Figura 27, Anexo 6). No que toca à mobilidade e estacionamento, 85% dos inquiridos "**considera importante a introdução de ciclovias**" (Figura 30, Anexo 6), e a 94% incomoda os "**automóveis em cima do passeio"** (Figura 32, Anexo 6), porém, apenas 44% gostaria de "**retirar o estacionamento automóvel das ruas"**, e deslocá-lo para silos ou parques de estacionamento subterrâneo (Figura 33, Anexo 6).

A respeito do automóvel a Carta Urbana Europeia questiona: ***"o automóvel ou a Cidade?"*** e Gehl (2010), no que toca ao princípio **"Proteção contra o tráfego automóvel"** refere que as cidades devem providenciar segurança aos peões para que se possam deslocar com total confiança nas ruas, sem ter a constante preocupação de serem atropelados. A última questão do formulário diz respeito à necessidade de ver os aspetos enunciados no questionário regulamentados em normativo municipal ou nacional (Quadro 3).

"Considera que as matérias relativas à paisagem urbana devem ser reguladas?"



Quadro 3 – Resposta dos peritos no que respeita à regulação

A maioria das respostas foi no sentido de existir a necessidade de tal regulamentação. Com efeito cerca de 90% dos inquiridos julga que estes aspetos devem ser regulamentados, seja a nível Municipal (58%), seja Nacional (34%).

2.2.2. Resultados das Entrevistas

"Os cidadãos têm o direito a viver em ambientes esteticamente qualificados. O direito à qualidade da paisagem e da arquitetura é um direito social, e noutro sentido, fundamento da intervenção do arquiteto" (Lamas, 1993, p.68).

A qualidade da paisagem urbana traduz-se pelo somatório de circunstâncias e de situações relativas à proporção, volumetria, cor, luz, silhueta, vistas, dinamismo, conservação do edificado, presença de elementos histórico-culturais que, no seu conjunto, potenciam essa qualidade (P22)[22]. Tem componentes objetivas, empiricamente detetáveis, que dizem respeito às características físicas, à qualidade dos materiais que constituem o espaço público, do desenho urbano, do mobiliário urbano, da qualidade do ar, dos níveis de ruído. Outras componentes, subjetivas, que se referem à perceção de qualidade estética, ao prazer, à vivência, ao cheiro, a preferências individuais (P16, P20) (Figura 17).

Nem sempre há relação direta entre a componente objetiva e subjetiva da qualidade. O facto de existir uma qualidade objetiva não implica necessariamente uma qualidade subjetiva. Muitas vezes a

[22] Perito 22 do painel de peritos. A numeração dos peritos foi realizada de forma aleatória.

avaliação positiva de qualidade faz-se mais segundo a componente subjetiva do que pela objetiva, pelo modo como a realidade é percecionada pelos cidadãos (P20).

COMPONENTE	OBJETIVA	Qualidade dos materiais do espaço público
		Existência de desenho urbano
		Existência de espaços verdes
		Qualidade do mobiliário urbano
		Qualidade do ar
		Qualidade relativamente ao ruído
	SUBJETIVA	Estética
		Vivência
		Valor patrimonial
		Prazer
		Preferências
		Cheiro

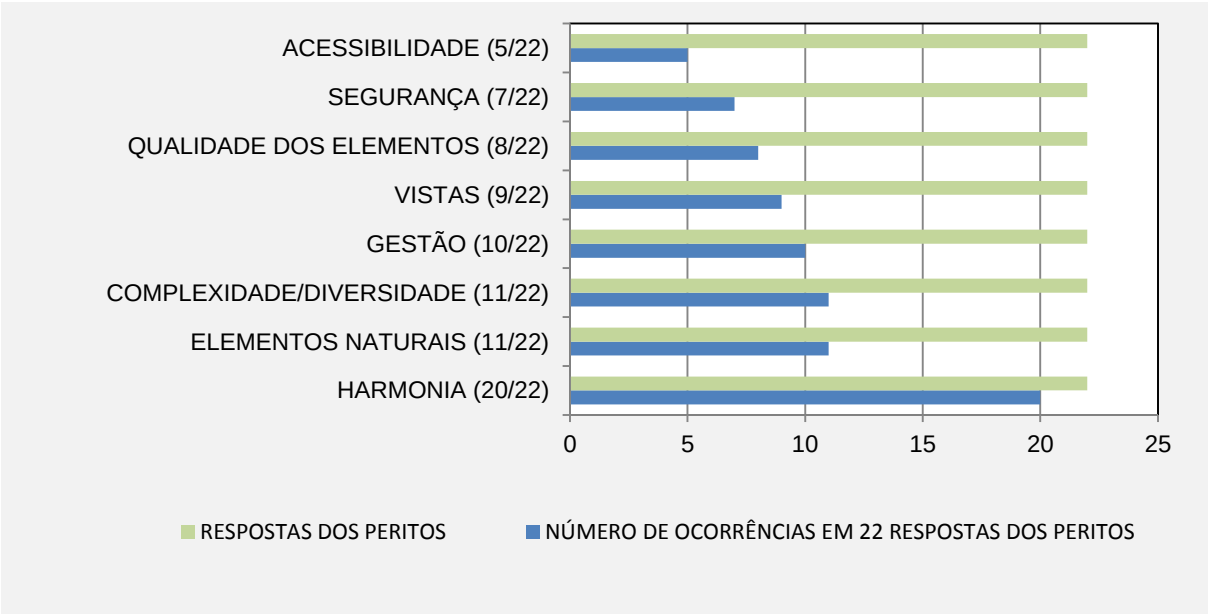
Figura 17 – Componentes da qualidade da paisagem urbana

A qualidade da paisagem urbana traduz-se também pela vivência e apropriação do espaço. Há paisagens com muita qualidade mas que não são apreciadas. É comum ouvir-se: ***"Não gosto, mas reconheço que tem qualidade!"*** (P1), que é o mesmo que dizer que não há correspondência entre qualidade e o que o indivíduo avalia subjetivamente do que é a qualidade. A este propósito é interessante referir a entrevista do Arquiteto de Brasília, Lúcio Costa, quando, com surpresa, constatou, que a apropriação do espaço da estação rodoviária de Brasília se deu por uma população diferente da que tinha imaginado quando a projetou: **" *[...] Isso tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram os brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão aí legitimamente. É o Brasil... E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isto, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras reais, não é uma flor de estufa como poderia ser. Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade o sonho foi menor que a realidade. A realidade foi maior e mais bela. Eu fiquei satisfeito me senti orgulhoso de ter contribuído*"** (Tavares, 1998, p.63). Esta reação à paisagem urbana tem a ver com o modo como o espaço é apropriável, pela sua função, nem sempre como foi imaginado. Dois espaços com características semelhantes, podem ter avaliações diferentes consoante o respetivo usufruto é concretizado. É o exemplo de dois espaços iguais no desenho, em que um é central e acessível, e como tal encontra-se repleto de vida, e outro, idêntico, mas com localização excêntrica ou difíceis condições de acesso, encontra-se vazio. Gera-se um círculo vicioso, espaço vazio - abandono - perceção de insegurança – agressivo – espaço vazio (P20). A avaliação de qualidade de cada um dos dois espaços faz-se de modo diferente, apesar do ponto de vista do desenho e dos materiais serem rigorosamente iguais (P20). A pressão contínua dos utentes num espaço, assinalando os pontos disfuncionais, obriga a uma boa gestão e consequentemente um ciclo de qualidade (P19). Um

espaço dedicado apenas a um grupo social muito específico (por exemplo, uma pista de “skates”), afasta os outros utentes que não se revêm naquela atividade. Pelo contrário um espaço público, “aberto a todos”, cosmopolita, reflete uma visão de mais qualidade, que se revela através da multifuncionalidade do espaço (P20). A conjugação da qualidade dos elementos urbanos, artificiais e naturais, do edificado e espaço público, a satisfação das necessidades básicas sócio ambientais (P1, P12, P16), um ambiente despoluído e de acesso ao abastecimento de água, a resposta às necessidades socioeconómicas e culturais, em suma um espaço com qualidade, traduzem inevitavelmente melhor qualidade de vida. A qualidade da paisagem urbana resulta da conjugação e ponderação de todos os fatores visíveis e invisíveis, objetivos e subjetivos, da estética e da apropriação do espaço. Apesar de depender dos critérios do observador, dos valores intrínsecos de cada utilizador, do padrão individual e da época (P16), do tipo de exigência e função que se pretende alcançar, há fatores e características que, agrupados, podem ser identificados no sentido de criar um padrão de qualidade da paisagem urbana.

De acordo com o painel de peritos, apresenta-se na Quadro 4, um diagrama com as respostas de maior ocorrência no que se refere à qualidade da paisagem urbana, e que permitem estabelecer um conjunto de critérios de qualidade. A pergunta “**O que define a qualidade da paisagem urbana?”** foi considerada, com uma ocorrência de 10 em 22 (P1, P2, P5, P6, P9, P12, P14, P15, P16, P18), como uma pergunta difícil, complexa, e com uma ocorrência de 7 em 22, como um conceito difícil de definir, dependendo do padrão de exigência do observador e do período temporal em que é avaliada (P1, P5, P9, P11, P15, P16, P22).

Segundo o painel de 22 peritos foram identificados e agrupados 8 critérios de Qualidade, com maior ocorrência de respostas (Quadro 4): a Harmonia, (o equilíbrio e coerência), a presença de Elementos Naturais, a Diversidade/Complexidade, a Gestão, as Vistas panorâmicas, a Qualidade dos elementos (materiais, ar, ruído), a Segurança e a Acessibilidade.



Quadro 4 - Resultados das entrevistas aos peritos - Número de respostas de peritos no que se refere aos critérios de qualidade

A harmonia, o equilíbrio, a coerência, a estética, a beleza, representam, do ponto de vista do painel de peritos (P2, P4, P5, P6, P9, P10, P12, P13, P14, P15, P16, P17, P18, P19, P20, P21, P22), as principais qualidades da paisagem urbana.

A harmonia, a beleza da paisagem urbana, traduz-se pela conjugação dos vários elementos (P5), pela ordem, organização (P4, P8, P9, P13, P14, P17), pela sua dimensão estética (P7, P14, P15, P20, P21), pela sua escala (P3, P4, P13, P17, P19, P22), e proporção (P22). Pela sua resiliência, perenidade, plasticidade (P19), mantendo o equilíbrio ao longo do tempo, consolidando uma boa sedimentação de várias épocas (P2, P3, P10, P15, P19). Pelo modo como a sociedade consegue preservar o seu património (P7), a sua história, assegurar a sua permanência no tempo através da presença de elementos históricos. Como articula o novo e o antigo, e integra as "ruturas" arquitetónicas temporais, sem dissonâncias. ***"A introdução de um novo elemento arquitetónico faz a rutura. É preciso que essa rutura se faça com qualidade!"*** (P7). Pelo equilíbrio da malha urbana, pela métrica (P7), sem mudanças abruptas de níveis de serviço ou capacidade de escoamento, de vias de circulação automóvel, harmonizando as velocidades consoante a distribuição do edificado. Pelo balanço equitativo entre os elementos naturais e artificiais, com respeito pelas necessidades mínimas de espaços verdes em função das densidades populacionais construídas (P9). Pela harmonização dos usos, das funções (P9, P10, P13), tanto do edificado como viário, uns com os outros e com o uso humano, sobretudo com as populações mais sensíveis: idosos e crianças (P6). A **HARMONIA** revela-se também pelo equilíbrio demográfico, faixa etária, etnias, classes sociais, (P16), pela boa integração paisagística e adaptação ao relevo (P14), pelo enquadramento morfológico (P2, P7, P10, P13), pela disposição do construído sobre o território, pela adaptação ao relevo, em suma, pelo modo como os elementos se inserem na paisagem urbana. Pela ligação lógica dos elementos que, embora possam ser diferentes, ligam-se fazendo sentido e pertencendo a um todo estável e uniforme. Textos e narrativas justapostas não dão legibilidade funcional, e exercem conflitos entre a paisagem natural e construída (P13). A presença de elementos dissonantes, de aberrações arquitetónicas, cromáticas ou volumétricas, tornam a paisagem urbana pouco coerente. A sintonia nos volumes, cérceas, alinhamentos de fachadas, dos materiais, das cores, dos estilos arquitetónicos, vários revestimentos são fatores que lhe conferem coerência, e consequentemente qualidade (P8). A ausência de harmonia é reflexo de outras realidades (P12), de outras dimensões, de disfunção social, de desordenamento territorial e de má gestão.

Um aspeto considerado relevante na qualidade da paisagem urbana é a existência de **ELEMENTOS NATURAIS** (P4, P5, P6, P9, P10, P11, P15, P18, P19, P20, P21), tais como a vegetação - árvores, flores, relvados/prados -, e as linhas de água/planos de água, que aproximam a paisagem urbana da natureza (sistema verde e sistema azul), conferindo-lhe frescura, ensombramento, cor, proporcionando espaços de lazer e de contemplação. Se houver deslumbramento relativamente à paisagem envolvente, os pormenores, os pequenos detalhes, menos agradáveis na paisagem urbana, são esquecidos ou negligenciados (P4).

Paisagens urbanas monótonas não são atrativas (P6). A homogeneidade, a monotonia não é fator de qualidade. A cidade ganha com a diversidade e perde com a monotonia (P6). A uniformidade não é sinónima de qualidade (P8, P9). A **DIVERSIDADE/COMPLEXIDADE** de "cenários" confere-lhe

movimento, dinamismo (P3, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P14, P19, P20, P21). A diversidade de ritmos de fachadas, de variedade na ocupação dos pisos térreos, de alternância de espaços (ruas/praças/arcos), de "diferenças de nível", várias "notas" compondo "música", "afinada", provoca emoção, apela aos sentidos. ***"É como um jogo, uma descoberta, que nos faz sentir crianças!"*** (P6). As sensações agradáveis de surpresa (P3), de mistério (P14), de deslumbramento, de "esmagamento" (P17), podem ser transmitidas pela paisagem urbana de qualidade. A multiplicidade de usos, a possibilidade de, no mesmo tabuleiro, se jogarem vários "jogos", habitação, serviços, comércio, lazer, equipamentos, é sinónima de valor, de qualidade (P18). Também a mistura social de géneros populacionais, vários estratos sociais, de diferentes níveis económicos, a integração social, se o espaço está habitado ou desabitado, se está vivo ou morto, ativo ou sem atividade, tem reflexo na qualidade da paisagem urbana. A ocupação do espaço por apenas um grupo populacional, uma mesma etnia, o mesmo estrato socioeconómico (alto ou baixo), pode causar o afastamento por parte de outros grupos populacionais e a estigmatização do espaço (P4, P20).

O mau estado de conservação da paisagem urbana revela falta de brio (P11) e ausência de políticas públicas (P12). A boa **GESTÃO** urbana, a manutenção do património, do edificado (onde se incluem as traseiras dos edifícios (P11, P17) que também fazem parte da paisagem urbana e do espaço público (P6, P8, P11, P12, P15, P16, P18,P19, P20), traduzida pelo modo como a paisagem urbana está bem cuidada, bem mantida, confere-lhe qualidade. A falta de manutenção dos elementos naturais, a existência de sujidade, a não preservação e adulteração do património, a desordem dos elementos da paisagem urbana, são reveladores de ausência de controlo e uma gestão mal conseguida. O espaço público tem de ter "dono", não pode ser uma espécie de "filho sem pai" (P6), na ótica da manutenção, e de atribuição de responsabilidades também. A uni-funcionalidade dos espaços, a utilização excessiva do automóvel privado, zonas verdes que correspondem a um consumo exagerado de água, não tendo a cidade dinheiro para pagar a respetiva manutenção, são aspetos que indicam uma desajustamento relativamente à gestão, à sustentabilidade dos sistemas e que desqualificam a paisagem urbana (P18, P21).

A possibilidade de contemplação da paisagem urbana, de **VISTAS** panorâmicas (P3, P5, P9, P13, P14, P16, P17, P20, P22), proporcionada pelo relevo, pela orografia, em pontos específicos - miradouros, encostas, pontes/viadutos, ou pela aproximação de barco/comboio/ estrada -, é um fator que confere qualidade à paisagem urbana. Paisagens planas, sem relevo, carecem de pontos notáveis para observação da paisagem urbana, para alcance de vistas, necessitando de recorrer a cotas altas em edifícios, monumentos, pontes, ou torres de vigia, para observação e contemplação da paisagem urbana. Os miradouros de Lisboa, reveladores de paisagens urbanas abertas, são pontos de excelência para apreciação e contemplação das paisagens urbanas (P17), revelando uma paisagem sempre presente (P20).

A conjugação da **QUALIDADE DOS MATERIAIS, DO AR E NÍVEIS DE RUÍDO** (P1, P3, P5, P10, P16, P19, P20, P21), contribui para a qualidade da paisagem urbana. A riqueza dos materiais que constituem as fachadas dos edifícios, dos materiais dos pavimentos do espaço público, dos passeios e das vias rodoviárias, do mobiliário urbano, conferem mais qualidade à paisagem urbana.

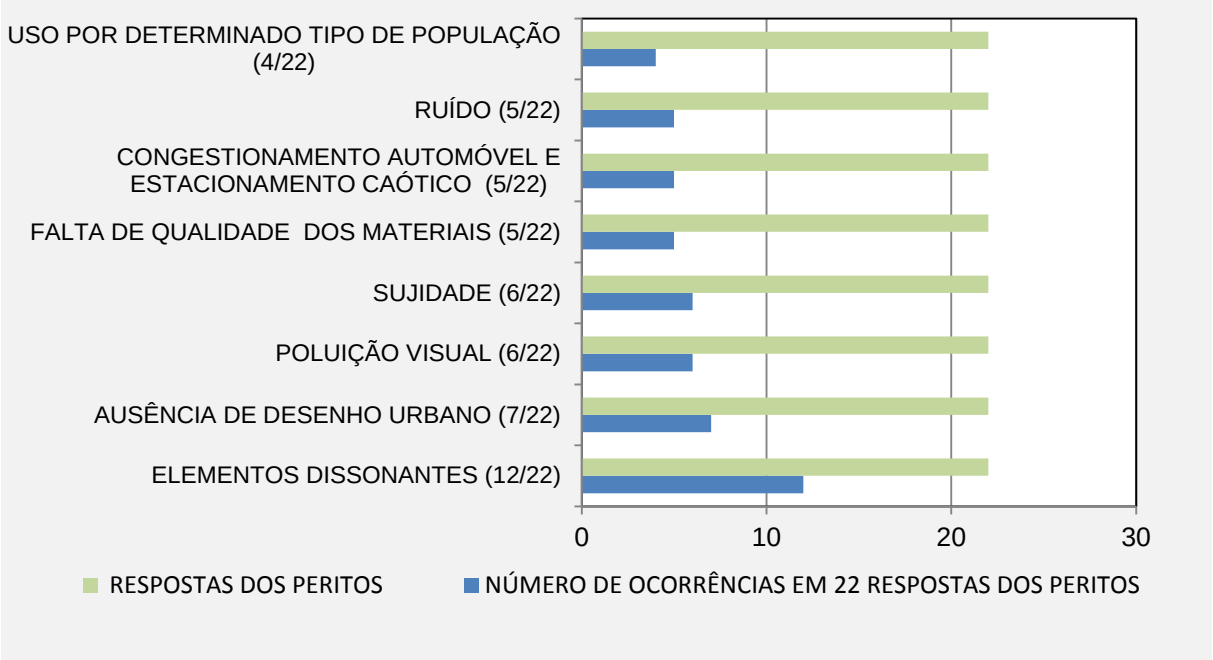
A insegurança retira qualidade (P20), um espaço inseguro é um espaço sem qualidade. Locais onde não existe o sentimento de **SEGURANÇA** (P6, P9, P10, P16, P18, P20, P21), seja pela ocupação de determinado tipo populacional (etnias, sem abrigo, gangs), mesmo que apelativos à visão, (esteticamente agradáveis, e paisagisticamente atrativos), revelam paisagens urbanas, estigmatizadas, sem procura (foi o caso de Monsanto durante muitos anos). Também a presença de uma determinada população pode impedir de apreciar a visualização dos elementos físicos da paisagem, porque perante o sentimento de insegurança a atitude normal é de fuga, de afastamento (P4). Deficiências de iluminação, maus acessos, em suma, redução das possibilidades de usufruto, não convidam à utilização dos espaços. A segurança é transmitida pelos vários atores e utilizadores dos espaços, mais do que pelas características intrínsecas do próprio local ou pelo policiamento (P17). Aqui também se inclui a segurança relativamente ao automóvel, a eliminação do medo do trânsito, a proteção aos peões, para que estes se possam deslocar com total confiança nas ruas, sem medo de ser atropelados por um veículo automóvel (P16).

O bom acesso que garanta o uso, a vivência e apropriação do espaço é um fator de qualidade da paisagem urbana. A **ACESSIBILIDADE** (P6, P7, P10, P18, P20) pode ser encarada de duas perspetivas: do ponto de vista da mobilidade, e no sentido da privatização da cidade. O primeiro refere-se à (des)continuidade da malha urbana (impasses), à leitura dos caminhos, à compreensão dos percursos, aos maus materiais de pavimentação que impedem a circulação pedonal e viária, e a própria leitura dos espaços (P6, P7, P18). Ruas sem saída, sequências de passeios interrompidas, grandes equipamentos, soltos, desinseridos dos alinhamentos urbanos, que obrigam a percorrer grandes distâncias para os contornar, provocam descontinuidade urbana e perda de qualidade. Importa ser acessível do ponto de vista dos circuitos, dos espaços para circular e passear, dos materiais de pavimentação, confortáveis e seguros.

Mas também pelo livre acesso (P6, P20). A privatização dos espaços pode dar-se pela criação de guetos, do tipo dos condomínios e logradouros privados, privilegiados (P6), e pela presença de populações residentes homogéneas, que restringe e torna incompatível a utilização por parte de outro tipo de população. Ou ainda pelos espaços estigmatizados, utilizados por determinado tipo de população (que permitam a criação de zonas propícias à marginalidade), lugares em que só acede quem lá mora, e que impedem a livre apropriação do espaço por toda a população. A privatização dos espaços revela-se também pelo impedimento de acesso determinado pelo automóvel (por exemplo, até há pouco tempo havia automóveis na Praça do Comércio, o que impediu durante muitos anos que os habitantes da cidade de Lisboa usufruíssem o espaço). Ou ainda pelas barreiras rodoferroviárias, como por exemplo a linha de Cascais, que impede a livre circulação de peões entre a Praça do Império e a zona ribeirinha, ou pelo uso portuário (Porto de Lisboa) que ocupa uma área extensa, e que devido aos contentores não permite o acesso até perto do rio.

Para garantir uma boa acessibilidade, a localização do espaço é igualmente muito importante. O acesso difícil transmite uma imagem negativa do espaço, e a eventual qualidade da paisagem urbana pode não ser percetível por não ser acessível ao uso público (exemplo: zonas ribeirinhas, classificadas, protegidas). Com efeito, dois espaços podem ser até ser idênticos mas, por falta de acessibilidade, a qualidade pode não ser apreendida da mesma maneira (P20).

Os resultados das entrevistas ao painel de peritos permitiram identificar algumas características gerais que provocam a desvalorização da paisagem urbana (e que se prendem em grande parte com o negativo daqueles que lhe conferem qualidade), tendo dado origem a oito critérios de Elementos de Desvalorização de maior relevância (Quadro 5).



Quadro 5 - Número de respostas dos peritos no que se refere aos critérios de "Elementos de Desvalorização"

A presença de **ELEMENTOS DISSONANTES OU PERTURBADORES** (P1, P2, P5, P7, P8, P10, P11, P13, P14, P16, P19, P21), que chocam, negativamente, pela volumetria, pela arquitetura, pela cor, pela degradação, pela má integração com a envolvente, pela má gestão do espaço público, ou pelo desordenamento territorial, estão dentro dos fatores que mais desvalorizam a paisagem urbana. Contudo, por vezes, um elemento dissonante pode ser um elemento de valorização (P22).

Determinadas aberrações arquitetónicas (P5), ou a excessiva utilização de elementos construtivos que não têm a ver com o local (é o exemplo da excessiva utilização na arquitetura contemporânea do vidro, dissonante daquela que é tradicional nos territórios mediterrânicos) (P11), ou a presença de vários estilos arquitetónicos, de disparidade volumétrica, cromática, revestimentos diversos, desequilíbrio e variações abruptas de cérceas, desalinhamento de fachadas, alterações de escala e alinhamento pré-existentes, introduzem "ruído", perturbação, na paisagem urbana. Elementos agressivos que vêm a mais, que não estavam previstos no plano, que são colocados "à posteriori" (por exemplo: colocação de marquises, de antenas), são elementos que alteram a coerência do conjunto e que retiram clareza da imagem (P11).

A ausência de **AUSÊNCIA DE DESENHO URBANO**, de estudo e conceção da forma urbana (P1, P2, P5, P7, P9, P12, P13), como conjunto social e físico contribuindo para o bom funcionamento do espaço urbano (Mateus, 2006), de pensamento integrado e coletivo, de programação na conjugação dos elementos, visível na paisagem urbana, provoca o caos urbanístico e conflitos entre a paisagem natural e a paisagem construída.

A ausência de elementos estruturantes, passeios de dimensões reduzidas (falta de espaço para a circulação pedonal) são aspetos que limitam o movimento, o dinamismo, o usufruto da paisagem urbana. A má ocupação dos solos (ocupação de áreas inundáveis e de encostas instáveis que provocam cheias, deslizamentos de terras, e consequentes prejuízos humanos e materiais); a ausência de estabilidade, de lugar (populações que são transferidas de local, sem apropriação do espaço, integração); a construção de guetos, estigmatizantes de lugares e população; o desrespeito pela potencialidade paisagística e histórica do local; a destruição do património e da memória do local; a falta de espaços públicos; a promiscuidade de usos (habitação, fábricas, oficinas, no mesmo local, com instalações industriais próximo das habitações), e a ausência de relações entre as atividades; a presença de edifícios impessoais sem relação com o local; a falta de escala humana; a ausência de proteção da envolvente às vias rápidas e insegurança para os peões face ao automóvel, e a ausência de integração de uma correta integração automóvel no planeamento urbano; e ainda trechos e narrativas urbanas sobrepostas, desligadas, contribuem para a desvalorização da paisagem urbana.

Excesso de publicidade, de informação, de sinalética rodoviária e turística (P7), os "outdoors", os écrans eletrónicos, a confusão de imagens, geram **POLUIÇÃO VISUAL** (P4, P7, P11, P13, P14, P18).

A falta de limpeza, a **SUJIDADE** (P7, P8, P14, P17, P20, P21), nos passeios e valetas, caixotes a transbordar de lixo, grafitis, papéis colados nas fachadas, "placards" de informação política desatualizada, "posters" de propaganda pregada em postes de iluminação, revela desmazelo, desrespeito, má gestão, e falta de carinho pela paisagem urbana.

A **FALTA DE QUALIDADE DOS MATERIAIS E DO MOBILIÁRIO URBANO** desvaloriza a paisagem urbana, tornando-a mais "pobre", menos valorizada (P5, P10, P11, P13, P15).

Ruas repletas de automóveis, estacionados ou em circulação, acarretam "stress", poluição ambiental, e introdução de ruído. Em suma, o **CONGESTIONAMENTO AUTOMÓVEL E ESTACIONAMENTO CAÓTICO**, é um elemento desvalorizador da paisagem urbana (P1, P3, P7 P9, P10). Automóveis em cima dos passeios limitam a circulação pedonal, o acesso. Pracetas ocupadas por carros advertem para a falta de planeamento e ordenamento e gestão do espaço público (P1).

O **RUÍDO** (P9, P16, P17, P18, P21) é um elemento que provoca incómodo, impede o usufruto da paisagem urbana, e provoca afastamento. É o exemplo das Docas, em Lisboa, em que o ruído da circulação rodoviária e ferroviária no tabuleiro da Ponte 25 de abril limita o usufruto, desvalorizando o conjunto dos armazéns convertidos em restaurantes e esplanadas (P17). O uso da paisagem urbana por um só **TIPO DE POPULAÇÃO** (P4, P9, P16, P17, P20), seja de etnia, ou estrato social, ou faixa etária, estigmatizante, provocando segregação social, a presença humana de populações excluídas ("sem abrigos", "gangs", toxicodependentes, prostituição), são altamente desvalorizadores (P4) e limita o usufruto da paisagem urbana pela restante população, impede a visualização dos elementos físicos da paisagem urbana, e, podendo mesmo, quando associado a determinada atividade menos lícita, causar sentimentos de insegurança.

No quadro seguinte (Figura 18) apresenta-se, esquematicamente e resumidamente, os critérios que favorecem e prejudicam a paisagem urbana em resultado das entrevistas aos peritos.

A PAISAGEM URBANA É VALORIZADA POR SER/TER:				
Vistas	**Sujidade**	**Segura**	**Ruído**	**Bem gerida**
Um só tipo de população	**Elementos naturais**	**Inacessível**	**Desenho urbano**	**Congestionamento automóvel**
Harmonia e equilíbrio	**Elementos dissonantes**	**Qualidade dos elementos**	**Poluição visual**	**Diversidade/Complexidade**
A PAISAGEM URBANA É DESVALORIZADA POR SER/TER:				

Figura 18 – Características da paisagem urbana com qualidade

2.3. Discussão dos resultados e análise comparativa entre o método do questionário "on line" e o método das entrevistas ao painel de peritos

O facto dos dois métodos - questionário e entrevistas - terem tido objetivos diferentes, não permitiu a utilização e o cruzamento de resultados entre ambos. Enquanto o questionário se revelou útil, na análise das informações recolhidas junto da amostra populacional diversa e não especializada na temática, e em servir como base para estudos mais aprofundados, nomeadamente sobre as preferências do público, a considerar eventualmente num projeto de Regulamento Municipal de Paisagem Urbana, de Publicidade e Utilização do Espaço Público, em Planos de Pormenor, em obras municipais, ou em qualquer ação municipal de intervenção e requalificação do edificado e Espaço público, o método das Entrevistas foi aquele que contribuiu decisivamente para o estabelecimento de critérios de Qualidade e de Elementos de Desvalorização. A comparação entre alguns dos critérios, e as preferências dos inquiridos no questionário "on line", permitiu contudo estabelecer algum paralelismo entre os dois métodos.

A importância dada pelos inquiridos à organização do edificado e do espaço público revelam uma preferência pela harmonia e pela ordem.

"Quando o todo se apresenta harmonioso, e todas as partes ocupam o seu lugar, diz-se que o todo é belo" (Townsend, 1997, p.21). ***"A harmonia é então uma propriedade essencial do belo: o que é harmonioso é belo, aquilo que é desprovido de harmonia classifica-se de feio. "Belo" é o termo genérico que descreve a revelação da ordem e da harmonia no universo"*** (Townsend, 1997, p. 22).

A diversidade no mobiliário urbano (público ou privado), nos materiais de pavimentação (vias e passeios), é defendida pelos inquiridos, mas enquadrada dentro de cada zona/bairro consoante seja uma zona histórica ou "moderna", o que denota preferência pela Diversidade na globalidade da cidade, mas Coerência dentro de cada zona geográfica (bairro). *"**A diversidade da paisagem é uma característica de difícil definição pois para ela concorrem as múltiplas formas, texturas e***

matizes que lhe conferem identidade e valor. A diversidade contribui para o interesse, a estimulação sensorial e a distinção entre as diferentes paisagens" (Fadigas, 2011, p. 164). Gehl (2010, p. 240-241) define os diversos tipos de graus de atividade ao nível do piso térreo - Ativo, Amigável, Misto, Aborrecido, Inativo – pela taxa do número e tipo de unidades comerciais (lojas) em cada 100 metros de arruamento, por forma a medir a atratividade do piso térreo, e por forma a manter e desenvolver a qualidade do espaço urbano.

Tanto para os inquiridos como para o painel de peritos, a paisagem urbana incide sobre o edificado e espaço público simultaneamente, apela aos sentidos e provoca emoções.

A presença de "Elementos naturais" foi considerada como um aspeto relevante para a qualidade da paisagem urbana (arborização e canteiros de flores), tanto pelos inquiridos como pelo painel de peritos. A este propósito, é evidente a melhoria do espaço público pela introdução dos elementos naturais, cuja beleza se mantém intacta perante os diferentes tipos de edificado, atrai o olhar do observador para a cor das flores e árvores, e distrai-o relativamente ao conjunto edificado de arquitetura modesta (Figura 19).

Figura 19 - Requalificação urbana na rua Anxeriz, Ames, Espanha – "Antes e depois" ("1ª xornada reaviva o teu barrio", 2007-2010) (Cortesia do Professor José Aguiar)

Os critérios "Segurança" e "Acessibilidade" identificados pelo painel de peritos, relacionam-se, embora indiretamente, pela importância dada à iluminação das vias, e ao conforto dos pavimentos e do espaço público, respetivamente. A "Gestão" é muito evidenciada pela importância dada à manutenção do edificado e do espaço público, nos resultados de ambos os métodos. Ao invés, à qualidade do desenho urbano, do edificado e dos materiais, não foi atribuída, pelos inquiridos ao questionário, muita importância. As "Vistas panorâmicas" e a "Qualidade dos elementos e dos materiais", foram assinalados pelo painel de peritos como um fator de qualidade da paisagem urbana.

"A beleza de Roma não respondia à majestade do império e a cidade encontrava-se exposta a inundações e aos incêndios: Augusto embelezou-a a tal ponto que se gabava em seu pleno direito de deixá-la em mármore depois de a ter recebido em tijolos, ao mesmo tempo que reconstruía os templos deteriorados pelo tempo ou pelos incêndios enriquecendo-os principescamente com ouro, pedras preciosas e pérolas" (Augustus, 1993, citado por Suetónio).

A presença de estacionamento desregulado é outro ponto comum evidenciado em ambos os métodos, assinalado como elemento de desvalorização da paisagem urbana pelo painel de peritos, e assinalado por 94% dos inquiridos, que atribuiu como incomodativo o estacionamento em cima dos passeios. Contudo, apenas 44% dos inquiridos gostaria de retirar o estacionamento automóvel das ruas, e deslocá-lo para silos ou parques de estacionamento subterrâneos: A razão para tal acontecer pode residir no facto deste tipo de estacionamento estar associado frequentemente a um estacionamento pago.

Um dos Elementos de Desvalorização, identificados pelo painel de peritos, e que reflete desorganização - uma combinação caótica dos elementos (Cullen, 2010) -, são os "Elementos dissonantes" (relativamente aos estilos arquitetónicos, da cor, dos volumes).

Também o "Ruído" e a "Poluição visual" foram identificados como elementos de desvalorização. Em São Paulo, por exemplo, a lei conhecida como a "Cidade Limpa"[23], aplicou tolerância zero à publicidade exterior na cidade: letreiros de lojas, "outdoors", "banners", painéis eletrónicos (Rodrigues, 2011).

A "Ausência de desenho urbano" e a "Falta de qualidade dos materiais", embora considerados pelo painel de peritos como elementos de desvalorização, não foram muito relevantes segundo as respostas dos inquiridos ao questionário 'on line'.

2.4. Indicadores

"Os valores intangíveis podem ser avaliados seja por indicadores, seja pelas perceções que os atores (destinatários, proprietários…) têm da sua relação com os atributos do espaço" (Brandão, 2011, p.37).

Um indicador é uma forma de "medir" uma determinada realidade ou ocorrência. Pode ajudar a identificar um sintoma, evidenciar determinados sinais, e mostrar visualmente a condição de um sistema e a respetiva evolução. A origem latina da palavra (*indicare*) significa que representa algo a salientar ou a revelar. Segundo o Relatório da Direção Geral do Ambiente (2000), "Proposta para um Sistema de indicadores para um desenvolvimento sustentável", um indicador é quantificado através de parâmetros selecionados e considerados isoladamente ou combinados entre si, cuja grandeza pode ser medida com precisão ou avaliada qualitativa ou quantitativamente, que se considera relevante para a avaliação dos sistemas ambientais, económicos, sociais e institucionais. O indicador é de especial pertinência para refletir determinadas condições dos sistemas em análise (normalmente são utilizados com pré-tratamento, isto é, são efetuados tratamentos aos dados originais, tais como médias aritméticas simples, percentis, medianas, entre outros). Um sub-índice constitui uma forma intermédia de agregação entre indicadores e índices. Pode utilizar métodos de agregação tais como os discriminados para os índices. Um índice corresponde a um nível superior de agregação, onde após aplicado um método de agregação aos indicadores e/ou aos sub-índices, é obtido um valor final. Os métodos de agregação podem ser aritméticos ou heurísticos. Os algoritmos heurísticos são

[23] Lei14 233 de 26 de setembro de 2006

normalmente preferidos para aplicações de difícil quantificação, enquanto os restantes algoritmos são vocacionados para parâmetros facilmente quantificáveis e comparáveis com padrões.

Segundo o mesmo Relatório, os indicadores e índices podem servir um conjunto alargado de aplicações consoante os objetivos em causa, sendo de destacar as seguintes: (a) para atribuição de recursos servindo de suporte de decisões, ajudando os decisores ou gestores na atribuição de fundos, alocação de recursos naturais e determinação de prioridades; (b) na classificação de locais, permitindo estabelecer comparação de condições em diferentes locais ou áreas geográficas; (c) no cumprimento de normas legais para verificação da aplicação a áreas específicas; (d) na informação ao público - informação ao público sobre os processos de desenvolvimento sustentável e (e) na investigação científica - aplicações em desenvolvimentos científicos servindo nomeadamente de alerta para a necessidade de investigação científica mais aprofundada.

O indicador deve ser de fácil compreensão, baseado em dados acessíveis, e permitir que os resultados possam ser facilmente usados. Deve definir com clareza o objetivo a que se destina, representar processos controláveis (ou parcialmente controláveis), ter capacidade de prever os impactos das medidas de gestão a implementar, ter sensibilidade a variações (no espaço e no tempo) e ser suficientemente estável para poder distinguir qualquer tipo de flutuação. Bem formulado fornece valores indicativos, com objetividade, representando com nitidez o sistema que pretende descrever.

Segundo o relatório, e de acordo com os autores nele citado (Gouzee *et al.*,1995) os indicadores e os índices ambientais podem ser vistos como o topo de uma pirâmide, na qual a base é representada pela informação original não tratada (Figura 20). De igual forma verifica-se que, em relação ao público-alvo deste tipo de método, a agregação e quantidade de informação segue uma ordem que poderá ser representada pelo mesmo tipo de pirâmide. Ao ser selecionado um indicador e/ou ao construir-se um índice, tal como quando se utiliza um parâmetro estatístico, ganha-se em clareza e operacionalidade o que se perde em detalhe da informação. Os indicadores e os índices são projetados para simplificar a informação sobre fenómenos complexos de modo a melhorar a comunicação (DGA, 2000, pág.11).

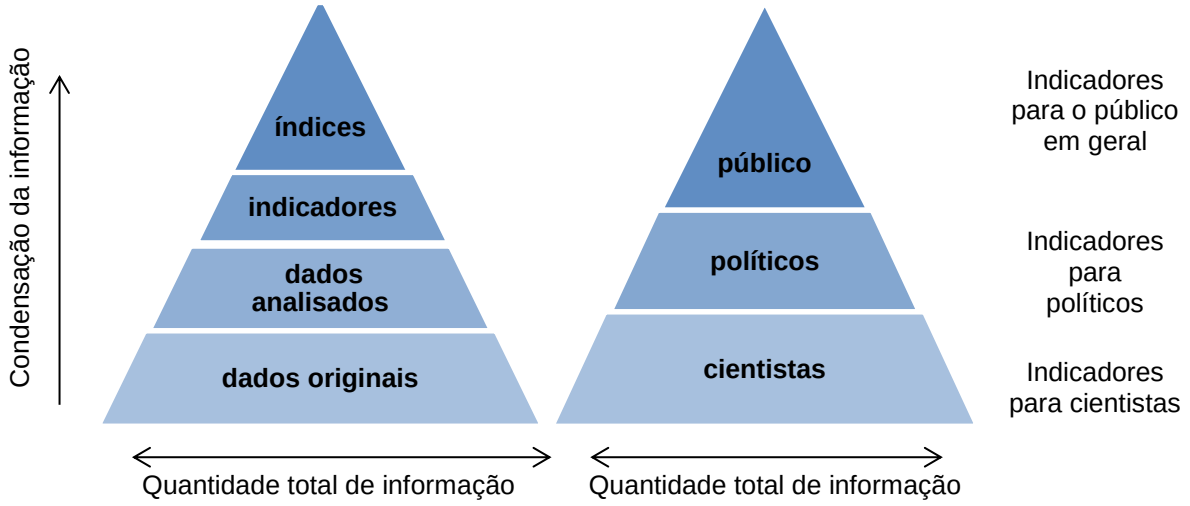


Figura 20 – Pirâmide de informação e pirâmide de informação associada ao tipo de utilizador (DGA, 2000)

Assim, e em função dos resultados obtidos através das informações recolhidas das entrevistas ao painel de peritos para a definição dos critérios de ***Qualidade*** anteriormente referidos, - Harmonia/equilíbrio/coerência, Elementos naturais, Diversidade/Complexidade, Gestão, Vistas, Qualidade dos elementos (materiais, ar, ruído), Segurança, Acessibilidade – e para os critérios de ***Elementos de Desvalorização***, Elementos dissonantes, Ausência de desenho urbano, Poluição visual, Sujidade, Falta de qualidade dos materiais, Congestionamento automóvel e estacionamento caótico, Ruído, "Uso por determinado tipo de população", foi definido um conjunto de indicadores por forma a permitir avaliar essas características e a permitir elaborar um *ranking* de qualidade da paisagem urbana.

Pretende-se que os indicadores ajudem a identificar os problemas, permitindo a partir deles encontrar soluções, motivar a intervenção técnica e cívica, dirigir as ações para onde o esforço é necessário, servindo de apoio ao planeamento estratégico, e à avaliação global de políticas urbanas municipais e nacionais. Neste contexto a principal motivação para a definição deste tipo de indicadores é a de permitir às autarquias avaliar a qualidade e o grau de desvalorização da paisagem urbana ao nível do da rua/bairro/município, e aferir a necessidade e a possibilidade de implementação de políticas para a melhoria da situação existente. O impacto das políticas de cada município, e de como estas contribuem para a convergência territorial, no que respeita à qualidade da paisagem urbana, poderá ser avaliado através destes indicadores.

O indicador pode ajudar, através de uma leitura rápida e simples, suportar uma avaliação da importância dos valores paisagísticos municipais. Através dele, a sociedade civil apreenderá com facilidade a evolução da qualidade da paisagem urbana, hierarquizada nas diferentes unidades territoriais, e avaliando a sua evolução ao longo do tempo. Os resultados disponibilizados permitirão analisar as assimetrias municipais (ao nível da diversas escalas: rua, bairro, cidade), aferir a necessidade de transferências de recursos (verbas), e apoiar deste modo a analise das políticas públicas territoriais. Cada município será assim caracterizado relativamente à sua atuação face os diversos indicadores, e à forma como contribui para a convergência nacional dos parâmetros de qualidade da paisagem urbana.

A metodologia para o desenvolvimento e recolha de dados para o cálculo do indicador deverá realizar-se em três fases: fase 1, correspondente à recolha de informação, rua a rua, dos dados necessários ao cálculo dos indicadores; fase 2, o cálculo dos índices (média aritmética dos indicadores), e fase 3 agregação (média aritmética) dos índices segundo a área geográfica a estudar, conjunto de ruas analisadas, bairro ou município.

O valor obtido para os indicadores e índices de ***Qualidade*** da paisagem urbana, indica que quanto maior for o seu valor relativo, melhor será a qualidade; por outro lado quanto maiores forem os valores relativos para os ***Elementos de Desvalorização*** pior, ou seja, mais elementos de desvalorização existem naquela unidade territorial. A construção dos indicadores e respetivos índices, segundo os critérios de Qualidade e de Elementos de Desvalorização foi realizado com base nos aspetos subjacentes a cada critério.

Os oito critérios de ***Qualidade*** e oito critérios de ***Elementos de Desvalorização*** permitiram construir 37 Indicadores (correspondentes 8 Índices) de Qualidade, e 17 Indicadores (correspondentes a 6 Índices) de Elementos de Desvalorização.

No caso do critério de qualidade "Harmonia", um dos indicadores que foi incluído para a construção do Índice, foi a presença de "Elementos naturais" (HE4), não invalidando que exista independentemente um critério de Qualidade de "Presença de elementos naturais", com o detalhe necessário e espelhado nos respetivos indicadores (de presença de árvores, de flores e de planos de água).

De outro modo, o Indicador "Segurança" também se destaca. Dado que este critério de qualidade está, também, relacionado com questões de gestão e manutenção do espaço – a perceção de segurança é tanto mais interiorizada quanto o espaço estiver bem mantido e conservado – o aspeto "manutenção" foi incluído no critério Segurança (S6), correspondendo ao valor do índice do critério "gestão/manutenção", que inclui tanto a manutenção do edificado, como a do espaço público.

Pese embora a avaliação da Qualidade segundo cada critério, uma avaliação global para o estabelecimento de um *ranking* deverá levar em conta o conjunto de todos os critérios.

2.4.1. Qualidade

"A qualidade, ou valor, presume uma capacidade de avaliação" (Brandão, 2011, p.38).

A qualidade da paisagem urbana reportada por teses de vários autores (Lynch, Cullen, Gehl) e posteriormente confirmada e aprofundada pelo painel de peritos, possibilitou a construção de uma (a) "Checklist" (ANEXO 9), e de (b) indicadores para medição da qualidade da paisagem urbana, necessários para dotar de ferramentas todos os decisores (técnicos e políticos), que pretendam introduzir melhorias no espaço público.

A quantificação da qualidade da paisagem urbana "mede-se" por vários fatores, e pelo modo como eles se relacionam entre si. Segundo uma abordagem exploratória, numa análise que não se pretendeu, nesta fase, exaustiva, foram construídos vários indicadores e índices, com base nos critérios de qualidade identificados pelo painel de peritos.

Os parâmetros, qualitativos e quantitativos, utilizados para a construção dos indicadores, foram escolhidos dentro dos dados mais acessíveis. Equacionou-se a hipótese de recolher dados junto dos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente no que se refere a verbas da limpeza urbana, da manutenção do edificado municipal, de manutenção dos espaços verdes e dos elementos naturais, ou quanto ao estado de conservação do edificado e do espaço público (número de elementos bem e mal conservados), numa análise mais quantitativa do que qualitativa, mas a demora na recolha dos dados inviabilizou esse procedimento.

Nesta fase a recolha de dados serviu para testar a aplicabilidade dos indicadores e respetiva validação enquanto instrumento de identificação de determinadas situações.

Na Figura 21, apresentam-se os indicadores selecionados e respetivos índices de qualidade.

ÍNDICES DE QUALIDADE		INDICADORES
	HE 1	Sedimentação de várias épocas
	HE2	Ruturas no edificado
	HE3	Incompatibilidade de usos
	HE4	Elementos naturais
	HE5	Equilíbrio demográfico
	HE6	Enquadramento morfológico
SUB-ÍNDICE HARMONIA/EQUILÍBRIO	HE	**(HE1+HE2+HE3+HE4+HE5+HE6) /6**
	HC1	Disparidade volumétrica
	HC2	Alinhamento de cérceas
	HC3	Alinhamento de fachadas
	HC4	Cores
	HC5 HC6	Estilos arquitetónicos Utilização de materiais impróprios
SUB-ÍNDICE HARMONIA/COERÊNCIA	HC	**(HC1+HC2+HC3+HC4+HC5+HC6) /6**
ÍNDICE HARMONIA (EQUIL.+COER.)	**HEC**	**(HE+HC) /2**
	EN1	Nº árvores em vias e largos
	EN2	Planos de água
	EN3	Canteiros com flores
ELEMENTOS NATURAIS	**EN**	**(EN1+EN2+EN3) /3**
	D1	Variedade de Elementos urbanos
	D2	Variedade de atividades
	D3	Variedade de comércio r/c
	D4	Nº de quebras de visibilidade no local
DIVERSIDADE/COMPLEXIDADE	**D**	**(D1+D2+D3+D4)/4**
	G1	Manutenção do espaço público
	G2	Manutenção de fachadas particulares
	G3	Manutenção de fachadas patrimoniais e municipais
	G4	Manutenção dos elementos naturais em vias e/ou jardins
GESTÃO	**G**	**(G1+G2+G3+G4) /4**
VISTAS	**V**	**V1**
	QE1 QE2 QE3 QE4	Qualidade dos materiais do edificado Qualidade dos materiais do espaço público Qualidade do ar Qualidade dos níveis de ruído
QUALIDADE DOS ELEMENTOS	**QE**	**(Q1+Q2+Q3+Q4) /4**
	S1	Iluminação
	S2	Policiamento
	S3	Presença de transeuntes
	S4	Presença de grupos sociais específicos
	S5	Proteção contra o tráfego automóvel
	S6	ÍNDICE GESTÃO
SEGURANÇA	**S**	**(S1+S2+S3+S4+S5+S6) /6**
	A1	Continuidade da malha urbana
	A2	Presença de barreiras de acesso
	A3	Compreensão dos elementos estruturantes
ACESSIBILIDADE	**A**	**(A1+A2+A3) /3**

Figura 21 – Quadro resumo dos indicadores e índices de Qualidade

2.4.1.1. Critério HARMONIA

Segundo o painel de peritos, o critério **Harmonia** incorpora duas vertentes: uma relacionada com o Equilíbrio e outra com a Coerência. Assim, forma construídos, a partir de vários indicadores, dois sub-índices, relacionados com essas duas vertentes, e que, conjugados (média aritmética), resultaram no índice "Harmonia".

Para o sub-índice correspondente ao critério **Harmonia/Equilíbrio** foram tomadas em consideração as características apontadas pelo painel de peritos para a atribuição deste critério, nomeadamente a Sedimentação de várias épocas (apontando para uma certa resiliência do edificado, como a capacidade de manter a sua história ao longo dos tempos, transmitindo a perenidade e plasticidade da paisagem urbana e a sua adaptação às variações temporais, na preservação do edificado desde o mais antigo ao mais recente, passando por várias épocas), a ausência de ruturas no edificado (disparidade volumétrica, variações abruptas de cérceas, do alinhamento de fachadas, cromática, de materiais impróprios para o local), de incompatibilidades de usos, da presença de elementos naturais, de equilíbrio demográfico e de enquadramento morfológico.

INDICADOR HE1 – SEDIMENTAÇÃO DE VÁRIAS ÉPOCAS

Representa a taxa do número de edifícios que mantêm as características da traça original da sua construção em relação ao número total de edifícios.

HE1 = (nº máximo de edifícios da mesma época*/nº total de edifícios) x100

(* o nº de edifícios deve corresponder à época mais antiga.)

INDICADOR HE2 – RUTURAS ARQUITETÓNICAS NO EDIFICADO

Representa a ausência de ruturas arquitetónicas inseridas no edificado em relação à totalidade do número de edifícios. Entende-se aqui "rutura" como falta de relação com a envolvente, de rompimento, fratura, descontinuidade, que causa uma sensação de desenquadramento que desqualifica (que retira valor).

HE2= (1- nº de ruturas no edificado/ nº total de edifícios) x100

INDICADOR HE 3 - INCOMPATIBILIDADES DE USOS

Representa a taxa do número de incompatibilidades de usos (por exemplo causado pelo "ruído": habitação versus indústria (HAB;IND), habitação versus via férrea (HAB;VF); espaços verdes versus autoestradas (EV;AE), hortas urbanas versus interfaces de transportes pesados rodoviários), na unidade territorial, em relação ao número de usos possíveis. Aplicou-se o critério de "incompatibilidade" por ser mais facilmente identificável do que a "compatibilidade".

O conceito de “usos incompatíveis” está associado à “utilização dominante”, e ao “Princípio da compatibilidade de usos”, sendo neste caso “Habitação” a utilização dominante.
* O nº total de usos é fixo = 4 (Habitação; Lazer (Espaços Verdes); Trabalho (escritórios) e Transporte (Rede viária e ferroviária)

HE3 = (1-nº de incompatibilidade de usos/4*) x100

INDICADOR HE4 – PRESENÇA DE ELEMENTOS NATURAIS

Representa a taxa do número de tipos de elementos naturais (exemplo: linhas de água, lagos, árvores, flores) numa determinada unidade territorial.*O nº total de variedades é fixo = 4 (Árvores, Flores, Relvados, Linhas/planos de água)

HE4 =(nº de tipos de elementos naturais/4*) x100

INDICADOR HE5 - EQUILÍBRIO DEMOGRÁFICO

Representa a taxa do número de grupos etários (1, 2 ou 3 grupos; fonte INE. Grupo dos 0-14 anos; dos 15-64 anos, e dos de mais de 65 anos) no total do número de grupos etários considerados neste estudo, numa determinada unidade territorial (cada grupo etário deverá ser equivalente à distribuição etária estatística verificada para a unidade territorial).
(* nº Fixo = 3). O indicador pode ser replicado para número de grupos étnicos ou de classes sociais.

HE5= (nº de grupos etários representados/3*) x100

INDICADOR HE6 - ENQUADRAMENTO MORFOLÓGICO

Representa a taxa do número de edifícios mal inseridos morfologicamente numa determinada unidade territorial, ou seja, que não acompanham o relevo do terreno, estão mal integrados paisagisticamente, em desrespeito pela paisagem envolvente (Figuras 22 e 23).

HE6 = (1- nº de edifícios desinseridos morfologicamente/nº total de edifícios) x100

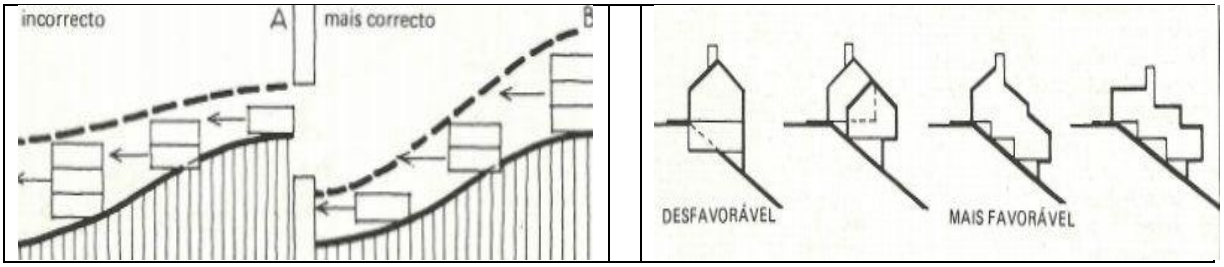


Figura 22 – Exemplos de edifícios inseridos morfologicamente de forma correta e incorreta (Prinz, 1984)

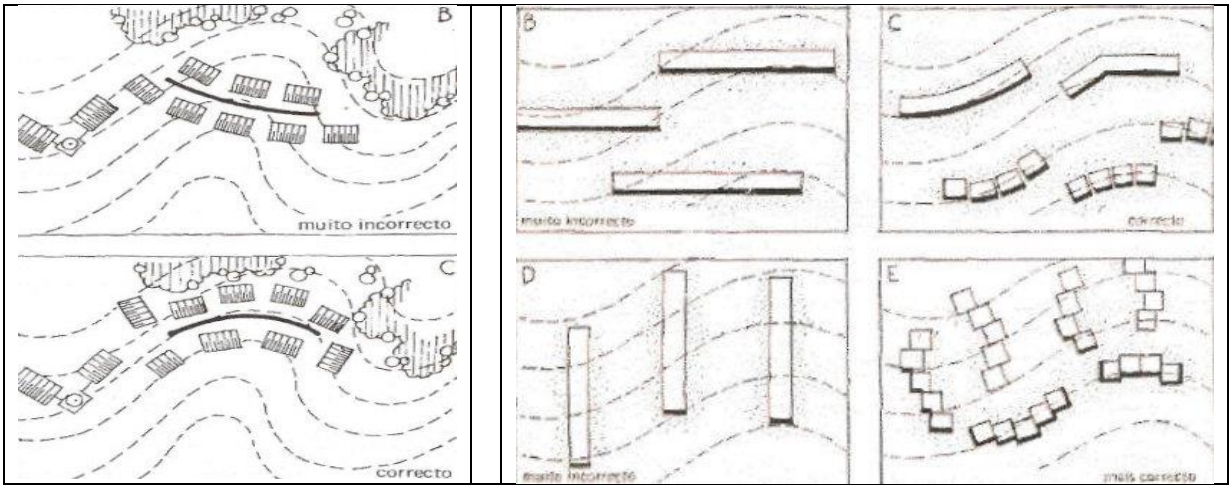


Figura 23 – Exemplos de edifícios inseridos morfologicamente de forma correta
(à esquerda, em baixo; à direita, em cima e em baixo) e incorretamente (à esquerda, em cima; ao meio, em cima e em baixo) (Prinz, 1984)

No sub-índice correspondente ao critério **Harmonia/Coerência** foram consideradas características que respeitam a coerência volumétrica, de alinhamentos dos edifícios, cromática, de estilos arquitetónicos, e à utilização de materiais de revestimento desajustados para o local. Os indicadores só devem ser aplicados quando se justifique. No caso de não existir desenho urbano com a métrica do quarteirão, o alinhamento de cérceas (HC2) e de fachadas (HC3) não deverá ser aplicado.

INDICADOR HC1 – DISPARIDADE VOLUMÉTRICA

Representa a taxa do número de edifícios que difere volumetricamente da envolvente, na unidade territorial.

"Disparidades volumétricas" - aqui entendidas como desvios em relação aos volumes do conjunto, apresentando falta de harmonia e coerência, configurando uma irregularidade, um desvio em relação à norma, alteração da forma ou alteração excessiva em relação a um padrão.

HC1= (1- nº de disparidades volumétricas/nº total de edifícios) x100

INDICADOR HC2 – ALINHAMENTO DE CÉRCEAS

Representa o desalinhamento de cérceas, no total de edifícios, numa determinada unidade territorial.

HC2 = (1- nº de edifícios com cérceas desalinhadas dos restantes/nº total de edifícios) x100

INDICADOR HC3 – ALINHAMENTO DE FACHADAS

Representa o desalinhamento de fachadas, no total de edifícios, numa determinada unidade territorial.

HC3 = (1- nº de edifícios com fachadas desalinhadas dos contíguos/nº total de edifícios) x100

INDICADOR HC4 – CORES

Representa a variedade cromática, no total de edifícios, numa determinada unidade territorial.

HC4 = (1-nº de edifícios com cores diferentes da maioria/nº total de edifícios) x100

INDICADOR HC5 – ESTILOS ARQUITETÓNICOS

Representa a variedade de estilos arquitetónicos, no total de edifícios, numa determinada unidade territorial.

HC5 = (1- nº de edifícios com estilos diferentes da maioria/nº total de edifícios) x100

INDICADOR HC6 – UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS IMPRÓPRIOS DO LOCAL

Representa a taxa do número de edifícios com materiais de revestimento desajustados para o local onde se inserem. (*unidade territorial =1)

HC6 = (nº de edifícios com uso de materiais impróprios do local/unidade territorial*) x100

2.4.1.2. Critério ELEMENTOS NATURAIS

O critério "**Elementos naturais**" é avaliado pela presença de árvores e de canteiros com flores nas vias, em praças e largos, e pela existência de planos de água.

INDICADOR EN1 - PRESENÇA DE ÁRVORES NAS VIAS, EM PRAÇAS E LARGOS

Representa a presença de árvores em vias, (passeios ou separador central), numa determinada unidade territorial.

EN1 = (nº de árvores em vias, praças e largos /metros de via) x 100

No caso de existir uma praça, o número de árvores é contabilizado juntamente com a via em análise.

INDICADOR EN2 – PRESENÇA DE PLANOS DE ÁGUA

Representa a presença de linhas de água, espelhos de água ou qualquer plano de água, no Bairro. (*um ou mais planos de água, rio ou lago natural =1; um ou mais espelhos de água, em betão, ou fontes = 0.5; nenhum plano ou espelho de água = 0) (**unidade territorial =1).

EN2 = (*nº de planos de água/unidade territorial) x 100**

INDICADOR EN3 - PRESENÇA DE CANTEIROS COM FLORES

Representa a presença de canteiros com flores, no total de vias (na via em analise e nas perpendiculares), numa determinada unidade territorial.

EN3 = (nº vias com canteiros de flores/nº total de vias) x100

No caso de existir uma praça, é contabilizada como se tratasse de uma via.

2.4.1.3. Critério DIVERSIDADE/COMPLEXIDADE

O critério **Diversidade/Complexidade** entra em linha de conta com a variedade de elementos urbanos, de atividades, de tipos de comércio, e das características de traçado da via em análise (a aqui se designou por "mistério"), que, ao impedir que do início da via se veja o seu fim, estimula a curiosidade de percorrer, e de descobrir o campo de visão em cada ponto do alinhamento da via.

INDICADOR D1 – ELEMENTOS URBANOS

Representa a variedade de elementos urbanos (exemplo: Edifícios; Vias rodoviárias e Vias férreas), Largos, Praças, Alamedas, Jardins, Parques, Miradouros, Escadarias, Monumentos, Fontes) no total de edifícios, numa determinada unidade territorial. (* total fixo = 12).

D1 = (nº total de elementos urbanos no local/12*) x100

INDICADOR D2 – VARIEDADE DE ATIVIDADES

Representa a variedade de atividades no local, no total de atividades (exemplo: Habitação, Comércio, Serviços, Equipamentos Escolares e de Saúde), numa determinada unidade territorial. (* Valor fixo = 5).

D2 = (nº de atividades no local/5*) x100

INDICADOR D3 – VARIEDADE DE COMÉRCIO AO NÍVEL DO PISO TÉRREO

Representa a variedade de unidades comerciais e de serviços diferentes (no local) no total de edifícios (numa determinada unidade territorial). (* Fixo = 16, Farmácias, Bancos, Cafés, Bares, Restaurantes, Cinemas, Eletrónica, Vestuário/calçado, Bijuteria/ourivesaria, Decoração, Florista, Automóveis/peças, Fotografia, Telemóveis, Cabeleireiro/beleza, Papelaria/tabacaria)

D3 = (nº de unidades comerciais no local/16*) x 100

INDICADOR D4 – "MISTÉRIO"

Representa a taxa do número de pontos de quebra de visibilidade ao longo da via, na unidade territorial (exemplo: número de curvas convexas no perfil longitudinal, número de curvas em planta, arcos, rotundas ou outros elementos que criem obstrução ou perda de visibilidade de uma ponta à outra do arruamento).

D4 = (nº de quebras de visibilidade no local/unidade territorial*) x100

(Existem muitos pontos de quebra: 1; existem alguns:0.5; Não existem: 0) (*unidade territorial =1).

2.4.1.4.Critério GESTÃO/MANUTENÇÃO

O critério **Gestão** diz respeito à forma como os edifícios e espaço público são geridos e mantidos, quer pela Autarquia ou pelos particulares.

INDICADOR G1 - MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Representa a gestão da autarquia no que respeita à manutenção do espaço público (conservação dos materiais dos passeios, pavimentos e mobiliário urbano), numa determinada unidade territorial (**unidade territorial =1).

G1= (Espaço público*/ Unidade territorial) x 100**

(*bem mantido =1; medianamente mantido = 0.5; mal mantido =0)

INDICADOR G2 - MANUTENÇÃO DE FACHADAS PARTICULARES

Representa a gestão da autarquia no que respeita à aplicação de cuidados dos particulares em manutenção de edifícios particulares, numa determinada unidade territorial (**unidade territorial =1).

G2 = (Edifícios particulares*/ Unidade territorial) x 100**

(*bem pintados e lavado =1; medianamente pintado e lavado = 0.5; mal pintado e mal lavado =0)

INDICADOR G3 - MANUTENÇÃO DE FACHADAS MUNICIPAIS E PATRIMONIAIS

Representa a gestão da autarquia no que respeita à manutenção de edifícios municipais e patrimoniais, numa determinada unidade territorial (**unidade territorial =1).
Nota: se não houver edifícios patrimoniais não haverá lugar ao cálculo do indicador.

G3 = (Edifícios municipais e patrimoniais*/ Unidade territorial) x100**

(*bem pintados e lavados =1; medianamente pintados e lavados = 0.5; mal pintados e mal lavados =0)

INDICADOR G4 - MANUTENÇÃO DOS ELEMENTOS NATURAIS NAS VIAS LARGOS E/OU JARDINS

Representa a gestão da Autarquia/Junta de Freguesia na manutenção dos elementos naturais (árvores, flores, planos de água, fontes), em vias e/ou praças, numa determinada unidade territorial. (**unidade territorial =1).
Nota: se não houver elementos naturais não haverá lugar ao cálculo do indicador.

G4= (Manutenção de elementos naturais*/Unidade territorial) x100**

(*bem mantidos =1; medianamente mantidos = 0.5; mal mantidos =0)

2.4.1.5. Critério PROFUNDIDADE DE VISTAS

O critério “Vistas” avalia a quantidade de vistas panorâmicas que é permitido avistar a partir da via em análise.

V1 = (arruamento com vistas panorâmicas*/Unidade territorial) x100**

Representa a taxa de arruamentos com vistas panorâmicas (*Com vista, muita =1; Com alguma vista = 0.5; Sem vista=0), numa determinada unidade territorial (**unidade territorial =1).

2.4.1.6.Critério QUALIDADE DOS ELEMENTOS, DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO

O critério “**Qualidade dos elementos**”**,** do edificado e do espaço público, respeita tanto a qualidade dos materiais, como a perceção de qualidade do ar, como dos níveis de ruído.

INDICADOR Q1 – QUALIDADE DOS MATERIAIS DO EDIFICADO

Representa a qualidade dos materiais do edificado (que avalia a utilização dos materiais mais ou menos ricos), numa determinada unidade territorial.
(* bom =1; médio= 0,5; mau= 0) (**unidade territorial =1).

Q1 = (*Qualidade dos materiais do edificado/unidade territorial) x100**

INDICADOR Q2 – QUALIDADE DOS MATERIAIS DO ESPAÇO PÚBLICO

Representa a qualidade dos materiais do espaço público (que a valia a utilização dos materiais mais ou menos ricos), numa determinada unidade territorial. (* bom =1; médio= 0,5; mau= 0) (**unidade territorial =1).

Q2 = (*Qualidade dos materiais do espaço público/ Unidade territorial) x100**

(* bom =1; médio= 0,5; mau= 0)

INDICADOR Q3 - QUALIDADE DO AR

Representa a perceção da qualidade do ar, numa determinada unidade territorial. (* bom =1; médio= 0,5; mau= 0) (**unidade territorial =1).

Q3 = (*Qualidade do ar/ Unidade territorial) x 100**

(* bom =1; médio= 0,5; mau= 0)

INDICADOR Q4 – QUALIDADE DOS NÍVEIS DE RUÍDO

Representa a perceção de qualidade dos níveis de ruído, numa determinada unidade territorial.
(* bom=1; médio= 0,5; mau= 0) (**unidade territorial =1).

Q4 = (*Qualidade dos níveis de ruído/ Unidade territorial) x 100**

2.4.1.7.Critério SEGURANÇA

O critério **Segurança** inclui a avaliação da iluminação da via, de policiamento, da presença de transeuntes, presença de grupos sociais específicos, proteção contra o tráfego automóvel e as condições de gestão do espaço público.

INDICADOR S1 – ILUMINAÇÃO

Representa a taxa do número de candeeiros, por metro linear de via, numa determinada unidade territorial.

S1 = (nº de candeeiros instalados na via/metros de via) x 100

INDICADOR S2 – POLICIAMENTO

Representa a presença de agentes de polícia ou esquadra de proximidade, numa determinada unidade territorial. (** unidade territorial = 1).

S2 = (*Existência de agentes policiais ou esquadras presentes/unidade territorial) x 100**

(*Existe policiamento = 1; Não existe policiamento = 0)

INDICADOR S3 - PRESENÇA DE TRANSEUNTES

Representa a presença do número médio de transeuntes (analisado num dia de semana, no período laboral), no total de vias, numa determinada unidade territorial. (** unidade territorial = 1).

S3= (*nº médio de transeuntes/Unidade territorial) x100**

(*Existem, muitos = 1; Existem, alguns = 0.5; Não existem = 0)

INDICADOR S4 - PRESENÇA DE GRUPOS SOCIAIS ESPECÍFICOS

Representa a presença de grupos sociais (etnias, gangues, sem “abrigo”), numa determinada unidade territorial (* unidade territorial = 1).

S4= (1-nº de grupos sociais específicos/Unidade territorial*) x100

INDICADOR S5 - PROTEÇÃO CONTRA O TRÁFEGO AUTOMÓVEL

Representa a taxa do número de elementos que protegem os peões dos automóveis, (exemplo: existência de passeios largos, barreiras de proteção, passadeiras para atravessamento de peões e/ou passagens pedonais desniveladas, elementos dissuasores de velocidade automóvel, numa determinada unidade territorial (** unidade territorial = 1).

S5= (*nº de elementos que contribuem para a proteção dos peões/Unidade territorial) x100**

(*Existem bastantes elementos de proteção= 1; existem poucos elementos de proteção= 0.5; não existem nenhuns elementos de proteção= 0).

INDICADOR S6 – GESTÃO/ MANUTENÇÃO

Este Indicador corresponde ao "Índice Gestão e Manutenção" determinado anteriormente, relativo ao critério Gestão/Manutenção. É incluído no critério Segurança, uma vez que a perceção de segurança dá-se também por via da maior ou menor perceção de manutenção do edificado e do espaço público.

2.4.1.8.Critério ACESSIBILIDADE

O critério **Acessibilidade** avalia as condições de continuidade do espaço público, de presença de barreiras de acesso e de compreensão dos elementos estruturantes.

INDICADOR A1 – CONTINUIDADE MALHA URBANA

Representa a taxa do número de vias com saída, no conjunto de total da rede viária.

A1= (nº de vias com saída que intersetam a via em estudo/nº total de vias) x100

INDICADOR A2 – PRESENÇA DE BARREIRAS DE ACESSO

Representa a taxa do número de barreiras de acesso (via férrea, zonas privadas, condomínios), que impedem a continuidade da malha urbana e/ou o acesso a pontos de interesse (exemplo: vistas panorâmicas, zonas de lazer) (** unidade territorial = 1).

A2= (1 - *nº de barreiras de acesso/Unidade territorial) x100**

(*Existem uma ou mais barreiras de acesso=1; Não existe nenhuma barreira de acesso = 0)

INDICADOR A3 - COMPREENSÃO DOS ELEMENTOS ESTRUTURANTES

Representa a existência de elementos estruturantes bem definidos (exemplo: ruas principais e ruas secundárias), numa determinada unidade territorial (** unidade territorial = 1).

A3 = (*Existência de elementos estruturantes/ Unidade territorial) x100**

(*Existem, bem definidos = 1, Existem, mal definidos, = 0.5, Não existem = 0)

2.4.2. Elementos de Desvalorização

De acordo com o painel de peritos, e em resposta à questão **"O que desvaloriza a paisagem urbana?",** e seguindo a mesma abordagem exploratória à semelhança da construção dos indicadores e índices segundo os critérios de Qualidade, foram construídos vários indicadores e índices com base nos critérios de Elementos de Desvalorização identificados pelo painel de peritos (Figura 24). Sempre que, entre estes critérios, se verificou haver um "negativo" dos critérios de Qualidade, (no sentido em que um critério de Elementos de Desvalorização corresponde à antítese do critério de Qualidade), optou-se por não se sobrepor critérios, ou repetir a avaliação dos indicadores (foi o caso do critério "Elementos Dissonantes" e "Qualidade dos Materiais").

ÍNDICES DE ELEMENTOS DE DESVALORIZAÇÃO		INDICADORES
	AD1	Má ocupação do solo
	AD2	Faixas de rodagem de largura variável
	AD3	Nº de troços de via sem passeio
	AD4	Vias com passeios de largura reduzida
AUSÊNCIA DE DESENHO	**AD**	**(AD1+AD2+AD3+AD4) /4**
	CA1	Estacionamento na via pública
	CA2	Estacionamento em pracetas
	CA3	Estacionamento em cima dos passeios
	CA4	Congestionamento nas horas de ponta
CONGESTIONAMENTO AUTOMOVEL	**CA**	**(CA1+CA2+CA3+CA4) /4**
E ESTACIONAMENTO CAÓTICO		
RUÍDO	**R**	Fontes de ruído
	PV1	"Posters" colados nas fachadas
	PV2	Caixas de publicidade
	PV3	"Écrans" eletrónicos
	PV4	"Outdoors" propaganda
POLUIÇÃO VISUAL	**PV**	**(PV1+PV2+PV3+PV4)/4**
USO POR DETERMINADO TIPO DE POPULAÇÃO	**PGP**	Presença de grupos sociais específicos
	S1	Limpeza do espaço público
	S2	Papeleiras
	S3	Número de edifícios grafitados
SUJIDADE	**S**	**(S1+S2+S3) /3**

Figura 24 – Quadro resumo dos indicadores e índices de Elementos de Desvalorização

2.4.2.1. Critério **AUSÊNCIA DE DESENHO**

O critério **Ausência de Desenho** corresponde à avaliação das condições de ocupação do solo e da perceção de desenho subjacente a essa ocupação (desenho das vias, dos passeios).

INDICADOR AD1 – MÁ OCUPAÇÃO DO SOLO

Representa a taxa do número de edifícios implantados em locais desaconselhados (exemplos: leitos de cheia, encostas instáveis), numa determinada unidade territorial.

AD1 = (nº de edifícios com má ocupação do solo/nº total de edifícios) x100

INDICADOR AD2 – FAIXAS DE RODAGEM DE LARGURA VARIÁVEL

Representa a taxa do número de variações de largura de faixa de rodagem (alteração do perfil transversal do arruamento), numa determinada unidade territorial. (**unidade territorial =1)

AD2= (1- nº de variações de largura de faixa de rodagem*/unidade territorial) x100**

(*Existe uma ou mais variações = 0; Não existe nenhuma variação =1)

INDICADOR AD3 – NÚMERO DE TROÇOS DE VIA SEM PASSEIOS

Representa a taxa do número de troços de via sem passeio, numa unidade territorial. (*Unidade territorial = 1)

AD3 =(1-nº de troços de via sem passeio/ unidade territorial*) x100

(nenhum troço = 1, um ou mais troços = 0)

INDICADOR AD4 – VIAS COM PASSEIOS DE LARGURA REDUZIDA

Representa a taxa do número de troços de via com passeios de largura reduzida (foi considerado de largura reduzida abaixo dos 3.0 metros - valor mínimo previsto no Plano Diretor de Lisboa para arruamentos novos), numa determinada unidade territorial (**unidade territorial).

AD4 = (1- *nº troços de via de passeios largura inferior a 3.0 metros/unidade territorial*) x100

(*nenhum troço = 1, um ou mais troços =0)

2.4.2.2. Critério **CONGESTIONAMENTO AUTOMÓVEL E ESTACIONAMENTO CAÓTICO**

O critério **Congestionamento Automóvel** e **Estacionamento Caótico** avalia o estacionamento na via pública, em pracetas, em cima dos passeios e o congestionamento automóvel em horas de ponta.

INDICADOR CA1 - ESTACIONAMENTO NA VIA PÚBLICA

Representa a taxa do número de passeios com estacionamento automóvel totalmente ocupado, no total de passeios, numa determinada unidade territorial.

CA1= (nº de passeios de estacionamento automóvel total/ocupado/nº total de passeios) x100

INDICADOR CA2 - ESTACIONAMENTO EM PRACETAS

Representa o estacionamento automóvel em largos e pracetas numa determinada unidade territorial. (**Unidade territorial = 1) Nota: no caso de não existirem pracetas não se entra em conta com este indicador.

CA2= (*praceta com automóveis estacionados*/ Unidade territorial) x100**

(*Praceta cheia de automóveis estacionados = 1; medianamente cheia =0,5; vazia = 0

INDICADOR CA3 – ESTACIONAMENTO EM CIMA DOS PASSEIOS

Representa a taxa do número de passeios com automóveis estacionados (em cima) no total de passeios, numa determinada unidade territorial.

CA3= (nº de passeios com automóveis estacionados em cima/nº total de passeios) x100

INDICADOR CA4 – CONGESTIONAMENTO NAS HORAS DE PONTA

Representa o congestionamento automóvel em horas de ponta, no total de vias, numa determinada unidade territorial. (**unidade territorial =1)

CA4= (*via congestionada em horas de ponta/ Unidade territorial) x100**

(*via congestionada: sim=1; medianamente congestionada =0.5, sem congestionamento =0).

2.4.2.3.Critério **RUÍDO**

O critério **Ruído** avalia a perceção de ruído na via em análise, proveniente de fontes ruidosas tal como oficinas, pontes ou viadutos, linha férrea.

INDICADOR R1 – FONTES DE RUÍDO

Representa a taxa do número de fontes de ruído permanente (da própria via ou da envolvente), numa determinada unidade territorial (**unidade territorial =1)
(* exemplos de fontes de ruído externas: tráfego automóvel, via férrea; oficinais de serralharia).
(*Número de fontes de ruído, muito trânsito, (autocarros e congestionamento), e uma ou mais fontes de ruído externas = 1; muito trânsito e nenhuma fonte de ruído externas=0,5; pouco trânsito e nenhuma fonte de ruído=0)

R1= (nº de fontes de ruído*/unidade territorial) x100**

2.4.2.4.Critério **POLUIÇÃO VISUAL**

O critério **Poluição Visual** avalia a colagem de posters nas fachadas dos edifícios, a existência de caixas publicidade em postes e paragens “Bus”, “Écrans” eletrónicos e de grandes “outdoors” propaganda política.

INDICADOR PV1 - POSTERS COLADOS FACHADAS

Representa a taxa do número de edifícios com “posters” colados nas fachadas, no total de edifícios, numa determinada unidade territorial.

PV1= (nº de posters de propaganda colocados em edifícios/nº total de edifícios) x100

INDICADOR PV2 - CAIXAS PUBLICIDADE EM POSTES E PARAGENS "BUS"

Representa a taxa do número de caixas de publicidade, por metro de via, numa determinada unidade territorial.

PV2= (nº de caixas de publicidade/metros de via) x100

INDICADOR PV3 - ÉCRANS ELETRÓNICOS

Representa a taxa do número de écrans eletrónicos, por metro de via, numa determinada unidade territorial.

PV3 =(nº de écrans eletrónicos/metros de via) x100

INDICADOR PV4 - GRANDES OUTDOORS DE PROPAGANDA

Representa a taxa do número de "outdoors" de propaganda, por metro de via, numa determinada unidade territorial.

PV4 = (nº de "outdoors" de propaganda política/metros de via) x100

2.4.2.5.Critério **"USO POR UM DETERMINIDADO TIPO DE POPULAÇÃ**O"

O critério "**Uso por determinado tipo de população**" avalia a presença de grupos populacionais específicos, ou que se dedicam a atividades pouco lícitas, e que possam invalidar a aproximação de outros grupos populacionais.

INDICADOR PGP – PRESENÇA DE GRUPOS SOCIAIS ESPECÍFICOS

Representa o índice do critério "Uso por um determinado tipo de população (etnias, gangues, sem "abrigo"), numa determinada unidade territorial. (* unidade territorial = 1).

PGP= (nº de grupos sociais específicos/Unidade territorial*) x100

2.4.2.6.Critério **SUJIDADE**

O critério **Sujidade** diz respeito à limpeza do espaço público, à existência de papeleiras, de edifícios ou mobiliário urbano grafitado.

INDICADOR S1 – LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO (I1)

Representa a limpeza do espaço público, numa determinada unidade territorial (**unidade territorial =1).

S1 = (1- *arruamento varrido e lavado/Unidade territorial) x100**

(*Bem varrido e lavado =1; medianamente varrido e lavado = 0.5; mal varrido e mal lavado =0)

INDICADOR S2 – PAPELEIRAS (I2)

Representa a taxa do número de papeleiras, por metro linear de via (principal), numa determinada unidade territorial.

S2= (1 - nº de papeleiras/metros de via) x100

INDICADOR S3 – GRAFITIS

Representa a taxa do número de edifícios "grafitados", no total de edifícios, numa determinada unidade territorial.

S3 = (nº de edifícios grafitados/nº total de edifícios) x100

2.4.3. Validação do quadro dos indicadores

Um dos processos da metodologia prevista, para o levantamento da qualidade e dos Elementos de Desvalorização da paisagem urbana, é o trabalho de campo. Esse trabalho compreende o preenchimento de uma "Checklist" e o levantamento de dados para cálculo dos indicadores (Anexos 9 e 10). A "Checklist" vai permitir recolher informação relativa aos pontos da paisagem urbana que necessitam de intervenção, e analisar os aspetos em que é necessário atuar. Pressupõe a realização de um trabalho de campo, de possível execução por qualquer pessoa, independentemente da sua formação académica (embora pontualmente possa ser necessário algum apoio mais especializado). As "Checklist" deverão ser preenchidas rua a rua, com atenção focada na via em análise, e na envolvente, visível a partir dela. A "Checklist" tem três colunas, duas para verificação dos critérios ("Verifica" e "Não Verifica") e uma (Obs.) para introdução de algumas observações de campo, que se considerar necessário.

Os critérios de 1 a 80 foram retirados das opiniões expressas pelos peritos nas respetivas entrevistas, e da bibliografia consultada, designadamente no que se refere aos critérios de adaptabilidade do espaço público ao ser humano (Gehl, 2010); na necessidade de pontos de referência e de centralidades (Montgomery, 2013); nos critérios de legibilidade e identidade, e dos critérios de um bom aglomerado urbano (Lynch, 2011, 2012); de diversidade e complexidade (Cullen, 2010), dos tipos de elementos urbanos (Relph, 1987); de tipologias de espaço público (Brandão, 2011), e dos pressupostos do articulado do Regulamento do Instituto da Paisagem Urbana de Barcelona.

São identificadas por Brandão (2011, p.35), 15 tipologias de espaço público com 6 referências estruturais: a) espaços-traçado, para encontro (largos e praças) e circulação (ruas e avenidas); (b) "espaços-paisagem", para lazer (jardins e parques) e contemplação (miradouros e panoramas); (c) "espaços-deslocação", para transporte (estações, paragens, interfaces), canal (vias férreas, autoestradas) e estacionamento ("parkings", silos); (d) "espaços – memória", "de saudade" (cemitérios), arqueologia (industrial, agrícola, serviços), memoriais (espaços monumentais); (e) "espaços comerciais" semi-interiores (mercados, centros comerciais, arcadas), e semi-exteriores (mercado levante, quiosques, toldos); (f) "espaços gerados", constituídos por edifícios (adros, passagens, galerias, pátios), por equipamentos (culturais, desportivos, religiosos, infantis) e por sistemas (iluminação, mobiliários, comunicação, arte).

CAPÍTULO 3. Aplicação do quadro de indicadores à cidade de Lisboa

3.1.Caso de estudo – Lisboa

"A população que vive nas cidades é uma população exigente, que busca incessantemente melhores condições de vida, mais qualidade, conforto, segurança e prazer" (Fadigas, 2010, p.8).

As paisagens urbanas de Lisboa podem dividir-se em três categorias: as que correspondem às áreas históricas, centrais, da fundação da cidade, que apresentam algum nível de degradação; as áreas consolidadas, que correspondem a vários períodos de expansão da cidade com grandes variações de coerência do edificado e do espaço público, e as áreas suburbanas ou periféricas, dos loteamentos legais ou clandestinos, as Augis (George, 2001).

As entrevistas ao painel de peritos revelaram as zonas geográficas de Lisboa mais e menos qualificadas, segundo uma classificação numa escala de 1 a 10 (sendo "10" a mais qualificada). A avaliar pelas respostas dos peritos, Lisboa apresenta uma paisagem urbana com maior quantidade de zonas qualificadas do que desqualificadas. Para efeitos de distribuição qualitativa foram escolhidos quatro intervalos classificativos: qualidade baixa (1-3), qualidade média/baixa (4-5), qualidade média/alta (6-7), qualidade alta (8-10).

Nos Quadros 6 e 7 apresentam-se os resultados das repostas do painel de peritos, no que respeita à pergunta "**Quais as paisagens urbanas de Lisboa com mais e menos qualidade, e porquê? e como as posicionaria numa escala de 1 a 10 (sendo "10" o valor com maior qualidade)?"**. A Figura 25 representa o mapeamento em Lisboa de todas as zonas identificadas.

ZONAS GEOGRÁFICAS DE LISBOA MAIS QUALIFICADAS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS EM 22 RESPOSTAS DOS PERITOS	CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA (MÉDIA)	QUALIDADE (SEGUNDO O INTERVALO)
MIRADOUROS/MONSANTO	5/22	10	ALTA
BAIRRO ALTO	8/22	9	ALTA
ZONA RIBEIRINHA DE BELÉM	8/22	9	ALTA
ALFAMA, MOURARIA	18/22	8	ALTA
MADRAGOA	18/22	8	ALTA
PARQUE DAS NAÇÕES	14/22	8	ALTA
BAIXA POMBALINA	12/22	8	ALTA
CHIADO	7/22	8	ALTA
CAMPO DE OURIQUE	6/22	8	ALTA
LAPA	6/22	8	ALTA
RESTELO	5/22	8	ALTA
CARNIDE	2/22	8	ALTA
ALVALADE	19/22	7	MÉDIA/ALTA
AVENIDAS NOVAS	13/22	7	MÉDIA/ALTA
OLIVAIS	10/22	7	MÉDIA/ALTA

Quadro 6 - Zonas geográficas de Lisboa mais qualificadas/número de ocorrências em 22 respostas dos peritos

ZONAS GEOGRÁFICAS DE LISBOA MENOS QUALIFICADAS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS EM 22 RESPOSTAS DOS PERITOS	CLASSIFICAÇÃO ATRIBUÍDA (MÉDIA)	QUALIDADE (SEGUNDO O INTERVALO)
TELHEIRAS (OCIDENTAL)	7/22	5	MÉDIA/BAIXA
(PORTAS) BENFICA	15/22	3	BAIXA
ZONA RIBEIRINHA ORIENTAL	5/22	3	BAIXA
XABREGAS	5/22	3	BAIXA
OLAIAS	5/22	3	BAIXA
VALE DE ALCANTARA	4/22	3	BAIXA
BAIRRO DA LIBERDADE	4/22	3	BAIXA
CHELAS	15/22	2	BAIXA
MUSGUEIRA	6/22	2	BAIXA
GALINHEIRAS	6/22	2	BAIXA
AVENIDA ALMIRANTE REIS/ARROIOS	1/22	2	BAIXA

Quadro 7- Zonas geográficas de Lisboa menos qualificadas/número de ocorrências em 22 respostas dos peritos

Figura 25 – Áreas geográficas de Lisboa com paisagens mais qualificadas e menos qualificadas.

3.2. Zonas geográficas de Lisboa de maior qualidade paisagística

Segundo os peritos, as paisagens urbanas mais qualificadas são as que resultaram de planos de cidade (P13), que representam a cidade pensada, a cidade construída até aos anos 40/50/60 do século XX (P1).

De entre as zonas geográficas de Lisboa escolhidas pelo painel de peritos como as de paisagem urbana de maior qualidade, a Baixa Pombalina, Alfama, Mouraria, Madragoa, Bairro Alto e Chiado são as que mais se destacam. Representam uma boa sedimentação histórica (P2), e ilustram uma maneira de construir a cidade, organicamente (P7), mantendo simultaneamente a sua identidade e coerência (P14). São paisagens urbanas históricas, patrimoniais, absorvidas pela sociedade, nas quais o ambiente urbano tem potencial, (havendo reabilitação urbana e infraestruturas adequadas), para ser o de maior qualidade (P21). A ligação ao rio Tejo, a orientação geográfica, a disposição do construído sobre o território, a forma como o tecido foi cosido, são características que se mantêm, que estão bem presentes até aos dias de hoje, e que fazem com que estes bairros, muito interessantes paisagisticamente (P12), representem a paisagem urbana mais qualificada (P15).

A BAIXA POMBALINA consolidou-se ao longo dos séculos como o centro da capital, e toda a sua história associada ao terramoto de 1755 e à reconstrução da cidade, acarretam-lhe um grande carga histórica (P14). Mantém um património cultural edificado rico e variado, composto por igrejas, conventos e praças, que lhe conferem uma identidade própria (P14). A Baixa, o Chiado, centros históricos de várias gerações, emblemáticos, apesar de algum abandono (P1) são espaços muito qualificados, de grande riqueza patrimonial (P10, P21), com edifícios de grande valor histórico (P9). Confundem-se com a própria cidade e ***"deixam saudades de visitar e contemplar"*** (P14). Os espaços apresentam uma ordem (P15), fruto de um plano (P14), com regularidade do espaço e uniformidade das fachadas (P8). Os traçados viários desenhados à escala humana (P2, P15), de malha ortogonal em que as vias principais orientadas no sentido norte/sul (e as secundárias este/oeste), permitem usufruir das vias e luminosidade do pano de água (Tejo) (P2). O conjunto de praças de várias dimensões (Terreiro do Paço, Rossio, Largo do Carmo, Largo de São Carlos, Largo da Misericórdia, Largo do Camões), e miradouros, na Baixa/Chiado, fazem com que seja atrativo para o passeio a pé, na descoberta de cenários diversos, de vistas deslumbrantes, de espaços de contemplação. Os diversos estabelecimentos ao nível do piso térreo, a oferta de funções (P5), os vários usos (comércio, hotelaria, restauração), conferem-lhes dinamismo, movimento. A malha viária bem traçada, a diversidade de espaços, de elementos marcantes e pontos notáveis, conferem-lhes legibilidade, permitindo uma boa orientação e utilização do espaço (P2). A Baixa, apesar de não cumprir com um conjunto de requisitos (P1), falta de conservação do património edificado (P12), entre outros, é um espaço planeado, desde o princípio até ao fim. Teve uma estratégia, uma opção, que permitiu que a cidade de Lisboa respondesse às suas necessidades até ao fim do século XIX (P1).

Ao contrário do CHIADO, que possui razoável oferta de habitação, reabilitada, de valor comercial elevado (P6), a Baixa Pombalina tem uma grande carência de espaços habitacionais (P6, P14), o que faz com que foras das horas de ponta o espaço público se encontre deserto, entregue apenas aos

turistas (P6, P14). Por isso e também pelos autocarros turísticos que transportam milhares de visitantes diariamente pelas ruas da capital, há quem a compare à ***"Disneylândia para turistas"*** (P7, P8). Com efeito a degradação do edificado, sobretudo nos pisos superiores (P12), e a falta de residentes, de equipamentos (P11), de centros de saúde (P10), de escolas (P9), de espaços verdes (P9, P10, P11, P12), fazem com que a Baixa Pombalina não seja interessante para viver (P8) e não aproveite todo o seu potencial.

Há zonas de poluição elevada e falta de qualidade do ar (P10), muitos automóveis, nomeadamente no Rossio, espaço que serve de via de passagem entre a Praça dos Restauradores e a Praça do Comércio (P6), espaço onde todos passam e, à exceção dos turistas, ninguém vai para ficar (P14).

A ocupação de parte do Rossio por um grupo étnico que se dedica a atividades pouco lícitas, transmite insegurança e afasta quem por lá passa (P4). A estação do Rossio encontra-se mal cuidada e com falta de limpeza (P6). A Baixa/Chiado embora pouco acessível ao automóvel (P9, P12), é acessível ao peão (P15). O conjunto de obras recentes - mercado do Chão do Loureiro – elevadores de acesso ao Largo do Caldas, à Rua da Madalena e à Rua da Vitória (P11), e a regeneração da Praça do Comércio, veio permitir, não só o acesso a essas áreas, como também trazer novas atividades, animação noturna e vivência de rua (P13).

ALFAMA, MOURARIA e MADRAGOA, são bairros da fundação da cidade, de desenho antigo, árabe e medieval (P10), que mantêm a sua traça original, proporcionam um equilíbrio histórico, (transposto até aos dias de hoje pela tipologia das construções e a variabilidade dos espaços), vivência de bairro e boas condições de vizinhança (P14, P15). ***"Funcionam como pequenas cidades dentro da cidade"*** (P15). Os seus residentes orgulhosos e conscientes da relevância do espaço que habitam, cuidam dele com carinho, envaidecem-se com a sua reabilitação, e contribuem eles mesmos para a pintura de fachadas e limpeza do espaço público (P11).

A adaptação ao relevo, o enquadramento geomorfológico (P2), e as vistas de rio (P14), estabelecem uma relação positiva entre as colinas e o estuário do Tejo (P10).

Contudo a ausência de espaços verdes (P10), e a fraca acessibilidade ao peão e ao automóvel (P22), não facilita as condições de habitabilidade, sobretudo aos idosos e aos carrinhos de bebé (P15).

O BAIRRO ALTO, zona típica de Lisboa, com alma e com carisma, é um bairro que, embora não ter sido desenhado para a utilização que tem hoje (P4), tem sabido adaptar-se e responder bem às circunstâncias ao longo dos tempos (P18). Os usos e os utentes têm-se alterado: desde os tempos dos marinheiros, prostitutas e fadistas, passou pelos bares e espaços de convívio de uma certa elite intelectual, até local de diversão noturna, com bares, restaurantes e esplanadas, com muitos jovens e turistas (P18). Características específicas, como as ruas estreitas de malha reticulada, facilmente legível, fazem com que os utentes se sintam seguros, ***"um sentimento de segurança semelhante ao que se verifica nos Centros Comerciais"*** (P4), e a diversidade de oferta de funções, promovem o convívio social e dinamismo de bairro. Tem ruas castiças (P4, P8), com histórias para contar, onde as pessoas se veem umas às outras, ou simplesmente se cruzam (P4). Muito do edificado está a precisar de intervenção (P8). Do ponto de vista da habitação, existente, é um bairro complicado para morar (P18). Sente-se a ausência de praças e jardins (P5), e de locais para crianças. O acesso e

estacionamento automóvel não estão resolvidos nem articulados com a necessidade de abastecer a habitação com rotinas do dia-a-dia, tornando o bairro difícil em termos de funcionamento urbano (P6).
Nos rebordos da Avenida da Liberdade e do Chiado, os MIRADOUROS de Santa Catarina, Torel, Senhora do Monte, e Príncipe Real, mostram as zonas mais antigas da cidade, (a distância das vistas permite não ver o conjunto do edificado degradado), e deixam sentir, sem incómodo, o reboliço da cidade (P17). ***"São espaços de relaxamento e contemplação"*** (P17). Formam zonas onde existem condições de vivência, espaços verdes bem arranjados e com boas perspetivas sobre Lisboa. Inserem-se em bairros que funcionam, com níveis sociais diferentes (P20).
Da mesma forma, a área geográfica de MONSANTO, na envolvente do parque florestal, foi considerada como uma das melhores vistas sobre a cidade, para sul (P16), num ambiente de ar puro e revigorante do pulmão de Lisboa (P12).
Outras zonas de expansão da cidade, mais recentes, como as Avenidas Novas e Campo de Ourique, representam também bons exemplos de unidade urbanística, espaços organizados, regularidade de traçados, continuidade urbana e arborização.
As AVENIDAS NOVAS representam um espaço organizado, arborizado (P5, P8, P19), ruas com predisposição pública: passeios largos e uma placa central com grandes árvores (P19). Houve planificação urbanística, que conjugou o interesse público com o interesse privado (P11). Foi projetado racionalmente, segundo um plano de engenharia de infraestruturas (hardware) (P18). ***"Foi o desenho de cidade que melhor resultou – não a cidade do arquiteto mas a cidade do engenheiro!"*** (P18). Algo descaracterizado pelo edificado, com edifícios dissonantes, apresenta uma malha regular, com compasso, cadência e ritmo (P19). Representa um exemplo de uma zona com urbanidade e qualidade de vida, burguesa, cosmopolita, à semelhança de outras capitais europeias (P8, P11). A qualidade do desenho e materiais do edificado é positiva (P5). Há vivência de rua, esplanadas que promovem interações sociais e transmitem uma sensação de segurança. Tem oferta de equipamentos de saúde (P11), de comércio de rua, é atrativo para deslocações pedonais. A introdução recente das ciclovias foi muito benéfica: requalificou o espaço, suprimiu a carga automóvel, e atraiu os utentes para outras atividades, para o passeio a pé e para a mobilidade suave (P18). O Jardim da Gulbenkian, projetado inteligentemente (P7), é um espaço verde de dimensão significativa, de muito alta qualidade. Permite um distanciamento tal da envolvente, que ***"faz parecer que se está fora da cidade"*** (P7). As AVENIDAS NOVAS representam um espaço com muitas atividades económicas, escritórios e serviços, em que a pressão diária dos escritórios e serviços corresponde a picos de utilização - de dia encontra-se com dinamismo e vivência de rua, e à noite são espaços vazios (P4, P6).
O bairro de CAMPO DE OURIQUE marcado pela abertura da Avenida da Liberdade, e expansão norte da cidade até ao Campo Grande (do Marquês de Pombal para norte), representa a cidade liberal, com vivência de rua e de cafés, que atraia, à época, a classe média (P15). À semelhança das Avenidas Novas também tem unidade, harmonia, regularidade de traçados, do espaço público e das fachadas (P14), ruas com predisposição pública: passeios largos, grandes árvores em toldo (P14), jardins (P15), e um jardim em particular (Parada), muito usado como ponto de encontro (P18). Da perspetiva da arquitetura não é um bairro exemplar, mas do ponto de vista social (P15) é um bom

exemplo de multifuncionalidade, vivência urbana, interculturalismo (P21). A ocupação do edificado é muito densa (P15), embora compensada pelos jardins bonitos, muito utilizados, que servem como ponto de encontro. Existe a noção de Bairro (P8), dinâmica urbana, e socialização (P18). Muito movimento pedonal, comércio, cafés, muita atividade (P6, P18). Embora sem grande pretensão (P18), tem uma grande mistura social, de poder de compra muito diverso, mas com o qual ninguém se incomoda (P18). Nas ruas, a grande carga de automóveis estacionados e em circulação, prejudica a qualidade dos espaços. ***"Precisava de metropolitano para ajudar a "esvaziar" ou aliviar o Bairro do excesso de automóveis estacionados"*** (P6). ***"Falta transporte público pesado!"*** (P10). **"*Tem excesso de carros!*** (P8).

Apesar de épocas diferentes, quer a Lapa quer o Restelo, na zona de moradias, são locais tranquilos, atrativos para habitar (P11). Têm escala humana (P16), jardins privados que pontuam de arborização. A LAPA é um bairro com qualidade histórica proporcionada por edifícios nobres (P10), muitos deles utilizados hoje em dia para embaixadas. Tem exemplos de morfologia urbana medieval até aos períodos mais recentes, contemporâneos (P21). Muito centrado no espaço privado, ***"muito virado para dentro"*** (P10), sossegado (P10), ***"a paisagem urbana está mais em cada habitação, nas traseiras dos edifícios dos palacetes"*** (P11), do que nas vistas de rua. No entanto é interessante para andar a pé pelas vistas de rio, quando as há (P8, P9). Sem a vista de rio não apela ao passeio pedonal porque os passeios são estreitos, sem árvores, com muitos carros (P9). Tem falta de espaço público (P9), de espaços de acolhimento (P11). Só tem o jardim da Estrela (P10). ***"É uma zona lindíssima mas…"*** (P11).

Na zona das moradias do RESTELO, bem adaptadas ao terreno, vistas sobre o rio Tejo, há um equilíbrio entre os elementos naturais e artificiais (P9). Embebido no verde (P10), contacta com Monsanto (P10), com a natureza (P16). As avenidas são largas (P11), com poucos automóveis, os espaços verdes, ajardinados, transmitem tranquilidade (P9). Porém, como dimensão urbana, não tem qualidade: ***"funciona como uma ilha"*** (P12), sem ligação com a envolvente. Falta-lhe espaço público e qualificação do existente (P12).

Na zona inferior da encosta do Restelo, a ZONA RIBEIRINHA DE BELÉM também tem grande qualidade paisagística, valorizado pelas vistas, usos diversificados, e acessibilidade à frente do rio, juntando o sistema azul (rio), sistema verde (vegetação) e áreas residenciais (P20). É um local muito procurado pelos turistas pela sua monumentalidade (P4), ainda mais valorizada pela requalificação recente da zona da Ribeira das Naus com ligação à Praça do Comércio (P16). A parte edificada tem relação muito próxima com o estuário do Tejo, com uma vista magnífica sobre o Rio e a Torre de Belém (P17), que proporciona aos cruzeiros que entram em Lisboa o usufruto de uma vista deslumbrante sobre a cidade e o rio. Toda a zona entre Belém e o Terreiro do Paço, mais qualificada, ***"é uma paisagem que nasce do porto!"*** (P7), e que, coexistindo com o Porto de Lisboa, pode contribuir para a economia portuária e turística (P7). No entanto não se sente bem para que serve o rio dado que não há suficiente oferta de usos (P18). Os cerca de 18 km de zona ribeirinha não deveria ser integralmente dedicada a bares, discotecas, e esplanadas, apenas para lazer, como é hoje. Deveriam ser utilizados também para outros fins: desportos náuticos, emprego, (docas secas, construção de barcos) (P18). ***"Lisboa deveria ligar-se ao rio sem perder o Porto!"*** (P7). No

entanto, ainda há indefinição quanto à utilização futura (P18). Os cruzeiros, grandes hotéis flutuantes, não têm uma relação relevante com a zona ribeirinha (P18). Apesar dos muitos milhares de pessoas, que deles desembarcam, e que poderiam usufruir da zona ribeirinha, o Porto de Lisboa não desempenha nenhum papel no funcionamento dos fluidos da cidade (P18).

ALVALADE e AREEIRO, (incluindo a Avenida de Roma e Praça de Londres), são bairros mais contemporâneos, organizados (P8, P9) com um arquitetura "interessante", típicos do Estado Novo (P3), que deixaram um bom legado urbanístico à cidade de Lisboa (P19). São exemplos bem conseguidos (P3), bem adaptados à sociedade da época (P21). O primeiro plano (Areeiro, colado à cidade existente), é a zona que tem mais espaço público disponível (P15). De passeios largos, a continuidade urbana é assegurada pelas arcadas entre os edifícios, que permitem o atravessamento entre quarteirões. Apresentam uma perspetiva pública e cívica forte. ***"Foi a última vez que se planeou a cidade em Lisboa com esta qualidade!"*** (P15). Por outro lado, Alvalade tem uma malha mais pobre, sem pretensão arquitetónica (P19), embora interessante (P5, P9). Contudo são ambos espaços bem planeados urbanisticamente (P11), organizados com densidades adequadas (P9) e estrutura verde (P10). Há um equilíbrio das funções urbanas e uma coerência geral do espaço (P13). São zonas relativamente planas, acessíveis ao peão (P9), arborizadas. Tem estrutura de bairro, parques (mata de Alvalade), (P10).Há diversidade de espaços de atividades (P9), com muita vivência de rua, facilitador de relações entre vizinhos (P11). Os logradouros semiprivados (P10), embora debilitados (podem ser facilmente recuperados), constituem zonas de lazer e de vizinhança (P4). ***"Pode vir a ser um excelente bairro outra vez dentro de alguns anos!"*** (P4).

Já na metade final do século XX os Olivais e o Parque das Nações são exemplos de paisagens urbanas mais qualificadas.

Os OLIVAIS são fruto de um plano (P14) e resulta da aplicação da Carta de Atenas (P3, P4, P15), cumprindo ainda alguns requisitos, (como a existência de estacionamento, de zonas verdes) (P1), com resquícios de Le Corbusier (P5). Constituindo um bom exemplo do movimento moderno, são igualmente representativos do que se deve e não deve fazer (P3).

Tem malha livre (P8), ruas curvilíneas, que não permitem continuidade urbana para automóveis no sentido estrito de rua tradicional, reticulada (P6). É um Bairro bem planeado (P15), bem desenhado em termos urbanísticos, no pormenor (por exemplo na diferenciação de calçadas, em materiais diferentes, no acesso automóvel ou no atravessamento de peões – projeto dos anos '60, com boa relação urbano/edificado (P6), harmonioso (P14). Em termos de arquitetura possui o único prémio Valmor de edifício de habitação em Portugal, contendo sete ou oito prédios de muita qualidade (P6). ***"É uma cidade espalhada no verde"*** (P15), a cidade jardim (P15, P19) com um sistema de parques (P10), e grandes espaços públicos. Porém tem muitos espaços degradados (P8). A mancha verde, muito extensa, é difícil de gerir, e acarreta custos de manutenção dos relvados muito elevados (P7) originando situações de abandono e refletindo má gestão do espaço público (P14), rompendo o equilíbrio entre o edificado e os espaços verdes. Os edifícios isolados, envoltos de "verde", não promovem relações entre vizinhos e acarretam sensações de insegurança (P4, P14).

No domínio do intangível pode dizer-se que a Expo deu uma contribuição positiva para a identidade de Lisboa, voltada para o futuro (P18). ***"Reconforta na medida em que dá esperança ao País para***

continuar a construir projetos com qualidade" (P18). Em termos de identidade teve grande relevância pois ofereceu sensações de orgulho, de prestígio (P18). O PARQUE DAS NAÇÕES é uma zona qualificada com uma estrutura urbana (e natural) planeada (P13, P19). O edificado é coerente, tem qualidade do desenho (P4, P6), cuidado, estrutura de espaço público, e uma relação equilibrada do ponto de vista da composição dos elementos urbanos (P4). Existe uma boa relação de proximidade com o rio Tejo (P8, P9), através de um parque ribeirinho, qualificado. Tem muitos espaços verdes, muito agradável do ponto de vista paisagístico (jardins muito bonitos), acessível ao movimento pedonal. ***"É coerente consigo próprio e com o contexto"*** (P18). O espaço público é agradável, bem cuidado (P1). Os logradouros são abertos e públicos permitindo a apropriação total do espaço (P19). ***"É a cidade plena!"*** (P19). É rico em equipamentos de muito boa qualidade e de uso público (P13). Tem um "mix" de funções (P7), todas as funções essenciais (P7), atrações, dinamismo, vivência urbana. Existem projetos de arquitetura de qualidade que qualificam o espaço urbano (P13). Sem fronteiras rígidas entre os tipos de pavimentação, conseguiu fazer uma boa integração entre "os verdes" e os "secos" (P19). Sendo uma zona recente, não sofre ainda de fenómenos de degradação (P13). O resultado do edificado é visto como a colagem de projetos de vários arquitetos (P1), da arquitetura "espetáculo" (P3), que torna a paisagem pouco coerente, em que cada edifício vale por si, e não pelo conjunto (P3). No passeio pedonal, à exceção de junto ao rio, não há continuidade (P1). Há zonas sem fio condutor, sem ligação, sem lojas, onde as pessoas se sentem isoladas (P1). Apesar de ser um projeto novo, de raiz, não conseguiu organizar o comércio de rua por forma a ser competitivo com o comércio dos centros comerciais (P3). Teria sido preferível não ter existido o centro comercial, e ao invés ter-se arranjado as ruas, com lojas âncora, em que se pudesse estar protegido do vento, chuva, calor (P3). Faltam equipamentos de proximidade, centros de saúde, parques infantis, creches (P7). Não se fez a integração da Expo em Lisboa, funciona como uma ilha, com o grande problema de ligação e integração com a envolvente (P3). ***"Até chegar lá…!"*** (P12). Faltou fazer a ligação com a parte ocidental de Lisboa, e com o centro histórico. Como projeto que cosesse o tecido urbano falhou, uma vez que não conseguiu integrar Chelas em toda a zona oriental de Lisboa (P12), no prolongamento da Avenida dos EUA (P3). ***"Cometeu-se o erro grande de virar as costas à cidade"*** (P3). Os equipamentos servem apenas a população da Expo, de forma insuficiente, e não conseguiu superar as carências da zona envolvente (P3). Faz segregação social, com a envolvente (P18). Houve espaços alterados desde o início do projeto até ao destino final favorecendo a especulação imobiliária (P11). Permitiu-se alteração de usos no projeto original. Havia a previsão dos espaços verdes que se alteraram e permitiram outros usos, ou seja, o ***"verde passou a edificado"*** (P11). Ao contrário de Sevilha, o projeto Expo continuou depois da Exposição. No entanto, hoje é um desastre financeiro e urbanístico (P17). Há quem diga que foi por se construir algo sobredimensionado, desproporcionado dos meios disponíveis e da dimensão da população de Lisboa (P17). ***"Arrumadinho, bonitinho, mas falta-lhe caráter e identidade - é paisagem de catálogo!"*** (P14). Pecou por não ter visado os princípios da sustentabilidade (P21). Poderia por exemplo ter incluído o projeto de um elétrico ligeiro (sem tripulação) que permitisse deslocações ao longo da Expo (norte e sul) a partir da estação de metro e de comboio, por forma a evitar o uso do automóvel por parte dos residentes, turistas e todos os que ali trabalham (P21).

Inserido num planalto, na zona saloia nas fraldas de Lisboa e hoje integrado na cidade, numa zona composta por edifícios antigos (Quintas) e outros mais recentes, o núcleo antigo de CARNIDE é uma zona com qualidade patrimonial (P10), uniformidade de bairro, num conjunto com coerência arquitetónica. O edificado composto maioritariamente por habitação de 2/3 andares, e arruamentos estreitos, à escala humana, tem hoje uma grande oferta de restaurantes ao nível do piso térreo que promove o convívio social (P10), sensações de segurança e bem-estar. Sendo servido pelo Metropolitano, próximo de grandes zonas verdes, parques periféricos, funciona como complementaridade de Lisboa (P10).

3.3. Zonas geográficas de Lisboa de menor qualidade paisagística

A visão dos peritos sobre algumas das áreas geográficas de Lisboa com menor qualidade de paisagem urbana, chama a atenção para alguns locais que, embora muito qualificados pelo seu enquadramento natural e morfológico, se encontra, por diversos motivos, totalmente desperdiçada do ponto de vista do potencial paisagístico. É o caso de Chelas, das Olaias, do Vale de Alcântara, de Xabregas e da Zona Oriental de Lisboa (entre o Terreiro do Paço e o Parque das Nações).

Segundo o painel de peritos há duas Telheiras, a Oriental e a Ocidental. A TELHEIRAS ORIENTAL, sob gestão da (ex-EPUL), em que faz parte também o antigo núcleo de Telheiras reabilitado e requalificado, embora contenha alguns pontos negativos, tem um balanço positivo. Foi Prémio Valmor ’85, ’86, e ’94, e grande percentagem dos edifícios foram implantados em regime de direito de superfície (90 anos), o que permitiu o combate à especulação imobiliária (P11). Tem uma dimensão adequada, cérceas interessantes, um misto de moradias isoladas, e prédios de 5/6 andares. As ruas, com dimensão e árvores em contínuo, são agradáveis e promovem sensações de bem-estar. O Mercado biológico convida pessoas de várias gerações a passear. É uma zona pungente, com cafés e esplanadas no piso térreo, pequenos espaços verdes e campos de futebol, muitos jovens, e espírito de bairro (P11). Não existem espaços fechados, há continuidade, circulação total das ruas. Apesar de conter um bairro camarário, habitação social, não há problemas de segurança como na “outra” Telheiras. Não tem arranha-céus (muito altos, de 10/11 andares) (P11). À TELHEIRAS OCIDENTAL, a dos loteamentos dos construtores civis, ***“há quem lhe chame a Brandoa dos ricos”*** (P19). Não houve planeamento, é colagem de loteamentos (P19). Falta-lhe urbanidade (P15), vida de bairro. ***“É muito massacrada pela circulação automóvel!”*** (P6). Não tem “rua”, “verde”, “relva”. Não se vê verde suficiente, o edificado é muito denso (P8), os edifícios são altos, de 10/11 andares. A requalificação da Alameda de Roetgen é interessante, mas apresenta falta de manutenção do espaço público, e os materiais utilizados não são os mais adequados em termos de segurança e conforto (P11). Não é aprazível, existem poucas árvores e não são frondosas. Há relatos de muitos assaltos. O espaço público, muito fechado, sem espaços de fuga, favorece a criminalidade (P11).

CHELAS surge de um plano moderno (P2), muito marcado pela Carta Atenas, negativamente (P7), em que, apesar disso, há áreas com bom desenho arquitetónico (P7). Representa a parte negativa do modernismo (P21): monofuncional, baseada no automóvel e com zonas verdes pouco adaptadas às condições portuguesas, de pouca sustentabilidade. Tem uma localização de excelência, embora mal

aproveitada (P6). Não houve preocupação com as questões mais diretas do território, houve apenas com as infraestruturas (P2). A perda de relação entre a morfologia do território e a arquitetura da cidade, a falta de escala humana (P4), representa um mau urbanismo: construções perdidas no meio do nada para a qual se atiraram pessoas, estigmatizando-as (P17), sendo elas por si só, pela sua condição social, já estigmatizadas. É um bairro muito marcado socialmente, pelo conteúdo, pelo tipo de residentes, que desvalorizam o espaço (P9). Não existe mistura social, nem dinâmica social (P6, P15). Há um grave problema de coesão social, de estigma social (P16). Serviu para colmatar a necessidade de dar casa a quem não tinha, a quem tinha dificuldades de vida, mas veio a manter os mesmos problemas que trazia de outros locais (P15). Não tem vida própria, e ninguém entra no bairro por medo, ninguém lá vai, só mesmo entra quem lá mora (P20). É um polo de experiências urbanas que acentuam a desigualdade social e económica (P11). ***"Chamam a atenção de uma população que não precisava de atenção, e que também é agredida"*** (P11). É um gueto para os pobres (P15), em que a opção cromática funciona como um aviso: ***"aqui é cidade dos índios!"*** (P11). Reflete um problema da economia, de tensões sociais, situação de recusa, de abandono, e conflitos inerentes. Não é um problema estético (P14). **"Uma *total falta de integração na cidade!"*** (P12). Falta de continuidade de serviços, de transportes, equipamentos, de zonas de trabalho, e de espaços verdes (P12). São dormitórios desqualificados ("Zona J"), ***"uma aberração!"*** (P17). O tecido urbano descosido (P7, P16), sem leitura, sem elementos de referência, espaço público desqualificado (P16). ***"Talvez com a construção do Hospital de Todos-os-Santos seja possível coser o espaço público e fazer alguma coisa positiva no que existe!"*** (P6). A acessibilidade é feita sobretudo de automóvel. A rede viária, de grandes vias rápidas, com espaços verdes no meio das faixas de rodagem de dimensões exageradas, pouco tem a ver com a envolvente (P6, P16). Permanece um canal rodoviário de perfil de autoestrada, feito para receber a Ponte Barreiro/Chelas que não chegou a ser construída (P19). A vulnerabilidade, a insegurança, existe mesmo para os próprios residentes (P4). A alternância entre edifício/campo ou construído/campo cria uma sensação de medo. As cores berrantes não ajudaram neste aspeto (P2). O esquema pedonal não funciona, pelo que não há dinamismo de rua (P6). Os muitos espaços sobrantes, fragmentos, sem continuidade, longe dos automóveis, poderiam ser organizados com hortas, parques urbanos, agrícolas, floriculturas, com abrangência (P7). ***"Não se pode colar "carro-horta-carro", correndo o risco de contaminação tóxica"*** (P7). Não vale a pena vender hortas sem resolver o problema dos automóveis (P7). A zona de Chelas onde está implantado o "Feira Nova", sem tecido urbano, é completamente disfuncional. ***"Parece que caiu do céu! Parecido com o Cristo rei mas pela negativa! Dá vontade de implodir!"*** (P19). ***"Disfuncional, desintegrado, é um abcesso na paisagem urbana!"*** (P19). As grandes avenidas para velocidades altas, os retalhos de terreno, as áreas abandonadas geram insegurança (P20). É um bairro agressivo, sem leitura urbana. ***"Não é cidade! São retalhos!"*** (P20). Contudo a Expo 98 e o traçado de vias de acesso, permitiu dar a conhecer aos lisboetas a localização de Chelas, que com a realização do Rock in Rio viu diminuir os aspetos estigmatizantes que o caracterizam (P18).

As OLAIAS é um bairro dos anos '90, com edifícios altos de arquitetura pouco interessante. ***"Os pequenos enfeites, truques, falsas qualidades, são pretensiosos e não valorizam a arquitetura***

do edificado" (P18). Embora com uma localização privilegiada pelas vistas de rio e pelo vale de Chelas, não tem espaço público interessante. Tem uma relação desagradável com o automóvel (P18), por questões de insegurança, e apresenta um estacionamento excessivo.

O VALE DE ALCÂNTARA é uma das entradas em Lisboa para quem atravessa a Ponte 25 de abril (P7). Do ponto de vista do edificado construído, corresponde maioritariamente ao realojamento do bairro do Casal Ventoso (ex-bairro de barracas, ocupado maioritariamente pelo tráfico e consumo de droga) (P7). A Avenida de Ceuta (até ao acesso para a Ponte 25 de abril), encaixada no Vale de Alcântara não tem estrutura urbana, ou ambiente urbano (P9). O edificado não tem qualidade, não há continuidade pedonal, é uma via rápida, de passagem. Não tem alinhamento de cérceas nem de fachadas, e não apresenta uniformidade volumétrica e arquitetónica. As encostas correspondem a taludes por trabalhar paisagisticamente, e zonas verdes por construir. ***"Sente-se a falta da ribeira, da linha de água tapada (caneiro de Alcântara)"*** (P7). É uma zona com muito potencial, com vistas panorâmicas muito bonitas sobre o rio, muito próximo, mas muito mal aproveitada.

O bairro de BENFICA encontra-se situado nas franjas de Lisboa, a noroeste da cidade. É uma zona com expressão, sem carater (P9), que cresceu devido à explosão urbanística rápida (anos 70/80), por questões demográficas, à volta das antigas estradas de Benfica e da Damaia, por urbanização de várias quintas (P14). Trata-se de uma zona de urbanização periférica (P15), não planeada (P13), de loteamentos urbanos, de crescimento da iniciativa privada (P13), que corresponde a um urbanismo espontâneo, caso a caso (P21), sem critério (P3). Resultante do somatório de loteamentos, de parcelas de terrenos onde alguns se juntam pelas extremas das ruas, mal planeada, sem hierarquia da malha viária (P19) e de vias estruturantes (P13), ***"representa a cidade num certo prisma de abastardamento da Carta de Atenas, na perspetiva da especulação imobiliária"*** (P15). Devido à falta de acidentes geográficos (quebra natural, linha de água, ribeira, vales ou montes), sofreu de contaminação como o tipo de desenvolvimento urbanístico da periferia, loteamentos (P13). ***"A periferia entrou na cidade!"*** (P13). O espaço urbano, sem qualidade, é composto por uma sucessão de arruamentos, ocupadas por veículos em estacionamento ilegal, em que o espaço público foi resultado das zonas residuais (P15). As novas urbanizações não lhe deram centralidade, continuidade entre si (P13). Tem edificado moderno mas a estrutura não é moderna (P15). Falta coerência (P5, P13, P20), unidade, harmonia visual. Qualidade arquitetónica dececionante, tem pouca arborização (P5). A mata de Benfica (Parque Silva Porto) não está integrada, está descentralizada (P11). Com exceção do bairro de Santa Cruz, o edificado em Benfica é muito denso (P10), sem carater e coerência. A zona das Portas de Benfica é "triste", "cinzenta", não apetece lá viver (P11). Em muitos edifícios, sem elevador, habitam pessoas idosas, sem ou com pouca mobilidade, e o espaço público fica parado, sem vida. Falta-lhe vida, dinamismo, elementos que qualifiquem o espaço público, que crie empatia entre as pessoas, vida comunitária. Tem base social, mas é como ***"um gueto de pessoas de bem, modestas"*** (P11), com médio/baixo poder de compra. Da Avenida Grão Vasco à Avenida Gomes Pereira, limitada pela Estrada de Benfica, há um conjunto de ruas com alguma vida própria, equipamentos, atividade económica, dinamismo (P7, P14), sobretudo aos sábados, pelo mercado, que imprime um sentimento de coletividade, de cultura de bairro. Apesar de ter acesso ao comboio, falta-lhe o Metro para integração em Lisboa, que poderia

ser realizada através de elétrico (já existente noutros tempos), ou metro de superfície (P10). A zona limite da Freguesia, junto ao Estádio do Benfica tem uma malha viária muito complexa, com muitas ruturas e muitos nós (2º Circular, Avenida Lusíada). É uma zona que mesmo que venha a ser requalificada tem pouco potencial. ***"Um dos desastres urbanísticos de Lisboa (exceto bairro de Santa Cruz)!"*** **(**P17).

A ZONA RIBEIRINHA ORIENTAL corresponde às zonas expectantes (P7) entre o Terreiro do Paço (Baixa) e o Parque das Nações (Expo).***"Tem uma paisagem urbana com altos e baixos!"*** (P21). É uma zona industrial em obsolescência, de abandono industrial (P16), e paisagens abandonadas. Edifícios patrimoniais classificados encontram-se submersos numa envolvente caótica (P16).

Devido à proximidade e enquadramento do rio, aos aspetos históricos e culturais, é uma zona com enorme potencial (P13). Tem estrutura urbana, boas condições para a alavancagem a tornar-se numa zona com grande qualidade paisagística. Tem um problema semelhante ao da Zona Ribeirinha Ocidental, ou seja, uma barreira rodoferroviária, e uma barreira do Porto de Lisboa, que cria condições de inacessibilidade em toda a zona junto ao rio. A zona de XABREGAS tem edifícios fora de escala (P5), não tem arborização e grande parte do edificado não tem qualidade. Os edifícios patrimoniais classificados existentes, encontram-se submersos por uma envolvente caótica. Tem grande potencial pela proximidade do rio, embora subaproveitada. As OLAIAS é um bairro dos anos '90, com edifícios altos de arquitetura pouco interessante. ***"Os pequenos enfeites, truques, falsas qualidades, são pretensiosos e não valorizam a arquitetura do edificado!"*** (P18). Embora com uma localização privilegiada pelas vistas de rio e pelo Vale de Chelas, não tem espaço público interessante, e tem uma relação desagradável com o automóvel (P18), por questões de insegurança e estacionamento excessivo.

ARROIOS nas imediações da Avenida Almirante Reis é uma zona central de Lisboa, com edifícios muito "cinzentos", degradados, sujos, ***"um ambiente triste"*** (P12). Há uma grande densidade de construção embora com edifícios pouco altos, com pouca volumetria. ***"Falta-lhe pulmão, falta "arejamento" visual, pequenos espaços públicos!"*** (P12). Não tem grandes vistas panorâmicas, e possui excesso de automóveis. Porém, é uma zona que uma vez requalificada tem grande potencial pela escala humana e pelos edifícios antigos (P12).

Tanto a MUSGUEIRA como as GALINHEIRAS são bairros com origem em génese ilegal. Falta-lhes desenho urbano, ordem, um plano estruturante, articulando toda a zona. O espaço público foi deixado às populações, não houve mediadores sociais, as pessoas não sentem orgulho e não o tomam como seu. **"*O bairro é deles, da Junta de Freguesia!"*** (P11). No entanto tem algum tecido social, funções urbanas.

3.4. Aplicação em bairros selecionados

Por forma a testar a qualificação atribuída às zonas geográficas de Lisboa, com paisagem urbana mais e menos qualificada, foi realizado um trabalho de campo para recolha de dados e preenchimento da "Checklist", para verificação dos aspetos de qualidade e de desvalorização da paisagem urbana, e para o cálculo dos respetivos indicadores (ANEXOS 11, 12, 13, e 14).

Foram selecionados dois bairros com paisagem urbana mais qualificada, o Parque das Nações e Campo de Ourique, e duas zonas com paisagem urbana menos qualificada, Xabregas (integrada na Zona Ribeirinha Oriental) e o Bairro da Liberdade (Vale de Alcântara).

3.4.1. Parque das Nações

A análise de campo centrou-se na rua, inserida na zona geográfica cuja qualidade da paisagem é analisada.

O Parque das Nações resulta do Plano de Urbanização realizado para a zona noroeste de Lisboa onde se realizou a exposição mundial Expo '98, considerada como uma "oportunidade mobilizadora", conceito aplicado no planeamento estratégico, relativo aos grandes eventos ou projetos que conseguem introduzir mudanças urbanas, culturais, económicas e tecnológicas de relevo, em particular se forem integrados em processos consistentes de planeamento e gestão territoriais (Ferreira, 2007, p.169-170).

Trata-se de uma das maiores intervenções urbanísticas de Lisboa realizada no início nos anos '90. Foi considerado por alguns dos peritos (P2, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P11, P12, P13, P17, P18, P19, P21, ou seja, por 14 em 22 peritos, correspondente a mais de 50% dos elementos do painel), como uma das zonas geográficas de Lisboa com paisagem urbana mais qualificada, (numa escala de 0 a 10, com um valor médio de 8).

A **Rua dos Cruzados** (ANEXO 11) localiza-se na zona sul do Parque das Nações, numa zona maioritariamente residencial, de edifícios baixos (até 4 pisos), de ruas largas, arborizadas, com passeios de largura generosa e com estacionamento automóvel bem delimitado e organizado. O traçado viário é articulado, sem descontinuidades, aproveitando as vistas do Rio Tejo, que se situa próximo. O edificado, recente, de bons materiais e arquitetura contemporânea, de cérceas semelhantes, é composto por habitação, (muito) pouco comércio ao nível do r/c, embora com alguma diversidade na construção: ora edifícios, ora zonas verdes, ora condomínios. As ruas envolventes são muito arborizadas, têm bons pavimentos, embora com poucos bancos para sentar e relaxar (talvez devido à proximidade da zona ribeirinha, que está bem equipada com bancos e esplanadas). Há diversidade populacional (etária) e alguma vivência de rua. Contudo, junto à Marina, e à exceção dos cafés e restaurantes, as lojas encontram-se na sua maioria encerradas, pelo que seria desejável a reconversão de uso por forma a dinamizar os espaços agora devolutos.

Está abrangida pelo sistema de vistas da frente ribeirinha oriental[24] do Plano Diretor de Lisboa, onde se estabelecem relações com o Rio e o Estuário do Tejo.

[24] Web site acedido em maio de 2014 em http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/03_VISTAS.pdf

3.4.2. Campo de Ourique

O Bairro de Campo de Ourique foi considerado pelos peritos (P6, P8, P10, P14, P15 e P18, ou seja, por 6 em 22 peritos) como uma das zonas geográficas de Lisboa com paisagem urbana mais qualificada (numa escala de 0 a 10, com um valor médio de 8).

A **Rua Correia Teles** (ANEXO 12) localiza-se em Campo de Ourique, tem início e fim na Rua Ferreira Borges e Rua Maria Pia, respetivamente, e é intersetada por oito arruamentos. O seu traçado beneficia, nos topos da rua, de vista sobre o "verde" de Monsanto e o "verde" da Rua Ferreira Borges (densamente arborizada). A malha urbana envolvente é estruturada, por vias principais e secundárias, não apresentando descontinuidades. O edificado apresenta-se no geral em bom estado de conservação, embora com dois edifícios devolutos, em ruínas, sujos e por pintar, e fachadas grafitadas. Há poucas varandas fechadas, e as que o são, têm marquises dentro do mesmo estilo. Há toldos e placas comerciais diferentes entre si, e aparelhos de ar condicionado nas fachadas. As antenas de televisão encontram-se sobretudo nos telhados. O conjunto de edifícios revela boa robustez, uma sedimentação de edificado de várias épocas, representando um conjunto com três estilos arquitetónicos marcados (anterior aos anos '20/'30, dos anos '20/'30 aos anos '40, e '50/'60, e posteriores até aos dias de hoje), sem disparidades volumétricas ou desalinhamento de cérceas e de fachadas. Tem muito dinamismo urbano conferido pela mistura de atividades: habitação, comércio, serviços. A Rua Correia Teles não tem elementos naturais (árvores ou canteiros de flores), bancos, ou zonas para abrigo do sol ou chuva. Três pequenas esplanadas encostadas às fachadas dos edifícios, apresentam materiais diversos (plástico, metal) e toldos com publicidade. Os passeios têm largura razoável, não estão ocupados por automóveis, mas as ruas estão tão sobrecarregadas por veículos estacionados, que revelam uma deficiente oferta de lugares de estacionamento. A diversidade populacional é notória (todas as faixas etárias se encontram representadas), e existe um elevado espírito de bairro. O edificado é modesto, não apresentando edifícios de qualidade patrimonial. No entanto revela-se de grande homogeneidade e coerência. Não está abrangida pelo sistema de vistas do Plano Diretor de Lisboa, embora se situe no limite do sistema de vales[25].

3.4.3. Xabregas

O eixo Santa Apolónia/Parque das Nações, no qual se inclui a zona de Xabregas, foi considerado por alguns dos peritos (P5, P7, P13, P16, P21, ou seja, por 5 em 22 peritos) como uma das zonas geográficas de Lisboa com paisagem urbana menos qualificada, (embora com muito potencial), que a classificaram negativamente (numa escala de 0 a 10 com um valor médio de 3).

A **Rua de Xabregas** (ANEXO 13) localiza-se na zona oriental de Lisboa, confinada entre a linha férrea (Linha do Norte) e a Rua da Manutenção, paralela à Avenida Infante D. Henrique, junto ao Rio Tejo, e intersetada por três arruamentos sem saída. Dá continuidade à Rua da Madre de Deus e à

[25] Web site acedido em maio de 2014 em http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/03_VISTAS.pdf

Calçada Dom Gastão. Apesar da grande proximidade ao rio, o desenho urbano não aproveitou para criar vistas panorâmicas. A rua de Xabregas e da Manutenção são paralelas ao rio, e o edificado faz uma barreira visual, sem rasgos, que permitam avistá-lo. As perspetivas das ruas que intersetam a Rua de Xabregas incidem sobre um conjunto de edifícios de habitação e serviços, e sobre um amontoado de contentores do Porto de Lisboa, que criam uma barreira visual e impedem o acesso pedonal à frente ribeirinha. A malha urbana envolvente, embora estruturada, por vias principais e secundárias, apresenta descontinuidades (ruas sem saída). O edificado, maioritariamente abaixo dos cinco pisos, apresenta-se no geral em mau estado de conservação, com edifícios devolutos, em ruínas, sujos e por pintar, fachadas grafitadas, varandas fechadas com marquises de vários estilos, toldos e placas comerciais muito diferentes entre si, aparelhos de ar condicionados, antenas de televisão e fios elétricos pendurados nas fachadas e atravessando as vias. O conjunto de edifícios revela fraca robustez, reduzida sedimentação ao longo dos tempos, representando uma mistura de várias épocas, de vários estilos arquitetónicos, com disparidades volumétricas e desalinhamento de cérceas e de fachadas. Apesar de algum dinamismo urbano conferido pela mistura de usos (habitação, trabalho/escritórios, transportes) e oferta diversificada de comércio de rua, serviços (lojas, farmácias, bancos, Junta de Freguesia) e equipamentos, os elementos naturais, bancos, e esplanadas, para descansar e relaxar, com proteção solar, a uma exceção pontual, são praticamente ausentes do espaço público. Alguns passeios são ocupados por automóveis, revelando uma deficiente oferta de lugares de estacionamento. A proximidade à linha férrea e circulação de autocarros de transporte público introduz ruído e desconforto. Há diversidade populacional, vislumbrando-se uma predominância da faixa etária da população jovem ativa. O edificado apresenta alguns edifícios de qualidade patrimonial (Palácio de Xabregas ou dos Marqueses de Olhão), vários equipamentos de saúde (apoio a toxicodependentes), escolares (casa Pia, Instituto Politécnico), e culturais (Teatro Ibérico). Está abrangida pelo sistema de vistas da frente ribeirinha oriental[26] do Plano Diretor de Lisboa, onde se estabelecem relações com o Rio e o Estuário do Tejo.

3.4.4. Bairro da Liberdade

O Vale de Alcântara, do qual faz parte o Bairro da Liberdade, foi considerado por alguns dos peritos (P7, P8, P9, P14, ou seja, por 4 em 22 peritos) como uma das zonas geográficas de Lisboa com paisagem urbana menos qualificada, embora com muito potencial, (numa escala de 0 a 10, com um valor médio de 3). O Bairro da Liberdade localizado nas imediações do Aqueduto das Águas Livres, nas franjas de Monsanto, desintegrado do tecido urbano da cidade, é composto por três zonas distintas (Câmara Municipal de Lisboa, 2014): uma zona de construção legal, o Bairro Social da Serafina; outra de construções na sua maioria ilegais, de má construção (ocupação nas primeiras décadas do Século XX), e ainda outra de construção de conjuntos habitacionais, destinados a operações de realojamento, uma mais antiga, de 1975/6, e outras mais recentes. A **Rua da Igreja** (ANEXO 14), é uma rua de charneira, que se situa no limite entre as três zonas, que, embora coladas

[26] Web site acedido em maio de 2014 em
http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/03_VISTAS.pdf

são bastantes distintas entre si, e formam uma miscelânea de tecidos urbanos de características diferentes. Parte substancial do Bairro, a zona ilegal, construída de forma espontânea e de má qualidade arquitetónica e de materiais, implantada em encostas instáveis, encontra-se hoje extremamente degradada e com baixo índice de condições de habitabilidade. A rua é composta por troços sem passeios e outros com passeios de largura variável, pouco coerente nos elementos verticais e horizontais. O edificado de cérceas diferentes, apresenta desalinhamento de fachadas, sujidade, grafitis, e fraca manutenção. Existem várias tipologias de mobiliário urbano de série, quer de pilaretes quer postes de iluminação. A rua é servida por transportes públicos (autocarros), o que aparenta ser essencial dado o isolamento do bairro relativamente à cidade. Apesar de tudo verifica-se uma certa vivência de bairro e algum dinamismo de rua.

A população carenciada (das quais 50% imigrantes de origem africana) constitui um universo de famílias em risco [27]. É necessário realojar os moradores das edificações abarracadas que, por apresentarem elevado grau de degradação, se torne impossível reabilitar, valorizando as habitações e conferindo às edificações existentes condições de habitabilidade[28].

Está abrangida pelo sistema de vistas de vales do Plano Diretor de Lisboa, onde se estabelecem relações com o Aqueduto das águas Livres[29].

3.5. Comparação dos indicadores das zonas estudadas

"É comum as pessoas sentirem que a maioria dos locais urbanos é pouco satisfatória – desconfortável, feia, ou aborrecida – como se esses locais fossem avaliados numa escala absoluta" (Lynch, 2012, Prologo).

Os indicadores de qualidade permitem uma análise qualitativa da paisagem urbana "quantificada", e consequentemente, o estabelecimento de um "ranking" de paisagens mais e menos qualificadas.

Enquanto os indicadores de Qualidade identificam os pontos positivos e com potencialidade da paisagem urbana, numa perspetiva de valorização dos atributos, os indicadores de Elementos de Desvalorização indicam os pontos negativos, permitindo estabelecer prioridades de intervenção consoante as carências mais ou menos profundas de cada uma das paisagens urbanas analisadas.

Os indicadores foram testados em quatro áreas geográficas de Lisboa, com paisagem urbana de maior e menor qualidade, segundo a apreciação dos peritos, por forma a testar a sua aplicabilidade e correspondência com os resultados obtidos através do painel, no que se refere às zonas geográficas de Lisboa de maior e menor qualidade de paisagem urbana.

Para cada uma das zonas foram levantados os dados de apenas uma rua. Contudo, para o estudo global de uma área geográfica (Bairro) seria necessário fazer um levantamento exaustivo do conjunto de todas as ruas e praças.

---

[27] Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Web site acedido em Setembro de 2014 http://www.scml.pt/pt-PT/destaques/mais_saude_no_bairro_da_liberdade/

[28] Plano de Pormenor Bairros da Liberdade e Serafina, web site acedido em setembro de 2014 em http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/planos-com-termos-de-referencia-aprovados/plano-de-pormenor-dos-bairros-da-liberdade-e-da-serafina

[29] Web site acedido em maio de 2014 em http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/vigor2/03_VISTAS.pdf

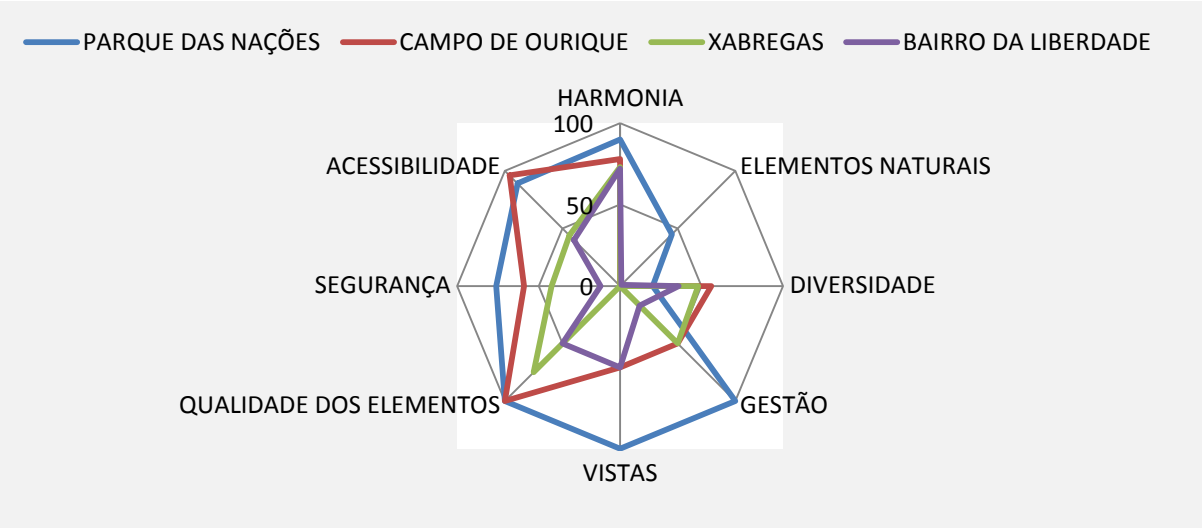
No que se refere aos Indicadores de Qualidade, e numa escala de comparação entre áreas geográficas, "quanto maior for o seu valor maior será a qualidade". Todavia, é de realçar que o valor do indicador por si só, não revela qualquer avaliação quantitativa da qualidade. Apenas possibilita avaliar a sua variação, ou seja, se o indicador numa dada área geográfica variar, significa que a sua qualidade variou, e se aumentar, a qualidade também aumenta. Deste modo permite comparar áreas geográficas (Quadro 8), a respetiva qualidade relativa, e a sua variação em períodos diferentes. Porém, e em termos relativos, quanto mais perto estiver do limite superior ou inferior do valor do indicador, maior ou menor será a qualidade. Para cada levantamento de campo estudado, foram analisados três estilos arquitetónicos, segundo os métodos construtivos da época (Tostões, nd), correspondentes a três épocas distintas - (1) até ao início do século XX, anos "20/30" (até ao fim do 1º ciclo do Betão Armado), janelas com vãos pequenos e iguais, vergas em pedra, varandas de sacada em pedra com pequeno balanço, (2) meados do século XX, anos "40/50" (início do 2º ciclo do betão armado), com varandas em consola de balanço pequeno a médio, e (3) dos anos "60/70" ("modernização") até aos dias de hoje, varandas em consola com vãos superiores, arrojados -, cujos resultados são apresentados nos quadros de levantamento de dados para cada área estudada.

Da análise do Quadro 8 pode concluir-se haver sintonia entre os resultados dos indicadores e índices e a opinião dos peritos. Todos os critérios de Qualidade apontam para que, tanto o Parque das Nações como Campo de Ourique, representam zonas geográficas de melhor qualidade de paisagem urbana, enquanto Xabregas e o Bairro da Liberdade apresentam-se como as zonas de menor qualidade. O Parque das Nações apresenta melhores resultados em quase todos os critérios de Qualidade, exceto em ***Diversidade/Complexidade*** e ***Acessibilidade***. Nestes critérios, Campo de Ourique ocupa o primeiro lugar.

	HARMONIA	ELEMENTOS NATURAIS	DIVERSIDADE/ COMPLEXIDADE	GESTÃO	VISTAS	QUALIDADE ELEM.	SEGURANÇA	ACESSIBILIDADE
PN	**90**	**45**	20	**100**	**100**	**100**	**76**	89
CO	78	0	**56**	50	50	100	59	**96**
XB	73	0	48	50	0	75	42	44
BL	72	1	36	17	50	50	12	40

Quadro 8 - Quadro de Indicadores e índices de Qualidade das zonas geográficas com paisagem urbana de maior e de menor qualidade
(PN – Parque das Nações; CO – Campo de Ourique; XB – Xabregas; BL – Bairro da Liberdade)

No Quadro 9, em baixo, apresenta-se um gráfico relativo ao Quadro 8 dos indicadores e índices.



Quadro 9 – Total dos Índices/Indicadores dos critérios de Qualidade da paisagem urbana

Caso a Qualidade seja "quantificada" segundo o conjunto dos critérios e respetivos Índices (soma aritmética), no total dos resultados obtidos (Quadro 10), pode constatar-se que o Parque das Nações se destaca no primeiro lugar, seguido de Campo de Ourique. Nos últimos lugares surgem Xabregas e o Bairro da Liberdade.

CRITÉRIOS DE QUALIDADE	ÍNDICES/INDICADORES (TOTAL)
PARQUE DAS NAÇÕES	**620**
CAMPO DE OURIQUE	489
XABREGAS	332
BAIRRO DA LIBERDADE	278

Quadro 10 – Total dos Índices/Indicadores dos critérios de Qualidade da paisagem urbana

Quanto aos Indicadores de Elementos de Desvalorização, o valor absoluto não revela qualquer quantificação de "Elementos", mas permite uma avaliação relativamente a outras áreas geográficas ou variações ao longo do tempo. Quanto maior for o indicador, maior a presença de tais elementos.

Numa determinada área, a variação do Indicador, o aumento ou a diminuição, significam uma variação da presença dos Elementos de Desvalorização em dois períodos diferentes.

O Quadro 11 mostra os valores determinados para os indicadores de ***Elementos de Desvalorização*** para as quatro áreas geográficas estudadas. O Parque das Nações é aquela que revela menor quantidade de Elementos de Desvalorização; Xabregas revela maior quantidade de ***Congestionamento automóvel e Estacionamento caótico***; o Bairro da Liberdade é o que revela maior ausência de ***Desenho urbano***, ***Uso por determinado tipo de população e Sujidade***.

	AUSÊNCIA DESENHO	CONGESTIONAMENTO AUTOMOVEL ESTACIONAMENTO CAÓTICO	RUÍDO	POLUIÇÃO VISUAL	USO POR DET. TIPO DE POPULAÇÃO	SUJIDADE
PN	0	17	0	0	0	33
CO	0	33	50	0	0	50
XB	25	**50**	**100**	0	0	53
BL	**83**	25	50	0	**100**	**57**

Quadro 11 - Quadro de Indicadores e índices de "Elemento de Desvalorização" das zonas geográficas com paisagem urbana de maior e de menor qualidade
(PN – Parque das Nações; CO – Campo de Ourique; XB – Xabregas; BL – Bairro da Liberdade)

O Quadro 12 apresenta os valores determinados para os Índices e Indicadores dos critérios de Elementos de Desvalorização para as quatro áreas geográficas estudadas, indicando sintonia entre os resultados dos quadros e a opinião dos peritos. Aqui, a presença de Elementos de Desvalorização na Rua da Igreja é superior à das restantes zonas. Para isso contribuem os critérios o ***Ausência de desenho urbano, Uso por determinado tipo de população*** e ***Sujidade.***

CRITÉRIOS DE ELEMENTOS DE DESVALORIZAÇÃO	ÍNDICES/INDICADORES (TOTAL)
PARQUE DAS NAÇÕES	50
CAMPO DE OURIQUE	133
XABREGAS	228
BAIRRO DA LIBERDADE	**315**

Quadro 12 - Total dos Índices/Indicadores dos critérios de "Elementos de Desvalorização" da paisagem urbana

CAPÍTULO 4. Abordagem aos Instrumentos de gestão da paisagem urbana

4.1. Instrumentos financeiros e de gestão territorial, programas e modelos de organização administrativa para a gestão da paisagem urbana

Em Portugal as preocupações com a paisagem urbana, no que diz respeito ao edificado, remontam a 1913, ano em que foi criada, no Porto, uma Comissão de Estética (1913-1934), que dava parecer sobre os projetos que lhes eram submetidos, tendo o Presidente da Câmara e o Diretor da Escola de Belas Artes do Porto entre os seus membros. O primeiro regulamento municipal foi publicado a 8 de maio desse ano. A partir de 1923, passaram a fazer parte desta comissão representantes da Associação dos Engenheiros Civis do Norte de Portugal, da Sociedade de Arquitetos do Norte e o engenheiro-chefe da Secção de Edifícios da Câmara Municipal do Porto. Em 1925 foi publicado um novo regulamento que estabelecia, de forma mais desenvolvida, as suas diversas competências. Em 1934, a Comissão de Estética da cidade do Porto foi extinta e foi criado, em sua substituição, o Conselho de Estética e Urbanização, cujo objetivo era emitir parecer, do ponto de vista artístico, sobre todos os edifícios a construir ou reconstruir, na cidade do Porto, e dar voto sobre as expropriações de utilidade pública. Na prática, os seus membros pronunciavam-se também sobre projetos urbanísticos e construção de monumentos, de iniciativa pública.

Paralelamente em Lisboa, em 1933, foi criado o Conselho de Estética Citadina, que funcionava consultivamente junto do Pelouro dos Serviços Culturais, e tinha por fim emitir parecer sobre os problemas gerais de estética urbana e sobre as questões relacionadas com as transformações a realizar na cidade de Lisboa, de forma a evitar quaisquer atentados à arte, à tradição ou à história da capital. Em 1935 foi alterada a constituição do Conselho no que diz respeito aos seus vogais natos, estabelecendo que estes seriam o Presidente de Câmara, os Vereadores dos Pelouros de Urbanização e dos Serviços Culturais, e o Chefe do Conselho de Arquitetura da Câmara.

Para além destes exemplos de mecanismos de preservação e salvaguarda da paisagem urbana, utilizados nos princípios do século XX, nas cidades de Lisboa e do Porto, existem hoje em dia outros instrumentos, quer a nível local, através das Autarquias, quer a nível nacional, através de Institutos ou Direções Gerais com atribuições para o efeito. É, no entanto, fundamental que as administrações públicas nacionais e municipais tomem consciência da importância da proteção da paisagem urbana, e do sentido imperioso de elevar a autoestima e reforçar os vínculos dos cidadãos com a cidade. A nível nacional, os vários organismos, e a nível local, as Autarquias, têm mecanismos ao seu dispor, instrumentos financeiros ou planeamento, sem necessariamente se excluírem mutuamente, para a implementação de políticas de salvaguarda da paisagem urbana, recorrendo habitualmente a dois tipos de políticas: pela via de atribuição de verbas, mobilizadoras de projetos, ou pela via de aplicação de coimas, repressivas de determinados comportamentos.

Nos instrumentos financeiros os mecanismos são sob a forma de INCENTIVOS (fiscais ou de outra natureza), de ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS (em que são propostas intervenções na paisagem urbana, pela Autarquia e pelos munícipes, com base no orçamento municipal), de EXEMPLOS com

efeito multiplicador (do tipo Programa PÓLIS, EXPO ‘98, que introduzem mudanças urbanas culturais), ou de CONCURSOS que atribuem prémios às boas práticas. No planeamento, os mecanismos encontram-se nos Instrumentos de Gestão Territorial, nomeadamente nos PLANOS DE PORMENOR. As Autarquias podem ainda recorrer à criação de EMPRESAS MUNICIPAIS ou UNIDADES ORGÂNICAS que permitam implementar políticas de paisagem urbana, à semelhança dos casos de referência citados, com eventual recurso a REGULAMENTOS MUNICIPAIS específicos e especialmente orientados para a gestão, conjugados com instrumentos financeiros adequados e orientados para o efeito.

4.1.1. Regulamentos Municipais

Um dos instrumentos que as Autarquias dispõem no âmbito das competências que lhes são atribuídas pelo Estado, é o que lhes advém do poder/dever para definir políticas com vista a potenciar a qualidade de vida dos seus munícipes, designadamente através de uma paisagem urbana agradável e tranquila, por via da elaboração e aprovação de REGULAMENTOS MUNICIPAIS (P11).

Com efeito, a Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro - Regime jurídico das autarquias locais (versão atualizada) -, estabelece, entre outras coisas, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, e atribui a competência de, nomeadamente, no seu Artigo 33, alínea k), elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do município, bem como aprovar regulamentos internos.

Desta forma os municípios promovem, para o seu regular funcionamento, a elaboração de vários tipos de regulamentos, designadamente de Taxas, de Urbanização e Obras, de Trânsito e Estacionamento de duração limitada, de Turismo, de Habitação, de Resíduos, de Publicidade e ocupação do espaço público.

No que se refere a este último, foram identificados alguns regulamentos, em particular os dos centros históricos municipais das cidades património mundial da UNESCO, que em Portugal são os seguintes: Centro Histórico de Angra do Heroísmo (1983), Centro Histórico de Évora (1986), Centro Histórico do Porto (1996) e o Centro Histórico de Guimarães (2001).

Estes Regulamentos referem-se às condições de colocação de publicidade, de afixação de propaganda eleitoral e de instalação de mobiliário urbano, com a preocupação de adequação estética ao edificado e à envolvente, obedecendo a regras de sobriedade e de escala na relação com as edificações, para que não sejam elementos destorcedores da arquitetura e da paisagem urbana.

Apesar destes regulamentos refletirem uma preocupação no que se refere à obstrução de vistas panorâmicas, à poluição visual através da publicidade na via pública, ou de escala das edificações, e de ser possível constatar, em alguns casos, manifestações positivas originadas pela aplicação destes regulamentos, não asseguram, por si só, outros aspetos relacionados por exemplo com a conservação do edificado ou com a manutenção do espaço público.

Contudo, se neles forem incorporados todos os aspetos relacionados com os critérios de Qualidade e de Elementos de Desvalorização anteriormente identificados, e se forem enquadrados pelos municípios em estruturas orgânicas com autonomia financeira ou como linhas de ação prioritárias

conferidas pela Presidência ou Vereação, os regulamentos municipais têm capacidade para servir como um instrumento de gestão da paisagem urbana eficaz, em conjunto com outros instrumentos financeiros ou de gestão territorial, e de provocar mudanças palpáveis, à semelhança de outros casos de referência anteriormente identificados (Regulamentos Municipais de Paisagem Urbana de Barcelona e de São Luís do Maranhão).

4.1.2. Programas de Incentivos

Cabe aos municípios a possibilidade de atribuir incentivos por forma a conseguir implementar uma política de paisagem municipal. Os INCENTIVOS podem ser apresentados através da isenção de taxas municipais, como por exemplo de ocupação do espaço público, isenção do IMI, ou através da doação aos privados, pela da Autarquia, de projetos de requalificação de edifícios, estabelecimentos comerciais ou patrimoniais, e apoio às obras através de atribuição de verbas.

Um exemplo deste tipo de procedimento são as esplanadas "premium" da Câmara Municipal da Amadora. Trata-se de um programa de apoio e incentivo à implementação e desenvolvimento de esplanadas na cidade da Amadora, através do apoio técnico e logístico aos particulares interessados. Os Serviços da Câmara Municipal da Amadora providenciam o esboço do projeto das esplanadas, a sua implantação no terreno e respetivo licenciamento, (desde que as mesmas não sejam constituídas por estruturas fixas ou outras situações que careçam de licenciamento, nem utilizem mobiliário e/ou material com publicidade a marcas comerciais). Como incentivo fiscal, a Câmara Municipal da Amadora, atribui a redução de 25% ao valor da taxa de ocupação da via pública. Com este programa, a Câmara pretende dinamizar o fluxo de pessoas e a qualidade da vivência urbana, criando, através das esplanadas, pontos de encontro, de interação e partilha, espaços de sociabilidade que funcionam como catalisadores do desenvolvimento económico e social do concelho.

Outro exemplo de atribuição de incentivos é a distribuição de materiais (tintas e rolos) aos munícipes, por parte da autarquia de Palmela, através do programa "Pinte a sua casa".

Outro ainda, o da Autarquia do Seixal, que promove a requalificação dos núcleos urbanos antigos de algumas povoações, e isenta as respetivas obras de taxas municipais. Este projeto tem como destinatários proprietários ou arrendatários que pretendam pintar o exterior dos edifícios onde residam ou do qual sejam proprietários. A autarquia fornece os materiais de pintura necessários ao tratamento de fachadas, nomeadamente tintas plásticas e material para a pintura, sendo a sua aplicação da responsabilidade dos proprietários/inquilinos que se candidatem ao programa. As candidaturas são formalizadas em requerimento próprio aos serviços da autarquia, que acompanha todo o processo, verificando o estado de conservação das áreas a pintar, realizando o estudo cromático das mesmas e o cálculo da quantidade de tinta necessária, bem como a verificação da correta e efetiva aplicação das tintas. Todas as obras efetuadas ao abrigo deste programa estão isentas de pagamento de taxas.

Em Lisboa, a Câmara Municipal desencadeou o programa "R9" (9 vantagens), de parcerias para a reabilitação urbana e incentivos fiscais, redução ou isenção de impostos, financiamento de projetos ou descontos em materiais[30].

4.1.3. Orçamentos participativos

Os ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS são um processo de participação dos cidadãos na tomada de decisão sobre os investimentos públicos municipais, que pode levá-los a apresentarem propostas sobre os aspetos que gostariam de ver abordados e tratados no seu município. Podem contribuir para a educação cívica, para o exercício de uma intervenção informada, ativa e responsável nos processos de governação local, incentivando o diálogo entre todos os cidadãos (eleitos, sociedade civil, técnicos municipais), na procura de melhores soluções tendo em conta os recursos disponíveis, e por conseguinte aumentar a transparência da atividade da autarquia. A conclusão de um estudo[31] financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, conclui que são instrumentos ainda com pouca aplicação em Portugal. Entre 2002 e 2013, Portugal teve 77 experiências de Orçamento Participativo (OP), e em 2013 apenas 17 se encontravam ativas, e desse número 14 eram deliberativos, ou codecisórios, nos quais os cidadãos não só apresentam ideias como depois elegem as que serão concretizadas. Dos 60 orçamentos participativos suspensos, 54 eram consultivos, isto é, em que os cidadãos não detêm o poder de escolher quais das suas ideias se transformam em realidade.

Em Lisboa, em 2014, das 669 propostas apresentadas, 211 foram transformadas em projetos que estiveram em votação, dos quais foram apresentadas 13 propostas vencedoras[32], que corresponderam a projetos de mobilidade suave; a redes ciclaveis e redes pedonais; à requalificação do espaço público (circulação viária, pedonal, ordenamento do estacionamento e das condições de iluminação pública); à construção de parques infantis; à construção de um pomar; a um programa contra o desemprego; a uma aplicação mobile para contacto com os serviços da Autarquia, e intervenções de carater artístico. Muito embora tenha havido propostas que incidiam sobre o espaço público, este instrumento tinha beneficiado se tivesse possibilitado a realização de uma proposta de orçamento participativo (deliberativo) temático para a qualidade da paisagem urbana (por exemplo, a aprovação das 3 melhores propostas, de melhoria da paisagem urbana, até um determinado montante). Porém esta ferramenta sendo um instrumento opcional, cuja obrigatoriedade de implantação não está prevista na legislação portuguesa, tem pouca adesão dos autarcas como instrumento de codecisão e pouca adesão dos cidadãos aos orçamentos participativos consultivos.

---

[30] Web site acedido em janeiro de 2015 em http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/reabilitacao-urbana/programas-de-incentivo-a-reabilitacao-urbana/re9

[31] Estudo :"O Orçamento Participativo como Instrumento Inovador Para Reinventar as Autarquias em Portugal e Cabo Verde: uma Análise Crítica da Performance e dos Transfers", abreviadamente designado por Optar, web site acedido em abril d e2014 em http://www.publico.pt/local/noticia/os-orcamentos-participativos-portugueses-sofrem-de-uma-elevada-taxa-de-mortalidade-1621102

[32] Web site recebido em janeiro de 2014, http://www.cm-lisboa.pt/participar/orcamento-participativo e http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Identidade_grafica/Caderno_de_Normas/Projetos_OP_2014.pdf

4.1.4. Exemplos de boas práticas de gestão da paisagem urbana

Uma das formas de chamar a atenção para a consciencialização da importância e exigência de critérios de qualidade da paisagem urbana, pode passar pelos EXEMPLOS DE BOAS PRÁTICAS.

A partir de ações no terreno que incluam as populações residentes, gera-se uma cultura estética e de valores paisagísticos que se difundem e se entranham, tornando-os como que um critério mínimo alienável de qualidade. É necessário uma realidade demonstrada, paisagens criadas e exemplares, que permitam retirar delas um prazer de contemplação, para que se possa criar uma consciência estética exigente, um efeito multiplicador, e fazer com que as populações saibam o que querem para o seu território (Pardal, 2013).

Um dos exemplos de grande escala em Portugal, realizada em âmbito nacional, foi o Programa Pólis, lançado no ano 2001, de requalificação urbana e valorização ambiental das cidades (Partidário & Correia, 2004). O seu principal objetivo foi o de melhoria da qualidade de vida nas cidades, através da realização de um conjunto de operações desenvolvidas com base em parcerias entre as autarquias locais e a administração central. Não se pretendia que o programa fosse um instrumento para resolver todos os problemas ambientais e urbanísticos das cidades portuguesas, mas antes que tivesse um efeito demonstrativo daquilo que seria possível alterar no panorama ambiental e urbanístico das cidades.

O Programa começou por identificar um número limitado de intervenções exemplares, com uma escala significativa e um efeito demonstrativo no país, na requalificação de zonas industriais deprimidas, na criação de novas polaridades em áreas metropolitanas, na valorização de frentes de mar ou de zonas ribeirinhas, na valorização de património histórico ou natural e sua reintegração na cidade, na requalificação de cidades de média dimensão com pujança económica mas com uma vida urbana de pouca qualidade, na valorização de cidades do interior ou raianas que podem constituir polos de desenvolvimento regional.

O investimento total previsto no âmbito do Programa Cidades, aplicado a 28 cidades, nas quatro componentes previstas, Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental, Intervenções em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial, Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento e Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades, foi da ordem dos 160 milhões de contos, (cerca de 800 milhões de euros).

Este programa criou condições para o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte dos cidadãos, que se tornaram mais exigentes relativamente à qualidade do espaço público.

Através do exemplo, é possível ver e reconhecer facilmente, bons exemplos de paisagem urbana com qualidade, sem recurso à imaginação de cenários ou projetos. Estes EXEMPLOS têm um efeito catalisador de difusão de um conhecimento de matérias relacionadas com o embelezamento do espaço público e das fachadas, de arquitetura de excelência, de materiais de construção, de espaços verdes, e elementos naturais de qualidade, um conjunto de elementos com os quais a população adquire contacto, e os quais se tornam parte da sua consciência estética, que procura aplicar noutras

situações. Têm ainda a vantagem de despoletar sentimentos de orgulho, e identidade, nas populações no seu território urbano. No entanto, e por outro lado, sendo um projeto em área consolidada, e eventualmente histórica, em grande escala, é sempre uma intervenção à posterior, não preventiva, o que, consequentemente implica grandes transtornos para a população durante a execução de obras e avultados montantes financeiros. Em épocas de constrangimentos financeiros, quer a nível nacional quer municipal, a oportunidade de realização de bons exemplos demonstrativos podem não surgir, o que torna difícil qualquer alteração de conhecimentos e comportamentos.

A uma escala menor, de iniciativa municipal, pode referir-se como exemplo, a intervenção ao nível das fachadas, na Avenida Santos Mattos na Amadora, e esplanadas "premium" (Figura 26, e Figura 27, lado direito), com colocação de estores coloridos nos tons existentes do edificado, e com ripas de madeira que conferem uniformidade, ao nível dos materiais, dos equipamentos, das cores. Em Lisboa (Figura 27, do lado esquerdo) o alinhamento dos rótulos comerciais com a fachada do edifício, revela um exemplo que valoriza a fachada do edifício.

Figura 26 - Avenida Santos Mattos na Amadora

Figura 27 – Exemplo de rótulo comercial embutido na fachada do edifício, em Lisboa, e esplanada "premium" na Amadora (fotografia do website da CMA[33]).

[33] Web site da Câmara Municipal de Lisboa, acedido em abril 2014 em http://www.cm-amadora.pt/noticias-urbanismo/781-esplanadas-premium

4.1.5. Concursos, galardões e consciencialização

Estimular o desenvolvimento, a inovação e as boas práticas, pode passar pela competição e pelo reconhecimento do mérito. A organização de concursos que envolva os municípios, seja a nível nacional, envolvendo todas as autarquias, ou a nível municipal envolvendo as freguesias, pode ser um meio de estímulo para a implementação e o reconhecimento de soluções que contribuam para o aumento de qualidade da paisagem urbana. O estímulo é gerado pelo desafio de fazer mais, de ser melhor, de superar objetivos. Os Jogos Olímpicos, os Óscares, os Prémios Nobel, as Estrelas "Michellin" ou os Concursos de Ideias, são alguns exemplos, que, fruto do esforço individual ou coletivo, fomentam o aperfeiçoamento de equipamentos, técnicas e práticas nos vários sectores de atividade e, direta ou indiretamente, criam empregos, riqueza, e potenciam o desenvolvimento das regiões.

Servindo-se deste mecanismo, organismos públicos ou entidades privadas, têm procurado estimular Países, Regiões ou Municípios, promovendo concursos e identificando aqueles que têm melhores performances e resultados. Concursos como "Cidades limpas", "Bandeira Azul" ou "Cidades floridas" são alguns exemplos de competições que têm procurado identificar aqueles que se regem pelas melhores práticas.

A APESB (Associação Portuguesa de Engenharia de Sanitária e Ambiental) promoveu, em 2008, um concurso onde se avaliou a capacidade de recolha de resíduos sólidos urbanos, a distribuição de ecopontos e a limpeza urbana, e serviu para premiar o trabalho desenvolvido pelas autarquias para tornar as cidades limpas. O galardão não envolveu qualquer prémio pecuniário, mas foi o suficiente para, ao reconhecer o esforço da Câmara Municipal, estimular os atores a continuarem a realizar o seu trabalho em prol do bem público com maior zelo, responsabilidade e satisfação.

Um dos mais conhecidos concursos a nível nacional é o Programa Bandeira Azul, onde se procura promover o desenvolvimento sustentável em áreas costeiras, fluviais e lacustres a partir do desafio aos responsáveis e gestores de praias locais, para alcançar padrões de excelência num conjunto de critérios, que envolvam a educação ambiental, a qualidade da água balnear, a gestão da praia, serviços e segurança. O objetivo é tornar possível a coexistência do desenvolvimento do turismo, a par do respeito pelo ambiente local. Este concurso, destinado a praias e marinas, teve início em França, em 1985, e tem sido desenvolvido na Europa desde 1987. A partir de 2001, foi alargado a outros continentes, e hoje conta com um número crescente de países aderentes. A longa existência do Programa demonstra que é considerado e reconhecido como um "eco-label" para operadores turísticos, decisores e público em geral, que pode condicionar o utente à escolha da praia função da atribuição do título da Bandeira Azul.

Em vários municípios, em França, e também no Brasil, por exemplo, são promovidos também outros tipos de Concursos como os de "Cidade Florida", e/ou de "Casas e Varandas Floridas", que visam contribuir para o embelezamento e valorização ambiental dos espaços públicos, boas práticas de educação ambiental, uso de compostagem, ao mesmo tempo que contribuem para a atividade turística na região.

No Estado de Rio Grande do Sul, Brasil, foi realizado o primeiro concurso “Cidade mais florida de RS”, edição 2009/2010, de iniciativa do Governo Estadual e da Famurs, Federação das Associações de Municípios de Rio Grande do Sul. Este concurso teve por objetivo promover o embelezamento e valorização do meio ambiente no perímetro urbano, apostar no desenvolvimento do Turismo, da economia e da cultura ambiental das populações da região. Fizeram-se representar neste concurso 25 Associações Municipais. Nos critérios de escolha dos vencedores estiveram fatores como o impacto visual – riqueza e harmonia das cores – extensão, localização estratégica, originalidade, enquadramento na malha urbana, estado fitossanitário das plantas, especificidades e características regionais das espécies, perenidade das espécies, ações ambientais que o município desenvolve e integração dos jardins nas práticas de educação ambiental. Alguns Municípios optaram pela distribuição gratuita de sementes, de flores e de árvores, em várias mudas por propriedade, por forma a permitir aos proprietários de áreas rurais ou terrenos urbanos a plantação de espécies de acordo com as orientações técnicas do Município. Esta valorização ambiental possibilitou a integração destes Municípios em roteiros turísticos, promovendo a criação de emprego e desenvolvendo a economia da região.

A cidade francesa de Annecy, a “Veneza dos Alpes”, ganhou o concurso de “Ville et Villages Fleuris”, e em todas as varandas e recantos, flores ornamentavam a cidade, tornando-a a ainda mais bonita e cuidada. Neste concurso a atribuição do galardão, a nível nacional, os critérios de seleção passam pela qualidade das decorações florais que contribuem para o melhoramento do ambiente, pela qualidade e variedade das flores, harmonia das cores, limpeza e arranjo dos ornamentos e originalidade das composições. Realiza-se através de três critérios fundamentais - pelo património paisagístico e vegetal aplicado aos parques, espaços verdes de enquadramento, árvores, arbustos, e composições florais; pelo desenvolvimento sustentável, no que toca à gestão da água, proteção das espécies naturais, gestão racionada de aditivos químicos e implementação de técnicas alternativas, e à limpeza dos espaços públicos, conservação do património edificado, mobiliário urbano, publicidade, embelezamento das entradas nas cidades. A promoção do galardão é realizada junto dos operadores turísticos, através da criação de jardins e hortas comunitários, pela animação escolar, pela participação dos habitantes (inclusão de outros concursos (casas e balcões floridos), e por protocolos e ações coordenadas entre entidades públicas e particulares.

A nível municipal foi implementado o Concurso “Maison et balcons fleuries”, (Casas e Varandas floridas), para várias categorias: casas e jardins, terraços, varandas e janelas, comércio, empresas, hotéis e restaurantes.

Estes tipos de concursos são uma ferramenta muito útil para o desenvolvimento das regiões e municípios, uma vez que, com pequenos investimentos, pode concretizar-se uma mais valia ambiental que envolve as populações, o orgulho de participar e de contribuir para melhorar a localidade do ponto de vista ambiental e económico.

A nível nacional, e no quadro das ações de implementação da Convenção Europeia da Paisagem foi criado o Prémio Nacional da Paisagem, (Despacho n.º 12423/2012, DR 2ª S, de 24 de Setembro de 2012), por tempo indeterminado, com início em 2012 e carater bianual.

A atribuição do Prémio Nacional da Paisagem, tem como objetivo, para além de preparar a candidatura nacional ao Prémio da Paisagem do Conselho da Europa (sendo a Direção Geral do Território a entidade organizadora), reconhecer a importância da implementação de uma política da paisagem, para a proteção sustentável, a gestão e ou o ordenamento das paisagens. E ainda, de incrementar a sensibilização da sociedade civil para a importância das funções culturais, ecológicas, ambientais e sociais desempenhadas pela paisagem, quer enquanto fator de identidade e valor fundamental do quadro de vida das populações, quer enquanto fator potencial de desenvolvimento, contribuindo para a sensibilização dos cidadãos e divulgação de boas práticas.

As entidades que podem concorrer ao Prémio são as autoridades locais ou regionais, e as organizações não-governamentais, com contribuições importantes para a proteção, gestão e ou o ordenamento da paisagem. O Prémio constitui uma distinção honorífica (diploma e/ou numa placa para a candidatura vencedora, e um diploma para as eventuais menções especiais).

Para a atribuição do Prémio Nacional da Paisagem 2102, o júri nacional reuniu representantes de organismos da administração central, das regiões autónomas, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e de organizações profissionais (Associação Portuguesa de Arquitetos Paisagistas e Ordem dos Arquitetos), analisou oito candidaturas e, com base nos critérios definidos, propôs a atribuição do Prémio à candidatura "Furnas, Laboratório de Paisagem" e de uma Menção Especial à candidatura "Vulcão dos Capelinhos", ambas apresentadas pela Direção Regional do Ambiente da Região Autónoma dos Açores.

A nível europeu, o Prémio da Paisagem do Conselho da Europa teve a 1ª Edição em 2008/09 (aos quais se apresentaram 8 concorrentes), tendo sido a França o país vencedor, e atribuída a menção especial a Espanha. A 2ª Edição em 2010/11 (com 14 concorrentes), teve Itália como país vencedor foi Itália, e foi atribuída a menção especial à Eslováquia, Espanha e Reino Unido). Na mais recente, e 3ª Edição, 2012/13, apresentaram-se 18 concorrentes. A Polónia foi o país vencedor, e foram atribuídas menções especiais a Itália, Lituânia, Sérvia, Bélgica, República Checa, Finlândia, França, Hungria, Irlanda, Letónia, Holanda, Portugal, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, e Reino Unido. Ao longo das três edições do Prémio da Paisagem do Conselho da Europa, manifestou-se um aumento, quer na adesão dos países concorrentes, quer na atribuição de 'menção especial'.

Muito recentemente, a Universidade do Minho lançou um concurso "Prémios Município do Ano, Portugal 2015", com vista ao reconhecimento de boas práticas dos municípios portugueses com impactos assinaláveis no território, na economia e na sociedade, que promovam o crescimento, a inclusão e/ou a sustentabilidade, e dar a conhecer realidades diversas tanto em cidades de maior dimensão como em territórios de baixa densidade. As candidaturas (com apresentação de produtos, serviços, programas, infraestruturas, equipamentos, ações de sensibilização), serão avaliadas, ao nível do território, segundo os impactos no ambiente, recursos naturais, espaço público, infraestruturação e proteção civil.

4.1.6. Planos de pormenor

De acordo com a legislação em vigor aplicada aos Instrumentos de Gestão Territorial, Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro (em revisão), o conteúdo dos Planos de Pormenor deve observar, entre outros, os seguintes aspetos (Artigo 91º - Conteúdo material) que se relacionam de uma forma mais direta com a preservação e valorização da paisagem urbana:

a) A definição e caracterização da área de intervenção identificando, quando se justifique, os valores culturais e naturais a proteger;

c) O desenho urbano, exprimindo a definição dos espaços públicos, de circulação viária e pedonal, de estacionamento bem como do respetivo tratamento, alinhamentos, implantações, modelação do terreno, distribuição volumétrica, bem como a localização dos equipamentos e zonas verdes;

e) Indicadores relativos às cores e materiais a utilizar;

f) As operações de demolição, conservação e reabilitação das construções existentes;

g) As regras para a ocupação e gestão dos espaços públicos.

No âmbito do projeto PERCOM (2013)[34], foram realizados inquéritos aos responsáveis municipais pelo planeamento urbanístico, de modo a aferir em que vetores é que os Planos de Pormenor se revestem de máxima eficácia. Assim, as respostas obtidas revelam sobretudo aspetos relacionados com (a) o ordenamento do território, ou seja, alteração do regime do uso do solo definido no PDM; (b) o planeamento da expansão urbana de larga escala (c) o planeamento da reestruturação de um tecido urbano consolidado; (d) a definição do desenho urbano e qualificação do espaço público; (e) a reabilitação urbana (englobando reestruturação urbana e requalificação dos espaços) e (f) com o planeamento de intervenções em espaço rural e reabilitação paisagística.

Segundo este trabalho, e a opinião dos técnicos das autarquias, os Planos de Pormenor (PP's) têm muita eficácia no que se refere ao ordenamento, ocupação do solo e expansão urbana, e pouca importância quanto à qualidade da paisagem urbana (apenas 2 em 40 respostas, se referiram à reabilitação paisagística), o que vai de encontro com o modo como são habitualmente encarados, ou seja, como "regulamentos de edificabilidade".

Num estudo realizado (Prudêncio, 2014) em cerca de 69 Planos de Pormenor, e entre aqueles aprovados, cerca de 55% tem 0% de grau de execução, (data de publicação dos PP's entre 2001 e 2012); o tempo médio de elaboração de PP's (sem execução) foi de 6 anos (num caso um PP, sem execução, chegou a atingir um tempo de elaboração de 16,8 anos, e outro PP, sem execução, um tempo de elaboração de 1,5 anos). Dos restantes PP's com execução, o tempo máximo de elaboração foi de 9,8 anos e o mínimo de um ano. O mesmo estudo refere que a percentagem de licenciamentos de operações urbanísticas aprovadas, não enquadradas em planos de pormenor ou unidades de execução, nos últimos dez anos, revelou-se bastante elevada, sendo que a maioria dos municípios (cerca de 74%), afirmou que estas correspondiam a mais de 90% das operações urbanísticas aprovadas no município. Com efeito, a complicada orgânica de aplicação dos PP's, desincentivando a elaboração destes planos municipais, contrasta com a forma de licenciamento de

[34] Web site acedido em maio de 2014 http://projectopercom.ist.utl.pt/.

obras e loteamentos, permitindo prevalecer a aprovação avulsa e aligeirada de muitas construções, edifícios e loteamentos (Lobo, 2003). Na gestão e preservação da paisagem urbana, os Planos de Pormenor teriam a vantagem de ser Instrumentos de Gestão Territorial que preveem já hoje no seu articulado a possibilidade de atender a alguns aspetos, nomeadamente na requalificação do edificado e do espaço público, no ordenamento, na proteção de valores culturais e naturais. De ser largamente utilizados há mais de uma década, com vasta experiência de elaboração e execução, e nos quais estão previstos mecanismos de perequação que podem ser úteis para a operacionalização das ações preconizadas. No entanto não atendem à tridimensionalidade da paisagem urbana, como um todo, na conjugação das vertentes técnicas (edificado e espaço público), culturais (património), e estéticas (sensoriais, que têm a ver com a visão, com a fruição estética), dimensões que estão para além dos Planos de Pormenor, tal como são atualmente. Aos Planos de Pormenor falta a visão conjunta de paisagem (P14). Como Instrumento de Gestão do Território, e nos moldes em que se encontram, não criam paisagem urbana com a qualidade que seria desejável, uma vez que respondem sobretudo a problemas fundiários. A paisagem urbana é diferente de território urbano, não se diz "que território tão lindo!" (P14). Tem uma dimensão estética associada, pelo que não deve ser confundida unicamente com aspetos de ordenamento do território, como habitualmente sucede (Ramos & Saraiva, 2010).
São instrumentos rígidos, burocráticos, com um elevado tempo de elaboração e como tal, de difícil concretização, perante a dependência da adesão dos proprietários (Prudêncio, 2014). E muitas vezes estáticos e impeditivos de oportunidades de investimento (P17). Existem para definir e salvaguardar uma determinada forma urbana, e contribuir para a valorização da imagem, porém não têm contribuído para definir a forma geral da zona, nem para a valorização da paisagem urbana (P9).

4.1.7. Unidade orgânica na estrutura municipal

Uma das hipóteses de modelo de gestão e preservação da paisagem urbana, seria através da criação de uma unidade orgânica na Estrutura Municipal, deliberada por vontade do Executivo Camarário.
Um gabinete especializado, composto por técnicos da Autarquia, com a missão de coordenar e elaborar planos de concretização, a 5 anos, - Projeto da Paisagem Urbana -, com ações objetivas, concretizadas através do orçamento municipal. Um veículo de orientações, não para chumbar as soluções apresentadas por técnicos externos à Autarquia, mas para contribuir para um aperfeiçoamento das mesmas, em que fossem incluídas as questões relativas à qualidade da paisagem urbana. Teria a vantagem de implementar ações concretas a curto prazo. Dependendo diretamente do Presidente de Câmara ou do Vereador com o pelouro, com força necessária para fazer cumprir as orientações políticas nas matérias respetivas, veria o resultado das suas orientações e ações implementadas com maior celeridade. Poderia no entanto existir uma descontinuidade de força nas medidas programadas, decorrente da alternância política do executivo camarário.

4.1.8. Empresa municipal

A criação de uma Empresa Municipal, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com a missão de promoção e proteção da paisagem urbana, com Estatutos e Regulamentos e personalidade jurídica próprios, teria a grande vantagem de ser emancipada do ponto de vista financeiro e de gestão. Haveria com maior probabilidade a continuidade temporal dos programas e ações, independentemente dos ciclos políticos e eleitorais, e uma maior agilidade de procedimentos e rapidez na implementação de soluções. A possibilidade de integração de participação pública à "priori", durante e após a conclusão dos projetos; de colaboração com empresas na procura de patrocínios com vista ao financiamento de obras; de início ou tramitação de processos sancionadores por infração, contraordenações, aos regulamentos relativos à paisagem urbana e aos respetivos usos; a realização de atividades comerciais relacionadas com os seus objetivos; o estabelecimento de todo o tipo de acordos ou convénio com entidades ou instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, e assinatura de acordos com instituições oficiais ou privadas com vista à distribuição, gestão e administração de fundos, de contribuições e de instrumentos financeiros relacionados com a sua atividade; ter receitas próprias (taxas de ocupação de via pública, de prestação de serviços, de publicidade, de acordos e convénios) e ser uma solução largamente testada noutros países (exemplo de Barcelona e São Luís do Maranhão).

Tem as desvantagens normalmente associadas às empresas públicas, de eventual falta de transparência no que toca à apresentação de contas aos cidadãos, ou, se estiverem isentos de obedecer aos procedimentos de contratação pública, no que respeita aos ajustes diretos e aquisição de serviços e ausência de visto do Tribunal de Contas. No caso de os administradores serem os próprios autarcas em acumulação de funções (para as quais não têm tempo), ou no caso de a Empresa não conseguir ter receitas próprias e ter de recorrer a atribuição de verbas da autarquia, poderá não configurar uma boa opção.

4.1.9. Direção geral para a paisagem

Foi recentemente apresentado[35] o documento orientador da Política Nacional da Arquitetura e da Paisagem (PNAP), conforme estipulado no Programa de Ação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT, 2007)[36].

O PNPOT estabelece como uma das medidas estratégicas prioritárias a definição da PNAP, reconhecendo o valor social, cultural, económico e ambiental da Arquitetura e da Paisagem num quadro de desenvolvimento que garanta o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos, tanto no meio urbano como rural, destacando o papel da Arquitetura como atividade de interesse público e recurso fundamental para qualificar o território e desenvolver o país. Ressalva que cabe ao Estado a defesa da Arquitetura promovendo, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e da proteção das zonas

[35] 15 de setembro de 2014, na Torre de Belém em Lisboa.

[36] PNPOT aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro Web site acedido em maio de 2014 em https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/09/17000/0612606181

históricas (Constituição República Portuguesa, Artigo 66.º, 2, e). Articula a paisagem com a arquitetura, tida como “suporte da memória coletiva” e como elemento formador “das identidades territoriais e da cultura de um país”, afirmando que “a diversidade, a qualidade e a originalidade das paisagens representam hoje um ativo crucial para as regiões”.

A proposta de gestão da paisagem assenta no modelo de governação composto por uma estrutura nacional de coordenação e acompanhamento, com base numa Direção Geral já existente (Direção Geral do Território).

Essa estrutura nacional será composta por um conselho consultivo, uma comissão executiva, e um secretariado técnico de apoio. Terá como missão acompanhar a implementação da PNAP e emitir pareceres ou recomendações relativas à Arquitetura e à Paisagem; aprovar o programa de ação, acompanhar e monitorizar as medidas e ações; elaborar relatórios de progresso e de avaliação da implementação da política, acompanhamento e preparação de medidas legislativas e regulamentares; emitir pareceres sobre questões relativas à concretização de medidas de políticas da Paisagem e o espaço construído; disseminar as boas práticas e promoção de ações de formação e de sensibilização da população; promover programas e projetos de investigação e desenvolvimento nas áreas da Arquitetura e da Paisagem; elaborar recomendações técnicas e guias orientadores; gerir programas de apoio financeiro e orientar a aplicação de fundos comunitários para os domínios da Arquitetura e Paisagem e gerir a criação e manutenção do sítio na internet da PNAP. O Plano de Ação passa pela implementação medidas de estratégia e coordenação, medidas legislativas e de regulação, medidas de informação, sensibilização e educação.

Propõe-se criar uma rede de parceiros da PNAP, assegurar as redes e estruturas de governança necessárias, e contribuir, em sede de processos legislativos e de regulação, para a melhoria da legislação, normativos e regulamentos. E ainda elaborar manuais de boas práticas e guias que permitam a valorização profissional de todos os agentes destes sectores, propor a definição de critérios de qualidade, eficiência e eficácia que contribuam para melhorar os processos de contratação pública em matérias de Arquitetura e Paisagem, e desenvolver os instrumentos adequados à participação pública ativa nas ações de preparação, implementação e monitorização da PNAP.

Pretende sensibilizar a opinião pública para esta temática através do portal da PNAP, da realização de eventos, publicações e exposições, divulgação de exemplos de boas práticas. Promover o recurso a conhecimentos, processos e técnicas tradicionais associadas à construção e manutenção de edifícios, com vista a assegurar a sua salvaguarda e transmissão às gerações futuras.

Promover a integração da temática nos programas escolares dos vários níveis de ensino não especializado, em particular nos currículos do Ensino Básico e Secundário, que visem estimular uma cultura de cidadania, desenvolver ações de formação nos âmbitos da Arquitetura e da Paisagem, designadamente nas áreas da arquitetura e urbanismo sustentável, da conservação, reabilitação e regeneração arquitetónica e urbanas, da proteção, gestão e ordenamento das paisagens. Promover prémios e concursos de arquitetura e arquitetura paisagista, assegurando a manutenção e disseminação dos prémios já existentes.

O documento orientador da PNAP surgiu em 2014, cerca de oito anos depois de aprovado o PNPOT que decide a sua criação e implementação, e esteve em consulta pública entre 15 setembro e 31 outubro de 2014, desconhecendo-se publicamente, (e por enquanto), os resultados desse processo.
Todavia ficam algumas questões que se prendem com o que foi desenvolvido neste estudo. Em que medida não deveria haver uma separação entre Paisagem e Arquitetura (ou outra qualquer disciplina), uma vez que, como já se verificou a paisagem (urbana) excede os limites da arquitetura e é transversal a várias realidades? Como é que a qualidade da paisagem urbana, reportando-nos aos critérios de qualidade apresentados pelo painel de peritos, vai ser assegurada pela PNAP quando se fala, por exemplo, de Harmonia, Gestão do espaço público, Segurança ou Acessibilidade? Ou retirando-lhe os elementos que a desvalorizam, como o Ruído, o Estacionamento Caótico, o Congestionamento de Trânsito, ou a Sujidade? Poderá a PNAP constituir uma verdadeira política de paisagem urbana, com suficiente abrangência para atender a todos esses aspetos?

4.2. Modelo de gestão – Proposta

"Se estivermos atentos ao detalhe, e habituarmos o olhar a saber ver o pormenor, o mundo construído torna-se mais interessante, e ganha em qualidade" (Cullen, 1997, p.65).
A análise dos tipos de intervenção anteriormente expostos, a auscultação ao painel de peritos, e o resultado do questionário "on line" em matéria de regulação da paisagem urbana, permitiram sugerir um modelo de gestão da paisagem urbana (Figura 28).
O painel de peritos, composto por 22 especialistas, manifestou opiniões muito díspares no que toca à melhor alternativa de gestão, mas foi unânime em considerar inaceitável a degradação da paisagem urbana. Assume que se verifica a falta de reflexão política sobre a dimensão da paisagem (P12), porque, de um modo geral, ***"paisagem urbana é um conceito que não está interiorizado pelos portugueses"*** (P2), e ***"este tema não faz opinião pública!"*** (P12).
No panorama nacional verifica-se que ***"os municípios abdicam do seu poder/dever para definir opções políticas para potenciar a qualidade de vida, designadamente através de uma paisagem urbana agradável e tranquila!"*** (P11), ***"por iliteracia política e cívica grande e consequente falta de participação cívica"*** (P11), que tem como consequência que os cidadãos não façam valer os seus direitos, e não os cobrem aos políticos (P11).***"Há falta de interesse político em gerir a paisagem urbana"*** e ***"falta de cultura necessária para que politicamente (a gestão) seja implementada"*** (P21).***"Há um vazio que se deseja que seja ultrapassado!"*** (P6).
Alguns especialistas (4 em 22), apesar de considerarem que a qualidade da paisagem urbana exige um forte poder público, mostraram-se a desfavor da regulação (legislação específica) da paisagem urbana (P1, P15, P17 e P18). ***"Regulamentação, não. Recomendações, sim!"*** (P1). Por um lado, por não acreditarem em soluções globais para tudo (P18), e por entenderem que a regulação uniformiza todas as partes pelo todo. Pelo facto de a regulação poder ter demasiada ingerência na esfera privada, por poder não compreender critérios de qualidade (P18) E que a norma, por ter tendência para a objetividade, pode tratar de um tipo de qualidade e não de outra, e conduzir a critérios contraditórios (exemplo da qualidade térmica, com a introdução de janela de vidros duplos

por questões de poupança de energia - a presença do vidro duplo e caixilharia de alumínio ou PVC, para quem está do lado de fora, para quem vê da rua, é positivo?) (P18). Consideram que os regulamentos depressa se podem transformar num conjunto de regras bizarras que tudo impedem, (sem critério) (P17). E porque, apesar de tudo, é possível cumprir-se todas as normas de um regulamento, e ainda assim não se ter qualidade (P18).

No entanto há quem se mostre a favor da regulação (P2, P3, P5, P7, P8, P10, P11, P12, P13, P14, P16 e P21, o que corresponde a 12/22), por considerar que, embora se conseguisse ***"atingir resultados por via da consciencialização"*** (P4), ***"a regulamentação é necessária para limitar certos atos ou para incentivar certas opções"*** (P4), com algumas reservas quanto ao seu conteúdo - não devem ser fundamentalistas (P7), impor normas castrantes (P10), uma postura repressiva, ou conter imposições sem sentido. Devem ter em conta a diversidade e valor patrimonial (P7), observar os fatores identitários e garantir a observância da qualidade. ***"Regular sim mas no aspeto de melhorar, de integrar!"*** (P7). ***"A regulamentação não pode ser só para limitar, tem de ser para incentivar***" (P4).

Alguns peritos consideram que a Regulação só faz sentido em cidades grandes ou de grande importância patrimonial, como Lisboa, Porto ou Évora (P8), em zonas históricas para preservação de determinados aspetos (por exemplo na Baixa Pombalina, onde dantes não havia antenas, estas deverão continuar a ser suprimidas do campo de visão do observador, mantendo a visão de conjunto intacto, (P1)), para todas as áreas mais classificadas (P20), distinguindo entre elementos perenes e reversíveis, ou regulamentando apenas alguns aspetos: alteração de janelas, marquises (P5), (***"as marquises podem ser uma oportunidade de requalificação das fachadas"*** (P2)), cor (P9), forma das coberturas (P9), movimentos de terras (P9), antenas de telecomunicações e televisão (P3), fios elétricos (P5, P8), altura dos edifícios (P5), barreiras arquitetónicas causadas por elementos colocados "à posteirori" (exemplo: postos de transformação elétrica), tendo sempre em conta a diversidade e valor patrimonial. Uns acreditam que as orientações têm de se fazer a nível local, num fluxo contínuo entre o macro (país) e o micro (freguesias) (P12), apostam na concretização descentralizada e consideram que deveria existir um Gabinete nas autarquias para estes assuntos, um gabinete municipal só para a paisagem urbana, especializado, com responsáveis pela execução e coordenação, composto apenas com técnicos da autarquia. Mostram preferência por um Gabinete Municipal (P10) ou um Instituto Municipal da Paisagem Urbana, (P7, P8, P9, P11, P12, P18, P19 e P21), um órgão consultivo (P19), para programação e planeamento, vinculativo na aprovação de projetos, e orientador (P19), com recomendações e orientações (P18) e uma ação estratégica e proactiva (e não defensiva) (P18) podendo estar associado ao IHRU (P12) ou à CCDR, programando as intervenções, discutindo-as com a população e fiscalizando (P19). Para alguns só poderia fazer sentido em cidades grandes como Lisboa ou Porto (P8 e P21), ou em zonas históricas (P1). Consideram também que existe um défice de um gabinete nas Câmaras Municipais que se preocupe com o desenho urbano, ***"não para o chumbar mas para melhoramento das soluções"*** (P7).

Outros revêem-se numa Comissão de Estética de caráter consultivo (P2, P7 e P18), outros num gabinete de apoio à população (P9), para ajudar, orientar, aconselhar no modo de contribuir para o melhoramento do edificado, no que toca à cor, à colocação de cabos elétricos, aparelhos de ar

condicionado, antenas de telecomunicações, alarmes, toldos, rótulos comerciais: ***"Aconselhe-me lá como devo fazer!"*** (P9), promovendo estudos de cenários, simulação, participação pública com visualização 3D (P 14).

Há peritos que são a favor de estímulos (P15) ou de orçamentos participativos, por exemplo temáticos, só para a qualidade da paisagem urbana, apoiando os três melhores projetos (P20), ou por via da consciencialização (P4, P9, P11 e P20), fazendo entender aos munícipes que vão beneficiar com a qualificação da paisagem urbana. Têm presente de que tudo o que seja alterar atitudes, comportamentos, faz-se com lentidão, e defendem que enquanto a consciencialização dos cidadãos não existir, a administração deverá, através de regras, mostrar bons exemplos para serem vistos, apreciados e replicados como por exemplo os Planos da Orla Costeira: ***"os munícipes primeiro contestam mas depois apreciam"*** (P20).

Defendem a declaração de políticas públicas, que apontem para que os Instrumentos de Gestão do Território passem a integrar Planos de paisagem. Seja nos Planos Diretores Municipais (P12 e P15), ou nos Planos de Pormenor. De forma sustentável (P3), em que a valorização da paisagem urbana seja incorporada no Plano (P9), com capítulos próprios (P3), e previsão e inclusão dos respetivos custos de implementação (P 2, P3, P4, P7, P14, P15 e P16). Ou ainda, através da introdução da figura de Projeto Urbano, com prazo curto de cinco anos, mais célere na resolução e implementação medidas (P5, P15), de ***"maior flexibilidade e adaptabilidade à mudança no funcionamento do sistema de planeamento"*** (Portas, 2011, p.262).

Um instrumento, com uma linha organizacional, com regras, um plano estratégico, que permita a coerência, a sistematização do desenho, e forma de estruturar as medidas, incluídas num único plano de concretização a 5 anos, ações concretas, através do orçamento do Estado ou no orçamento municipal (P15).

Outros peritos consideram que a autarquia deve definir uma carta de orientações estratégicas (não são precisos Institutos - são contra o excesso de Instituições (P20) e de visões excessivamente regulamentares). Que a política de paisagem deve ser transversal a todos os serviços camarários, e não tem de estar traduzida numa estrutura municipal (P17). Deve fazer parte integrante da gestão autárquica, no poder de "vereadores fortes" (P20), que se preocupem com as questões "sensoriais", resultantes do contacto direto com as populações (P17, P20). Outros peritos consideram que esta temática deveria ser ensinada na Escola/Universidade (P6, P12).

O modelo proposto pretende incorporar as perspetivas dos peritos. Elege o Estado central como entidade que inicia o processo de consciencialização da população, e de implementação de políticas, através de financiamento próprio ou através dos fundos estruturais, pelos seguintes passos:

- Consulta e recolha de informação (orientações) às Direções Gerais ligadas ao Ordenamento do Território (Direção Geral do Território, DGT), ao Ambiente (Agência Portuguesa do Ambiente - APA) e à Conservação da Natureza (Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, INCF), e elaboração de diretivas a incluir no Plano da Paisagem Urbana (orientador).
- Transmissão às Autarquias das orientações gerais recolhidas junto da DGT, APA e ICNF, para implementação das diretivas e elaboração do Plano de Paisagem Urbana Municipal. Transposição das diretivas nos "Regulamentos municipais" ou em "Recomendações", coordenados pelas

Autarquias através dos mecanismos que estas decidirem implementar: Gabinete do Presidente/ Vereação, Instituto Municipal, Gabinete Municipal/Estrutura Orgânica, "Exemplos", "Estímulos/Incentivos" ou "Ações de consciencialização" (Figura 28).

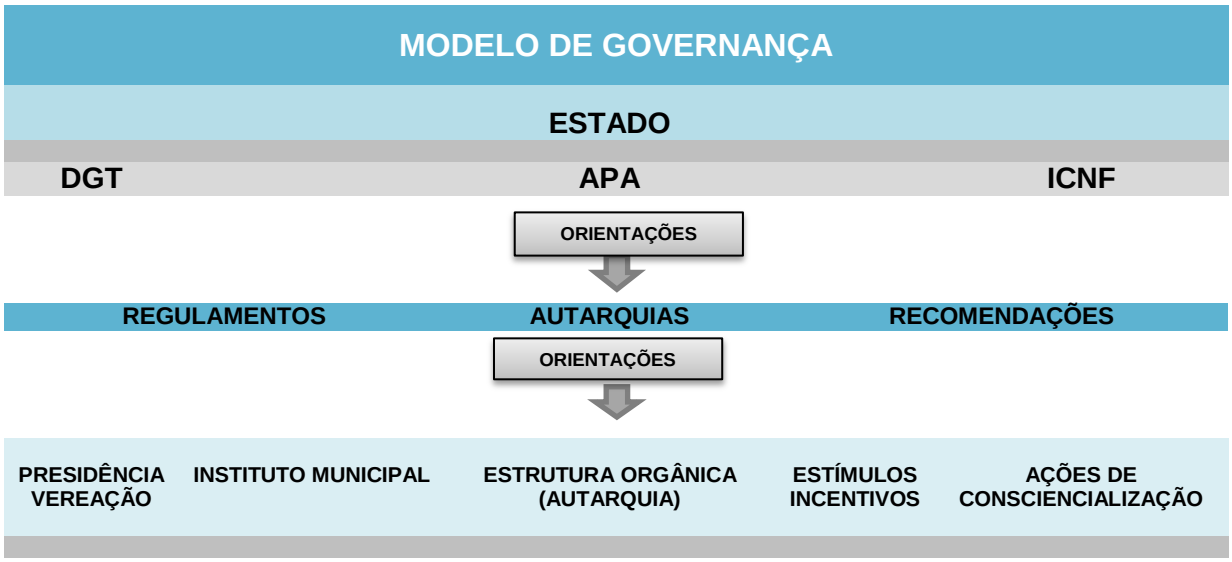


Figura 28 – Proposta de modelo de gestão da paisagem urbana

De acordo com os exemplos de boas práticas em Barcelona e São Luís do Maranhão, e embora sempre com a iniciativa da Administração Central na implementação de políticas fortes de gestão da paisagem urbana, defende-se que em Lisboa e Porto, por exemplo, pela sua dimensão e influência territorial, faz sentido a criação de um Instituto Municipal dotado de autonomia financeira. Nas restantes autarquias, e tendo em conta que as cidades possuem geografias, climas e histórias diferentes, caberá a cada uma encontrar os melhores caminhos para a gestão da sua paisagem urbana (Rodrigues, 2011). A definição de uma carta de orientações estratégicas, a criação de um Gabinete/Departamento na estrutura orgânica municipal com força atribuída pelo Executivo, nomeadamente pelo Presidente da Câmara, poderá revelar-se suficiente para implementar as políticas de preservação e gestão da paisagem urbana necessárias, numa ótica de participação pública fortemente integrada, para que as populações se empenhem e revejam na construção das suas paisagens urbanas (Ramos e Saraiva, 2010). Todavia falta ainda articular políticas e integrar os instrumentos de gestão disponíveis, as estruturas orgânicas possíveis e a população (Figura 29). ***"É preciso chamar os cidadãos a pronunciarem-se sobre o que gostariam de ter! Uma participação a montante"*** (P4).

Ao nível legislativo, e em virtude da revisão em curso do Decreto-Lei nº 390/88 de 22 de Setembro, pode configurar-se uma oportunidade para os Planos de Pormenor, a inclusão de um Plano de Paisagem, que preveja a conservação, recuperação e renovação do edificado existente.

Em todo o caso é sempre possível replicar, para a paisagem urbana, as recomendações da UNESCO que apontam quatro ferramentas fundamentais para a preservação e gestão das paisagens urbanas históricas[37]:

a) Participação pública com uma ampla representação de parceiros, como parte integrante da dinâmica de governo urbano, facilitador dos processos de mediação e negociação entre grupos com interesses conflituantes;

b) Planeamento, com base no conhecimento técnico, para ajudar a proteger a integridade e a autenticidade das características do património urbano;

c) Sistemas de regulação que levem em conta as condições locais e incluam medidas legislativas e regulamentares para a gestão e a conservação das características tangíveis e intangíveis do património urbano, incluindo os valores sociais, culturais e ambientais;

d) Sistemas de financiamento e formas de apoio para a aplicação de medidas.

"É preciso fazer entender aos cidadãos que todos vão beneficiar com qualificação da paisagem urbana!" (P11).

Figura 29 – Gestão integrada (instrumentos de gestão, estruturas orgânicas e participação pública)

[37] Web site consultado em Setembro de 2014 em http://psamlisboa.pt/wp-content/uploads/2014/03/UNESCO_RECOMENDACAO.pdf

CAPÍTULO 5. Conclusão

"A evolução da teoria da conservação diz-nos, hoje, que temos de preservar o físico, mas também o intangível (os saberes, as práticas culturais, as funções e as atividades históricas da cidade), verificando-se uma grande ampliação no que hoje consideramos como "património". Para a nossa geração património será tanto a "obra de arte", o monumento clássico digamos assim, como o lugar e o ambiente", a cidade histórica e a cidade consolidada. Mas é também património o território e a paisagem humanizadas, de que tanto fala Ribeiro Telles, enquanto arquiteturas de vasta escala, ou seja, organizações voluntárias do espaço feitas pelo homem e portadoras dos seus valores" (Aguiar, 1999, p.1).

5.1. Alcance dos objetivos propostos e perspetivas sobre desenvolvimentos de futuras investigações

Este trabalho teve dois objetivos primordiais: por um lado, a determinação dos critérios de qualidade da paisagem urbana e dos elementos que a desvalorizam, e por outro, o estudo de opções da respetiva gestão e a apresentação de uma proposta de modelo.

Para a concretização destes objetivos contribuíram dois instrumentos fundamentais: a entrevista ao painel de peritos, constituído por 22 especialistas na temática em causa, e um questionário "on line" à população para avaliar a sensibilidade da necessidade de gestão, e regulação de alguns elementos que constituem a paisagem urbana.

O método das entrevistas foi o de maior relevância, pois permitiu, não só determinar critérios de ***Qualidade*** e dos ***Elementos de Desvalorização***, abrindo caminho à construção de indicadores e índices, como também determinar, na cidade de Lisboa, as áreas geográficas de maior e de menor qualidade de paisagem urbana.

Foram identificados oito critérios de ***Qualidade*** e oito critérios de ***Elementos de Desvalorização,*** que permitiram construir 37 Indicadores (correspondentes a 8 Índices) de Qualidade, e 17 Indicadores (correspondentes a 6 Índices) de Elementos de Desvalorização.

Para Lisboa, foi testada a aplicabilidade dos Indicadores e Índices, calculados para quatro zonas geográficas, duas de maior, e duas de menor qualidade de paisagem urbana, à partida identificadas como tal pelo painel de peritos.

A determinação dos Indicadores e respetivos Índices, confirmou a opinião dos peritos, e, pese embora o facto do valor do Índice não ter qualquer valor absoluto, permitiu estabelecer um *ranking* entre as quatro zonas estudadas, cujos Índices de Qualidade foram para o Parque das Nações (620), Campo de Ourique (489), Xabregas (332) e Bairro da Liberdade (278) e, cujos Índices de Elementos de Desvalorização foram para o Bairro da Liberdade (315), Xabregas (228), Campo de Ourique (133) e Parque das Nações (50). Pode constatar-se neste caso que, apesar dos indicadores e critérios serem diferentes, o Bairro da Liberdade tem menos Qualidade da paisagem urbana e maior quantidade de Elementos de Desvalorização, representando uma relação direta entre a avaliação de Qualidade e a presença de Elementos de Desvalorização.

O questionário “on line” e o método de amostragem escolhido, “por conveniência”, não probabilístico, mostrou algumas limitações. A extrapolação das conclusões para a população, tem de ser feita com cuidado, e deve analisar em que medida é que a amostra escolhida se assemelha ou diferencia da população em geral. Num futuro estudo, poder-se-ia ir mais longe, aprofundando o inquérito, correlacioná-lo com os critérios determinados pelo painel de peritos, e com os modelos de gestão da paisagem urbana possíveis de implementação a nível municipal ou nacional, escolhendo um tipo de amostragem adequado ao novo questionário.

A aplicabilidade dos Indicadores construídos foi testada em Lisboa, confirmando a opinião do painel de peritos sobre as áreas geográficas de Lisboa mais e menos qualificadas. Todavia numa fase posterior, seria conveniente aprofundar a construção dos indicadores com uma recolha mais exaustiva de dados, envolvendo à semelhança da avaliação do ECOVAST[38], a população, os organismos académicos, as administrações e organizações não-governamentais, na recolha de informação e na vigilância local, construindo pontes entre cidadãos, peritos e decisores.

Também no que se refere aos indicadores, e por forma a aperfeiçoar a construção dos mesmos, seria conveniente incluir num futuro processo de inquirição, a aferição da importância relativa de cada indicador na construção do Índice, estabelecendo uma ponderação, que reflita a realidade tal como é percecionada pela população (neste estudo, a construção do Índice, a partir de uma média aritmética simples, considerou todos os Indicadores com peso idêntico). Seria também interessante estabelecer um valor que defina a qualidade mínima da paisagem urbana, abaixo da qual deverão ser tomadas medidas para a sua requalificação.

No critério de Qualidade “Harmonia”, poderiam ainda ser tomados em consideração na construção dos Indicadores, outros elementos físicos da paisagem urbana transportam em si, eventualmente, aspetos de alguma (in)coerência, e que têm a ver com o mobiliário urbano: tipos de esplanadas, chapéus de sol, cadeiras, mesas, postes de iluminação pública, pilaretes, bancos, floreiras, entre outros, ou ainda elementos construtivos das infraestruturas viárias, arruamentos e passeios.

Como foi possível constatar no inquérito “on line”, os inquiridos dão preferência à uniformidade, tanto do mobiliário urbano como dos materiais de pavimentação, dentro de cada zona, e à diversidade, de bairro para bairro, consoante se trate de uma zona “moderna” ou “antiga”.

Ou mesmo ainda introduzir outros critérios de Qualidade, menos “votados” pelo painel de peritos, como ***a Legibilidade*** e ***Identidade*** (com apenas duas referências em 22 peritos), ou ainda incluir o critério ***“Sustentabilidade”*** (também com apenas duas referências em 22 peritos), ou ***“Durabilidade”,*** relacionada com a gestão da água, biodiversidade das espécies vegetais, autóctones, e com a utilização de materiais ecológicos.

Há oportunidades de estudos futuros, no que se refere à avaliação e mapeamento das zonas geográficas mais e menos qualificadas, com aplicação a todo o território nacional. À criação de um modelo de integração, a nível municipal, de indicadores de ***Qualidade*** da paisagem urbana e de ***Elementos de Desvalorização,*** nas políticas territoriais, como informação de suporte à tomada de decisão, e de desenvolver, a partir deles, uma metodologia para o acompanhamento da evolução dos

[38] ECOVAST, European Council for the Village and Small Town web site acedido em setembro de 2014 em http://www.ecovast.org/english/

índices de qualidade da paisagem urbana municipal (monitorização) mediante as ações implementadas.

Outros possíveis estudos poderiam debruçar-se sobre (i) a delimitação de Unidades de paisagem urbana considerando tanto fatores identitários, características intrínsecas de cada área geográfica, como de qualidade paisagística (com possibilidade de incorporação da qualidade da paisagem urbana na avaliação imobiliária), ou sobre (ii) a análise visual da paisagem urbana, por forma a encontrar as melhores opções de localização dos elementos físicos a introduzir, observando os critérios de qualidade identificados, e de integração de elementos potencialmente perturbadores. ***"A análise é um instrumento***", não é um objetivo!" (P22).

Há ainda um caminho a percorrer no planeamento territorial urbano, de forma a este contribuir de forma ativa para a qualificação de paisagens urbanas. A avaliação da qualidade paisagística é um auxiliar fundamental, dado que reflete, com abrangência, sobre as várias vertentes da paisagem urbana. O objetivo primordial é o de introduzir a noção de qualidade da paisagem urbana, integrar a dimensão paisagística nos modelos atuais de conceção e planeamento urbanos, e incorporar a qualidade da paisagem urbana nos documentos de enquadramento, desde a conceção da ideia, ao projeto e à realização da intervenção, integrando a paisagem nas políticas de ordenamento de território e urbanismo (Convenção Europeia da Paisagem, 2005).

"É ainda necessário ter presente que a paisagem, enquanto valor cultural e societal, constitui uma realidade dinâmica. Por essa razão, a paisagem não é passível de tipificações datadas nem de processos de cristalização: os usos alteram-se, assim como as relações dos habitantes e dos visitantes com os territórios. É fundamental saber incorporar subtilmente as mudanças, mantendo ou reforçando os valores de identidade, de memória e de uso" (PNPOT, 2007).

5.2. Da necessidade de Regulação

"Há uma grande falta de sensibilidade na construção das cidades, uma tendência generalizada para recorrer a tanques e carros blindados onde apenas falta uma espingarda telescópica" (Cullen, 2010, p. 13).

O conceito de paisagem urbana, pouco interiorizado pelos portugueses, é simultaneamente subjetivo e controverso. Relaciona aspetos materiais e imateriais, estética, cultura, memória, imaginação, emoções e sensações, tornando difícil a sua definição e classificação.

No decorrer da revisão bibliográfica e da aplicação da metodologia ao longo deste trabalho, entrevistas e inquéritos, a noção de paisagem urbana foi-se transformando e consolidando.

Inicialmente, e talvez por influência dos autores consultados, o conceito parecia estar apenas associado à imagem, muito centrado na perspetiva visual, pictórica. Esta perceção decorre também da própria definição de paisagem segundo o dicionário[39] como "***porção de território que se abrange num lance de olhos; vista; panorama, espaço geográfico com determinadas características"***,

[39] Dicionário Infopédia Porto Editora Web site acedido em abril de 2014 http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/paisagem

ou "***pintura quadro que representa um sítio campestre; desenho sobre um motivo rústico",*** distante da definição da Convenção Europeia da Paisagem como ***"parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos".***

A necessidade de olhar, e melhorar a paisagem urbana, significava cuidar da imagem, retocar. Contudo a própria noção de imagem veio a modificar-se, dando origem a algo mais abrangente, menos "visível". Tal como um rosto transmite uma imagem do ser humano, a paisagem urbana transmite a imagem da urbe. Um rosto pode ser analisado do ponto de vista estético, da beleza, do ponto de vista sócio cultural, da raça, cultura, idade, sexo, condição económica, ou adaptação social, e do ponto de vista "clínico", na revelação de sinais, sintomas, do funcionamento do organismo. A maquilhagem pode ser importante para disfarçar e esconder algumas características menos desejadas, ou mesmo um eventual disfuncionamento dos órgãos, mas não resolve todos os problemas. Para isso é preciso cuidar, tratar, e manter. Tal como o rosto é o espelho da alma[40], a paisagem urbana espelha a alma da urbe.

A procura de melhoria da paisagem urbana é a melhoria da imagem, na vertente estética, mas é também a melhoria das funções, da harmonia entre elas, e do modo de como o todo é cuidado, mantido e apropriado.

"Criar um espaço e não design (estetizar um espaço pode não ser suficiente)" (Gonçalves, 2006, p. 151) é um dos objetivos da PPS ("Project for Public Spaces"), associação americana para a construção dos espaços públicos de raiz comunitária, que propõe um método de diagnóstico da perceção dos valores identitários do espaço público (Brandão, 2011).

Há quem defenda que não é através de Regulamentos que se cultivam comportamentos com preocupações estéticas e sensoriais. Que a Regulação contêm o perigo de introdução de riscos acrescidos no surgimento de maiores procedimentos burocráticos e novos poderes administrativos. Que, por ventura, será antes, através de "Recomendações", de "Exemplos", que os comportamentos se alteram, que a educação estética se produz. Contudo, a prática assim não o tem demonstrado. Ou caso o venha a fazer poderá levar ainda anos, senão décadas, até que tal aconteça e se evidencie.

Em Portugal, continua a assistir-se a atentados à paisagem urbana sem que se consiga impedi-los ou alterá-los. Há vários exemplos demonstrativos de caos urbanístico e estético, miscelâneas de tipos de edificado, reveladores de problemas de (in)segurança, de incoerência e desorganização, e instabilidade no edificado e no espaço público. A estética da paisagem, a valorização dos espaços públicos, o respeito dos direitos individuais e coletivos, são valores que devem ser ensinados e assimilados. O melhor caminho é através da consciencialização, dos ensinamentos, mas a regulamentação não deixa de ser necessária para limitar certos atos e incentivar boas opções. Na paisagem urbana, e na defesa dos valores coletivos, estéticos e funcionais, a regulamentação é fundamental, tal com os casos de referência apresentados exemplificam. Não de uma forma de imposição cega de limites, mas numa ótica de abordagem construtiva de olhares e saberes sobre os valores que se pretende defender. A maioria expressiva dos inquiridos do questionário "on line",

[40] Citação de Marcus Tullius Cícero, Web site acedido em dezembro de 2014 em http://pensador.uol.com.br/espelho_e_alma/

considera que os aspetos colocados, relacionados com o edificado e o espaço público, devem ser alvo de regulamentação (92%), de preferência de âmbito municipal (58%), o que vai de encontro com a opinião dos peritos (12 em 22 peritos, ou seja, mais de 50% mostraram-se a favor da regulação), e com a prática dos casos de referência apresentados. A introdução de procedimentos de avaliação e correção, que permitam satisfazer e equilibrar os direitos individuais com os coletivos, num só instrumento, controlando, por exemplo, as entidades que atuam sobre o edificado e o espaço público – operadores de telecomunicações, energia, serviços, atividades económicas (esplanadas, venda ambulante). É pois necessária uma verdadeira política de paisagem, uma formulação pelas autoridades públicas competentes de princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras que permitam a adoção de medidas específicas, tendo em vista a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem (Convenção Europeia da Paisagem, 2005). Não é através de Regulamentos e legislação que se impõe a estética na paisagem (Pardal, 2013), mas a regulação pode impor regras que se reflitam na estética, através da forma e da ocupação do solo, e da escolha dos elementos construtivos. Os Planos Diretores Municipais e os respetivos regulamentos, ao impedirem que se destruam ou adulterem zonas de grande qualidade de paisagem urbana, como os bairros históricos, estão a regular e a limitar comportamentos, e a defender os direitos coletivos à preservação da história e dos valores de um povo.

"Pretende-se que Portugal seja uma nação onde os cidadãos em geral e as organizações em particular, sejam elas públicas ou privadas, assumam a necessidade de contribuir para a divulgação e a disseminação das boas práticas e dos bons exemplos que integrem critérios de qualidade, de estética, de durabilidade e racionalidade nos vários processos de transformação, proteção e reabilitação do meio urbano e rural, dos seus espaços, das suas construções ou dos seus elementos naturais e paisagísticos" (PNAP, 2014).

Bibliografia

Aguiar J. (1999). *Estudo cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos,* Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, Portugal.

Alves, T. (2001). *Paisagem – em busca do lugar perdido*, Finisterra XXX, 72,2001, pp. 67-74.

Ascher, F. (2012). *Novos Princípios do urbanismo,* 3ªedição, Lisboa: Livros Horizontes

Bardin, L. (2014). *Análise de Conteúdo,* Lisboa: Edições 70, Lda

Bourdin, A. (2011). *O Urbanismo depois da crise,* Lisboa: Livros Horizonte

Brandão, P. (2011). *O sentido da cidade,* Lisboa: Livros Horizonte

Câmara Municipal da Amadora (2014), Web site acedido em junho de 2014, em http://www.cm-amadora.pt/

Câmara Municipal de Lisboa (2014), *Planos de Pormenor*, Web site acedido em junho 2014 em http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/planos-com-termos-de-referencia-aprovados/plano-de-pormenor-dos-bairros-da-liberdade-e-da-serafina

Carvalho, J. (2013). *Ocupação Dispersa: Custos e benefícios à escala local*, Fundação da Ciência e Tecnologia, Direção-Geral do Território

Cauquelin, A. (2014). *A invenção da paisagem*, Lisboa: Edições 70, Lda.

Cesur/IST (2013). *Inquéritos aos responsáveis municipais pelo planeamento urbanístico – Síntese de Resultados* Web site acedido em maio de 2014 em http://projectopercom.ist.utl.pt/

Charte Urbaine Europeenne II (2009). *Manifeste pour une nouvelle urbanité.*

Costa, A.A. & Fernandez, S. (2010). citado por Aguiar J., *et al*. (2010), *Terreiro do Paço • estudo de cor*, IHRU /FAUTL, 26 julho 2010, Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa

Cullen, G. (2010). *Paisagem urbana,* Lisboa: Edições 70, Lda

DGA, Direção Geral do Ambiente, (2000). *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*.

Eccer, D. (2007). *Sean Scully*, Fundació Joan Miró, Barcelona: Thames & Hudson

EEA (2006). *Urban sprawl in Europe - The ignored challenge, Report Nº 10,* European Environment Agency, Copenhagen.

Fadigas, L. (2010). *Urbanismo e Natureza – Os desafios,* Lisboa: Edições Sílabo.

Fadigas, L. (2011). *Fundamentos Ambientais do Ordenamento do território e da Paisagem*, (2ªedição) Lisboa: Edições Sílabo.

Fernandes, M.V.C.M. (2006). *A cor na paisagem Salinas do Samouco Minas de S. Domingos* Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura I Universidade Técnica de Lisboa.

Ferrão, J. (2003*). Intervir na cidade. Complexidade, visão e rumo,* in N. Portas, A. Domingues, J. Cabral (2003), *Políticas urbanas, tendências, estratégias e oportunidades,* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Ferreira, A.F. (2007). *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*, 2ª Edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Fortuna, C. [*et al.*] (2013). *A cidade e o turismo, dinâmica e desafios do turismo urbano em Coimbra,* Coimbra: Edições Almedina S.A.

Forza, C. (2002). *Survey research in operations management: a process-based perspective*, International Journal of Operations & Production Management, Vol. 22 Iss: 2, pp.152 – 194.

Gaete, C.M. (2013). *12-criterios-para-determinar-um-bom-espaco-publico,* via Plataforma Urbana, Universidade de Santiago do Chile, Web site acedido em maio 2014 em http://www.archdaily.com.br/br/01-115308/12-criterios-para-determinar-um-bom-espaco-publico

Gehl, J. (2010). *Cities for people,* Washington DC: Island press

George, P. (2001*). Paisagem – do urbano ao rural. Notas a partir de Lisboa*, Finisterra, XXXVI, 72,2001, pp115-121

Gessler, S.C. (2014). *O Descanso e a Teoria dos Ambientes Restauradores*, Tese de Doutoramento, Universidade de Brasília.

Guimarães, R.C., Cabral J.A.S. (2007). *Estatística*, (2ª Edição), Madrid: Mc Graw Hill

Innerarity, D., (2010). *O novo espaço público, Lisboa:* Editorial Teorema, SA

Jaques, P.B. (2013) in F. Careri (2013), *Walkscapes, O caminhar como prática estética,* São Paulo: Editora G. Gili Ltda

Jellicoe G. & Jellicoe S. (1989). *The Landscape of man: shaping the environment from prehistory to the present day*, London, Thames & Hudson

Kaplan S. & Kaplan R. (1982). *Humanscapes: Environments for People,* Michigan: Ulrich Books, Inc.

Kaplan, S. (1995). *The restorative benefits of nature: toward an integrative framework,* Journal of Environmental Psychology, 15, 169-182.

Lamas, J.R. (1993). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade,* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional da Investigação Científica

Lynch, K. (2011). *A imagem da cidade,* Lisboa: Edições 70, Lda.

Lynch, K. (2012). *A boa forma da cidade*, Lisboa: Edições 70, Lda

Madureira, H. (2005). *Paisagem urbana e desenvolvimento sustentável, apontamentos sobre uma estreita relação entre geografia, desenvolvimento sustentável e forma urbana*, Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Martins, V.N.B. (2010). *Avaliação da vulnerabilidade socioecológica ao risco sísmico no concelho de vila franca do campo (açores), Contributo para a construção de uma comunidade resiliente,* Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Estatística e gestão de informação da Universidade Nova de Lisboa.

Mateus, D. (2006). *Contributos para a criação de um sistema de avaliação da qualidade (de vida) urbana*, Dissertação de Mestrado em urbanismo, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Departamento de Arquitetura, Geografia e Urbanismo, Lisboa.

Matos, R.S. (2010). *A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano – Reflexões,* Dissertação de Mestrado*,* Universidade de Évora, Portugal.

Menezes, M. (nd), *Da conservação da paisagem urbana à luz da relação entre materialidade e imaterialidade*

Web site acedido em abril de 2014 em http://www.citcem.org/3encontro/docs/pdf/part_09/5%20-%20Marluci%20Menezes%20-%20TEXTO.pdf.

Milligan C. & Bingley A. (2007). *Restorative places or scary spaces? The impact of woodland on the mental well-being of young adults,* Health & Place 13, 799–811.

Montgomery, C. (2013). *Happy city, Transforming our lives through urban design*, New York: Farrar, Straus and Giroux

Name, L. (nd), *Escalas de representação: sobre filmes e cidades, paisagens e experiências*, Web site acedido em abril de 2014 em http://www.academia.edu/313834/Escalas_de_representa%C3%A7%C3%A3o_sobre_filmes_e_cidades_paisagens_e_experi%C3%AAncias

Pardal, S. (2012). *Sidónio Pardal, Urbanismo e Paisagem,* Almada: Casa da Cerca, Centro de arte contemporânea, Câmara Municipal de Almada

Pardal, S. (2013). *Revisão do Plano Diretor Municipal, Anotações*, Câmara Municipal do Montijo e Gabinete de apoio da Universidade Técnica de Lisboa

Portas, N., Domingues A., Cabral J. (2003). *Políticas urbanas, tendências, estratégias e oportunidades,* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Portas, N., Domingues A., Cabral J. (2011), *Políticas Urbanas II, transformações, regulação e projetos,* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Prinz, D. (1984), *Urbanismo I projeto urbano,* Lisboa*:* Editorial Presença

Prinz, D. (1984), *Urbanismo II, configuração urbana,* Lisboa: Editorial Presença

Prudêncio, A.T.R., (2014). *A Equidade no Processo de Urbanização: Modelos de Perequação e o Grau de Execução de Planos*, Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, Portugal.

QREN, (2007-2013). *Métodos e técnicas, instrumentos de enquadramento das conclusões de avaliação: painéis de peritos,* Manual Técnico II, Observatório do QREN

Partidário, M.R. & Correia, F.N. (2004), *Pólis – the portuguese programme on urban environment. A contribution to the discussion on European urban policy*, European studies, Vol.12, nº 13.

Queiroz, A.I. (nd). *Convite para as paisagens literárias urbanas*, Institutos de Estudos de literatura tradicional, Web site acedido em maio 2014, em www.proximofuturo.gulbenkian.pt/sites/.../queiroz_ielt_final-rev.pdf

Ramos, A.I.L. (2008), *As dinâmicas da paisagem rural, a formulação de cenários como instrumento de apoio ao planeamento*, Tese de doutoramento, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa

Ramos, I.L., & Saraiva M.G., (2010). *Dez anos de LBPOTU... Qual o lugar da paisagem no ordenamento do território? Os Dez Anos da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo: Génese e Evolução do Sistema de Gestão Territorial*, 1998-2008. Actas do Encontro Anual da Ad Urbem, Lisboa, LNEC, 12 Dezembro 2008. Lisboa: 155-164. ISBN:978-972-8569-47-1.

Relph, E. (1987). *A paisagem urbana moderna*, Lisboa: Edições 70, Lda.

Ribeiro, R.D. (2008), *Influência da perceção de segurança no restauro cognitivo em ambientes urbanos e naturais,* Dissertação de mestrado em Psicologia, Faculdade de psicologia e de ciências da educação da Universidade de Lisboa

Rodrigues, M. A. (2011). *Imago Urbis, Escritos sobre paisagem urbana e imagem da cidade,* São Paulo: Edições Gattopardo.

Seutónio, G. (2007), *Os doze Césares*, Lisboa, Edições: Assírio & Alvim

Silva, F.B., Marques & T.S., Delgado, C. (2012). *Processos de expansão urbana e mudanças na paisagem: Ensaio metodológico* (1050-2000), Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (III série, vol. 1, 2012, pp 161-183).

Soczka, L. (1988). *"Ecologia social do risco psicológico em maior Urbano", "Viver (n)a Cidade"*, Psicologia, Revista da Associação Portuguesa de Psicologia, Vol. VI, nº 3, p279- 453)

Tavares, J. C. (2004). *Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional*, Dissertação de mestrado, (p.63) Universidade de São Paulo.

Tibergien G.A (2013) in F. Careri (2013). *Walkscapes, O caminhar como prática estética,* São Paulo: Editora G. Gili Ltda

Townsend, D. (1997). *Introdução à estética, histórias, correntes, teorias,* Lisboa: Edições 70, Lda

Ulrich, R.S. [*et al*.] (1991), *Stress recovery during exposure to natural and urban environments*, Journal of Environmental Psychology, 11, 201-230.

Unesco, (1962). *Records of the General Conference, Resolutions*, (*iii. Recommendation concerning the safeguarding of the beauty and character of landscapes and sites/1)* United Nations, educational, scientific and cultural organization.

Viana, F.F., (2001), *El paisatge urbá, un punt de trobada, Model Barcelona, Quaderns de gestió*, Edició: Fundació Bosch i Gimpera/Universitat de Barcelona.

Williams K. (2003). *Social preferences for street trees*, Tree net Proceedings of the 4th National Street Tree Symposium, University of Melbourne.

ANEXO 1 - Registo fotográfico de empenas com arranjo pictórico e revestimento vegetal

Empenas pintadas Uckange[41]

Tratamento da fachada com revestimento vegetal Jardí Tarradellas[42]

[41] Empenas pintadas Uckange (1981-1987), em França, CERVER, F. (2001). *Landscape Artists*. Atrium International. p.160 Dissertação de Mestrado Maria Verónica Conte de Morais Fernandes

[42] Tratamento da fachada com revestimento vegetal , Calle de Berlin, Barcelona web site acedido em abril de 2014, em http://w110.bcn.cat/portal/site/PaisatgeUrba/menuitem.20e9b782bcb33aa433433343a2ef8a0c/?vgnextoid=c018ff12d29be210VgnVCM10000074fea8c0RCRD

ANEXO 2 - Casos de referência – Barcelona

Fotografias – Recuperação de empenas Barcelona – Antes e Depois[43]

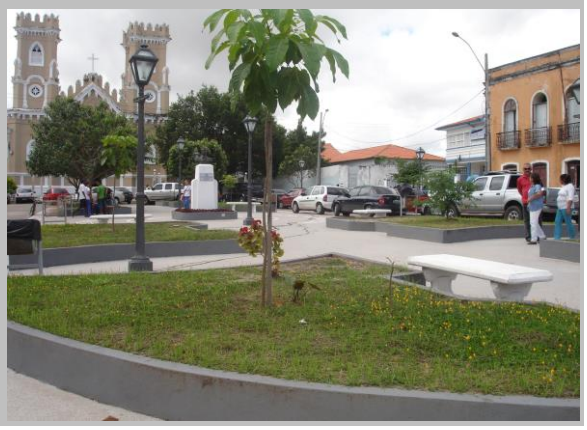
Fotografia – Instalação de lonas publicitárias no uso excecional que permite direcionar recursos financeiros para projetos de melhoria da paisagem urbana[44].

[43] Fotografias retiradas da Dissertação de mestrado "El modelo Barcelona de espacio público Y diseño urbano, Arte en el paisaje urbano, Medianeras como elementos para potenciar el espacio público." Elsa Daniela Contreras Saldana

Fotografia – Reordenação dos rótulos comerciais em edifícios[45]

[45] Fotografias retiradas do web site da Generalitat da Catalunya, www.gencat.cat/, acedido em dezembro de 2014

ANEXO 3 - Casos de referência – São Luís do Maranhão



Fotografias - Praça António Lobo – Antes (em cima) e Depois (em baixo) da intervenção

Fotografias - Praça Gonçalves Dias - Antes e Depois[46]

[46] Fotografias gentilmente cedidas pelo IMPUR, São Luís do Maranhão, enviadas pela Dra. Bruna Feitosa Serra de Araújo, Chefe da Assessoria Jurídica do IMPUR.

ANEXO 4 - Estatutos do Instituto Municipal Paisagem Urbana e Qualidade de Vida, (IMPUQV), Barcelona

(Texto traduzido do catalão)[47]

BARCELONA

INFORMAÇÃO

Aprovados definitivamente pelo Plenário do Conselho Municipal do Município de Barcelona, na sessão de 14 de Outubro de 2005, e em conformidade com o artigo 201.1 d) do Regulamento das Obras, Atividades e Serviços das entidades locais, aqui se transcrevem os estatutos do Organismo Autónomo Local, que tem o nome de Instituto Municipal da Paisagem Urbana e da Qualidade de Vida.

ESTATUTOS DO ORGANISMO AUTÓNOMO LOCAL
INSTITUTO MUNICIPAL DA PAISAGEM URBANA E DA QUALIDADE DE VIDA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Artigo 1º
Natureza e inserção orgânica
1.O Instituto Municipal da Paisagem Urbana e da Qualidade de Vida (daqui em diante, o "Instituto") estrutura-se como um organismo autónomo local do Município de Barcelona, em conformidade com a legislação reguladora do regime local e da Carta de Barcelona.
2. O Instituto goza de personalidade jurídica própria, de plena capacidade jurídica para atuar, e de autonomia de gestão com vista ao cumprimento das suas finalidades.
3. Consequentemente, pelo que toca ao cumprimento das suas funções, no âmbito do regime jurídico a que se refere o artigo seguinte, poderá realizar toda a classe de atos de administração e de organização.
4. Igualmente, dentro da sua esfera de competências, disporá dos poderes administrativos estabelecidos nestes Estatutos com vista ao cumprimento das suas finalidades.
5. O Instituto encontra adscrito à Gerência Municipal do Município de Barcelona, à qual caberá controlar a sua eficiência.
6. O Instituto terá o seu domicílio social em Barcelona, na Avenida Drassanes nº 6-8, piso 21, sem prejuízo de poder estabelecer delegações em outros pontos da cidade. O Conselho Diretivo poderá, no entanto, concordar em mudar de domicílio, mas sempre na cidade de Barcelona.

[47] Web site http://w110.bcn.cat/fitxers/paisatgeurba/estatuts15112005.165.pdf, acedido em fevereiro de 2014

CAPÍTULO II

FUNÇÕES E PODERES

Artigo 2º

Funções do Instituto

1. O Instituto rege-se pelo direito administrativo, e correspondem-lhe as funções seguintes e a realização das seguintes funções:

a) Proteger, manter e melhorar os valores paisagísticos que caracterizam a imagem da cidade de Barcelona e velar pelo uso ordenado e racional da paisagem urbana, como instrumento decisivo para a conservação do ambiente.

* Propor os procedimentos constantes de programas e campanhas dirigidas à melhoria da paisagem urbana, e exercer a respetiva gestão.

* Publicar informação relativa ao estado de conservação dos elementos da paisagem urbana. Tomar conhecimento dos expedientes de licenças de obras que sejam suscetíveis de deformar o ambiente paisagístico, e publicar a respetiva informação no caso de considerar-se provável a referida deformação ambiental. Proceder à elaboração do Inventário dos Elementos Singulares da Paisagem.

b) Promover a participação da sociedade civil e do sector privado, tanto na responsabilidade da conservação, como na recuperação direta da paisagem e na promoção dos seus valores.

* Assessorar os particulares na conservação dos espaços de propriedade privada mas de uso ou utilização comunitária.

* Assessorar os particulares no que respeita à aplicação de cores, colocação de letreiros *[a letra: "uso tipográfico"]*, e, de um modo geral, em relação com opções que possam afetar a paisagem urbana e não estejam regulamentadas com carácter imperativo pelas normas municipais.

* Colaborar com empresas ou outras entidades na procura de patrocinadores com vista ao financiamento de obras, programas ou serviços de iniciativa municipal ou de interesse público em benefício da paisagem urbana, da imagem da cidade ou da qualidade da vida urbana.

* Receber, estudar, informar, redigir e executar projetos de patrocínio e colaboração de petições de entidades públicas e privadas que proponham usos especiais da paisagem urbana.

* A elaboração de estudos e dossiês, a redação e execução de projetos de patrocínio e colaboração por iniciativa própria ou por encargo de terceiros.

c) Coordenar as atuações de todas as instâncias que intervenham na preservação e melhoria da paisagem urbana e da qualidade de vida, e indicar as normativas orientadas à proteção e melhoria da paisagem urbana e à regulamentação dos seus usos.

* Participar nas comissões municipais que tratem de temas com incidência na paisagem urbana da cidade.

* Indicar aos órgãos municipais competentes as modificações e atualizações requeridas pela normativa da paisagem urbana com vista ao seu aperfeiçoamento.

* O Organismo colaborará com os Distritos de forma a estabelecer uma ação coordenada de controlo e melhoria da paisagem urbana, no exercício das suas respetivas competências.

d) Levar ao seu termo a gestão geral do Regulamento Municipal da Paisagem Urbana da cidade de Barcelona, disciplinar o uso publicitário da via pública e tudo quanto esteja ligado às concessões municipais nesta matéria.

* Manter atualizado o elenco dos usos autorizados, controlar o período de vigência das licenças, identificar os candidatos e velar pelo cumprimento dos contractos.

* Fazer um registo municipal das infrações à normativa da paisagem urbana.

* Tramitar e resolver os incidentes que venham a ocorrer em relação com as licenças e autorizações que impliquem o uso da paisagem, tais como: prorrogações, renovações, transmissões, suspensões, caducidades, revocações, anulações, indemnizações e outros casos análogos, dentro dos limites da sua competência.

* Publicar informação sobre o impacto paisagístico, especialmente em relação com as propostas de modificação ou de nova instalação de mobiliário urbano.

* Iniciar ou tramitar processos sancionadores por infração aos regulamentos relativos à paisagem urbana e aos respetivos usos.

* Instruir processos de execução forçosa de atos administrativos diretos em matérias previstas pelos ordenamentos que regulem a paisagem urbana e os seus usos.

* Proceder à elaboração das Ordenações Fiscais que regulamentem os usos especiais da paisagem urbana.

* Coordenar e supervisionar a redação de códigos, disposições, e homologações anexas que possam adicionar-se a título de complemento ao Regulamento mencionado.

e) Promover Barcelona e o seu modelo de transformação urbana como uma referência para todas as demais cidades do mundo.

* Assessorar outras cidades do mundo sobre as políticas e instrumentos de aplicação com vista à melhoria e proteção da paisagem urbana.

f) Exercer as funções de Secretariado da Comissão Mista da Paisagem Urbana.

g) Quaisquer outras funções relacionadas com as anteriores e com as funções próprias da Câmara Municipal que esta lhe possa vir a delegar.

2. Para o melhor cumprimento das suas finalidades, e em conexão com o que ficou dito no artigo anterior, o Instituto poderá realizar atividades comerciais que estejam relacionadas com os seus objetivos, de acordo com as conclusões aceites pelos seus órgãos de governo.

3. Em particular, poderá criar sociedades mercantis e entidades de outros tipos como fundações, associações ou outras pessoas públicas sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras, e nelas participar, não só como entidade fundadora, mas também em todos os demais casos em que tal seja conveniente para a consecução das finalidades a elas assinaladas, mas sempre, em todos os casos, mediante prévia autorização do Plenário do Conselho Municipal.

4. Com vista ao melhor cumprimento das funções que lhe são atribuídas, o Instituto poderá estabelecer todos os tipos de acordo ou de convénio com entidades ou instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais. Poderá, em especial, assinar acordos com instituições oficiais ou privadas com vista à distribuição, gestão e administração de fundos, de contribuições e de instrumentos financeiros relacionados com a sua atividade.

Artigo 3º

Poderes administrativos

1. Em relação com o que ficou dito no artigo 1.4 dos presentes Estatutos, e dentro do âmbito das suas funções, o Instituto gozará dos poderes administrativos seguintes:

a) Outorga de permissões, licenças e concessões.

b) Poder sancionador nos casos normativamente previstos.

c) Poder disciplinador sobre o conjunto dos funcionários, com exceção da sanção de afastamento do serviço.

d) Concessão de subsídios, de acordo com o que está previsto na Lei 38/2003, de 17 de Novembro, sobre os subsídios em geral, bem como na restante normativa aplicável.

e) Poder de auto-organização, dentro dos parâmetros dos presentes Estatutos e das diretivas municipais.

f) Poder de arrecadar os rendimentos de direito público que lhe tenham sido atribuídos.

g) Poder de investigação, de delimitação e de recuperação oficial dos seus bens.

h) Poder de presunção de legitimidade, poder executivo, exercício de execução forçada e de revisão oficial dos seus atos administrativos.

ANEXO 5 - Criação do Instituto Municipal da Paisagem Urbana (IMPUR), São Luís do Maranhão

INSTITUI O PROGRAMA "CUIDANDO DA CIDADE", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Ver tópico (1 documento)

O PREFEITO DE SÃO LUÍS, Capital do Estado do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que a Câmara Municipal de São Luís decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Município de São Luís o Programa "Cuidando da Cidade", o qual dar-se-á, às expensas da iniciativa privada.

Art. 2º - O Programa "Cuidando da Cidade" tem como finalidade as atividades de construção, conservação, manutenção, paisagismo, bem como, a restauração e/ou remodelação de mobiliários urbanos nos logradouros públicos do Município de São Luís, a saber:

I - Praças;

II - Parques;

III - Canteiros Centrais;

IV - Áreas verdes;

V - Áreas de preservação ambiental;

VI - Chafarizes.

Parágrafo Único - As atividades de que trata o capítulo deste Artigo serão executadas com base nos projetos e critérios técnicos dos órgãos públicos municipais competentes.

Art. 3º - Para a consecução do Programa "Cuidando da Cidade" adotar-se-á o instituto jurídico competente, regido pelo direito público, a ser firmado entre o Município de São Luís e o ente da iniciativa privada.

Art. 4º - Ao ente da iniciativa privada, associado ao Programa, permitir-se-á a veiculação de publicidade, respeitadas as normas técnicas estabelecidas pelo órgão municipal competente.

Parágrafo Único - A publicidade de que trata este Art. não inclui textos publicitários que estimulem o consumo de bebidas alcoólicas, cigarros ou violência, em todas as suas formas.

Art. 5º - O Município de São Luís, no âmbito de sua competência e, dentro dos limites legais cabíveis, poderá adotar medidas de isenção fiscal aos associados ao Programa "Cuidando da Cidade".

Art. 6º - Esta Lei será regulamentada por Decreto do Executivo Municipal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam- se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todos quantos o conhecimento e presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém. A Secretaria Municipal de Governo a faça imprimir, publicar e correr.

PALÁCIO DE LA RAVARDIÉRE, EM SÃO LUÍS, 23 DE JULHO DE 2007, 186º DA INDEPENDENCIA E 119º DA REPÚBLICA, TADEU PALÁCIO, Prefeito

REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO MUNICIPAL DA PAISAGEM URBANA (IMPUR)

TÍTULO I – DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º- Este Regimento dispõe sobre a composição, competência, e funcionamento do Instituto Municipal da Paisagem Urbana (IMPUR).

Art. 2º - O Instituto Municipal da Paisagem Urbana, autarquia municipal, com sede em São Luís – Maranhão, instituído pela Lei nº 4 127, de 23 de dezembro de 2002, tem como finalidade:

I – Planejar, executar, operar, conservar e manter a paisagem urbana do Município de São Luís.

Art. 3º- As áreas da paisagem urbana do município de São Luís, sob a responsabilidade do Instituto Municipal da Paisagem Urbana, incluem:

I – as ruas, avenidas, praças, parques, espaços abertos ao redor de instituições públicas e privadas e áreas livres de lotes;

II – Património paisagístico e ambiental.

Art. 4º- O Instituto Municipal da Paisagem Urbana, com personalidade jurídica de direito público, dispondo de autonomia administrativa – financeira, e dotação orçamentária municipal, encontra-se vinculado à Secretaria Municipal de serviços urbanos- SEMSUR.

Art. 5º- O Instituto Municipal da Paisagem Urbana regerá e disciplinará a conduta profissional dos seus servidores pelo Código de Ética e de Padrões de Conduta de Servidores do Instituto Municipal da Paisagem Urbana- IMPUR, que constitui parte integrante deste regimento.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO I

DA SEDE E DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º - O Instituto Municipal da Paisagem Urbana, com sede em São Luís –MA, na Av.São Luís Rei de França, nº59, foi constituído com os seguintes níveis:

1.Nível de Administração superior

1.1. Presidente

2. Nível de Assessoramento

2.1.Gabinete

2.2.Assesssoria Técnica

2.3. Assessoria jurídica

3. Nível de Atuação Programática

3.1.Superintendência de Administração e Finanças

3.1.1. Coordenação de Administração Interna
3.1.2.Coordenação de Execução Orçamentária Financeira e Contábil

3.2. Superintendência de Intervenção Paisagística Urbana
3.2.1.Coordenação de Projetos Paisagísticos Urbanos
3.2.2.Coordenação de Execução de Obras e Serviços
3.2.3. Coordenação de Manutenção Paisagística Urbana
3.2.4.Coordenação de Parques Urbanos.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 7º- O Instituto Municipal da Paisagem Urbana, para cumprir sua finalidade legal, conta com a seguinte estrutura organizacional:
a.Gabinete
b, Assessoria jurídica
c. Assessoria técnica
d. Superintendência de Administração e Finanças
d.1. Coordenação de Administração Interna
d.2. Coordenação de Execução orçamentária Financeira e Contábil
e. Superintendência de Intervenção Paisagística Urbana
e.1. Coordenação de Projetos Paisagísticos Urbanos
e.2. Coordenação de Execução de Obras e Serviços
e.3. Coordenação de Manutenção Paisagística Urbana
e.4. Coordenação de Parques Urbanos.

TÍTULO III
DA COMPETÊNCIA E DAS ATRIBUIÇÕES

CAPÍTULO I
DO INSTITUTO MUNICIPAL DA PAISAGEM URBANA – IMPUR

Art. 10º - São atribuições do Instituto Municipal da Paisagem Urbana:

I – Zelar, em sua esfera de competência, pelo fiel cumprimento da legislação vigente sobre gestão fiscal;
II – Prestar, sempre que solicitado, informações à Controladoria Geral do Município, zelando pelo cumprimento das normas emanadas;

III – promover o intercâmbio de informações entre órgãos e entidades do Governo Municipal e do Governos Estadual e Federal;
IV – manter e conservar os bens imóveis sob a sua guarda;
V- Assegurar a transparência das ações do Governo Municipal;

CAPÍTULO II
DO PRESIDENTE

Art. 11º - São atribuições do Instituto Municipal da Paisagem Urbana:
I – Coordenar, dirigir, articular e supervisionar as atividades da Instituição, zelando pela boa e regular aplicação dos recursos públicos.
II – Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias, abrir as reuniões e dirigir os trabalhos, observadas as disposições deste regimento.
III- propor a pauta dos assuntos a serem discutidos em cada reunião.
IV- Aprovar a inclusão de assuntos extrapauta, quando revestidos de carater de urgência e relevância.
V- Conceder vistas a assuntos constantes da pauta ou extrapauta, durante as reuniões.
VI – Baixar atos administrativos de carater normativo.
VII – Assinar as atas de reuniões, as decisões e as resoluções.
VIII . Deliberar, *"ad referendum"* nos casos de urgência e de relevante interesse público.
IX – Determinar a instauração de inquéritos administrativos e a abertura de processo administrativo disciplinar, quando for o caso.
X – Convocar reuniões extraordinárias das Assessórias, e das Coordenações, por iniciativa própria ou por solicitação dos demais membros.
XI – Estabelecer convénios e contratos de cooperação e promover intercâmbio técnico-cultural com órgãos e entidades de outras esferas do governo e com entidades não-governamentais.
XII – Assinar e rescindir contratos, convénios, acordos e ajustes, bem como ordenar despesas.
XIII- Autorizar a adjudicação de qualquer bem do Instituto Municipal da Paisagem Urbana, ouvida a Assessoria Jurídica.
XIV – Encaminhar ao perfeito Municipal, para nomeação, as indicações de chefias sob a sua subordinação.
XV – Encaminhar ao Perfeito Municipal as propostas orçamentárias anuais.
XVI - Encaminhar ao Perfeito Municipal as propostas de alteração ao regimento Interno.
XVII – Representar o Instituto Municipal da Paisagem Urbana em juízo e fora dele.
XVIII – Estimular a realização de estudos e pesquisas sobre temas de interesse do Instituto Municipal da Paisagem Urbana, promovendo a sua mais ampla divulgação.
XIX – Avocar o exame e a solução de quaisquer assuntos pertinentes ao Instituto Municipal da Paisagem Urbana;
XX – Praticar demais atos necessários ao cumprimento das atribuições do Instituto Municipal da Paisagem Urbana;

XXII – Promover o Programa da Qualidade do Serviço Público;

CAPÍTULO III

DOS ORGÃOS
Seção I

Dos órgãos de Assistência Direta e Imediata à Presidência

Art 12 À Chefia de gabinete da Presidência compete:
I - Assistir diretamente à Presidência no desempenho de suas atividades administrativas, de relações públicas e de representação política e social;
II – Marcar as audiências do presidente;
III – Receber minuta;
IV – Expedir e controlar a correspondência particular do Presidente;
V – Colaborar com a elaboração do relatório anual do Presidente;
VI -Elaborar a agenda de atividades e programas oficiais do Presidente controlando a sua execução;
VII – Assessorar a Presidência nas relações públicas, atualizando e mantendo o arquivo dos documentos e papéis que interessas diretamente ao presidente, principalmente aqueles considerados de carater confidencial,
VIII- Controlar o uso de veículos que atende ao Gabinete;
IX -Manter atualizados os arquivos de recortes de jornais que publiquem matérias de interesse do Instituto Municipal da Paisagem urbana;
X – Apreciar todos e quaisquer pronunciamentos de carater público acerca do programa e das atividades do Instituto Municipal da paisagem urbana a ser feita por unidade ou funcionário;
XI – redigir, por determinação do presidente, notas, artigos, e comentários diversos sobre as atividades do Instituto Municipal da Paisagem Urbana para a divulgação pelos meios de comunicação e,
XII- Exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Presidência.

Art. 13 A Assessoria Jurídica compete:
I – Assistir tecnicamente o titular da Pasta, realizando estudos gerias e específicos, emitindo pareceres, articulando-se com a Procuradoria geral do Município no desempenho das suas competências.
II – Reunir informações sobre legislações federais, estaduais e municipais, cientificando o presidente dos assuntos concernentes aos problemas de interesse para a administração do Instituto Municipal da paisagem urbana;
III – Defender em juízo e fora dele os interesses do Instituto Municipal da Paisagem urbana;
IV- Organizar coletânea de Leis e Decretos e outros documentos normativos do governo municipal;
V – orientar os processos de Sindicância;

VI – Zelar pela observância da Constituição federal, das leis e atos emanados dos poderes públicos, sob a orientação normativa da Procuradoria Geral do Município;
VII- Examinar, prévia e conclusivamente, as minutas e editais de licitação, contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres e as suas eventuais rescisões administrativas ou amigáveis, bem como hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação e de parcelamento de execução de obra ou serviço, encaminhados pela presidência.

Art 14 A Assessoria Técnica compete:

I – Assistir tecnicamente, através de pessoal próprio ou de consultadoria especializada, todas as atividades de Instituo Municipal da Paisagem urbana;
II – Acompanhar o planejamento e as ações do Instituto, através da integração com as Coordenadorias;
III – Sugerir á presidência, propostas de mudanças, quando for o caso, a partir dos resultados das ações implantadas;
IV – Propor à Presidência consultoria especializada dentro da sua área de competência;
V – Subsidiar a Presidência na definição das diretrizes a serem adotadas pelo Instituto;
VI – Elaborar relatórios periódicos;

Seção II
DOS ORGÃOS SECCIONAIS
Art 15. À Superintendência de Administração e Finanças compete:

I. Elaborar a proposta orçamentária do órgão, respeitadas as diretrizes e orientações contidas no plano de ações desenvolvido pelo governo municipal, através dos eixos macropolíticos e o estabelecido no plano sectorial do órgão;
II. Propor a Secretaria Municipal de Administração a lotação do pessoal do órgão;
III. Solicitar a Secretaria Municipal de Administração a remoção de seu pessoal para outras unidades administrativas da Perfeitura;
IV. Remeter a Secretaria Municipal de Administração toda documentação ou informação sobre o pessoal lotado no órgão e que deva integrar o cadastro geral de servidores da prefeitura;
V. Registrar e controlar o consumo de combustível e pneus e da época da revisão dos veículos automotivos do órgão, bem como, encaminhamento dessas informações `a Secretaria Municipal de Administração;
VI. Enviar as informações contábeis à Secretaria Municipal da Fazenda para a conciliação da contabilidade da Perfeitura;
VII. Realizar adiantamentos aos titulares das unidades administrativas do órgão segundo a autorização da Presidência, para custear pequenas despesas;
VIII. Elaborar a escala de férias dos servidores lotados no órgão e encaminhá-la à Secretaria Municipal da Administração;

IX. Realizar o controlo e análise do custo operacional das atividades de cada sector, através da elaboração de balancetes e relatórios;

X. Liquidar e ordenar as despesas do órgão, através do exame e conferência dos processos de pagamento;

Art 16 À Coordenadoria de Administração Interna compete:

I Fornecer informações relativas á frequência, à concessão de licenças de servidores do órgão, para subsidiar a elaboração de folha de pagamento pela Secretaria Municipal de Administração;

II Controlar e manter o estoque de material do órgão;

Solicitar a aquisição dos materiais que tenham atingido seu ponto de renovação de suprimento;

Registrar e, controlar e proceder ao tombamento do património alocado no órgão;

Realizar o inventário anual dos materiais e do património alocado no órgão;

Protocolar a documentação concernente ao Instituto;

Organizar e manter o arquivo dos atos de interesse do órgão;

Manter a limpeza e promover da conservação de moveis, equipamentos e instalações do órgão-

Art 17. À Coordenadoria de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil compete:

(sem texto)

Art 18. À Coordenadoria de Manutenção e Operação compete.

I Executar e fiscalizar atividades referentes a:

a) Plantio
b) B) Rega
c) c)gramado
d) d) Ajardinamento
e) e)Retirada
f) f) Transplantio;
g) g) tratamento fitossanitário;
h) h) Adubação;
i) i) Irrigação;
j) j) Tutoramento.

II – relacionar e propor aquisição do material básico necessário para o desempenho das atividades;

III – promover práticas de manejo, a fim seja cuidado e zelado o património paisagístico e ambiental das áreas públicas e das instituições municipais;

IV – programar a rotina de trabalho a ser cumprida;

V – Cobrar, dos assessores técnicos, relatórios em conformidade com o cronograma de trabalho;

VI – Apresentar á presidência, relatórios das atividades desenvolvidas;

VII – Promover reuniões para integração da equipe;

VIII – Acompanhar e revisar procedimentos dos serviços de implantação e manutenção das áreas verdes;

IX – realizar vistorias técnicas e fornecer os respetivos laudos dos serviços de manutenção oriundos da comunidade;

X – Fiscalizar os projetos tercerizados;

XI – Propor à presidência a contratação de profissionais ou empresas especializadas, dentro da sua área de competência;

XII – Solicitar da Coordenadoria de Produção demonstrativo das mudas disponíveis no horto do Instituo e em viveiros locais, a fim seja determinado o tratamento adequado a estas, quando da sua utilização;

XIII – Manter intercâmbio de informações com as demais coordenadorias.

Art 18 À Coordenadoria de Administração e Finanças compete:

I – Supervisionar e controlar atividades referentes a minutas, padrão de editais; contratos; convênios; acordos; ajustes ou instrumentos congéneres;

II – realizar a execução orçamentária e financeira necessárias à implementação do Plano Anual de Ação;

III – Implementar as ações de aperfeiçoamento e desenvolvimento de recursos humanos;

IV – Manter pasta funcional dos servidores;

V – Prover os sectores dos recursos logísticos, necessários ao seu funcionamento;

VI – Administrar os serviços de comunicação administrativa, telefonia, energia, documentação, transporte, zeladoria, reprografia, engenharia, limpeza, conservação e manutenção de bens móveis e de segurança;

VII – Instruir processos administrativos para aquisição de material e serviços;

VIII – Instruir processos administrativos para aquisição de material e serviços;

IX – promover o controle e a analise do custo operacional das atividades de logística;

X – Promover a execução orçamentária , financeira e contábil;

XI – Elaborar a proposta orçamentária anula, em articulação com as demais áreas;

XII – Controlar os registros contábeis relativos á gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

XIII – Promover a manutenção do cadastro de assinaturas das autoridades competentes, para firmar ou abonar autorizações de pagamentos,

XIV – Promover a conciliação e a conformidade contábil;

XV – fiscalizar a execução das cláusulas dos convênios e contratos celebrados;

XVI – Emitir proposta de viagem e autorização de pagamento de diárias e transportes;

XVII – realizar o levantamento das necessidades de aperfeiçoamento e desenvolvimento,

XVIII – Avaliar os resultados dos investimentos com as ações de desenvolvimento e aperfeiçoamento de recursos humanos;

XIX – Identificar o aperfeiçoamento e desenvolvimento de servidores que possuam habilidades e conhecimentos específicos para atuarem como instrutores e facilitadores;

XX – Instruir processos de recursos administrativos interpostos por servidores, submetendo, quando for o caso, à instância superior;

XXI – Subsidiar a Assessoria Jurídica, quanto às ações impetradas por servidores.

Seção III

Das atribuições Dos Demais Dirigentes

Art 19 Aos assessores e coordenadores incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades afetas às respetivas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas em suas respetivas áreas de atuação, pela presidência do Instituto Municipal da Paisagem urbana.

Paragrafo Único: Havendo necessidade de delegação d e competência específica, essa será praticada segundo as atribuições contidas no título III, capítulo I, 9º, deste regimento.

Título IV

Direção, Nomeação, e Substituição

Capítulo I

Art 20. O Instituo Municipal da Paisagem urbana é dirigido por um Presidente, de livre escolha e nomeação pelo Perfeito Municipal.

Paragrafo primeiro: Os cargos em comissão e as funções gratificadas integrantes dos demais níveis serão promovidos por indicação da presidência do Instituo Municipal da Paisagem urbana.

Paragrafo segundo: Compete ás chefias dos demais níveis, por solicitação da presidência, opinar sobre a indicação de substitutos para os cargos que ocupam, priorizando o mérito profissional.

Nos afastamentos e impedimentos legais e temporários o presidente do Instituo Municipal da Paisagem urbana será substituído pelo Chefe de Gabinete ou por servidor expressamente designado, entre os assessores e coordenadores.

Título V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art 21. O quadro de pessoal do Instituo Municipal da Paisagem Urbana será composto pelo remanejamento de servidores existentes nos quadros dos órgãos da administração municipal e pelos servidores efectivos da extinta Coordenadoria de Paisagismo da Secretaria Municipal e Serviços Urbanos, a partir de janeiro de 2003.

ANEXO 6 - Processo de inquirição

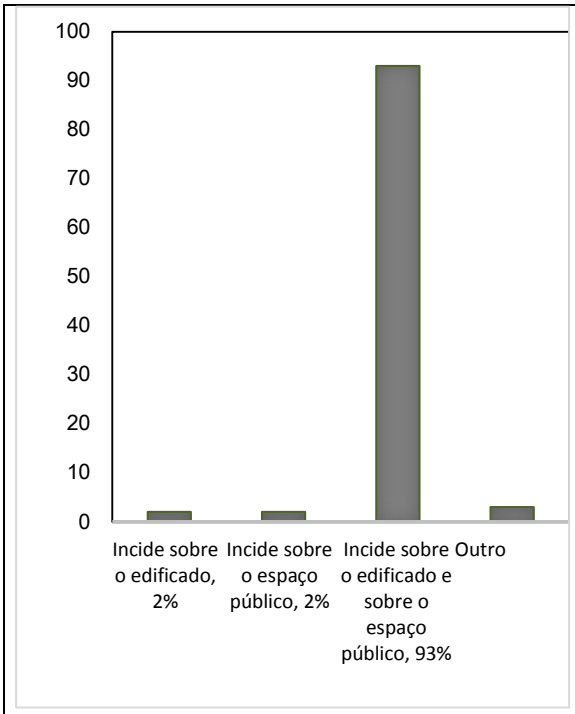


Figura 1 – “A paisagem urbana incide sobre o edificado? sobre o espaço público? ou sobre ambos)?”

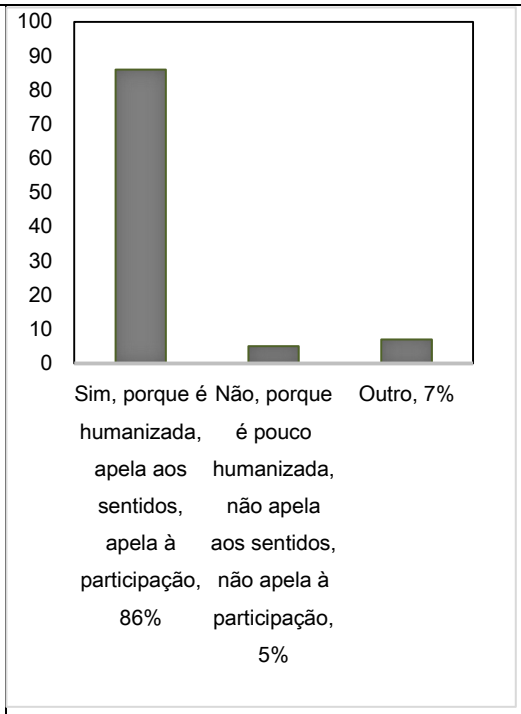


Figura 2 – ”A paisagem urbana interfere com a sua disposição? Provoca alguma emoção? Apela aos sentidos, à participação, é humanizada?”

SOBRE O EDIFICADO

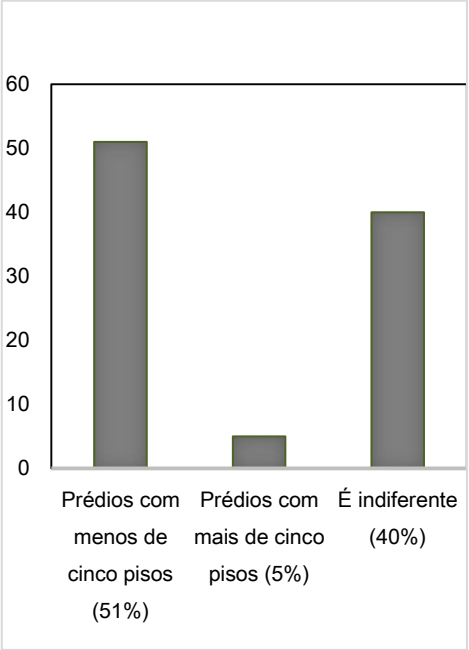


Figura 3 - “Prefere prédios:”

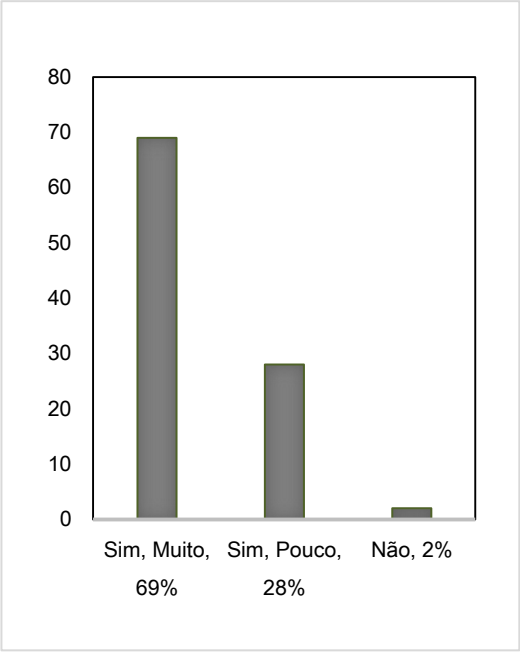


Figura 4 - “Os fios elétricos/telefones/televisão pendurados nas fachadas dos edifícios ou a atravessar as vias rodoviárias, incomodam-no, (negativamente)?”

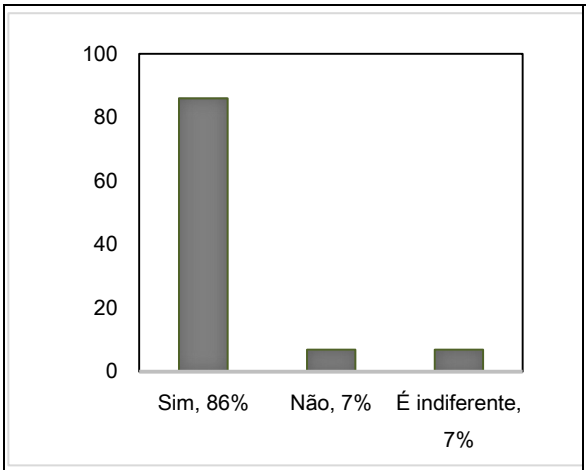


Figura 5 - “A cor do edifício é importante para si?”

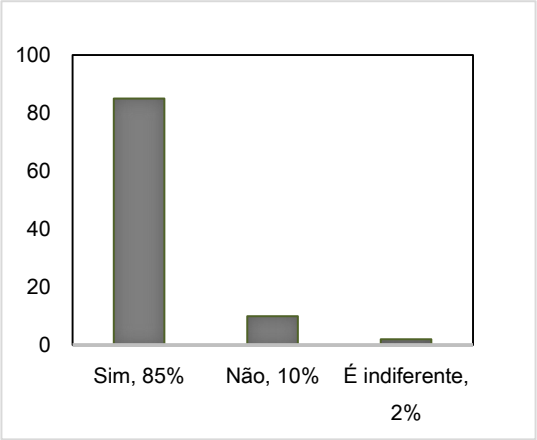


Figura 6 – ”Um edifício com uma cor desenquadrada prejudica o conjunto do edificado?”

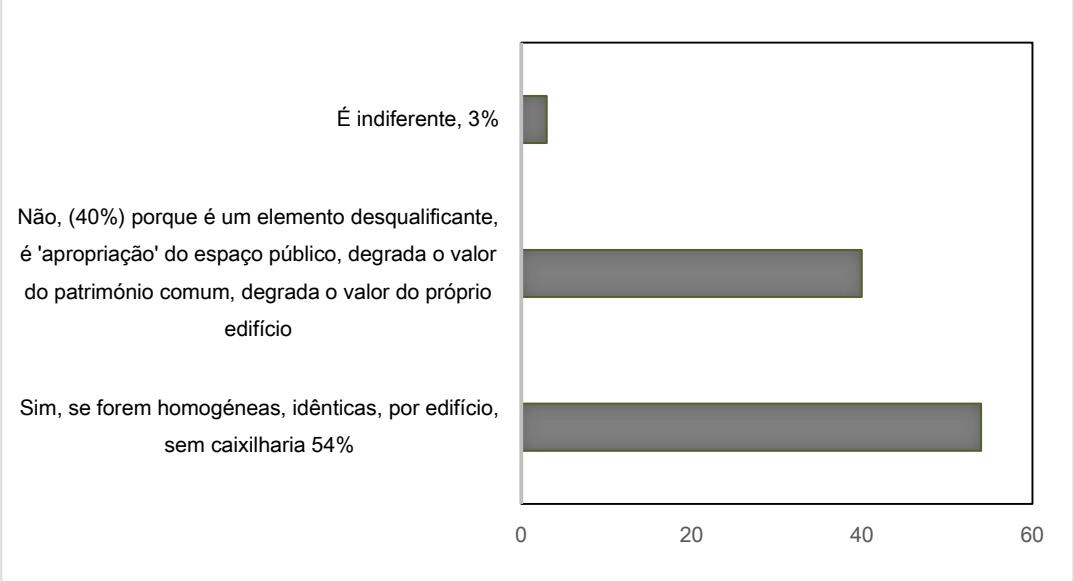


Figura 7 -”Considera viável a construção de marquises?”

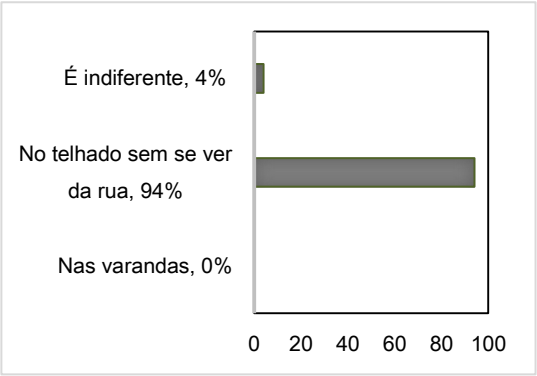


Figura 8 – “As antenas de televisão (normais, ou parabólicas) deveriam estar colocadas:”

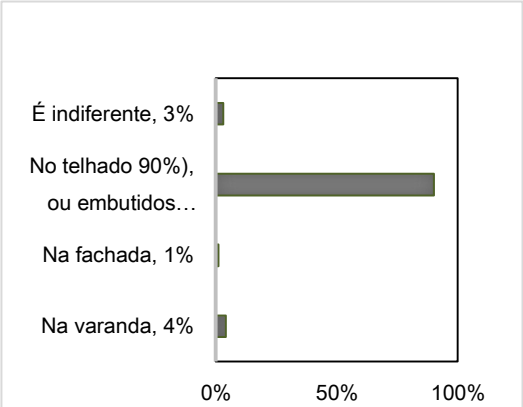


Figura 9 – ”Os aparelhos de ar condicionado deveriam estar colocados:”

SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO

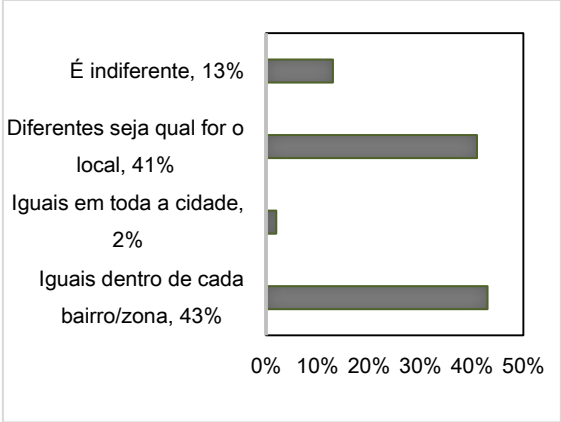


Figura 10 - ”Os equipamentos e materiais deveriam ser todas iguais/uniformes?

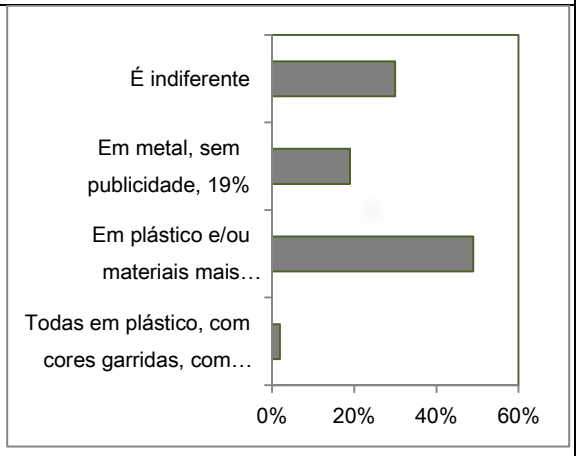


Figura 11 - ”As esplanadas, mesas e cadeiras, deveriam ser:”

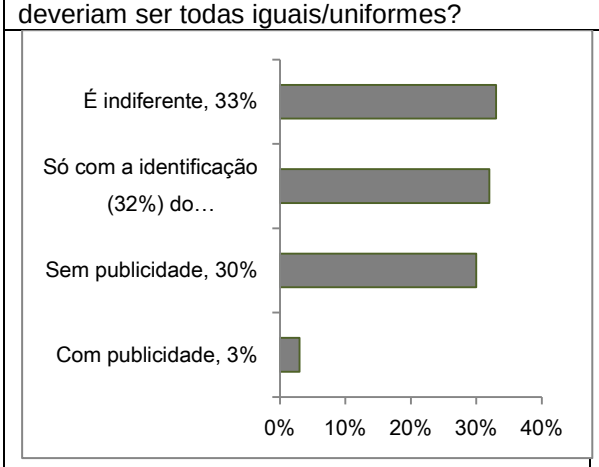


Figura 12 - “Nas esplanadas, os chapéus-de sol e/ou coberturas deveriam ser:”

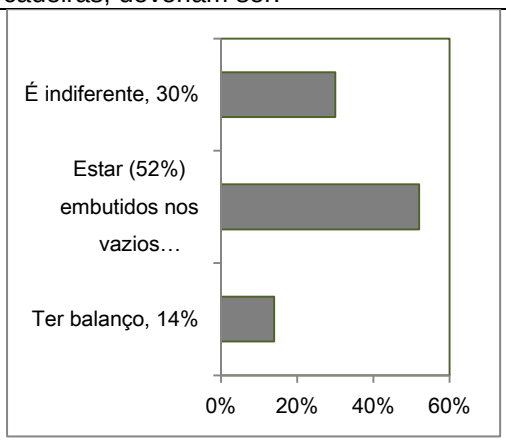


Figura 13 - ”Na mesma rua, os letreiros/rótulos comerciais das lojas, em relação às montras, deveriam ter:”

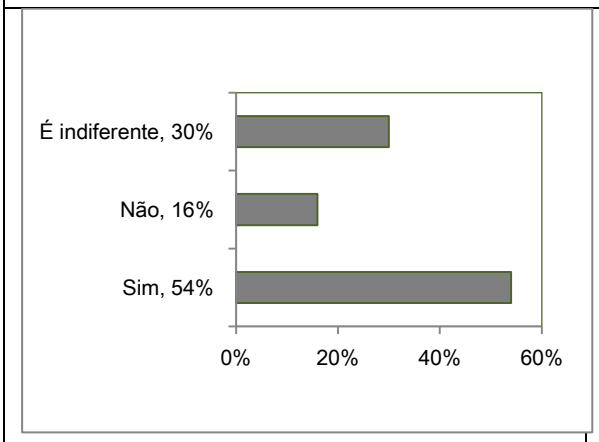


Figura 14 – “Na mesma rua, as placas informativas de atividade profissional (Médicos, Advogados, mais comuns), deveriam estar embutidos na fachada do prédio e deveriam ser novos/atuais, todos do mesmo tipo?”

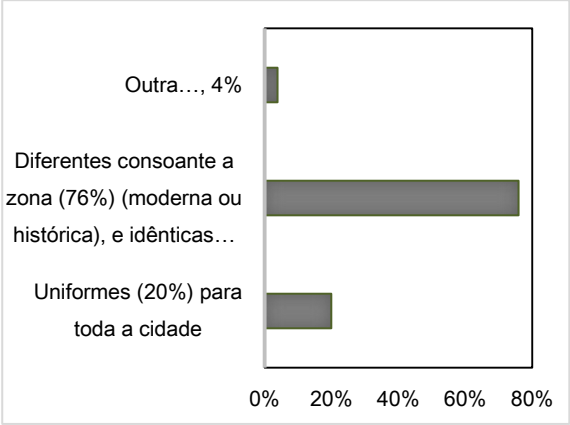


Figura 15 – “O mobiliário urbano de série (candeeiros, semáforos, pilaretes, papeleiras, abrigos de paragem de transporte público, floreiras) deveriam ser:”

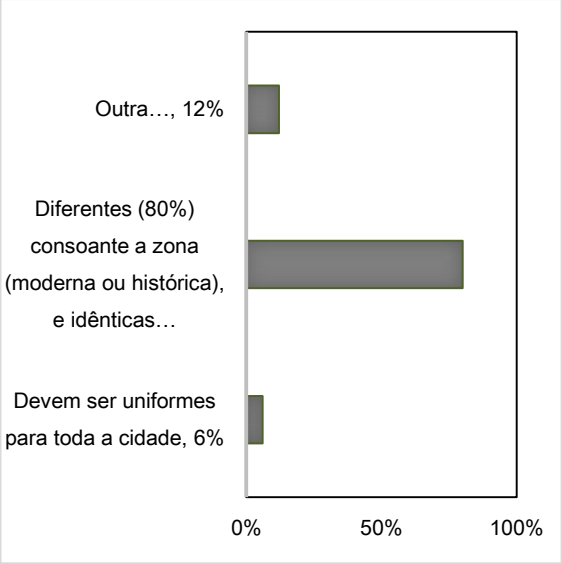


Figura 16 – "O mobiliário urbano comercial/privado, (bancos, mesas, esplanadas) deveria ser:"

Figura 17 – "Os toldos das lojas, na mesma rua, deveriam ter:"

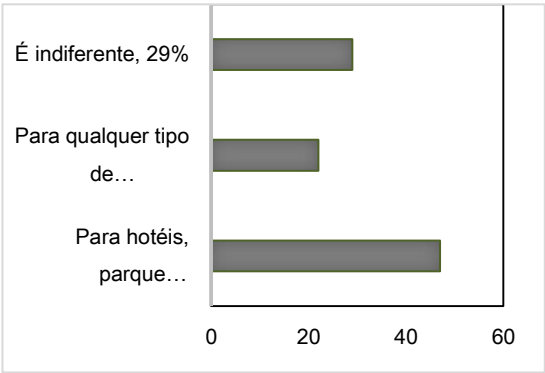


Figura 18 – "Os rótulos de bandeira (60x60 ou 70x70cm), perpendiculares à fachada, deveriam ser:"

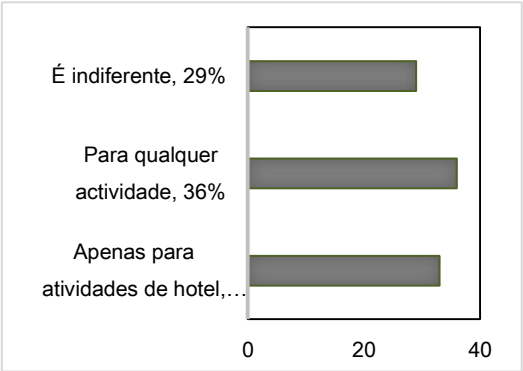


Figura 19 – "Os abrigos laminares, em vidro transparente com estrutura metálica ligeira colocados nas fachadas dos edifícios deveriam ser:"

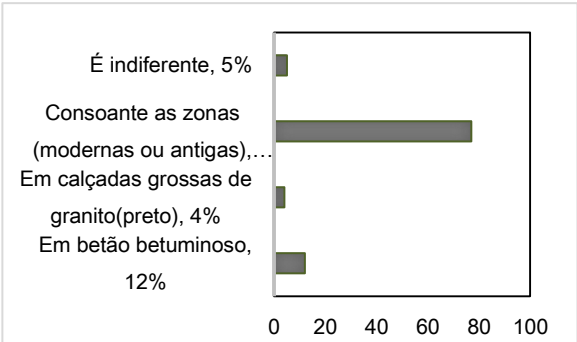


Figura 20 – "Nas vias municipais prefere pavimentos rodoviários:"

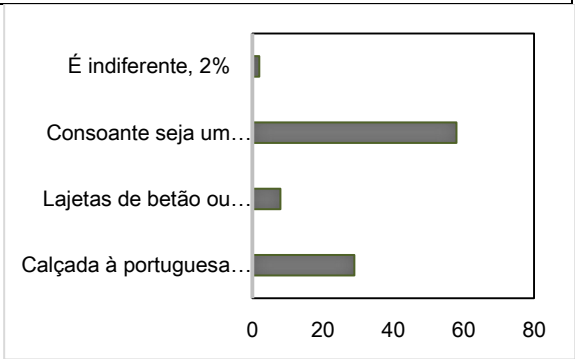


Figura 21 – "Nas vias municipais, prefere passeios em:"

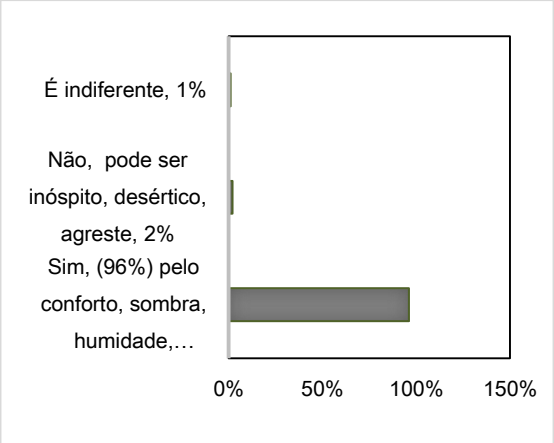


Figura 22 – "Considera importante a arborização das ruas?"

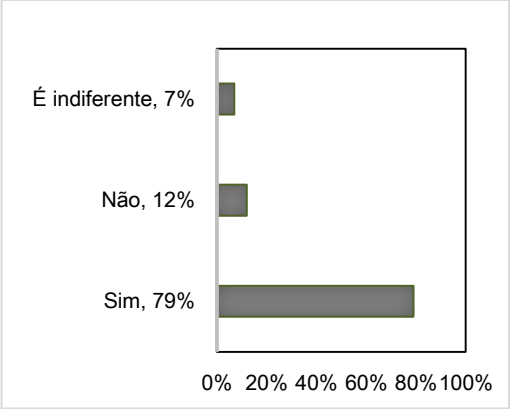


Figura 23 – "Considera importante a existência de canteiros com flores?"

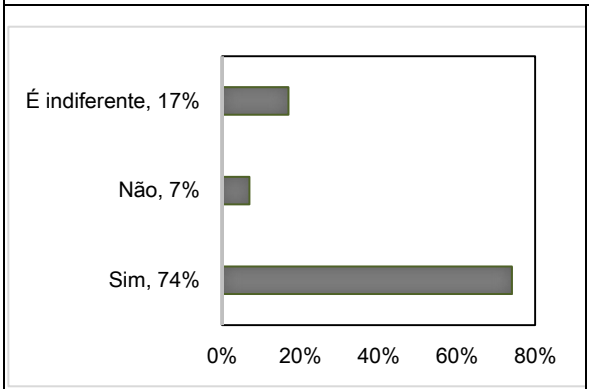


Figura 24 – "As empenas consolidadas deveriam ser tratadas com arranjo pictórico, arquitetónico ou vegetal?"

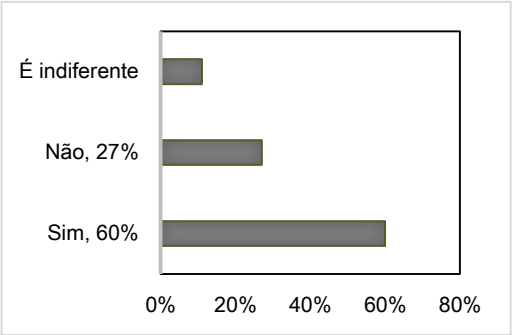


Figura 25 – "Considera que as montras, alpendres ou qualquer outro elemento fechado que invada o espaço público deveriam ser proibidos?"

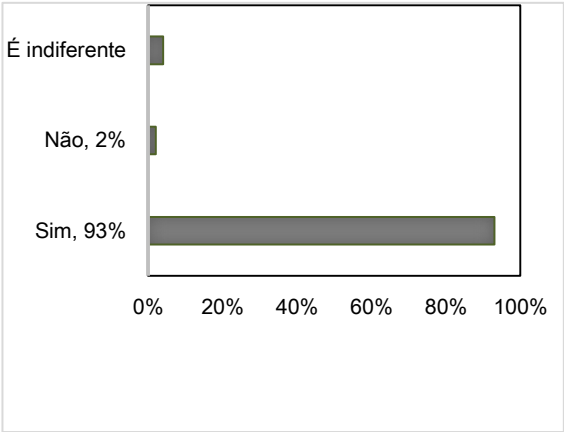


Figura 26 - "Considera que o proprietário de terrenos que não tenham sido afetos ao uso público ou coletivo, deveria mantê-los limpos e devidamente fechados?":

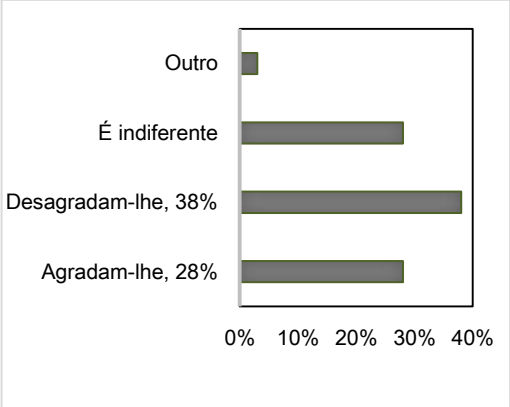


Figura 27 – "Os letreiros/rótulos nas lojas de rua, de um modo geral:"

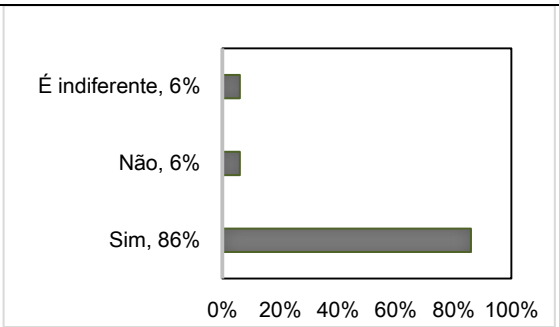


Figura 28 – "Considera importante os espaços públicos terem abrigos suficientes para o calo, chuva e vento?"

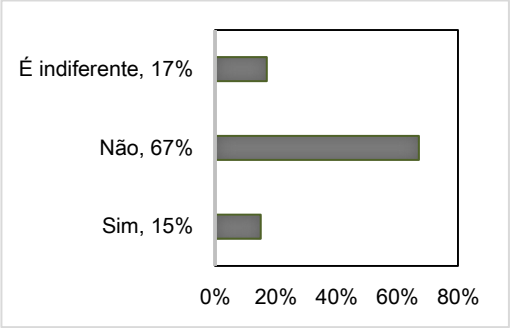


Figura 29 - "Concorda com instalações publicitárias que produzem deslumbramento, grandes écrans, digitais com animação, em zonas perto da circulação automóvel?

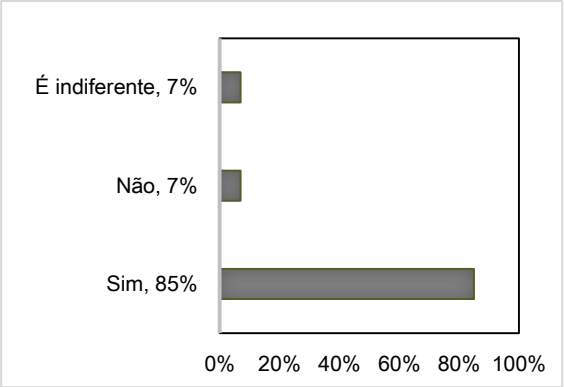


Figura 30 – "Considera importante a introdução de ciclovias?"

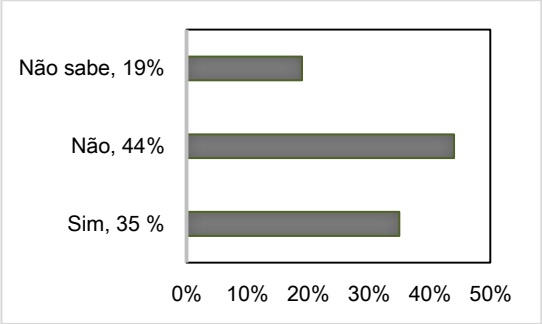


Figura 31 – "Considera que as esplanadas, os espaços para descanso, em Lisboa, de um modo geral, são em número suficiente?"

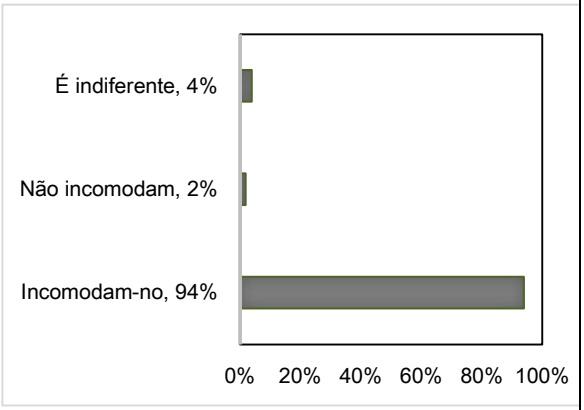


Figura 32 – "Os automóveis em cima do passeio:"

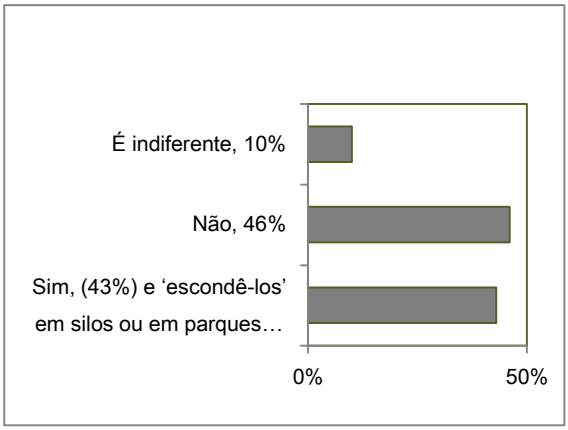


Figura 33 – Gostaria de retirar o estacionamento automóvel das ruas?"

ANEXO 7 - Quadro da composição do Painel de Peritos

COMUNIDADE CIENTIFICA	
GEOGRAFIA	Álvaro Cidrais
DIREITO	Ana Bordalo
ARQUITETURA	António Baptista Coelho
ENGENHARIA CIVIL	Antunes Ferreira
ENGENHARIACIVIL	Beatriz Condessa
URBANISTA	Diogo Mateus
ARQUITETURA PAISAGISTA	Graça Saraiva
GEOGRAFIA	João Ferrão
ENGENHARIA CIVIL	Jorge Silva
ARQUITETURA	José Aguiar
ARQUITETURA PAISAGISTA	Leonel Fadigas
ANTROPOLOGIA	Marluci Menezes
ENGENHARIA CIVIL	Nunes da Silva
ARQUITETURA	Pedro Brandão

ÁREA/DECISOR	
ARQUITETURA	Anselmo Vaz
ARQUITETURA PAISAGISTA	Duarte d´Araújo Mata
ARQUITETURA	João Belo Rodeia
ARQUITETURA PAISAGÍSTA	João Castro
ENGENHARIA CIVIL	João Teixeira
GEOGRAFIA	Maria Teresa Craveiro Pereira
ARQUITETURA	Paulo Prazeres Pais
ARQUITETURA	Vitor Reis

ANEXO 8 - Zonas geográficas de Lisboa mais e menos qualificadas – Pontos fortes e pontos fracos

MAIS QUALIFICADAS

	BAIXA POMBALINA		
PONTOS FORTES	■Grande carga histórica ■Riqueza patrimonial ■Representa o Centro da capital ■Espaço planeado ■Vistas do rio ■Regularidade de fachadas ■Diversidade de espaços ■Escala humana no edificado ■Escala humana na largura das ruas ■Enorme potencialidade	Falta de equipamentos■ Falta de espaços verdes■ Degradação do património edificado■ Zona de passagem Falta de oferta de habitação■ Esvaziamento de zonas residenciais■ Deserta de lisboetas fora das horas de ponta Comércio sem qualidade■ Disneylândia para turistas■ Demasiados automóveis■ Demasiada poluição■ Ocupação de espaços (Rossio) por determinados étnicos que se dedicam a atividades ilícitas■	PONTOS FRACOS

	CHIADO		
PONTOS FORTES	■Centro histórico ■Pertence a várias gerações ■Centro emblemático ■Cria saudades de visitar ■Processo de requalificação ■Muito na moda ■Tem vida própria ■Altura dos edifícios e largura de ruas com escala humana ■Largura de ruas com escala humana ■Tem praças muito agradáveis: Largo do Carmo, Largo do Camões, Largo da Misericórdia, Largo de São Carlos. ■ Qualidade de espaço urbano, com ordem ■ Espaço notável num contexto pequeno	Muito barulho, não é bom para viver ■ Habitação muito cara ■	PONTOS FRACOS

PONTOS FORTES	ALFAMA/MOURARIA/MADRAGOA		PONTOS FRACOS
	■Fundação da cidade histórica	Muito lixo ■	
	■Existe um equilíbrio histórico		
	■Vistas sobre o rio		
	■Adaptação ao relevo		
	■Tem vivência de bairro		
	■Condição de vizinhança		
	■Como uma cidade dentro da cidade		
	■Os habitantes (economia frágeis), têm orgulho na reabilitação		

PONTOS FORTES	BAIRRO ALTO		PONTOS FRACOS
	■Essencial para a história e urbanismo de Lisboa	Ausência de praças e jardins ■	
	■Tem alma, é castiço	Funcionamento urbano complicado ■	
	■Diversidade de oferta de funções	Muito edificado degradado ■	
	■As ruas são estreitas, promovem relações sociais, conferem sentimento de segurança	O automóvel não está articulado com a habitação ■	
	■Mantém-se ativo embora mudando de tipo de ocupação ao longo do tempo, responde às circunstâncias		

PONTOS FORTES	AVENIDAS NOVAS		PONTOS FRACOS
	■Houve planificação urbanística	Pressão diária dos escritórios e serviços ■	
	■Compatibilização do interesse público e interesse privado	(altos e baixos, picos de utilização). ■	
	■Tem qualidade de vida	Escritórios, serviços, espaços vazios à noite ■	
	■Foi o desenho da cidade que resultou melhor		
	■Foi inteligente na forma de projetar		
	■Placa central arborizada.		
	■Atrai as pessoas /lazer atrai comércio.		
	■Passeios largos, tem boa mobilidade		
	■Suprimiu o automóvel		
	■Paisagem interessante por comparação europeia		
	■Urbanidade (burguesia),		
	■Zona que convida ao passeio a pé		
	■Tem diversidade de espaços		
	■Tem vivência da rua		
	■Qualidade arquitetónica positiva		

	■Há equipamentos de saúde ■O Jardim da Gulbenkian, quando entramos no parque parece que saímos da cidade. Trata-se de um espaço verde de dimensão significativa ■Tem oferta de comércio de rua	

	CAMPO DE OURIQUE		
PONTOS FORTES	■Unidade, harmonia ■Regularidade de traçados, das fachadas, das ruas ■Passeios largos, árvores, jardins – espaço público para o peão ■Dinâmica urbana ■Muita vida de rua, cafés, lojas, muita atividade	Ocupação (do edificado) muita densa ■ Muitos automóveis estacionados ■ Falta metropolitano ■	PONTOS FRACOS

	LAPA		
PONTOS FORTES	■Qualidade histórica dos edifícios, palacetes ■Interessante para andar a pé, quando se vê a vista de rio ■Bairro sossegado ■Feito á escala do peão	Muito centrado no espaço privado■ Passeios estreitos■ Sem árvores■ Muitos carros■ Falta de zonas de acolhimento■	PONTOS FRACOS

	RESTELO (MORADIAS)		
PONTOS FORTES	■Habitação, jardins privados visíveis da rua ■Equilíbrio entre os elementos artificiais e os naturais ■Bem adaptado ao terreno ■Escala humana ■Avenidas largas ■Transmite tranquilidade ■Poucos carros	Funciona como uma ilha■ Sem ligação com a envolvente ■ Falta espaço público, espaço coletivo ■ Dimensão urbana sem qualidade ■ Faltam zonas que qualifiquem o espaço público ■	PONTOS FRACOS

	ZONA RIBEIRINHA/BELÉM		
PONTOS FORTES	■Zona turística ■Monumental. ■Relação próxima com o estuário do Tejo	Tem 18 km de zona ribeirinha que não pode ser integralmente dedicada a bares, discotecas, e esplanadas (“só para beber copos”)■ Apenas para lazer ■ Ainda há indefinição quanto á utilização no futuro ■	PONTOS FRACOS

	■Vista magnífica sobre o Rio e a Torre de Belém ■A entrada dos cruzeiros em Lisboa usufrui de uma vista fabulosa. ■Paisagem que nasce do porto ■Atrai as pessoas /lazer atrai comércio.	Lisboa deve ligar-se ao rio sem perder o porto.■ o porto de Lisboa não desempenha nenhum papel no funcionamento dos fluidos da cidade ■ Tem cruzeiros, hotéis flutuantes, que não têm relação relevante com a zona ribeirinha ■ Barreira rodoferroviária do eixo Lisboa/Cascais que torna o acesso pedonal entre a Praça do Império e o rio difícil.■	

	ALVALADE/AREEIRO/AVENIDA DE ROMA		
PONTOS FORTES	■É organizado, densidade adequada. ■Diversidade de espaços de atividades. ■Arquitetura interessante. Vale pelo todo. ■Acessível ao peão, relativamente plana ■Bem conseguido. Tipo de urbanismo social do Estado Novo, que deixou um bom legado urbanístico. ■Forma geral coerência do espaço ■Tem muito espaço público disponível, passeios largos. ■Tem muito espaço público disponível, passeios largos. ■Tem planificação urbanística, ¾ andares ■Facilitam o conhecimento entre vizinhos ■Equilíbrio de funções urbanas ■Ruas bem dimensionadas ■Zona viva	Logradouros debilitados ■ Malha mais pobre, sem pretensão (Alvalade). ■	PONTOS FRACOS

	OLIVAIS		
PONTOS FORTES	■É fruto de um plano ■Resulta da aplicação pura da Carta de Atenas Tem resquícios de Le Corbusier ■É um bom exemplo do movimento moderno ■Não existe continuidade urbana para automóveis, no sentido estrito de rua tradicional, reticulada. ■Bairro bem desenhado em termos urbanísticos	Há espaços degradados ■ Elevados custos de manutenção dos relvados ■ Tem um problema da insegurança ■ Não há relações com os vizinhos ■ Os choupos que equilibravam em altura com os edifícios foram abatidos,	PONTOS FRACOS

	■ No pormenor (diferenciação de calçadas num acesso automóvel, no atravessamento de peões utilização de materiais diferentes – projeto anos 60). ■Harmonioso ■Boa relação urbana/edificado ■Geometria da insolação ■Em termos de arquitetura único prémio Valmor de edifício de habitação em Portugal ■7 ou 8 prédios de muita qualidade ■Grandes espaços públicos ■Cidade espalhada no verde	desequilibrando a paisagem urbana ■ É um bom exemplo do movimento moderno. (É o exemplo do que não se deve fazer) ■	

	PARQUE DAS NAÇÕES – EXPO		
PONTOS FORTES	■Contribui para a esperança do país no que toca à realização de projetos grandes e com qualidade ■Contribui para o prestígio e orgulho nacional ■Qualidade de desenho ■Projeto que continuou depois da EXPO-98 ■Estrutura urbana planeada ■Espaço público estruturado	Funciona como uma ilha■ De costas para a cidade ■ (Des)integração da Expo em Lisboa■ Falta de ligação com a cidade■ Falta ligação com a envolvente■ Não conseguiu integrar Chelas na zona oriental de Lisboa, no prolongamento da Av. EUA ■	PONTOS FRACOS

	CARNIDE		
PONTOS FORTES	■Qualidade patrimonial ■Coerência arquitetónica ■Uniformidade ■Hoje tem uma grande oferta ■Tem a grande vantagem de ter Metro ■Condição de vizinhança ■Encontra-se perto dos Parques periféricos (zonas verdes).	Zona saloia■	PONTOS FRACOS

MENOS QUALIFICADAS

PONTOS FORTES	TELHEIRAS		PONTOS FRACOS
	■Telheiras Oriental: núcleo antigo reabilitado	Telheiras Ocidental:■	
	■Prémio Valmor “94	Resultante de loteamentos■	
	■ Cérceas interessantes	Falta de urbanidade■	
	■Continuidade urbana	Problemas de insegurança	
	■Não tem problemas d e segurança	Pouca arborização■	
	■Tem vida de cafés, vivência de rua	Falta de vida de bairro■	
	■Espaço planeado		
	■Edifícios implantados em regime e direito de superfície	Poucos espaços verdes■	
	■Tem escala humana	Edifícios altos (10/11 andares)■	
	■Muitos jovens		

PONTOS FORTES	CHELAS		PONTOS FRACOS
	■Vistas de rio	Bairro estigmatizado■	
	■Plano moderno	Gueto para pobres e marginalizados■	
	■Localização de excelência, pessimamente aproveitada	Falta de integração na cidade■	
		Sem dinamismo de rua■	
		Sem tecido urbano, descontínuo■	
		Falta de escala humana■	
		Marcado socialmente■	
		Residentes desclassificam o espaço■	
		Não há mistura social■	
		Falta de equipamentos■	
		Espaço público desqualificado■	

PONTOS FORTES	VALE DE ALCÂNTARA		PONTOS FRACOS
	■Entrada de Lisboa	Sem estrutura urbana■	
	■Vistas panorâmicas de rio	Sem ambiente urbano■	
	■Ribeira (caneiro)	Edificado sem qualidade■	
		Sem continuidade pedonal■	
		Via rápida, de passagem■	
		Falta a ribeira■	

PONTOS FORTES	BENFICA	PONTOS FRACOS
■Alguma vida de bairro		Urbanismo espontâneo■
■ Tem equipamentos		Mau planeamento ■
■ Tem comboio		Colagem de loteamentos privados■
■		Espaço urbano sem qualidade, sem continuidade■
■Sem potencial		Sem centralidade■
■Bairro Santa Cruz		Falta de coerência, de harmonia, de unidade■
		Fraca qualidade arquitetónica■
		Sem metropolitano■
		Falta de estrutura urbana clara■

PONTOS FORTES	ZONA RIBEIRINHA ORIENTAL	PONTOS FRACOS
■Proximidade do rio		Paisagens abandonadas■
■Aspetos históricos e culturais		Zona industrial obsoleta■
■Zona com enorme potencial		■
■Estrutura urbana com possibilidade de alavancagem		■

PONTOS FORTES	OLAIAS	PONTOS FRACOS
■Tem desenho urbano		Falsas qualidades arquitetónicas■
■Localização privilegiada		Espaço público desinteressante■
		■
		Insegurança perante o automóvel■
		Excesso de automóveis estacionados■

PONTOS FORTES	XABREGAS	PONTOS FRACOS
■Edifícios patrimoniais classificados		Tem edifícios fora de escala■
		Diversas volumetrias■
		Diversos estilos arquitetónicos■
■Proximidade do rio		Sem arborização■
■Zona com potencial		Edificado sem qualidade■

PONTOS FORTES	ARROIOS /AVENIDA ALMIRANTE REIS	PONTOS FRACOS
■Zona central		
■Uma vez requalificada tem potencial		

	■Edifícios antigos ■Com escala humana	

PONTOS FORTES	**MUSGUEIRA/GALINHEIRAS**	PONTOS FRACOS
	Requalificação de bairro de génese ilegal■ Sem desenho urbano■ Falta plano estruturante■ Não há apropriação do espaço■	

ANEXO 9 - “Checklist” de apoio a trabalho de campo

LOCALIZAÇÃO (Cidade/bairro/rua/Númeropolícia):_____
(indicar com X” a coluna V- verifica; NV- não verifica)

		V	NV	OBS.
	EDIFICADO			
1	Resiliência, robustez, boa sedimentação de várias épocas (preservação do edificado original)			
2	Preservação do património (nota: basta haver um edifício degradado – não verifica)			
3	Conservação do edificado (nota: basta haver um edifício degradado – não verifica)			
4	Existência de elementos históricos			
5	Articulação do novo e do antigo			
6	Ausência de ruturas arquiteturais			
7	Diversidade de fachadas			
8	Diversidade de lojas e/ou serviços no piso térreo			
9	Diversidade de usos			
10	Edifícios habitados			
11	Ausência de elementos dissonantes arquitetónicos			
12	Ausência de elementos dissonantes cromáticos			
13	Sintonia nos volumes			
14	Sintonia nas cérceas			
15	Sintonia nos alinhamentos das fachadas			
16	Sintonia nos materiais			
17	Sintonia no estilo arquitetónico			
18	Ausência de sujidade (grafitis, posters, cartazes publicitários)			
19	Ausência de adulteração do património (ex. Caixilharia, marquises exteriores, toldos)			
20	Ausência de edifícios “soltos” com arquitetura do vidro			
21	Edifícios maioritariamente altos, acima dos cinco pisos			
22	Edifícios maioritariamente baixos (abaixo dos cinco pisos)			
23	Existência de fios elétricos/telefones/televisão pendurados nas fachadas dos edifícios ou a atravessar as vias rodoviárias			
24	Ausência de marquises com caixilharias diferentes			
25	Ausência de montras, alpendres ou qualquer outro elemento fechado, a invadir o espaço público			
26	Ausência de antenas de televisão (normais, ou parabólicas) colocadas nas varandas			
27	Ausência de aparelhos de ar condicionado colocados/posicionados nas fachadas			
28	Existência de empenas consolidadas pintadas, e/ou tratadas com arranjo pictórico, arquitetónico ou vegetal com a finalidade de harmonizá-la com a paisagem			
	ESPAÇO PÚBLICO			
29	Organizado (local bem delimitado para a circulação automóvel e pedonal e estacionamento)			
30	Harmonia de usos (habitação; espaços verdes; rede viária e ferroviária; indústria; equipamentos de saúde e escolares)			
31	Enquadramento morfológico (leitos de cheia)			
32	Adaptação/integração ao relevo			
33	Dinamismo urbano (vivência de rua)			

34	Elementos estruturantes (ruas principais, ruas secundárias, praças)			
35	Pontos de referência, de orientação			
36	Sistema da sinalética rodoviária com lógica, de acordo com a lógica urbana			
37	Existência de elementos naturais (árvores, canteiros com flores, linhas de água, espelhos de água)			
38	Balanço equitativo entre os elementos naturais e artificiais			
39	Manutenção dos elementos naturais			
40	Manutenção do espaço público (mobiliário urbano, pavimentos, passeios)			
41	Ausência de equipamentos soltos, impedidores da continuidade urbana			
42	Equilíbrio demográfico (faixas etárias com pesos relativos semelhantes)			
43	Diversidade populacional (etnias, faixas etárias)			
44	Ausência de sentimento de insegurança			
45	Ausência de grupos específicos (étnicos, gangs, toxicodependentes, prostituição, “sem abrigo”)			
46	Ruas que indiciam relações pessoais, de vizinhança			
47	Existência de miradouros			
48	Existência de pontos de contemplação da paisagem urbana			
49	Sistema de proteção de vistas panorâmicas (descontinuidades do edificado que permitam a visualização de por exemplo vistas de rio)			
50	Ausência de sujidade			
51	Visitável (sem obstáculos, facilita a visita e usufruto, boa sinalética)			
52	Existência de continuidade viária			
53	Existência de continuidade de passeios			
54	Existência de passeios em calçada à portuguesa (de vidraço, branca, de granito, preta, 5cmx5cm), “tradicional”, lajetas de betão ou pedra, betão betuminoso, lajetas de granito, outras, “moderna” consoante seja um bairro “antigo”, ou “moderno”			
55	Existência de pavimentos bem projetados, bem construídos			
56	Existência de pavimentos rodoviários em betão betuminoso, em calçadas grossas de granito (preto) ou consoante as zonas modernas ou antigas			
57	Passeios com dimensão humana, bem projetados, bem construídos			
58	Estacionamento automóvel suficiente			
59	Ausência de carros em cima do passeio			
60	Existência de engarrafamentos constantes			
61	Existência de ciclovias			
62	Abrigos suficientes para o calor, chuva, vento			
63	Ausência de instalações publicitárias que produzam deslumbramento, grandes écrans, digitais com animação, em zonas perto da circulação automóvel			
64	Existência de esplanadas (mesas e cadeiras), ou seja, espaços de descanso em número suficiente			
65	Existência de equipamentos os materiais iguais dentro de cada bairro/zona			
67	Ausência de esplanadas (mesas e cadeiras) em plástico, com cores garridas, com publicidade			
68	Existência de esplanadas (mesas e cadeiras) em plástico e/ou materiais mais nobres, de cores suaves, sem publicidade			
69	Ausência de esplanadas (chapéus de sol e/ou coberturas) com publicidade			
70	Existência de esplanadas (chapéus de sol e/ou coberturas) sem publicidade,			

	só com a identificação do estabelecimento comercial			
71	Na mesma rua, ausência de letreiros/rótulos comerciais das lojas, em relação às montras com balanço (sobressaem relativamente ao alinhamento da fachada)			
72	Na mesma rua, existência de letreiros/rótulos comerciais das lojas, em relação às montras embutidos nos vazios arquitetónicos da fachada, no alinhamento da fachada			
73	Na mesma rua, existência de placas informativas de atividade profissional (médicos, advogados, mais comuns), embutidas na fachada do prédio, novos/atuais, todos do mesmo tipo, sem grandes diferenças de cor, grafismo, tamanho			
74	Existência de mobiliário urbano de série (candeeiros, semáforos, pilaretes, papeleiras, abrigos de paragem de transporte público, floreiras) uniformes em toda a zona			
75	Existência de mobiliário urbano comercial/privado, (bancos, mesas, esplanadas) idênticos em toda a zona			
76	Existência de toldos das lojas, na mesma rua, com formas e materiais diversos, sem publicidade com a mesma forma e material, apenas com a identificação do estabelecimento comercial			
77	Existência de rótulos de bandeira (60x60 ou 70x70cm), perpendiculares à fachada apenas para hotéis, parque estacionamento, multibancos e farmácias			
78	Existência de os abrigos (laminares, em vidro transparente com estrutura metálica ligeira) colocados nas fachadas dos edifícios para apenas atividades de hotel, cinema e teatro ou para qualquer atividade			
79	Existência de terrenos afetos ao uso privado, limpos e devidamente fechados			
80	Existência de fontes de ruído			

ANEXO 10 - Ficha para dados para cálculo dos indicadores

Trabalho de campo - Levantamento de dados para indicadores
Localização (Cidade/bairro/rua/Número polícia):

Nº total de edifícios	
Nº máximo de edifícios da mesma época	
Nº de ruturas arquiteturais no edificado	
Nº total de vias	
Nº de atividades (habitação, comércio, serviços, equipamentos escolares e de saúde)	
Nº total de atividades (habitação, comércio, serviços, equipamentos escolares e de saúde. Fixo = 5)	
Nº total de praças e largos	
Nº total de usos (Habitação; Lazer (Espaços Verdes); Trabalho (escritórios) e Transporte (Rede viária e ferroviária) Fixo = 4	
Nº de incompatibilidade de usos (HAB;IND) (EV; AE) (HAB; AE) (HAB; VF)	
Nº de unidades comerciais e de serviços diferentes (no local)	
Nº total de unidades comerciais (farmácias, bancos, cafés, bares, restaurantes, cinemas, eletrónica, vestuário/calçado, bijuteria/ourivesaria, decoração, flores, automóveis/peças, fotografia, telemóveis)	
Nº total de variedades de elementos naturais no local (linhas de água, lagos, árvores, flores)	
Nº de árvores em praças/largos	
Nº de árvores em vias	
Nº de variedades de elementos naturais (Fixo= 4= árvores, flores, relvados, linhas/planos de água)	
Grupos etários totais (até aos 14 anos; dos 14 aos 64; acima dos 65 anos)	
Nº de grupos etários visíveis, identificados (até aos 14 anos; dos 14 aos 64; acima dos 65 anos)	
Nº de edifícios desinseridos morfologicamente	
Nº total de elementos urbanos, referências estruturais (Edifícios; Vias (rodoviárias e férreas), largos, praças, alamedas, jardins, parques, miradouros)	
Nº de edifícios com fachadas desalinhados com os contíguos	
Nº de edifícios com cérceas desalinhadas com os contíguos	
Nº de edifícios com cores diferentes da maioria	
Nº de edifícios com estilos arquitetónicos dissonante (diferentes da maioria)	
Nº de planos de água	
Nº vias com canteiros de flores	
Nº de candeeiros instalado por via	
Nº médio de agentes policiais presentes (* Existe policiamento = 1; Não existe policiamento = 0)	
Nº médio de transeuntes (muitos= 1; alguns= 0.5; nenhuns =0)	
Nº de grupos sociais predominantes visíveis, “excluídos” ou de atividades ilícitas (“sem abrigo”, gangs, étnicos, prostituição)	
Arruamento com vistas panorâmicas (Sim, muito=1; Sim, pouco=0,5; Não=0)	
Nº de disparidades volumétricas	
Nº de variações abruptas de cérceas	
Nº de desalinhamentos abruptos de fachadas	
Nº de edifícios com uso de materiais impróprios do local	
Nº de edifícios com má ocupação do solo (leitos de cheia, encostas instáveis)	

Nº de passeios com estacionamento automóvel (longitudinal, perpendicular ou oblíquo), totalmente ocupado	
Nº de passeios ocupados com carros estacionados (em cima)	
Nº de ruas congestionadas em horas de ponta	
Nº de fontes de ruido	
Nº de posters com propaganda colados em edifícios ou muros	
Nº de caixas de publicidade	
Nº de écrans eletrónicos	
Nº de outdoors de propaganda política	
Nº de edifícios com falta de qualidade arquitetónica ou de materiais	
Nº de troços de via com passeio com largura inferior a 3,0 metros (nenhum troço = 1, um ou mais troços =0)	
Nº de troços de via sem passeio (nenhum troço = 1, uma ou mais troços =0)	
Nº de variações de largura de faixa de rodagem	
Nº de papeleiras	
Nº de edifícios grafitados	
Nº de pontos de acumulação de lixo nos passeios ou sarjetas (nenhum ponto= 1; um ou mais pontos=0)	
Nº de grupos sociais predominantes visíveis, “excluídos” ou de atividades ilícitas (Fixo, 4= “sem abrigo”, gangs, étnicos, prostituição)	
Nº de grupos sociais predominantes visíveis, “excluídos” ou de atividades ilícitas (“sem abrigo”, gangs, étnicos, prostituição)	
Nº total de passeios	
Capacidade de estacionamento da praceta (totalmente cheia=1; medianamente cheia=0,5; vazia= 0)	
Nº total de vias sem saída pedonal e viária	
Nº de aberrações cromáticas	
Nº total de vias com saída (que intersectam a via em estudo)	
Existência de elementos estruturantes bem definidos (exemplo= ruas principais e ruas secundárias), (Existem, bem definidos = 1, Existem, mal definidos, = 0.5, Não existem = 0); numa determinada unidade territorial.	
Nº de metros de arruamento	
Espaço público (bem varrido e lavado =1; medianamente varrido e lavado = 0.5; mal varrido e mal lavado =0) numa determinada unidade territorial (*unidade territorial =1).	
Manutenção de edifícios particulares (bem pintado e lavado =1; medianamente pintado e lavado = 0.5; mal pintado e mal lavado =0) numa determinada unidade territorial (*unidade territorial =1).	
Manutenção de edifícios municipais e patrimoniais (bem pintados e lavados =1; medianamente pintados e lavados = 0.5; mal pintados e mal lavados =0) numa determinada unidade territorial (*unidade territorial =1).	
Manutenção dos elementos naturais (árvores, flores, planos de água, fontes), (bem mantidos =1; medianamente mantidos = 0.5; mal mantidos =0) em vias e/ou praças ou jardins, numa determinada unidade territorial. (*unidade territorial =1).	
Nº de quebras de visibilidade no local	
Nº de elementos que contribuem para a proteção dos peões	
Nº de barreiras de acesso	

ANEXO 11 - Trabalho de campo Parque das Nações

Localização (Cidade/bairro/rua/Nº polícia): Rua dos Cruzados

	V	NV	Obs
EDIFICADO			
Resiliência, boa sedimentação de várias épocas (preservação do edificado original)	x		
Preservação do património (Nota: basta haver um edifício degradado – Não verifica)			
Conservação do EDIFICADO (Nota: basta haver um edifício degradado – Não verifica)	x		
Existência de elementos históricos			
Articulação do novo e do antigo	x		
Ausência de ruturas arquiteturais do edificado	x		
Diversidade de fachadas		x	
Diversidade de lojas e/ou serviços no piso térreo		x	
Diversidade de usos		x	
Edifícios habitados (maioritariamente)	x		
Ausência de elementos dissonantes arquitetónicos (ausência de aberrações arquitetónicas)	x		
Ausência de elementos dissonantes cromáticos (ausência de aberrações cromáticas)	x		
Sintonia nos volumes	x		
Sintonia nas cérceas	x		
Sintonia nos alinhamentos das fachadas	x		
Sintonia nos materiais	x		
Sintonia no estilo arquitetónico	x		
Ausência de sujidade (grafitis, posters, cartazes publicitários)	x		
Ausência de adulteração do património (ex. Caixilharia, marquises exteriores, toldos)	x		
Ausência de edifícios “soltos” com arquitetura do vidro	x		
Edifícios maioritariamente altos, acima dos cinco pisos			
Edifícios maioritariamente baixos (abaixo dos cinco pisos)	x		
Ausência de fios elétricos/telefones/televisão pendurados nas fachadas dos edifícios ou a atravessar as vias rodoviárias	x	x	
Ausência de marquises com caixilharias diferentes		x	
Ausência de montras, alpendres ou qualquer outro elemento fechado, a invadir o espaço público	x		
Ausência de antenas de televisão (normais, ou parabólicas) colocadas nas varandas	x		
Ausência de aparelhos de ar condicionado colocados/posicionados nas fachadas	x		
Existência de empenas consolidadas pintadas, e/ou tratadas com arranjo pictórico, arquitetónico ou vegetal com a finalidade de harmonizá-la com a paisagem			
ESPAÇO PÚBLICO			
Organizado (Local bem delimitado para a circulação automóvel e pedonal e estacionamento)	x		
Harmonia de usos (habitação; espaços verdes; rede viária e ferroviária; indústria; equipamentos de saúde e escolares)	x		
Enquadramento morfológico (Leitos de cheia)	x		
Adaptação/integração ao relevo	x		
Dinamismo urbano (Vivência de rua)	x		
Elementos estruturantes (Ruas principais, Ruas secundárias, Praças)	x		

Pontos de referência, de orientação	x		
Sistema da sinalética rodoviária com lógica, de acordo com a lógica urbana (sempre que a sinalética de circulação rodoviária esteja de acordo com o que se espera dela)	x		
Existência de elementos naturais (Árvores, canteiros com flores, linhas de água, espelhos de água)	x		
Balanço equitativo entre os elementos naturais e artificiais	x		
Manutenção dos elementos naturais	x		
Manutenção do espaço público (mobiliário urbano, pavimentos, passeios)	x		
Ausência de equipamentos soltos, impedidores da continuidade urbana	x		
Equilíbrio demográfico (Faixas etárias com pesos relativos semelhantes)	x		
Diversidade populacional (Etnias, faixas etárias)	x		
Ausência de sentimento de insegurança	x		
Ausência de grupos específicos (étnicos, gangs, toxicodependentes, prostituição, sem abrigo”)	x		
Ruas que indiciam relações pessoais, de vizinhança	x		
Existência de miradouros	x		
Existência de pontos de contemplação da paisagem urbana	x		
Sistema de proteção de vistas panorâmicas (Descontinuidades do edificado que permitam a visualização de por exemplo vistas de rio)	x		
Ausência de sujidade	x		
Visitável (sem obstáculos, facilita a visita e usufruto, boa sinalética)	x		
Existência de continuidade viária	x		
Existência de continuidade de passeios	x		
Existência de passeios em calçada à portuguesa (de vidraço, branca, de granito, preta, 5cmx5cm), “tradicional”, ou lajetas de betão ou pedra, betão betuminoso, lajetas de granito, outras, “moderna” consoante seja um bairro “antigo”, ou “moderno”	x		
Existência de pavimentos bem projetados, bem construídos	x		
Existência de pavimentos rodoviários em betão betuminoso, em calçadas grossas de granito (preto) ou consoante as zonas modernas ou antigas	x		
Passeios com dimensão humana, bem projetados, bem construídos	x		
Estacionamento automóvel suficiente	x		
Ausência de carros em cima do passeio	x		
Ausência de engarrafamentos constantes	x		
Existência de ciclovias	x		Na prox.
Abrigos suficientes para o calor, chuva, vento		x	
Ausência de instalações publicitárias que produzam deslumbramento, grandes écrans, digitais com animação, em zonas perto da circulação automóvel	x		
Existência de esplanadas (mesas e cadeiras), ou seja, espaços de descanso em nº suficiente			NH
Existência de transporte público pesado (metropolitano ou comboio)			NH
Ausência de esplanadas (mesas e cadeiras) em plástico, com cores garridas, com publicidade			NH
Existência de esplanadas (mesas e cadeiras) em plástico e/ou materiais mais nobres, de cores suaves, sem publicidade			NH
Ausência de esplanadas (chapéus de sol e/ou coberturas) com publicidade			NH
Existência de esplanadas (chapéus de sol e/ou coberturas) sem publicidade, só			NH

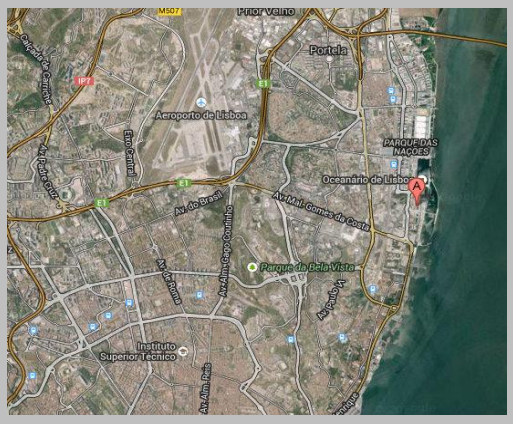
com a identificação do estabelecimento comercial			
Na mesma rua, ausência de letreiros/rótulos comerciais das lojas, em relação às montras com balanço (sobressaem relativamente ao alinhamento da fachada)	**x**		
Na mesma rua, existência de letreiros/rótulos comerciais das lojas, em relação às montras embutidos nos vazios arquitetónicos da fachada, no alinhamento da fachada	**x**		
Na mesma rua, existência de placas informativas de atividade profissional (médicos, advogados, mais comuns), embutidas na fachada do prédio, novos/atuais, todos do mesmo tipo, sem grandes diferenças de cor, grafismo, tamanho			NH
Existência de mobiliário urbano de série (candeeiros, semáforos, pilaretes, papeleiras, abrigos de paragem de transporte público, floreiras) uniformes em toda a zona	**x**		
Existência de mobiliário urbano comercial/privado, (bancos, mesas, esplanadas) idênticos em toda a zona			NH
Existência de toldos das lojas, na mesma rua, com formas e materiais diversos, sem publicidade com a mesma forma e material, apenas com a identificação do estabelecimento comercial			NH
Existência de rótulos de bandeira (60x60 ou 70x70cm), perpendiculares à fachada apenas para hotéis, parque estacionamento, multibancos e farmácias			NH
Existência de os abrigos (laminares, em vidro transparente com estrutura metálica ligeira) colocados nas fachadas dos edifícios para apenas atividades de hotel, cinema e teatro ou para qualquer atividade			NH
Existência de terrenos afetos ao uso privado, limpos e devidamente fechados			NH
Ausência de fontes de ruído	**X**		

Nº total de edifícios	10
Nº máximo de edifícios da mesma época	10
Nº de ruturas arquiteturais no edificado	0
Nº total de vias	3
Nº de atividades (habitação, comércio, serviços, equipamentos escolares e de saúde)	2
Nº total de atividades (habitação, comércio, serviços, equipamentos escolares e de saúde. Fixo = 5)	5
Nº total de praças e largos	1
Nº total de usos (Habitação; Lazer (Espaços Verdes); Trabalho (escritórios) e Transporte (Rede viária e ferroviária) Fixo = 4	4
Nº de incompatibilidade de usos (HAB;IND) (EV; AE) (HAB; AE) (HAB; VF)	0
Nº de unidades comerciais e de serviços diferentes (no local)	1
Nº total de unidades comerciais (farmácias, bancos, cafés, bares, restaurantes, cinemas, eletrónica, vestuário/calçado, bijuteria/ourivesaria, decoração, flores, automóveis/peças, fotografia, telemóveis)	14
Nº total de variedades de elementos naturais no local (linhas de água, lagos, árvores, flores)	3
Nº de árvores em praças/largos	7
Nº de variedades de elementos naturais (Fixo= 4= árvores, flores, relvados, linhas/planos de água)	4
Grupos etários totais (até aos 14 anos; dos 14 aos 64; acima dos 65 anos)	3
Nº de grupos etários visíveis, identificados (até aos 14 anos; dos 14 aos 64; acima dos 65 anos)	3
Nº de edifícios desinseridos morfologicamente	0
Nº total de elementos urbanos, referências estruturais (Edifícios; Vias (rodoviárias e	4

férreas), largos, praças, alamedas, jardins, parques, miradouros)	
Nº de edifícios com fachadas desalinhados com os contíguos	0
Nº de edifícios com cérceas desalinhadas com os contíguos	0
Nº de edifícios com cores diferentes da maioria	0
Nº de edifícios com estilos arquitetónicos dissonante (diferentes da maioria)	0
Nº de planos de água (um ou mais planos de água, rio ou lago natural =1; um ou mais espelhos de água, em betão, ou fontes = 0.5; nenhum plano ou espelho de água = 0)	1
Nº vias com canteiros de flores	1
Nº de candeeiros instalado por via	22
Nº médio de agentes policiais presentes (* Existe policiamento = 1; Não existe policiamento = 0)	1
Nº médio de transeuntes (muitos= 1; alguns= 0.5; nenhuns =0)	0,5
Nº de grupos sociais predominantes visíveis, "excluídos" ou de atividades ilícitas ("sem abrigo", gangs, étnicos, prostituição)	0
Arruamento com vistas panorâmicas (Sim, muito=1; Sim, pouco=0,5; Não=0)	1
Nº de disparidades volumétricas	0
Nº de variações abruptas de cérceas	0
Nº de desalinhamentos abruptos de fachadas	0
Nº de edifícios com uso de materiais impróprios do local	0
Nº de edifícios com má ocupação do solo (leitos de cheia, encostas instáveis)	0
Nº de passeios com estacionamento automóvel (longitudinal, perpendicular ou oblíquo), totalmente ocupado	2
Nº de passeios ocupados com carros estacionados (em cima)	0
Nº de ruas congestionadas em horas de ponta	0
Nº de fontes de ruído (muito trânsito (autocarros e congestionamento) e uma ou mais fontes de ruído externas =1; muito transito e nenhuma fonte de ruido externas=0,5; pouco trânsito e nenhuma fonte de ruído=0)	0
Nº de posters com propaganda colados em edifícios ou muros	0
Nº de caixas de publicidade	0
Nº de écrans eletrónicos	0
Nº de outdoors de propaganda política	0
Nº de edifícios com falta de qualidade arquitetónica ou de materiais	0
Nº de troços de via com passeio com largura inferior a 3,0 metros (nenhum troço = 1, um ou mais troços =0)	1
Nº de troços de via sem passeio (nenhum troço = 1, uma ou mais troços =0)	1
Nº de variações de largura de faixa de rodagem	1
Nº de papeleiras	0
Nº de edifícios grafitados	0
Nº de pontos de acumulação de lixo nos passeios ou sarjetas (nenhum ponto= 1; um ou mais pontos=0)	1
Nº de grupos sociais predominantes visíveis, "excluídos" ou de atividades ilícitas (Fixo, 4= "sem abrigo", gangs, étnicos, prostituição)	4
Nº de grupos sociais predominantes visíveis, "excluídos" ou de atividades ilícitas ("sem abrigo", gangs, étnicos, prostituição)	0
Nº total de passeios	4
Capacidade de estacionamento da praceta (totalmente cheia=1; medianamente cheia=0,5; vazia= 0)	NH
Nº total de vias sem saída pedonal e viária	0
Nº de aberrações cromáticas	0
Nº total de vias com saída (que intersectam a via em estudo)	2
Existência de elementos estruturantes bem definidos (exemplo= ruas principais e	1

ruas secundárias), (Existem, bem definidos = 1, Existem, mal definidos, = 0.5, Não existem = 0); numa determinada unidade territorial.	
Nº de metros de arruamento	250
Espaço público (bem varrido e lavado =1; medianamente varrido e lavado = 0.5; mal varrido e mal lavado =0) numa determinada unidade territorial (*unidade territorial =1).	1
Manutenção de edifícios particulares (bem pintados e lavado =1; medianamente pintado e lavado = 0.5; mal pintado e mal lavado =0) numa determinada unidade territorial (*unidade territorial =1).	1
Manutenção de edifícios municipais e patrimoniais (bem pintados e lavados =1; medianamente pintados e lavados = 0.5; mal pintados e mal lavados =0) numa determinada unidade territorial (*unidade territorial =1).	NH
Manutenção dos elementos naturais (árvores, flores, planos de água, fontes), (bem mantidos =1; medianamente mantidos = 0.5; mal mantidos =0) em vias e/ou praças ou jardins, numa determinada unidade territorial. (*unidade territorial =1).	1
Nº de pontos de quebra de visibilidade ao longo da unidade territorial (exemplo= número de curvas convexas no perfil longitudinal, número de curvas em planta, arcos, rotundas ou outros elementos que criem obstrução ou perda de visibilidade de uma ponta à outra do arruamento). (Existem muitos pontos de quebra= 1; existem alguns=0.5; Não existem= 0) (*unidade territorial =1).	0
Nº de elementos que contribuem para a proteção dos peões	1
Nº de barreiras de acesso	0

FOTOGRAFIAS RUA DOS CRUZADOS



Fotografia aérea – Rua dos Cruzados (A) Googlemaps

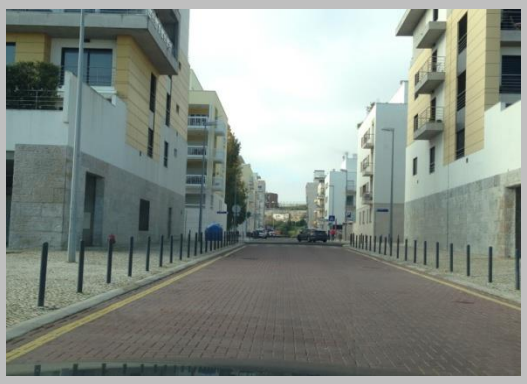
Fotografias – Rua dos Cruzados (árvores, estacionamento, edificado, pavimentos)

Fotografias – Largo ajardinado

Fotografias – Edificado

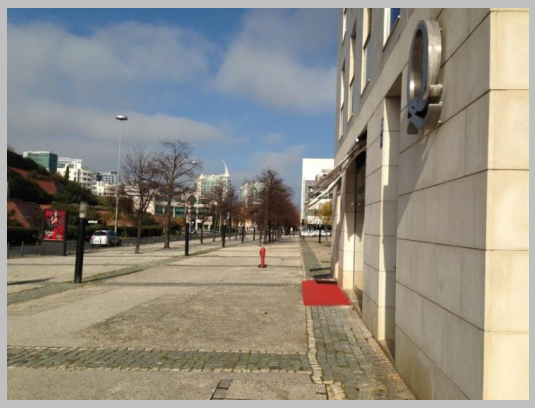
Fotografias – Passeios de largura generosa e pilaretes.

Fotografia – Creche (sem rótulos comerciais, elementos embutidos nas fachadas e janelas)



Fotografias – Pavimento rodoviário e passadeira de peões

Fotografias – Alinhamento de cérceas, sintonia de volumes, alinhamento de fachadas.



Fotografias – Fotografias dos topos da Rua dos Cruzados (o Rio Tejo e a Alameda dos Oceanos)

otografias – Fotografias dos topos da Rua dos Cruzados (o Rio Tejo e a Alameda dos Oceanos)

Fotografias – Árvores nas ruas perpendiculares à Rua dos Cruzados

Fotografias – Café/esplanada em funcionamento (Google maps), e nos dias de hoje já encerrada.

ANEXO 12 - Trabalho de campo- Campo de Ourique

Localização (Cidade/bairro/rua/Nº polícia): Rua Correia Teles

	V	NV	Obs
EDIFICADO			
Resiliência, boa sedimentação de várias épocas (preservação do edificado original)	x		
Preservação do património (Nota: basta haver um edifício degradado – Não verifica)	-----	-----	
Conservação do edificado (Nota: basta haver um edifício degradado – Não verifica)		x	
Existência de elementos históricos		x	
Articulação do novo e do antigo	x		
Ausência de ruturas arquiteturais do edificado	x		
Diversidade de fachadas	x		
Diversidade de lojas e/ou serviços no piso térreo	x		
Diversidade de usos	x		
Edifícios habitados (maioritariamente)	x		
Ausência de elementos dissonantes arquitetónicos (ausência de aberrações arquitetónicas)	x		
Ausência de elementos dissonantes cromáticos (ausência de aberrações cromáticas)	x		
Sintonia nos volumes	x		
Sintonia nas cérceas	x		
Sintonia nos alinhamentos das fachadas	x		
Sintonia nos materiais	x		
Sintonia no estilo arquitetónico	x		
Ausência de sujidade (grafitis, posters, cartazes publicitários)		x	
Ausência de adulteração do património (ex. Caixilharia, marquises exteriores, toldos)	-----		
Ausência de edifícios “soltos” com arquitetura do vidro	x		
Edifícios maioritariamente altos, acima dos cinco pisos		x	
Edifícios maioritariamente baixos (abaixo dos cinco pisos)	x		
Ausência de fios elétricos/telefones/televisão pendurados nas fachadas dos edifícios ou a atravessar as vias rodoviárias		x	
Ausência de marquises com caixilharias diferentes	x		
Ausência de montras, alpendres ou qualquer outro elemento fechado, a invadir o espaço público	x		
Ausência de antenas de televisão (normais, ou parabólicas) colocadas nas varandas	x		
Ausência de aparelhos de ar condicionado colocados/posicionados nas fachadas		x	
Existência de empenas consolidadas pintadas, e/ou tratadas com arranjo pictórico, arquitetónico ou vegetal com a finalidade de harmonizá-la com a paisagem			NH
ESPAÇO PÚBLICO			
ORGANIZADO (Local bem delimitado para a circulação automóvel e pedonal e estacionamento)	x		
HARMONIA DE USOS (habitação; espaços verdes; rede viária e ferroviária; indústria; equipamentos de saúde e escolares)	x		
ENQUADRAMENTO MORFOLÓGICO (exemplo: leitos de cheia, encostas instáveis)	x		
Adaptação/integração ao relevo	x		

DINAMISMO URBANO (Vivência de rua)	x		
Elementos estruturantes (Ruas principais, Ruas secundárias, Praças)	x		
Pontos de referência, de orientação	x		
Sistema da sinalética rodoviária com lógica, de acordo com a lógica urbana (sempre que a sinalética de circulação rodoviária esteja de acordo com o que se espera dela)	x		
Existência de elementos naturais (Árvores, canteiros com flores, linhas de água, espelhos de água)		x	
Balanço equitativo entre os elementos naturais e artificiais		x	
Manutenção dos elementos naturais	------	------	
Manutenção do espaço público (mobiliário urbano, pavimentos, passeios)	x		
Ausência de equipamentos soltos, impedidores da continuidade urbana	x		
Equilíbrio demográfico (Faixas etárias com pesos relativos semelhantes)	x		
Diversidade populacional (Etnias, faixas etárias)	x		
Ausência de sentimento de insegurança	x		
Ausência de grupos específicos (étnicos, gangs, toxicodependentes, prostituição, sem abrigo”)	x		
Ruas que indiciam relações pessoais, de vizinhança	x		
Existência de miradouros		x	
Existência de pontos de contemplação da paisagem urbana		x	
Sistema de proteção de vistas panorâmicas (Descontinuidades do edificado que permitam a visualização de por exemplo vistas de rio)	x		
Ausência de sujidade	x		
Visitável (sem obstáculos, facilita a visita e usufruto, boa sinalética)	x		
Existência de continuidade viária	x		
Existência de continuidade de passeios	x		
Existência de passeios em calçada à portuguesa (de vidraço, branca, de granito, preta, 5cmx5cm), “tradicional”, ou lajetas de betão ou pedra, betão betuminoso, lajetas de granito, outras, “moderna” consoante seja um bairro “antigo”, ou “moderno”	x		
Existência de pavimentos bem projetados, bem construídos	x		
Existência de pavimentos rodoviários em betão betuminoso, em calçadas grossas de granito (preto) ou consoante as zonas modernas ou antigas	x		
Passeios com dimensão humana, bem projetados, bem construídos	x		
Estacionamento automóvel suficiente		x	
Ausência de carros em cima do passeio	x		
Ausência de engarrafamentos constantes	x		
Existência de ciclovias		x	
Abrigos suficientes para o calor, chuva, vento		x	
Ausência de instalações publicitárias que produzam deslumbramento, grandes écrans, digitais com animação, em zonas perto da circulação automóvel	x		
Existência de esplanadas (mesas e cadeiras), ou seja, espaços de descanso em nº suficiente	x		
Existência de transporte público pesado (metropolitano ou comboio)		x	
Ausência de esplanadas (mesas e cadeiras) em plástico, com cores garridas, com publicidade		x	
Existência de esplanadas (mesas e cadeiras) em plástico e/ou materiais mais nobres, de cores suaves, sem publicidade		x	

Ausência de esplanadas (chapéus de sol e/ou coberturas) com publicidade		**x**	
Existência de esplanadas (chapéus de sol e/ou coberturas) sem publicidade, só com a identificação do estabelecimento comercial		**x**	
Na mesma rua, ausência de letreiros/rótulos comerciais das lojas, em relação às montras com balanço (sobressaem relativamente ao alinhamento da fachada)	**x**		
Na mesma rua, existência de letreiros/rótulos comerciais das lojas, em relação às montras embutidos nos vazios arquitetónicos da fachada, no alinhamento da fachada	**x**		
Na mesma rua, existência de placas informativas de atividade profissional (médicos, advogados, mais comuns), embutidas na fachada do prédio, novos/atuais, todos do mesmo tipo, sem grandes diferenças de cor, grafismo, tamanho		**x**	
Existência de mobiliário urbano de série (candeeiros, semáforos, pilaretes, papeleiras, abrigos de paragem de transporte público, floreiras) uniformes em toda a zona	**x**		
Existência de mobiliário urbano comercial/privado, (bancos, mesas, esplanadas) idênticos em toda a zona		**x**	
Existência de toldos das lojas, na mesma rua, com formas e materiais diversos, sem publicidade com a mesma forma e material, apenas com a identificação do estabelecimento comercial		**x**	
Existência de rótulos de bandeira (60x60 ou 70x70cm), perpendiculares à fachada apenas para hotéis, parque estacionamento, multibancos e farmácias		**x**	
Existência de os abrigos (laminares, em vidro transparente com estrutura metálica ligeira) colocados nas fachadas dos edifícios para apenas atividades de hotel, cinema e teatro ou para qualquer atividade		**x**	
Existência de terrenos afetos ao uso privado, limpos e devidamente fechados	**---**	---	
Ausência de fontes de ruído		**X**	

Trabalho de campo - Levantamento de dados para indicadores
Localização: Rua de Correia Teles

ESTILOS ARQUITETÓNICOS – PROCESSOS CONSTRUTIVOS

Fotografias - Estilo arquitetónico até aos anos “20-30”
(até ao fim do 1º ciclo do Betão Armado),

Fotografias - Estilo arquitetónico meados do século XX, anos “40/50”
(início do 2º ciclo do betão armado)

Fotografias - Estilo arquitetónico dos anos “60/70” (“modernização”) até aos dias de hoje

Levantamento dos Quarteirões, Edifícios e Números de polícia

Para cada levantamento de campo estudado, foram analisados três estilos arquitetónicos, segundo os métodos construtivos da época (Tostões, nd), correspondentes a três épocas distintas: (1) até ao início do século XX, anos “20/”30 (até ao fim do 1º ciclo do Betão Armado), janelas com vãos pequenos e iguais, vergas em pedra, varandas de sacada em pedra com pequeno balanço, (2) meados do século XX, anos “40/50” (início do 2º ciclo do betão armado), com varandas em consola de balanço pequeno a médio, e (3) dos anos “60/70” (“modernização”) até aos dias de hoje, varandas em consola com vãos superiores, arrojados.

Quarteirão	Lado direito	Época de estilo arquitetónico	Edifício	Lado esquerdo	Época de estilo arquitetónico	Edifício
	Nº de polícia			Nº de polícia		
1						
	2	<<40/50<		1	<20/30	
	4	>60/70		3	MESMO	
	-----	-----		5	>60/70	
	10	>60/70				
	12	MESMO		15	>60/70	
	14	MESMO		17	MESMO	
	16	MESMO		19	<20/30	
2						
	18	<40/50<		21	<20/30	
	20	<40/50<		23	>60/70	
	22	<40/50<		25	MESMO	
	24	>60/70		27	<20/30	
	26	MESMO		29	>60/70	
3						
	28	>60/70		31	40/50	
	30	<20/30		33	40/50	
	32	<20/30		35	40/50	
	34	>60/70		37	<20/30	
				39	MESMO	
				41	MESMO	
4						
	36	<20/30		---		
				45	<20/30	
	52	>60/70		47	MESMO	
	54	>60/70		49	<20/30	
5						
	----			49	<20/30	
	60	<20/30		51	<20/30	
	62	<20/30		53	<20/30	
	64	<20/30		55	>60/70	
	66	<20/30		57	MESMO	
				59	MESMO	

Quarteirão	Lado direito	Época de estilo arquitetónico	Edifício	Lado esquerdo	Época de estilo arquitetónico	Edifício
	Nº de polícia			Nº de polícia		
6						
	68	<20/30		61	<20/30	
	70	<20/30		63	MESMO	
	72	<20/30		65	MESMO	
	74	<20/30		67	MESMO	
	76	>60/70		69	MESMO	
	78	<20/30		71	>60/70	
				73	>60/70	

				79	>60/70	
				81	>60/70	
7						
	80	<20/30		----		
	84	>60/70		87	<20/30	
	86	>60/70		89	<20/30	
				91	<20/30	
				93	<20/30	
				95	>60/70	
8						
	88	<40/50<		97	<20/30	
	90	<20/30		99	<40/50<	
	92	<40/50<		101	<40/50<	
	94	<40/50<		103	<40/50<	
	96	<20/30		105	<40/50<	
	98	<40/50<		107	<40/50<	
	100	<40/50<		109	<40/50<	
	108	<40/50<				
	112	<40/50<				
Número de Edifícios em cada estilo arquitetónico						
<20/30	**31**	<40/50<	**20**	>60/70	**19**	

Nº total de edifícios	74
Nº máximo de edifícios da mesma época	31
Nº de ruturas arquiteturais no edificado	0
Nº total de vias	9
Nº de atividades (habitação, comércio, serviços, equipamentos escolares e de saúde)	5
Nº total de atividades (habitação, comércio, serviços, equipamentos escolares e de saúde. Fixo = 5)	5
Nº total de praças e largos	0
Nº total de usos (Habitação; Lazer (Espaços Verdes); Trabalho (escritórios) e Transporte (Rede viária e ferroviária) Fixo = 4	4
Nº de incompatibilidade de usos (HAB;IND) (EV; AE) (HAB; AE) (HAB; VF)	0
Nº de unidades comerciais e de serviços diferentes (no local)	8
Nº total de unidades comerciais (farmácias, bancos, cafés, bares, restaurantes, cinemas, eletrónica, vestuário/calçado, bijuteria/ourivesaria, decoração, flores, automóveis/peças, fotografia, telemóveis)	14
Nº total de variedades de elementos naturais no local (linhas de água, lagos, árvores, flores)	0
Nº de árvores em praças/largos	3
Nº de variedades de elementos naturais (Fixo= 4= árvores, flores, relvados, linhas/planos de água)	4
Grupos etários totais (até aos 14 anos; dos 14 aos 64; acima dos 65 anos)	3
Nº de grupos etários visíveis, identificados (até aos 14 anos; dos 14 aos 64; acima dos 65 anos)	3
Nº de edifícios desinseridos morfologicamente	0
Nº total de elementos urbanos, referências estruturais (Edifícios; Vias (rodoviárias e férreas), largos, praças, alamedas, jardins, parques, miradouros)	2
Nº de edifícios com fachadas desalinhados com os contíguos	0
Nº de edifícios com cérceas desalinhadas com os contíguos	0
Nº de edifícios com cores diferentes da maioria	0
Nº de edifícios com estilos arquitetónicos dissonante (diferentes da maioria)	0
Nº de planos de água (um ou mais planos de água, rio ou lago natural =1; um ou mais espelhos de água, em betão, ou fontes = 0.5; nenhum plano ou espelho de água = 0)	0
Nº vias com canteiros de flores	0
Nº de candeeiros instalado por via	17
Nº médio de agentes policiais presentes (* Existe policiamento = 1; Não existe policiamento = 0)	1
Nº médio de transeuntes (muitos= 1; alguns= 0.5; nenhuns =0)	0,5
Nº de grupos sociais predominantes visíveis, “excluídos” ou de atividades ilícitas (“sem abrigo”, gangs, étnicos, prostituição)	0
Arruamento com vistas panorâmicas (Sim, muito=1; Sim, pouco=0,5; Não=0)	0,5
Nº de disparidades volumétricas	0
Nº de variações abruptas de cérceas	0
Nº de desalinhamentos abruptos de fachadas	0
Nº de edifícios com uso de materiais impróprios do local	0
Nº de edifícios com má ocupação do solo (leitos de cheia, encostas instáveis)	0
Nº de passeios com estacionamento automóvel (longitudinal, perpendicular ou oblíquo), totalmente ocupado	17
Nº de passeios ocupados com carros estacionados (em cima)	0
Nº de ruas congestionadas em horas de ponta	0
Nº de fontes de ruído (muito trânsito (autocarros e congestionamento) e uma ou mais fontes de ruído externas =1; muito transito e nenhuma fonte de ruido externas=0,5; pouco	0.5

transito e nenhuma fonte de ruido=0)	
Nº de posters com propaganda colados em edifícios ou muros	0
Nº de caixas de publicidade	0
Nº de écrans eletrónicos	0
Nº de outdoors de propaganda política	0
Nº de edifícios com falta de qualidade arquitetónica ou de materiais	0
Nº de troços de via com passeio com largura inferior a 2,5 metros (nenhum troço = 1, um ou mais troços =0)	1
Nº de troços de via sem passeio (nenhum troço = 1, uma ou mais troços =0)	1
Nº de variações de largura de faixa de rodagem	1
Nº de papeleiras	9
Nº de edifícios grafitados	2
Nº de pontos de acumulação de lixo nos passeios ou sarjetas (nenhum ponto= 1; um ou mais pontos=0)	1
Nº de grupos sociais predominantes visíveis, “excluídos” ou de atividades ilícitas (fixo, 4= “sem abrigo”, gangs, étnicos, prostituição)	4
Nº de grupos sociais predominantes visíveis, “excluídos” ou de atividades ilícitas (“sem abrigo”, gangs, étnicos, prostituição)	0
Nº total de passeios	17
Capacidade de estacionamento da praceta (totalmente cheia=1; medianamente cheia=0,5; vazia= 0)	NH
Nº total de vias sem saída pedonal e viária	0
Nº de aberrações cromáticas	0
Nº total de vias com saída (que intersectam a via em estudo)	8
Existência de elementos estruturantes bem definidos (exemplo= ruas principais e ruas secundárias), (Existem, bem definidos = 1, Existem, mal definidos, = 0.5, Não existem = 0); numa determinada unidade territorial.	1
Nº de metros de arruamento	550
Espaço público (bem varrido e lavado =1; medianamente varrido e lavado = 0.5; mal varrido e mal lavado =0) numa determinada unidade territorial (*unidade territorial =1).	0,5
Manutenção de edifícios particulares (bem pintados e lavado =1; medianamente pintado e lavado = 0.5; mal pintado e mal lavado =0) numa determinada unidade territorial (*unidade territorial =1).	0,5
Manutenção de edifícios municipais e patrimoniais (bem pintados e lavados =1; medianamente pintados e lavados = 0.5; mal pintados e mal lavados =0) numa determinada unidade territorial (*unidade territorial =1).	0,5
Manutenção dos elementos naturais (árvores, flores, planos de água, fontes), (bem mantidos =1; medianamente mantidos = 0.5; mal mantidos =0) em vias e/ou praças ou jardins, numa determinada unidade territorial. (*unidade territorial =1).	NH
Nº de pontos de quebra de visibilidade ao longo da unidade territorial (exemplo= número de curvas convexas no perfil longitudinal, número de curvas em planta, arcos, rotundas ou outros elementos que criem obstrução ou perda de visibilidade de uma ponta à outra do arruamento). (Existem muitos pontos de quebra= 1; existem alguns=0.5; Não existem= 0).(*unidade territorial =1).	0,5
Nº de elementos que contribuem para a proteção dos peões	0,5
Nº de barreiras de acesso	0

FOTOGRAFIAS RUA CORREIA TELES

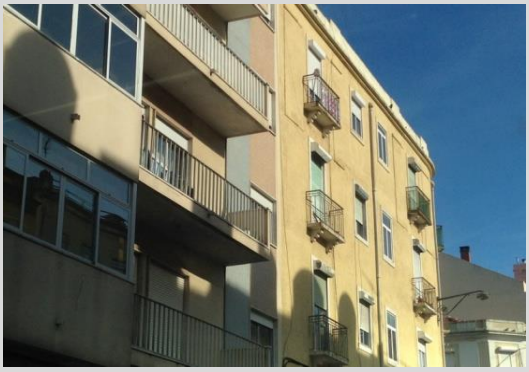
Fotografia aérea – Rua Correia Teles (A) Googlemaps

Fotografias – Topos da Rua Correia Teles

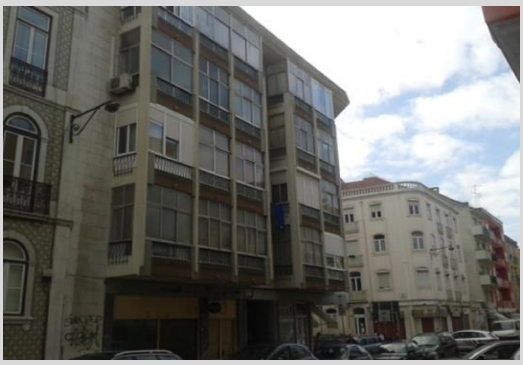
Fotografias – Edificado – alinhamento de cérceas

Fotografias – Regularidade de cérceas e alinhamento de fachadas

Fotografias – Edifícios maioritariamente baixos (abaixo dos cinco pisos)



Fotografia – Varandas com e sem marquises, embora com alguma homogeneidade.



Fotografias – Varandas com e sem marquises, embora com alguma homogeneidade

Fotografias – Edificado preservado bem mantido, edificado em estado de abandono.

Fotografias – Esplanadas

Fotografias – Estabelecimentos comerciais

Fotografias – Toldos e rótulos comerciais.

Fotografias – Estacionamento automóvel

Fotografias – Passeios de largura generosa

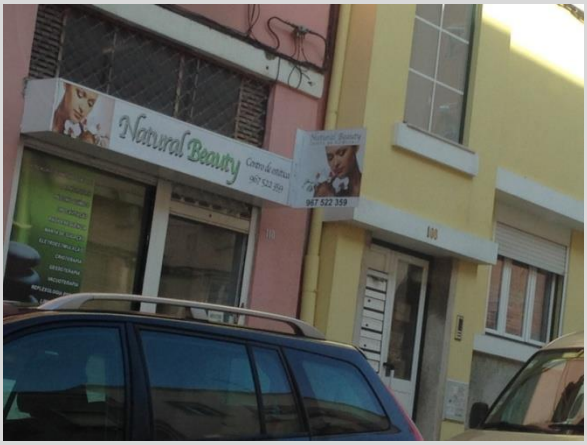
Fotografias – Rótulos de atividades embutidos na arquitetura (mal conservados e bem conservados)

Fotografias – Fachadas do edificado grafitado

Fotografias – Edificado em estado de abandono e demolição posterior

Fotografias – Aparelhos de ar condicionado e fios elétricos de televisão, penduradas nas fachadas dos edifícios.

Fotografias – Aparelhos de ar condicionado; Bomba de gasolina



Fotografias – Rótulos comerciais perpendiculares à fachada.

Fotografias – Rótulos comerciais perpendiculares à fachada.

ANEXO 13 - Trabalho de campo- Zona Ribeirinha Oriental (Xabregas)

Localização (cidade/bairro/rua/nº polícia), Rua de Xabregas

	V	NV	OBS
EDIFICADO			
Resiliência, boa sedimentação de várias épocas (preservação do edificado original)		x	
Preservação do património (Nota: basta haver um edifício degradado – Não verifica)	X		
Conservação do edificado (Nota: basta haver um edifício degradado – Não verifica)		x	
Existência de elementos históricos		x	
Articulação do novo e do antigo		x	
Ausência de ruturas arquiteturais do edificado		x	
Diversidade de fachadas	x		
Diversidade de lojas e/ou serviços no piso térreo	x		
Diversidade de usos	x		
Edifícios habitados (maioritariamente)	x		
Ausência de elementos dissonantes arquitetónicos (ausência de aberrações arquitetónicas)		x	
Ausência de elementos dissonantes cromáticos (ausência de aberrações cromáticas)	x		
Sintonia nos volumes		x	
Sintonia nas cérceas		x	
Sintonia nos alinhamentos das fachadas		x	
Sintonia nos materiais		x	
Sintonia no estilo arquitetónico		x	
Ausência de sujidade (grafitis, posters, cartazes publicitários)		x	
Ausência de adulteração do património (ex. Caixilharia, marquises exteriores, toldos)		x	
Ausência de edifícios “soltos” com arquitetura do vidro	x		
Edifícios maioritariamente altos, acima dos cinco pisos	-----	------	
Edifícios maioritariamente baixos (abaixo dos cinco pisos)	x		
Ausência de fios elétricos/telefones/televisão pendurados nas fachadas dos edifícios ou a atravessar as vias rodoviárias		x	
Ausência de marquises com caixilharias diferentes		x	
Ausência de montras, alpendres ou qualquer outro elemento fechado, a invadir o espaço público	x		
Ausência de antenas de televisão (normais, ou parabólicas) colocadas nas varandas		x	
Ausência de aparelhos de ar condicionado colocados/posicionados nas fachadas		x	
Existência de empenas consolidadas pintadas, e/ou tratadas com arranjo pictórico, arquitetónico ou vegetal com a finalidade de harmonizá-la com a paisagem		x	
ESPAÇO PÚBLICO			
Organizado (Local bem delimitado para a circulação automóvel e pedonal e estacionamento)	x		
Harmonia de usos (habitação; espaços verdes; rede viária e ferroviária; indústria; equipamentos de saúde e escolares)	x		
Enquadramento morfológico (Leitos de cheia)	x		
Adaptação/integração ao relevo	x		
Dinamismo urbano (Vivência de rua)	x		

Elementos estruturantes (Ruas principais, Ruas secundárias, Praças)	x		
Pontos de referência, de orientação	x		
Sistema da sinalética rodoviária com lógica, de acordo com a lógica urbana (sempre que a sinalética de circulação rodoviária esteja de acordo com o que se espera dela)	x		
Existência de elementos naturais (Árvores, canteiros com flores, linhas de água, espelhos de água)		x	
Balanço equitativo entre os elementos naturais e artificiais		x	
Manutenção dos elementos naturais			
Manutenção do espaço público (mobiliário urbano, pavimentos, passeios)	x		
Ausência de equipamentos soltos, impedidores da continuidade urbana	x		
Equilíbrio demográfico (Faixas etárias com pesos relativos semelhantes)	x		
Diversidade populacional (Etnias, faixas etárias)	x		
Ausência de sentimento de insegurança	x		
Ausência de grupos específicos (étnicos, gangs, toxicodependentes, prostituição, sem abrigo”)	x		
Ruas que indiciam relações pessoais, de vizinhança	x		
Existência de miradouros		x	
Existência de pontos de contemplação da paisagem urbana		x	
Sistema de proteção de vistas panorâmicas (Descontinuidades do edificado que permitam a visualização de por exemplo vistas de rio)		x	
Ausência de sujidade	x		
Visitável (sem obstáculos, facilita a visita e usufruto, boa sinalética)	x		
Existência de continuidade viária		x	
Existência de continuidade de passeios	x		
Existência de passeios em calçada à portuguesa (de vidraço, branca, de granito, preta, 5cmx5cm), “tradicional”, ou lajetas de betão ou pedra, betão betuminoso, lajetas de granito, outras, “moderna” consoante seja um bairro “antigo”, ou “moderno”	x		
Existência de pavimentos bem projetados, bem construídos	x		
Existência de pavimentos rodoviários em betão betuminoso, em calçadas grossas de granito (preto) ou consoante as zonas modernas ou antigas	x		
Passeios com dimensão humana, bem projetados, bem construídos	x		
Estacionamento automóvel suficiente		x	
Ausência de carros em cima do passeio		x	
Ausência de engarrafamentos constantes	x		
Existência de ciclovias		x	
Abrigos suficientes para o calor, chuva, vento		x	
Ausência de instalações publicitárias que produzam deslumbramento, grandes écrans, digitais com animação, em zonas perto da circulação automóvel	x		
Existência de esplanadas (mesas e cadeiras), ou seja, espaços de descanso em nº suficiente		x	
Existência de transporte público pesado (metropolitano ou comboio)	x		
Ausência de esplanadas (mesas e cadeiras) em plástico, com cores garridas, com publicidade			NH*
Existência de esplanadas (mesas e cadeiras) em plástico e/ou materiais mais nobres, de cores suaves, sem publicidade	X		
Ausência de esplanadas (chapéus de sol e/ou coberturas) com publicidade			NH*

Existência de esplanadas (chapéus de sol e/ou coberturas) sem publicidade, só com a identificação do estabelecimento comercial			NH*
Na mesma rua, ausência de letreiros/rótulos comerciais das lojas, em relação às montras com balanço (sobressaem relativamente ao alinhamento da fachada)		**x**	
Na mesma rua, existência de letreiros/rótulos comerciais das lojas, em relação às montras embutidos nos vazios arquitetónicos da fachada, no alinhamento da fachada		**x**	
Na mesma rua, existência de placas informativas de atividade profissional (médicos, advogados, mais comuns), embutidas na fachada do prédio, novos/atuais, todos do mesmo tipo, sem grandes diferenças de cor, grafismo, tamanho		**x**	
Existência de mobiliário urbano de série (candeeiros, semáforos, pilaretes, papeleiras, abrigos de paragem de transporte público, floreiras) uniformes em toda a zona	**x**		
Existência de mobiliário urbano comercial/privado, (bancos, mesas, esplanadas) idênticos em toda a zona	**x**		
Existência de toldos das lojas, na mesma rua, com formas e materiais diversos, sem publicidade com a mesma forma e material, apenas com a identificação do estabelecimento comercial		**x**	
Existência de rótulos de bandeira (60x60 ou 70x70cm), perpendiculares à fachada apenas para hotéis, parque estacionamento, multibancos e farmácias		**x**	
Existência de os abrigos (laminares, em vidro transparente com estrutura metálica ligeira) colocados nas fachadas dos edifícios para apenas atividades de hotel, cinema e teatro ou para qualquer atividade		**x**	
Existência de terrenos afetos ao uso privado, limpos e devidamente fechados	**x**		
Ausência de fontes de ruído		**X**	

*NH – “não há”

Fotografias - Estilo arquitetónico até aos anos “20-30”
(até ao fim do 1º ciclo do Betão Armado),

Fotografias - Estilo arquitetónico meados do século XX, anos “40/50”
(início do 2º ciclo do betão armado)

Fotografias - Estilo arquitetónico dos anos “60/70” (“modernização”) até aos dias de hoje

Trabalho de campo - levantamento de dados para indicadores
Localização: Rua de Xabregas

Levantamento dos Quarteirões, Edifícios e Números de polícia

Quarteirão	Lado direito	Época de estilo arquitetónico	Edifício	Lado esquerdo	Época de estilo arquitetónico	Edifício
	Nº de polícia			Nº de polícia		
1						1
	2	>60/70		1	>60/70	
2	2	>60/70	Recomeça no nº 2	3	>60/70	
	-----			5	>60/70	
	22	<20/30		7	MESMO	
	24	MESMO		9	MESMO	
	26	MESMO		11	MESMO	
	28	MESMO		13	<20/30	
	30	MESMO		15	<20/30	
	32	MESMO		17	MESMO	
	34	MESMO		19	MESMO	
	36	MESMO		21	MESMO	
	38	MESMO		23	MESMO	
	40	MESMO		25	MESMO	
	42	<40/50<		27	MESMO	
	42c	<40/50<		29	<20/30	
	44	<20/30		31	MESMO	
	46	MESMO		35	MESMO	
	48	MESMO		37	<20/30	
	50	<20/30		39	<20/30	
	52	MESMO		41	<20/30	
	56	MESMO		43	MESMO	
	58	MESMO				**2**
				45	<20/30	
				47	<20/30	
				49	MESMO	
				---	MESMO	
				57	<20/30	
				59	MESMO	
						3

				67	<20/30	

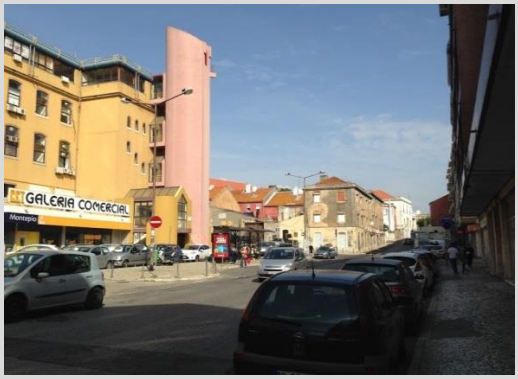
				79	<20/30	
				81	<20/30	
Número de Edifícios em cada estilo arquitetónico						
<20/30	**15**	<40/50<	**2**	>60/70	**5**	

Nº total de edifícios	23
Nº máximo de edifícios da mesma época	15
Nº de ruturas arquiteturais no edificado	1
Nº total de vias	6
Nº de atividades (habitação, comércio, serviços, equipamentos escolares e de saúde)	4
Nº total de atividades (habitação, comércio, serviços, equipamentos escolares e de saúde. Fixo = 5)	5
Nº total de praças e largos	1
Nº total de usos (Habitação; Lazer (Espaços Verdes); Trabalho (escritórios) e Transporte (Rede viária e ferroviária) Fixo = 4	4
Nº de incompatibilidade de usos (HAB;IND) (EV; AE) (HAB; AE) (HAB; VF)	1
Nº de unidades comerciais e de serviços diferentes (no local)	5
Nº total de unidades comerciais (farmácias, bancos, cafés, bares, restaurantes, cinemas, eletrónica, vestuário/calçado, bijuteria/ourivesaria, decoração, flores, automóveis/peças, fotografia, telemóveis)	14
Nº total de variedades de elementos naturais no local (linhas de água, lagos, árvores, flores)	1
Nº de árvores em praças/largos	3
Nº de variedades de elementos naturais (Fixo= 4: árvores, flores, relvados, linhas/planos de água)	4
Grupos etários totais (até aos 14 anos; dos 14 aos 64; acima dos 65 anos)	3
Nº de grupos etários visíveis, identificados (até aos 14 anos; dos 14 aos 64; acima dos 65 anos)	2
Nº de edifícios desinseridos morfologicamente	0
Nº total de elementos urbanos, referências estruturais (Edifícios; Vias (rodoviárias e férreas), largos, praças, alamedas, jardins, parques, miradouros)	3
Nº de edifícios com fachadas desalinhados com os contíguos	1
Nº de edifícios com cérceas desalinhadas com os contíguos	6
Nº de edifícios com cores diferentes da maioria	0
Nº de edifícios com estilos arquitetónicos dissonante (diferentes da maioria)	2
Nº de planos de água (um ou mais planos de água, rio ou lago natural =1; um ou mais espelhos de água, em betão, ou fontes = 0.5; nenhum plano ou espelho de água = 0)	0
Nº vias com canteiros de flores	0
Nº de candeeiros instalado por via	16
Nº médio de agentes policiais presentes (* Existe policiamento = 1; Não existe policiamento = 0)	0
Nº médio de transeuntes (muitos= 1; alguns= 0.5; nenhuns = 0)	0,5
Nº de grupos sociais predominantes visíveis, “excluídos” ou de atividades ilícitas (“sem abrigo”, gangs, étnicos, prostituição)	0
Arruamento com vistas panorâmicas (Sim, muito:1; Sim, pouco:0,5; Não:0)	0
Nº de disparidades volumétricas	4
Nº de variações abruptas de cérceas	3
Nº de desalinhamentos abruptos de fachadas	1
Nº de edifícios com uso de materiais impróprios do local	0
Nº de edifícios com má ocupação do solo (leitos de cheia, encostas instáveis)	0
Nº de passeios com estacionamento automóvel (longitudinal, perpendicular ou oblíquo), totalmente ocupado	4
Nº de passeios ocupados com carros estacionados (em cima)	1

Nº de ruas congestionadas em horas de ponta	0
Nº de fontes de ruído (muito transito (autocarros e congestionamento) e uma ou mais fontes de ruído externas =1; muito trânsito e nenhuma fonte de ruido externas=0,5; pouco trânsito e nenhuma fonte de ruído=0)	1
Nº de posters com propaganda colados em edifícios ou muros	0
Nº de caixas de publicidade	0
Nº de écrans eletrónicos	0
Nº de outdoors de propaganda política	0
Nº de edifícios com falta de qualidade arquitetónica ou de materiais	5
Nº de troços de via com passeio com largura inferior a 2,5 metros (nenhum troço = 1, um ou mais troços =0)	0
Nº de troços de via sem passeio (nenhum troço = 1, uma ou mais troços =0)	1
Nº de variações de largura de faixa de rodagem	1
Nº de papeleiras	5
Nº de edifícios grafitados	2
Nº de pontos de acumulação de lixo nos passeios ou sarjetas (nenhum ponto: 1; um ou mais pontos=0)	1
Nº de grupos sociais predominantes visíveis, “excluídos” ou de atividades ilícitas (Fixo, 4: “sem abrigo”, gangs, étnicos, prostituição)	4
Nº de grupos sociais predominantes visíveis, “excluídos” ou de atividades ilícitas (“sem abrigo”, gangs, étnicos, prostituição)	0
Nº total de passeios	5
Capacidade de estacionamento da praceta (totalmente cheia=1; medianamente cheia=0,5; vazia= 0)	1
Nº total de vias sem saída pedonal e viária	3
Nº de aberrações cromáticas	0
Nº total de vias com saída (que intersectam a via em estudo)	2
Existência de elementos estruturantes bem definidos (exemplo: ruas principais e ruas secundárias), (Existem, bem definidos = 1, Existem, mal definidos, = 0.5, Não existem = 0); numa determinada unidade territorial.	1
Nº de metros de arruamento	550
Espaço público (bem varrido e lavado =1; medianamente varrido e lavado = 0.5; mal varrido e mal lavado =0) numa determinada unidade territorial (*unidade territorial =1).	0,5
Manutenção de edifícios particulares (bem pintados e lavado =1; medianamente pintado e lavado = 0.5; mal pintado e mal lavado =0) numa determinada unidade territorial (*unidade territorial =1).	0,5
Manutenção de edifícios municipais e patrimoniais (bem pintados e lavados =1; medianamente pintados e lavados = 0.5; mal pintados e mal lavados =0) numa determinada unidade territorial (*unidade territorial =1).	0,5
Manutenção dos elementos naturais (árvores, flores, planos de água, fontes), (bem mantidos =1; medianamente mantidos = 0.5; mal mantidos =0) em vias e/ou praças ou jardins, numa determinada unidade territorial. (*unidade territorial =1).	0,5
Nº de pontos de quebra de visibilidade ao longo da unidade territorial (exemplo= número de curvas convexas no perfil longitudinal, número de curvas em planta, arcos, rotundas ou outros elementos que criem obstrução ou perda de visibilidade de uma ponta à outra do arruamento). (Existem muitos pontos de quebra= 1; existem alguns=0.5; Não existem= 0) (*unidade territorial =1).	0,5
Nº de elementos que contribuem para a proteção dos peões	0,5
Nº de barreiras de acesso	1

FOTOGRAFIAS RUA DE XABREGAS

Fotografia aérea – Rua de Xabregas (A) Googlemaps



Fotografias – Início da Rua de Xabregas

Fotografias – Fim da Rua de Xabregas

Fotografias - Rua integrada nos circuitos turísticos das carreiras de “Sight seeing” (Linha do Oriente)

Fotografias – Rua da Manutenção e Travessa de Xabregas, dois pontos de possível acesso visual ao Rio, com barreiras visuais e arquitetónicas.

Fotografia – Rua de Xabregas – Mistura de Estilos Arquitetónicos, de várias épocas, e ruturas arquitetónicas com a envolvente, não mantendo os estilos pré-existentes na recuperação do edificado.

Fotografias – Teatro Ibérico, Centro Cultural de Pesquisa de Arte Teatral

Fotografias – Disparidades de cérceas, volumétricas, desalinhamento de fachadas.

Fotografias – Edificado com vários estilos arquitetónicos, de várias épocas

Fotografias – Edificado com vários estilos arquitetónicos de várias épocas

Fotografias – Descontinuidades urbanas , ruas sem saída(no topo limitadas pela linha férrea).

Fotografias – Disparidades de cérceas (Início e fim da Rua de Xabregas)

Fotografias – passeios de largura variável consoante o lado da rua

Fotografias – Estacionamento automóvel em cima do passeio

Fotografias – Fachadas do edificado grafitado

Fotografias – Má conservação do edificado.

Fotografias – Antenas parabólicas, aparelhos de ar condicionado e fios elétricos de televisão, penduradas nas fachadas dos edifícios.

Fotografias – Vários tipos de comércio de ambos os lados da Rua de Xabregas

Fotografias – Rótulos comerciais perpendiculares à fachada e placas de atividade profissional.

Fotografias – Varandas com e sem marquises (e marquises com caixilharias diferentes); rótulos comerciais colocados de fora do enquadramento da caixilharia da montra

ANEXO 14 - Trabalho de campo – Bairro da Liberdade

Localização (Cidade/bairro/rua/Nº polícia): Rua da igreja

	V	NV	OBS
EDIFICADO			
Resiliência, boa sedimentação de várias épocas (preservação do edificado original)		x	
Preservação do património (Nota: basta haver um edifício degradado – Não verifica)		x	
Conservação do edificado (Nota: basta haver um edifício degradado – Não verifica)		x	
Existência de elementos históricos		x	
Articulação do novo e do antigo		x	
Ausência de ruturas arquiteturais do edificado		x	
Diversidade de fachadas			
Diversidade de lojas e/ou serviços no piso térreo		x	
Diversidade de usos		x	
Edifícios habitados (maioritariamente)	x		
Ausência de elementos dissonantes arquitetónicos (ausência de aberrações arquitetónicas)		x	
Ausência de elementos dissonantes cromáticos (ausência de aberrações cromáticas)		x	
Sintonia nos volumes		x	
Sintonia nas cérceas		x	
Sintonia nos alinhamentos das fachadas		x	
Sintonia nos materiais		x	
Sintonia no estilo arquitetónico		x	
Ausência de sujidade (grafitis, posters, cartazes publicitários)		x	
Ausência de adulteração do património (ex. Caixilharia, marquises exteriores, toldos)		x	
Ausência de edifícios “soltos” com arquitetura do vidro	x		
Edifícios maioritariamente altos, acima dos cinco pisos	-	------	
Edifícios maioritariamente baixos (abaixo dos cinco pisos)	x		
Ausência de fios elétricos/telefones/televisão pendurados nas fachadas dos edifícios ou a atravessar as vias rodoviárias		x	
Ausência de marquises com caixilharias diferentes		x	
Ausência de montras, alpendres ou qualquer outro elemento fechado, a invadir o espaço público		x	
Ausência de antenas de televisão (normais, ou parabólicas) colocadas nas varandas		x	
Ausência de aparelhos de ar condicionado colocados/posicionados nas fachadas		x	
Existência de empenas consolidadas pintadas, e/ou tratadas com arranjo pictórico, arquitetónico ou vegetal com a finalidade de harmonizá-la com a paisagem		x	
ESPAÇO PÚBLICO			
Organizado (Local bem delimitado para a circulação automóvel e pedonal e estacionamento)	x		
Harmonia de usos (habitação; espaços verdes; rede viária e ferroviária; indústria; equipamentos de saúde e escolares)	x		
Enquadramento morfológico (Leitos de cheia)	x		
Adaptação/integração ao relevo	x		
Dinamismo urbano (Vivência de rua)	x		

Elementos estruturantes (Ruas principais, Ruas secundárias, Praças)	x		
Pontos de referência, de orientação	x		
Sistema da sinalética rodoviária com lógica, de acordo com a lógica urbana (sempre que a sinalética de circulação rodoviária esteja de acordo com o que se espera dela)	x		
Existência de elementos naturais (Árvores, canteiros com flores, linhas de água, espelhos de água)		x	
Balanço equitativo entre os elementos naturais e artificiais		x	
Manutenção dos elementos naturais		x	
Manutenção do espaço público (mobiliário urbano, pavimentos, passeios)	x		
Ausência de equipamentos soltos, impedidores da continuidade urbana	x		
Equilíbrio demográfico (Faixas etárias com pesos relativos semelhantes)	x		
Diversidade populacional (Etnias, faixas etárias)	x		
Ausência de sentimento de insegurança		x	
Ausência de grupos específicos (étnicos, gangs, toxicodependentes, prostituição, sem abrigo”)		x	
Ruas que indiciam relações pessoais, de vizinhança	x		
Existência de miradouros		x	
Existência de pontos de contemplação da paisagem urbana	x		
Sistema de proteção de vistas panorâmicas (Descontinuidades do edificado que permitam a visualização de por exemplo vistas de rio)		x	
Ausência de sujidade	x		
Visitável (sem obstáculos, facilita a visita e usufruto, boa sinalética)	x		
Existência de continuidade viária		x	
Existência de continuidade de passeios	x		
Existência de passeios em calçada à portuguesa (de vidraço, branca, de granito, preta, 5cmx5cm), “tradicional”, ou lajetas de betão ou pedra, betão betuminoso, lajetas de granito, outras, “moderna” consoante seja um bairro “antigo”, ou “moderno”	x		
Existência de pavimentos bem projetados, bem construídos	x		
Existência de pavimentos rodoviários em betão betuminoso, em calçadas grossas de granito (preto) ou consoante as zonas modernas ou antigas	x		
Passeios com dimensão humana, bem projetados, bem construídos	x		
Estacionamento automóvel suficiente		x	
Ausência de carros em cima do passeio		x	
Ausência de engarrafamentos constantes	x		
Existência de ciclovias		x	
Abrigos suficientes para o calor, chuva, vento		x	
Ausência de instalações publicitárias que produzam deslumbramento, grandes écrans, digitais com animação, em zonas perto da circulação automóvel	x		
Existência de esplanadas (mesas e cadeiras), ou seja, espaços de descanso em nº suficiente		x	
Existência de transporte público pesado (metropolitano ou comboio)	x		
Ausência de esplanadas (mesas e cadeiras) em plástico, com cores garridas, com publicidade			NH
Existência de esplanadas (mesas e cadeiras) em plástico e/ou materiais mais nobres, de cores suaves, sem publicidade			NH

Ausência de esplanadas (chapéus de sol e/ou coberturas) com publicidade		X	NH
Existência de esplanadas (chapéus de sol e/ou coberturas) sem publicidade, só com a identificação do estabelecimento comercial			NH
Na mesma rua, ausência de letreiros/rótulos comerciais das lojas, em relação às montras com balanço (sobressaem relativamente ao alinhamento da fachada)			NH
Na mesma rua, existência de letreiros/rótulos comerciais das lojas, em relação às montras embutidos nos vazios arquitetónicos da fachada, no alinhamento da fachada			NH
Na mesma rua, existência de placas informativas de atividade profissional (médicos, advogados, mais comuns), embutidas na fachada do prédio, novos/atuais, todos do mesmo tipo, sem grandes diferenças de cor, grafismo, tamanho			NH
Existência de mobiliário urbano de série (candeeiros, semáforos, pilaretes, papeleiras, abrigos de paragem de transporte público, floreiras) uniformes em toda a zona		X	
Existência de mobiliário urbano comercial/privado, (bancos, mesas, esplanadas) idênticos em toda a zona			NH
Existência de toldos das lojas, na mesma rua, com formas e materiais diversos, sem publicidade com a mesma forma e material, apenas com a identificação do estabelecimento comercial		X	
Existência de rótulos de bandeira (60x60 ou 70x70cm), perpendiculares à fachada apenas para: hotéis, parque estacionamento, multibancos e farmácias		X	
Existência de os abrigos (laminares, em vidro transparente com estrutura metálica ligeira) colocados nas fachadas dos edifícios para apenas atividades de hotel, cinema e teatro ou para qualquer atividade			NH
Existência de terrenos afetos ao uso privado, limpos e devidamente fechados		X	
Ausência de fontes de ruído		X	

Nº total de edifícios	13
Nº máximo de edifícios da mesma época	9
Nº de ruturas arquiteturais no edificado	4
Nº total de vias	10
Nº de atividades (habitação, comércio, serviços, equipamentos escolares e de saúde)	3
Nº total de atividades (habitação, comércio, serviços, equipamentos escolares e de saúde. fixo = 5)	5
Nº total de praças e largos	1
Nº total de usos (Habitação; Lazer (Espaços Verdes); Trabalho (escritórios) e Transporte (Rede viária e ferroviária) fixo = 4	4
Nº de incompatibilidade de usos (HAB;IND) (EV; AE) (HAB; AE) (HAB; VF)	0
Nº de unidades comerciais e de serviços diferentes (no local)	1
Nº total de unidades comerciais (farmácias, bancos, cafés, bares, restaurantes, cinemas, eletrónica, vestuário/calçado, bijuteria/ourivesaria, decoração, flores, automóveis/peças, fotografia, telemóveis)	14
Nº total de variedades de elementos naturais no local (linhas de água, lagos, árvores, flores)	1
Nº de árvores em praças/largos	5
Nº de variedades de elementos naturais (Fixo= 4= árvores, flores, relvados, linhas/planos de água)	4

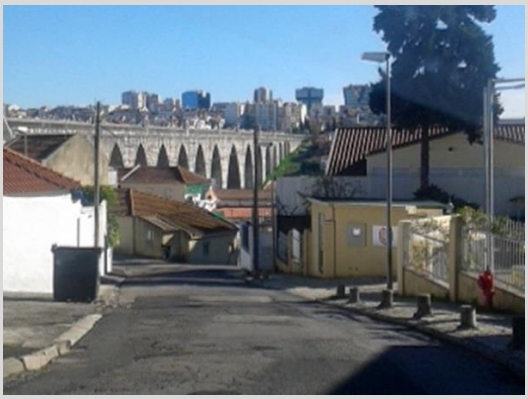
Grupos etários totais (até aos 14 anos; dos 14 aos 64; acima dos 65 anos)	3
Nº de grupos etários visíveis, identificados (até aos 14 anos; dos 14 aos 64; acima dos 65 anos)	3
Nº de edifícios desinseridos morfologicamente	4
Nº total de elementos urbanos, referências estruturais (Edifícios; Vias (rodoviárias e férreas), largos, praças, alamedas, jardins, parques, miradouros)	3
Nº de edifícios com fachadas desalinhados com os contíguos	3
Nº de edifícios com cérceas desalinhadas com os contíguos	0
Nº de edifícios com cores diferentes da maioria	2
Nº de edifícios com estilos arquitetónicos dissonante (diferentes da maioria)	4
Nº de planos de água (um ou mais planos de água, rio ou lago natural =1; um ou mais espelhos de água, em betão, ou fontes = 0.5; nenhum plano ou espelho de água = 0)	0
Nº vias com canteiros de flores	0
Nº de candeeiros instalado por via	18
Nº médio de agentes policiais presentes (* Existe policiamento = 1; Não existe policiamento = 0)	0
Nº médio de transeuntes (muitos= 1; alguns= 0.5; nenhuns =0)	0,5
Nº de grupos sociais predominantes visíveis, "excluídos" ou de atividades ilícitas ("sem abrigo", gangs, étnicos, prostituição)	0
Arruamento com vistas panorâmicas (Sim, muito=1; Sim, pouco=0,5; Não=0)	1
Nº de disparidades volumétricas	0
Nº de variações abruptas de cérceas	0
Nº de desalinhamentos abruptos de fachadas	3
Nº de edifícios com uso de materiais impróprios do local	0
Nº de edifícios com má ocupação do solo (leitos de cheia, encostas instáveis)	4
Nº de passeios com estacionamento automóvel (longitudinal, perpendicular ou oblíquo), totalmente ocupado	2
Nº de passeios ocupados com carros estacionados (em cima)	0
Nº de ruas congestionadas em horas de ponta	0
Nº de fontes de ruído (muito transito (autocarros e congestionamento) e uma ou mais fontes de ruído externas =1; muito trânsito e nenhuma fonte de ruído externas=0,5; pouco transito e nenhuma fonte de ruido=0)	0.5
Nº de posters com propaganda colados em edifícios ou muros	0
Nº de caixas de publicidade	0
Nº de écrans eletrónicos	0
Nº de outdoors de propaganda política	0
Nº de edifícios com falta de qualidade arquitetónica ou de materiais	11
Nº de troços de via com passeio com largura inferior a 3,0 metros (nenhum troço = 1, um ou mais troços =0)	0
Nº de troços de via sem passeio (nenhum troço = 1, um ou mais troços =0)	0
Nº de variações de largura de faixa de rodagem	0
Nº de papeleiras	2
Nº de edifícios grafitados	3
Nº de pontos de acumulação de lixo nos passeios ou sarjetas (nenhum ponto= 1; um ou mais pontos=0)	1
Nº de grupos sociais predominantes visíveis, "excluídos" ou de atividades ilícitas (Fixo, 4= "sem abrigo", gangs, étnicos, prostituição)	4
Nº de grupos sociais predominantes visíveis, "excluídos" ou de atividades ilícitas ("sem abrigo", gangs, étnicos, prostituição)	0
Nº total de passeios	4
Capacidade de estacionamento da praceta (totalmente cheia=1; medianamente	0,5

cheia=0,5; vazia= 0)	
Nº total de vias sem saída pedonal e viária	2
Nº de aberrações cromáticas	2
Nº total de vias com saída (que intersectam a via em estudo)	7
Existência de elementos estruturantes bem definidos (exemplo= ruas principais e ruas secundárias), (Existem, bem definidos = 1, Existem, mal definidos, = 0.5, Não existem = 0); numa determinada unidade territorial.	0,5
Nº de metros de arruamento	300
Espaço público (bem varrido e lavado =1; medianamente varrido e lavado = 0.5; mal varrido e mal lavado =0) numa determinada unidade territorial (*unidade territorial =1).	0,5
Manutenção de edifícios particulares (bem pintados e lavado =1; medianamente pintado e lavado = 0.5; mal pintado e mal lavado =0) numa determinada unidade territorial (*unidade territorial =1).	0
Manutenção de edifícios municipais e patrimoniais (bem pintados e lavados =1; medianamente pintados e lavados = 0.5; mal pintados e mal lavados =0) numa determinada unidade territorial (*unidade territorial =1).	NH
Manutenção dos elementos naturais (árvores, flores, planos de água, fontes), (bem mantidos =1; medianamente mantidos = 0.5; mal mantidos =0) em vias e/ou praças ou jardins, numa determinada unidade territorial. (*unidade territorial =1).	0
Nº de pontos de quebra de visibilidade ao longo da unidade territorial (exemplo= número de curvas convexas no perfil longitudinal, número de curvas em planta, arcos, rotundas ou outros elementos que criem obstrução ou perda de visibilidade de uma ponta à outra do arruamento). (Existem muitos pontos de quebra= 1; existem alguns=0.5; Não existem= 0) (*unidade territorial =1).	0,5
Nº de elementos que contribuem para a proteção dos peões	0
Nº de barreiras de acesso	1

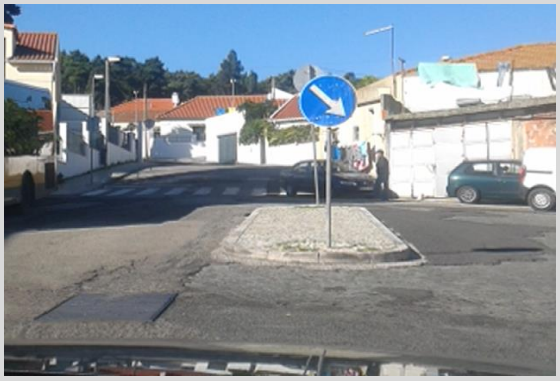
FOTOGRAFIAS RUA DA IGREJA

Fotografia aérea da Rua da Igreja (Googlemaps)

Vista da Rua da Igreja sobre o Aqueduto e edificado



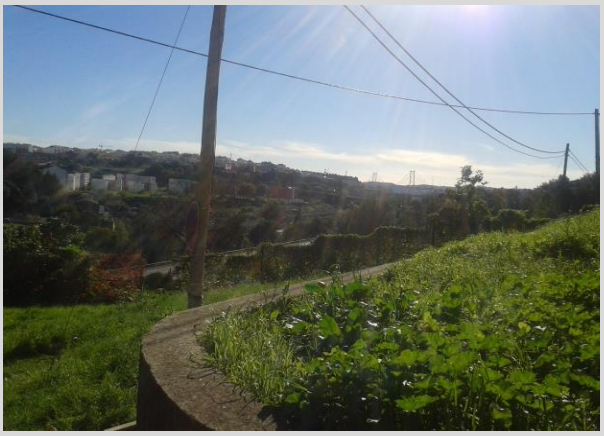
Vistas da Rua da Igreja sobre o Aqueduto e edificado



Alargamento da Rua da Igreja – paragem de autocarros

Alargamento da Rua da Igreja – paragem de autocarros

Pequena praça com árvores, pouco visível devido ao estacionamento automóvel



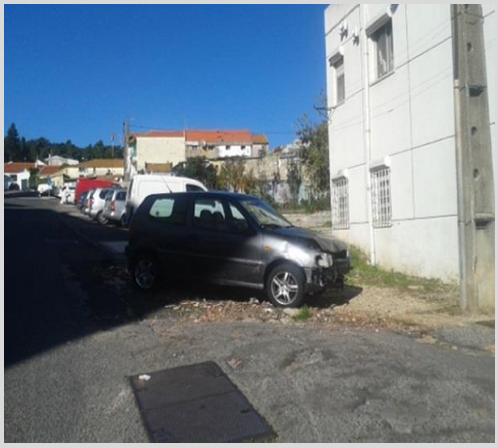
Final da Rua da Igreja; vista sobre a ponte 25 de abril, as torres das Amoreiras; franjas de Monsanto

Edificado Bairro da Liberdade

Edificado Bairro da Liberdade

Fotografias – Edificado Bairro da Liberdade

Fotografias – Edificado mais recente no Bairro da Liberdade (disparidades de cérceas)



Fotografias – Falta de passeios e de recortes param estacionamento

Fotografias – Passeios de largura variável

Fotografias – Passeios executados em materiais diferentes e de largura variável

Fotografias – Pavimentos rodoviários em muito mau estado de conservação

Fotografias – Pavimentos rodoviários em muito mau estado de conservação

Fotografias – Vários estilos de candeeiros

Fotografias – Vários estilos de candeeiros; fios elétricos a atravessarem as vias; pilaretes de estilos diferentes

Fotografias – Pilaretes de estilos diferentes

Fotografias – Edifícios grafitados

ANEXO 15 - Resultados dos cálculos dos indicadores e índices de qualidade e dos elementos de desvalorização

ÍNDICES DE QUALIDADE		INDICADORES	ZONAS			
			PN	CO	XB	BL
	HE1	Sedimentação	100	42	65	69
	HE2	Ruturas no edificado	100	100	96	69
	HE3	Incompatibilidade de usos	100	100	75	100
HARMONIA	HE4	Elementos naturais	75	0	25	25
	HE5	Equilíbrio demográfico	100	100	67	100
	HE6	Enquadramento morfológico	100	100	100	69
ÍNDICE HARMONIA/EQUILIBRIO	HE		**96**	**74**	**71**	**72**
COERÊNCIA	HC1	Disparidades volumétricas	100	100	83	100
	HC 2	Alinhamento de cérceas	100	100	74	100
	HC3	Alinhamento de fachadas	100	100	96	77
	HC4	Cores	100	100	100	85
	HC5	Estilos arquitetónicos	100	100	91	69
	HC6	Utilização de materiais impróprios	0	0	0	0
ÍNDICE HARMONIA+COERÊNCIA	HC		**83**	**83**	**74**	**72**
ÌNDICE HARMONIA	**H**		**90**	**78**	**73**	**72**
	EN1	Nº árvores em vias e largos	3	1	1	2
ELEMENTOS NATURAIS	EN2	Planos de água	100	0	0	0
	EN3	Canteiros com flores	33	0	0	0
ÍNDICE ELEMENTOS NATURAIS	**EN**		**45**	**0**	**0**	**1**
	D1	Variedade de Elementos urbanos	33	17	25	25
DIVERSIDADE/COMPLEXIDADE	D2	Variedade de atividades	40	100	80	60
	D3	Variedade de comércio r/c	7	57	36	7
	D4	Nº de quebras de visibilidade no local	0	50	50	50
ÍNDICE DIVERSIDADE/COMPLEXIDADE	**D**		**20**	**56**	**48**	**36**
GESTÃO	G1	Manutenção do espaço público	100	50	50	50
	G2	Manutenção de fachadas particulares	100	50	50	0
	G3	Manutenção de fachadas patrimoniais e municipais	-	50	50	-
	G4	Manutenção dos elementos naturais em vias e/ou jardins	100	-	50	0
ÍNDICE GESTÃO	**G**		**100**	**50**	**50**	**17**
VISTAS		Vistas panorâmicas	100	50	0	50
ÍNDICE VISTAS	**V**		**100**	**50**	**0**	**50**
QUALIDADE DOS ELEMENTOS	QE1	Qualidade dos materiais do edificado	100	100	50	0
	QE 2	Qualidade dos materiais do espaço público	100	100	100	0
	QE 3	Qualidade do ar	100	100	100	100
	QE 4	Qualidade dos níveis de ruído	100	100	50	100
ÍNDICE QUALIDADE DOS ELEMENTOS	**QE**		**100**	**100**	**75**	**50**

SEGURANÇA	S1	Iluminação	9	3	3	6
	S2	Policiamento	100	100	0	0
	S3	Presença de transeuntes	50	50	50	50
	S4	Presença de grupos sociais específicos	100	100	100	0
	S5	Proteção contra o tráfego automóvel	100	50	50	0
		Índice Gestão	100	50	50	17
ÍNDICE SEGURANÇA	**S**		**76**	**59**	**42**	**12**
ACESSIBILIDADE	A1	Continuidade da malha urbana	67	89	33	70
	A2	Presença de barreiras de acesso	100	100	0	0
	A3	Compreensão dos elementos estruturantes	100	100	100	50
ÍNDICE ACESSIBILIDADE	**A**		**89**	**96**	**44**	**40**

ÍNDICES DE ELEMENTOS DE DESVALORIZAÇAO		INDICADORES	ZONAS			
AUSÊNCIA DE DESENHO	AD1	Má ocupação do solo	0	0	0	31
	AD2	Faixas de rodagem de largura variável	0	0	0	100
	AD3	Nº de troços de via sem passeios	0	0	0	100
	AD4	Vias com passeios de largura reduzida	0	0	100	100
ÍNDICE AUSÊNCIA DE DESENHO	AD		0	0	25	83
CONGESTIONAMENTO AUTOMOVEL	CA1	Estacionamento na via pública	50	100	80	50
	CA2	Estacionamento em pracetas			100	50
	CA3	Estacionamento em cima dos passeios	0	0	20	0
	CA4	Congestionamento nas horas de ponta	0	0	0	0
ÍNDICE CONGESTIONAMENTO AUTOMOVEL	CA		17	33	50	25
ÍNDICE RUÍDO	R	Fontes de ruído	0	50	100	50
POLUIÇÃO VISUAL	PV1	Nº de posters com propaganda colados em fachadas	0	0	0	0
	PV2	Nº de caixas de publicidade	0	0	0	0
	PV3	Écrans eletrónicos	0	0	0	0
	PV4	Outdoors propaganda	0	0	0	0
ÍNDICE POLUIÇÃO VISUAL	PV		0	0	0	0
ÍNDICE USO POR DETERMINADO TIPO DE POPULAÇÃO	PGP	Presença de grupos sociais específicos	0	0	0	100
SUJIDADE	S1	Limpeza do espaço público	0	50	50	50
	S2	Papeleiras	100	98	99	99
	S3	Nº edifícios grafitados	0	3	9	23
ÍNDICE SUJIDADE	S		33	50	53	57